

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
TESE DE DOUTORADO**

Roberto Antonio Capiotti da Silva

ÁGUAS DE NOVEMBRO

Estudo antropológico sobre memória e vitimização de grupos sociais citadinos e ação da Defesa Civil na experiência de calamidade pública por desastre ambiental (Blumenau, Brasil).

Porto Alegre, 2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
TESE DE DOUTORADO**

Roberto Antonio Capiotti da Silva

ÁGUAS DE NOVEMBRO

Estudo antropológico sobre memória e vitimização de grupos sociais citadinos e ação da Defesa Civil na experiência de calamidade pública por desastre ambiental (Blumenau, Brasil).

Tese apresentada para obtenção do título de doutor junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Cornelia Eckert

Porto Alegre, 2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dra. Ana Luiza Carvalho da Rocha _____

Dra. Cornelia Eckert (Presidente) _____

Dra. Ondina Leal _____

Dra. Paulina Osorio _____

Dra. Rumi Kubo _____

DEDICATÓRIA

Para meus pais Carlos Renato e Otília Maria e irmãos Rodrigo, Renata e Raquel.

Para minha esposa Daniele.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Capes e o CNPq pela concessão de bolsas de pesquisa no Brasil e no Exterior durante o Curso de Doutorado.

Agradeço imensamente à Professora Cornelia Eckert, figura essencial para minha formação no campo da Antropologia das Sociedades Complexas e no trabalho com imagens, orientando-me desde a graduação com muito empenho, paciência e dedicação e tornando-se uma verdadeira parceira intelectual e amiga.

À professora Telma Camargo da Silva, pelas valiosas contribuições teóricas e metodológicas durante todo o processo de pesquisa e na banca de qualificação.

Ao Professor Roberto Verdum, pelas importantes contribuições na banca de qualificação no que se refere aos estudos sobre o meio ambiente e a ecologia.

A todos os professores do PPGAS(UFRGS), pela oportunidade de estudar numa instituição de referência em ensino e pesquisa e em especial à professora Ceres Victora pela contribuição para a concretização de meus estudos na Johns Hopkins University durante o doutorado-sanduíche.

Às professoras Veena Das e Jane Guyer, pelo apoio no acesso ao debate da Antropologia dos Desastres nos Estados Unidos e pelo aporte conceitual.

Aos funcionários do PPGAS(UFRGS), Rose e Alexandre, pela relação de amizade e pela postura solidária e atenciosa.

Aos colegas e amigos do Curso de Mestrado e Doutorado com quem dividi ideias, teorias, angústias e momentos de alegria.

Agradeço à amiga Carla Ruas pela ajuda durante o período de adaptação à vida nos Estados Unidos e pelos momentos de “sociabilidade brasileira” em Baltimore.

Aos antigos e novos membros do NAVISUAL, pelo diálogo, aprendizagem, troca de experiências e, sobretudo pela amizade estabelecida.

A todos habitantes de Blumenau que gentilmente me receberam em seus locais de trabalho e moradia, que acolheram a proposta da pesquisa e disponibilizaram-se a narrar suas experiências sobre o desastre de 2008. Entre eles destaco os amigos Heriberto e Marcos, figuras fundamentais para a realização da pesquisa.

Agradeço de maneira especial aos meus pais Carlos Renato e Otília e irmãos Rodrigo Renata e Raquel pelo apoio incondicional, seja este emocional ou financeiro e, sobretudo, pelo carinho e paciência nesse longo caminho acadêmico.

Por último, agradeço principalmente à minha esposa Daniele, por todo apoio, amor e carinho e pela contribuição intelectual como socióloga e como companheira nessa jornada.

RESUMO

Palavras-Chave: Antropologia; Meio Ambiente; Desastre; Memória; Sofrimento Social; Ação Comunitária; Políticas Ambientais

Este estudo antropológico trata de questões relacionadas ao enfrentamento do desastre que atingiu a cidade de Blumenau, Santa Catarina, Brasil, em novembro de 2008, resultado de um anticiclone que gerou enormes danos físicos, materiais e a ruptura das rotinas e dos laços afetivos e de parentesco de seus habitantes. A análise se pauta nas narrativas da experiência de vitimização, vulnerabilidade e de sofrimento conformadas na memória dos habitantes atingidos que configuram diferentes formas de interpretação, superação do desastre e reorganização da vida familiar e comunitária. Tais narrativas e práticas revelam relações com distintas dimensões éticas engendradas nos discursos e ações produzidas pelas entidades políticas e científicas, que abordam a relação entre indivíduo, sociedade e ambiente. O exame das políticas de Defesa Civil e de prevenção de desastres revelam o encontro entre as noções, práticas e valores da população com a racionalidade científica, burocrática e tecnicista do Estado e outros órgãos, encontro este que delineia diversas formas de resistência, na invisibilidade do cotidiano, em face das situações de vulnerabilidade.

ABSTRACT

Key-Words: Anthropology; Natural Environment; Disaster; Memory; Social Suffering; Community Action; Environmental Politics

This anthropological study is about issues related to the confrontation with the disaster that struck the city of Blumenau, Santa Catarina, Brazil, in November 2008, a violent tempest that generated enormous physical and material damage and, also, the disruption of routines, of family and emotional attachments of its inhabitants. The analysis is based on the narration of the experience of victimization, vulnerability and suffering on the memory of the inhabitants, that represent different ways of interpreting and overcoming the disaster and reorganization of family and community life. Such narratives and practical matters are related to the various ethical dimensions revealed by their speech and by the actions taken by political and scientific institutions that discuss the relation of individuals, society and the environment. The examination of the politics of Civil defense and disaster prevention reveals the reunion of concepts, practice and values of the population is ruled by scientific rationality, bureaucracy and technical thinking of the State and institutions. That reunion outstrips several ways of resistance in the invisibility of everyday life when in a place of great vulnerability.

LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Páginas 26 e 27.

Figura 2. Página 29.

Figura 3. Página 30.

Figura 4. Página 34.

Figura 5. Página 44.

Figura 6. Página 51.

Figura 7. Páginas 53 e 54.

Figura 8. Página 60.

Figura 9. Página 61.

Figura 10. Página 62.

Figura 11. Página 65.

Figura 12. Página 67.

Figura 13. Página 81.

Figura 14. Página 92.

Figura 15. Página 93.

Figura 16. Página 115.

Figura 17. Página 134.

Figura 18. Página 137.

Figura 19. Página 145.

Figura 20. Página 150.

Figura 21. Página 152.

Figura 22. Página 156.

Figura 23. Página 157.

Figura 24. Página 167.

Figura 25. Página 170.

Figura 26. Página 173.

Figura 27. Página 175.

Figura 28. Página 178.

Figura 29. Página 179.

Figura 30. Página 185.

Figura 31. Página 192.

Figura 32. Página 183.

Figura 33. Página 197.

Figura 34. Página 199.

Figura 35. Página 204.

Figura 36. Página 222.

Figura 37. Página 224.

Figura 37. Página 241.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Página 183. Tabela Histórica das Enchentes que Atingiram Blumenau de 1850 a 2008.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AHJFS	Arquivo Histórico José Ferreira da Silva
AMVRF	Associação de Moradores do Vale do Rio Fresco
ANA	Agência Nacional da Água
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BADESC	Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina
CAIC	Centro de Atenção Integral a Criança
CEDEC	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
CEOPS	Centro de Operações do Sistema de Alerta
CESBLU	Centro de Educação Superior de Blumenau
CIMA	Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente
CODEC	Centro de Operações de Comissão de Defesa
COMDEC	Comissão Municipal de Defesa Civil
DEDC	Departamento Estadual de Defesa Civil
DEM	Democratas
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
DNOS	Departamento Nacional de Obras e Saneamento
E.U.A.	Estados Unidos da América
FURB	Universidade Regional de Blumenau
GEACAP	Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas
GTC	Grupo de Trabalho Científico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDNDR	International Decade for Natural Disaster Reducion
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IML	Instituto Médico Legal
IPA	Instituto de Pesquisa Ambientais
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
MAD	Movimento dos Atingidos pelo Desastre
ONU	Organização das Nações Unidas
NAVISUAL	Núcleo de Antropologia Visual
NEPED	Núcleo de Estudos em Pesquisas em Desastres
NUPECS	Núcleo de Pesquisa sobre Cultura Contemporânea
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PLADE	Plano Global Integrado de Defesa Contra Enchentes
PMRR	Plano Municipal de Redução de Risco
PPGAS	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPRD	Plano Integrado de Preservação e Mitigação de Riscos de Desastres Naturais da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SEDEC	Secretaria Especial de Defesa Civil
SEGEO	Secretaria Municipal de Geologia
SIALERTABLU	Sistema de Monitoramento e Alerta de Eventos Extremos de Blumenau
SINDEC	Sistema Nacional de Defesa Civil
SNCT	Semana Nacional de Ciência e Tecnologia
SINPDEC	Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNIBLAM	União Blumenauense de Associações de Moradores
UNICAMP	Universidade de Campinas
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1. A Imersão na Terra das Enchentes, do Vestuário e do Chopp.....	25
1.1. Reflexos da Tragédia: A Associação do Vale do Ribeirão Fresco.....	39
1.2. O Movimento dos Atingidos pelo Desastre.....	50
1.3. A Vida na Moradia Provisória.....	65
1.4. Os Desafios da Defesa Civil.....	77
1.5. Sob as águas do Vale do Itajaí.....	86
CAPÍTULO 2. As Diferentes Faces do Desastre.....	88
2.1. Ruptura, Liminaridade e Reagregação - Rememorando os dias incertos do Desastre no Bairro do Garcia.....	91
2.2. O Desastre como Conflito e Luta Política – O Vale do Ribeirão Fresco.....	104
2.3. O Desastre como Desenraizamento - Os Moradores do Condomínio Itoupavazinha....	118
CAPÍTULO 3. Dramáticas da Vida Urbana. Rupturas na Vida Cotidiana e nos Projetos Individuais e Familiares dos Atingidos pelo Desastre.....	130
3.1. “Da enchente para cá, a vida terminou”. Reflexos do desastre na memória e trajetórias individuais e familiares dos idosos atingidos pelo desastre.....	132
3.2. A perda como uma nova oportunidade. O caso dos jovens atingidos pelo desastre...159	
CAPÍTULO 4. A Cidade das Enchentes.....	167
4.1. Natureza versus Civilização – A Colonização Europeia do Vale do Itajaí.....	167
4.2. A eterna luta contra as enchentes.....	182
CAPÍTULO 5. Os Desastres sob o ponto de Vista Institucional – O Debate sobre as Políticas e Ações de Prevenção.....	206
5.1. O Global no Local – O Impacto dos Conceitos de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável nas Políticas de Prevenção de Enchentes no Vale do Itajaí....	207
5.2. O Centro de Operações do Sistema de Alerta (CEOPS) e os Projetos Científicos de Prevenção de Desastres.....	220
5.3. A Defesa Civil Municipal e o Plano Municipal de Redução de Riscos.....	236
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	250
REFERÊNCIAS.....	258

INTRODUÇÃO

O aumento do impacto de desastres ambientais sobre populações urbanas tem se destacado como uma das mais importantes questões contemporâneas. A busca pelas causas e pela minimização das consequências desses eventos vem chamando a atenção de diferentes esferas: governos, cientistas, organizações não-governamentais e populações envolvidas.

O número de pessoas atingidas por catástrofes vem aumentando de forma alarmante desde a década de 1970, segundo a Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente (CIMA, 1991). Foi neste contexto que a década de 1990 foi escolhida, na quadragésima quarta sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1989, como a Década Mundial para a Redução de Desastres (*“International Decade for Natural Disaster Reduction – IDNDR”*). A iniciativa visava reduzir os danos sociais e materiais provocados por “calamidades ambientais”, priorizando as atividades pré-impacto: planejamento, prevenção e previsão. Estes esforços refletiam dois processos que se encontravam interligados. Por um lado, a crescente vulnerabilidade dos países em desenvolvimento em termos de perdas de vidas, prejuízos materiais e os seus feitos cumulativos indiretos sobre desenvolvimento das regiões afetadas (Mattedi; Butzke, 2001).

Na última década (2000), foram apresentados dados alarmantes, apontando um total de 2 bilhões de pessoas afetadas, 780 mil mortes e prejuízos que atingiram quase 1 trilhão de dólares americanos. Neste contexto o Brasil aparece entre os principais alvos de desastres ambientais, tornando-se o sexto país a enfrentar o maior número destes no ano de 2009 (Departamento para a Redução de Desastres das Nações Unidas), sendo registradas 181 mortes causadas por chuvas, deslizamentos e enchentes. Em 2010, quase 20% dos municípios brasileiros decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública por causa de eventos climáticos. No total, 1.084 notificaram às autoridades problemas graves como enchentes ou estiagem (Agência Nacional da Água – ANA, 2011).

O aumento da preocupação com os desastres, suas causas e consequências, no entanto, não é apenas reflexo da situação natural em que se encontra o planeta, mas de um processo histórico de “ambientalização” de novas questões públicas (Lopes, 2006). A crescente preocupação com o meio ambiente, as mudanças climáticas e os desastres ambientais vem se desenvolvendo através de transformações no Estado e suas políticas públicas, leis e normas,

no campo científico e também nas visões de mundo, imaginário e comportamento das pessoas. Mas assim como em todas as épocas, as relações sociais com o ambiente, com o clima e com os desastres são complexas, dinamizando uma diversidade de saberes, práticas, dúvidas, mistérios e resistências.

Neste contexto, as ciências humanas não tem se furtado de tratar de questões relacionadas aos impactos sócio-ambientais das transformações climáticas e dos desastres. A partir da década de 1980, muitos antropólogos, geógrafos culturais e sociólogos, seguindo a crescente perspectiva ambiental, começaram a reconsiderar a ideia de que os desastres são reflexo do impacto de extremos geofísicos sobre populações humanas e deslocaram a análise para as relações homem-sociedade-meio ambiente e para os processos históricos e estruturais que dão forma e intensificam estes eventos (Oliver-Smith,1999).

No Brasil, o Núcleo de Estudos em Pesquisas em Desastres (NEPED) da Universidade Federal de São Carlos, coordenado pela professora Dra. Norma Valencio, foi o pioneiro a pesquisar a temática dos desastres e atuar em pesquisas de campo relacionadas à prevenção e recuperação de grupos vulneráveis à ameaças naturais e tecnológicas relacionadas à água. Inaugurado em 2003, o NEPED introduziu a área de pesquisa na Sociologia dos Desastres e incentivou o desenvolvimento dessa temática no âmbito das Ciências Sociais brasileira.

No campo antropológico contemporâneo, os desastres passam a ser construídos em termos de redes de relações que ligam a sociedade (organizações e relações entre indivíduos e grupos), o ambiente (a rede de relações com o mundo físico em que indivíduos e grupos são constituídos e constituintes) e a cultura (valores, normas, crenças, atitudes e conhecimentos que pertencem a essas organizações e relações).

Assim os desastres não ocorrem na natureza, mas sim nas sociedades. Entretanto, os desastres não se originam exclusivamente nas sociedades, mas nas relações entre sociedade e ambiente e nas formas institucionalizadas que essas relações tomam. As pesquisas sobre desastres (*Disasters*) nesta perspectiva apontam para a criação social da vulnerabilidade, destacando que eles emergem diretamente da ação humana, que a magnitude dos danos está relacionada à intensidade da intervenção no ambiente e que o desenvolvimento, urbanização, concentração da população e a desigualdade social reduzem a capacidade de resistência, reação e de resposta (Oliver-Smith,1996).

A discussão antropológica sobre os desastres incide sobre a objetividade da identificação e caracterização destes eventos, propondo um ponto de vista alternativo que os

apreende como um processo subjetivo e socialmente construído. De acordo com esta perspectiva, um desastre, antes de ser uma entidade fixa, identificada por certas características físicas e materiais e por dimensões temporais, passa a ser entendido como um fenômeno relativo, variando de acordo com as diferentes perspectivas e categorias de pertencimento social dos grupos e indivíduos afetados. Desta forma importa a percepção que se diferencia conforme as condições culturais, sociais, geracionais e de gênero da população. Tratam-se não só de formas de racionalidade, “mas de uma conjugação de experiências simbólicas complexas que problematizam as trajetórias pessoais e coletivas dos sujeitos” (Eckert, 2007:74) em face à esses eventos.

A contribuição do olhar antropológico está nos estudos de longo prazo, ou seja, não se pauta somente no momento da eclosão dos desastres, mas em todo o processo, sobretudo o período pós-desastre, no qual se delineiam as transformações provocadas na vida de indivíduos e grupos afetados, as diferentes interpretações dos envolvidos e as ações e políticas de superação do desastre e reconstrução da vida.

Outra contribuição da antropologia está no enfoque dos fatores que levam à vulnerabilidade social perante os desastres, destacando que as diferenças de idade, gênero, classe social, língua, religião, etnicidade e outras distinções (Oliver-Smith & Hoffman, 1999) são fundamentais para o entendimento dos níveis de risco a que as pessoas estão expostas e as diferentes formas de sofrimento perante estes eventos.

A presente pesquisa tem como foco construir uma etnografia densa sobre a população atingida, seus conhecimentos e práticas, apreendendo como ela percebe e constrói esses eventos, participam do processo de reconstrução urbana e buscam reestabelecer sua condição de vida, seu cotidiano e suas relações sociais.

Sob a perspectiva da Antropologia Urbana, a ênfase desta tese está na forma como as pessoas passam a encarar os riscos e desastres no meio urbano em que vivem e na maneira como se relacionam com eles, tomando esta “crise” não como um fato dado, mas construído e interpretado socialmente.

Meu interesse pelo tema dos desastres iniciou quando cursei a disciplina “Sociedade e Meio Ambiente”, ministrada pela minha orientadora Cornelia Eckert, durante o mestrado em Antropologia Social na UFRGS (2005-2007). Nesse primeiro contato interessei-me pelo debate das dimensões sócio-ambientais desses eventos e pelas temáticas dos riscos (Mary

Douglas, 1982), vulnerabilidade (Walter, 2008) e desenvolvimento sustentável em contextos urbanos (Acsehrad, 2001).

Durante o primeiro semestre de doutorado (2009) surgiu a oportunidade de realizar uma pesquisa etnográfica sobre o tema, através do projeto “Calamidade pública e tragédia humana em SC (2008): estudo antropológico da vitimização e ação de defesa civil na experiência traumática de desastre natural e ambiental” vinculado ao Núcleo de Pesquisa sobre Cultura Contemporânea (Nupecs, PPGAS, IFCH, UFRGS) coordenado pela Profa. Dra. Cornelia Eckert. Tendo por tema a pesquisa da memória coletiva e imaginário em contextos urbanos, o projeto partia da interpretação do tempo narrado e vivido pelos cidadãos em suas ações cotidianas (Eckert&Rocha, 2005). Vinculado ao Núcleo de Antropologia Visual (Navisual, PPGAS, IFCH, UFRGS) este projeto tratava igualmente do estudo das imagens construídas no processo narrativo da memória coletiva e das imagens discursivas que corroboram na interpretação de um campo semântico sobre a experiência de tragédia e crise sofridas pelas populações na vida cotidiana.

O município de Blumenau, localizado no Médio Vale do Itajaí, Estado de Santa Catarina, foi escolhido como universo de pesquisa pelo fato de ter sido atingido por um desastre de dimensão catastrófica no mês de novembro de 2008, tornando-se assim palco privilegiado para uma etnografia.

Inicialmente realizei a análise do material jornalístico produzido sobre o acontecimento, visto que ele foi amplamente divulgado e discutido pelos órgãos de comunicação. O evento foi caracterizado como uma anticiclone - enorme precipitação que normalmente ocorre sobre o mar - que em apenas quatro dias elevou o rio Itajaí-açu em 12 metros e gerou diversos deslizamentos em praticamente todas as regiões da cidade, atingindo cento e três mil pessoas (1/3 dos habitantes da cidade) deixando vinte cinco mil desalojados (alojaram-se na casa de vizinhos, parentes ou amigos), cinco mil desabrigados (perderam suas casas), dois mil e oitocentos feridos e causando dezenas de mortes (Sevegnani; Frank; Negredo; Soares; Keim, 2009).

As estatísticas oficiais apontavam para as cifras de cento e três mil pessoas atingidas, vinte cinco mil desalojadas, três mil desabrigadas, vinte quatro mortes e quinze feridos graves na cidade de Blumenau (Darolt&Reis, 2009). Segundo a estimativa do prefeito, apontada em uma reportagem, seria necessário no mínimo dois anos para que a cidade voltasse a ser como era antes da catástrofe.

Posteriormente, realizei uma análise da bibliografia sobre a cidade e sobre as enchentes que a acometeram desde a sua fundação na metade do século XIX. O município de Blumenau, com 304.162 habitantes (IBGE, 2007) estende-se ao longo do rio Itajaí-Açu, com grandes áreas urbanas situadas em suas margens e em encostas de morros. Devido a sua posição geográfica e a composição argilosa da camada que recobre o solo do Vale do Itajaí (facilita seu deslocamento), em situações climática desfavoráveis o fenômeno das cheias e deslizamentos são freqüentes, o que ficou evidenciado pelo fato de que desde a sua fundação a cidade foi assolada por mais de 70 enchentes e outros desastres consequentes das mesmas. Só nos últimos 50 anos foram registradas 38 enchentes.

A pesquisa etnográfica partiu do impacto do desastre nas vidas, cotidiano e memórias de moradores da cidade. Numa perspectiva indicada por Veena Das (1995), minha orientadora no período de doutorado-sanduíche na Johns Hopkins University (EUA), esse “evento crítico” repentino e inesperado foi tomado como uma “quebra do cotidiano”, uma ruptura nas trajetórias e projetos individuais e familiares, assim como nas formas sociabilidade cotidiana (Velho, 1999; Eckert & Rocha, 2005), gerando descontinuidades nas memórias individuais e coletivas (Bachelard, 1988; Halbwachs, 1990) devido a violência do desastre que atingiu essa população urbana.

O advento deste evento crítico (Das, 1997), gerou também a interpelação do Estado e órgãos públicos por parte dos sujeitos atingidos, pelas consequências deste sofrimento, evidenciando uma relação entre atores políticos reivindicando providências e o reconhecimento do Estado da sua situação de vítimas, assumindo as responsabilidades de atuar em favor de seus interesses.

A ação e a política de Defesa Civil também foi foco da análise, no que tange a organização de resistência e cooperação em face da superação da catástrofe e da prevenção subsequente, dando ênfase a lógica político-institucional que define os critérios de mensuração e organização operacional, mas também as formas de interação e sociabilidade em relações de reciprocidade e solidariedade de indivíduos, grupos e organizações no confronto a desastres.

Procurou-se através da análise antropológica e etnográfica de conhecimentos científicos e de saberes tradicionais e cotidianos, subsídios para o entendimento sobre o ponto de vista social deste evento crítico ocorrido na cidade de Blumenau, dando voz àqueles que muitas vezes são vistos como passivos e desprovidos de conhecimento, de forma que neste

diálogo entre discursos, saberes e práticas se contribua para a construção de novas políticas, tecnologias e ações em diálogos entre a comunidade e as esferas institucionais.

As imagens também foram adotadas como produtoras de conhecimento (Rocha, 1999) sobre essa realidade social marcada historicamente pelos riscos e pelos desastres. O registro visual na captação das narrativas biográficas e a pesquisa de imagens apresentaram a capacidade de efetuar uma seleção de aspectos relevantes e momentos significativos da realidade social estudada que colocaram em evidência informações que não poderiam ser obtidas por outros meios (Guran, 1998: 89) e alimentaram, provocaram e engajaram de outra maneira do que sob a escrita o pensamento e imaginário (Samain, 1994:36) do escritor e eu espero, do leitores também.

No contexto atual muito dos elementos negligenciados na memória social da cidade passam a ter um contexto histórico e político favorável para um questionamento científico. A preocupação com a questão ambiental é um destes campos a partir do qual a região metropolitana do Vale do Itajaí passa a abraçar uma série de elementos através dos quais a história da sociedade é escrita e inscrita e no qual as experiências de seus habitantes instituem uma trajetória coletiva de refundação de vínculos sociais.

O desastre passa a fazer parte das narrativas dos cidadãos. O esforço de ordenação de suas lembranças e acomodação do sofrimento no processo memória/esquecimento gera sistemas narrativos que dizem respeito à experiência da calamidade tratando de suas diferentes formas de organização social e pública pós-calamidade que perpassam a reinterpretação da trajetória de vida, a descontinuidade do cotidiano (Eckert&Rocha, 2005) e formas de reconstrução da vida.

O desastre de 2008 é, neste sentido, multidimensional, e através da sua análise busquei confrontar conceitos como risco (Giddens,1991; Beck, 1998; Douglas, 1982,1992) e vulnerabilidade (Walter, 2008) tão caros à análise científica dos desastres, com um contexto empírico, em que indivíduos e grupos vivenciam, experimentam, interpretam e negociam esses entendimentos através de suas práticas cotidianas, relações sociais, assim como pela reconstrução e superação do evento através da memória (Halbwachs, 1990; Bachelard, 1988).

A investigação perpassou distintas formas de representação do desastre conforme ele é vivido e pensado em diferentes escalas: como tragédia pessoal, familiar, catástrofe municipal, estadual e nacional (na medida em que órgãos de Defesa Civil nestes diversos níveis se organizam para o entendimento, prevenção e superação do evento) e como reflexo

da degradação ambiental e do desenvolvimento urbano descontrolado no contexto municipal, nacional e planetário.

Analisando as ações, noções e políticas da Defesa Civil do Município de Blumenau na experiência deste “evento crítico” (Das, 1995) como uma forma discursiva, narrativa e sobretudo normativa de explicação do desastre, assim como suas ações junto aos atingidos, vislumbrei os conflitos, resistências e reinterpretações do evento nas quais são reelaboradas as “estratégias e práticas” (De Certeau, 1994) de ação civil.

O discurso produzido pela Defesa Civil a partir da lógica da catástrofe mesurada pelos impactos humanos entendidos como o número de vítimas, pelas perdas materiais e destruição da infraestrutura pública é muitas vezes confrontado pelas experiências, práticas cotidianas (De Certeau, 1994) e conhecimentos (Granjo, 2006) dos cidadãos, apresentando uma rica gama de sistemas explicativos sobre o desastre.

O campo científico em torno da meteorologia, previsões climáticas e sustentabilidade ambiental urbana enquanto domínio de atuação de peritos e especialistas, tratando sobre questões relacionadas a uma demanda de conhecimento tecnológico em relação à “cultura do risco” também foi fonte privilegiada para a reconstrução de ações, discursos e representações sobre o desastre de 2008 e outros eventos climáticos que vem atingindo a cidade desde a sua fundação.

Políticas, projetos e pesquisas internacionais, nacionais e locais em torno de instrumentos de controle de enchentes, de previsão do tempo, de gerenciamento de riscos como o Projeto de Prevenção de Desastres da JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional), o Plano de Recursos Hídricos do Comitê da Bacia do Itajaí e o Plano Municipal de Redução de Risco da Cidade de Blumenau (PMRR), também foram foco de análise na tese.

Tomando a noção de mesoética, definida por Roberto Cardoso de Oliveira (2006) como “às relações sociais permeadas pela ação do Estado” apresento encontros e confrontos etnográficos entre visões desenvolvidas por estes diferentes atores sociais no contexto de políticas de prevenção de desastres e atendimento às vítimas. Importando ainda considerar a forma de organização de defesa civil e a organização civil voluntária da cidade na relação com estes planos de âmbito local, estadual, nacional e internacional e seus reflexos nas visões de mundo, imaginário e comportamento da população da cidade.

A pesquisa antropológica e o método etnográfico - realizados de forma ética, na medida em que todos os relatos e imagens utilizados neste trabalho foram concedidos com a anuência dos sujeitos pesquisados através de consentimento informado e o conteúdo da tese (relatos, imagens e descrições) repassado para os mesmos antes da publicação - são instrumentos fundamentais para dar conta da interpretação dessa dramática da vida cotidiana na condição urbana de enfrentamento deste evento crítico cujas consequências são sentidas e vividas até hoje e provavelmente pelo resto da vida de muitos cidadãos. Como pretendo demonstrar ao longo da tese.

No primeiro capítulo apresento minha imersão etnográfica na cidade de Blumenau e a aproximação e compartilhamento de experiências e relações dialógicas com diferentes atores sociais atingidos pelo desastre de 2008. A ação política da Associação de Moradores do Vale do Ribeirão Fresco e do Movimento dos Atingidos pelo Desastre na contestação dos procedimentos de atendimento aos atingidos é discutida nos subcapítulos 1 e 2. Na terceira parte do primeiro capítulo, trato do processo de diálogo com os atingidos que habitam as moradias provisórias e apresento suas narrativas sobre as dificuldades enfrentadas naqueles espaços. A seguir, abordo a perspectiva dos membros da Defesa Civil sobre as ações realizadas durante o evento e as medidas adotadas no período de reconstrução da cidade.

No segundo capítulo, aponto o desastre como um drama processual, tendo em vista as lembranças, interpretações e formas de reestruturação da vida dos atingidos. Na primeira parte trato da experiência dos sujeitos que viviam na Rua Araranguá, dando visibilidade para o drama social que vivenciaram caracterizado pelos momentos de ruptura, devido a perda da moradia, liminaridade, quando passaram a viver nos abrigos e reagregação, a partir da retomada da vida nas moradias provisórias. Na segunda parte, apresento a face política do desastre focalizando a perspectiva do Movimento dos Atingidos pelo Desastre e da Associação de Moradores do Ribeirão Fresco sobre as políticas de habitação propostas pela Prefeitura Municipal. Por fim, discuto o impacto material e social do desastre no que tange à pertença social e ao processo de adaptação de famílias realocadas no Condomínio Itoupavazinha.

As rupturas na vida cotidiana e nos projetos individuais e familiares dos atingidos pelo Desastre de 2008 são tratadas no capítulo 3. Apresento as narrativas de mulheres e homens, jovens e idosos que configuram diferentes formas de sofrimento, interpretação e reconstituição da vida em face do desastre, tendo em vista suas distintas trajetórias familiares

e condições sociais e econômicas.

No capítulo 4, trato do panorama histórico da ocupação do Vale do Itajaí e da constituição do discurso de luta do imigrante alemão pelo desenvolvimento e civilização da região frente a uma natureza perigosa e traiçoeira. No segundo subcapítulo, investigo a experiência de enfrentamento de enchentes enraizada na memória coletiva dos habitantes de Blumenau.

No quinto e último capítulo abordo o tema da prevenção de desastres, situando o debate de sua configuração no Vale do Itajaí em meio à discussão mundial sobre mudanças climáticas e a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável. Explorando a dimensão desses conceitos no contexto da região, apresento as visões e opiniões de profissionais do Comitê do Itajaí, do Centro de Operações do Sistema de Alerta (CEOPS) e da Defesa Civil Municipal sobre as principais dificuldades enfrentadas e os conflitos relacionados às ações a serem implantadas para reduzir os danos causados por enchentes e enxurradas.

CAPÍTULO 1. “A IMERSÃO NA TERRA DAS ENCHENTES, DO VESTUÁRIO E DO CHOPP”

Minha primeira incursão etnográfica na cidade de Blumenau, no ano de 2009, foi marcada por uma intensa imersão no campo de pesquisa, ainda que através de encontros e diálogos rápidos e fugidios, mas extremamente densos. Nesses diálogos, os interlocutores, expuseram representações e significados sobre as incertezas que assinalavam reorientações nas suas formas cotidianas de viver em face aos riscos e vulnerabilidades (Giddens, 1991) relacionados aos frequentes eventos climáticos que atingiam a cidade.

Enquanto chegava à cidade de Blumenau pela primeira vez, numa manhã cinzenta de segunda-feira em 28 de setembro de 2009, observava a paisagem e a disposição das suas construções em torno das margens do rio Itajaí-Açu. Seus prédios e casas se erguiam ao longo do rio e seus ribeirões, espremidas por enormes morros verdejantes, formando estreitos corredores urbanos conectados através de pontes e túneis, compondo um entrecortado centro urbano de trezentos e quatro mil habitantes.

Tal como um arqueólogo urbano, procurava rastros do desastre ocorrido no ano anterior durante o trajeto percorrido pelo ônibus até a rodoviária, mas não encontrei evidências, pelo menos em termos de infraestrutura urbana (notava-se no máximo algumas reformas recentes nas casas ou irregularidade na pintura, demonstrando que muitas foram realizadas recentemente). A forte neblina da manhã cobria grande parte da paisagem, mas eram visíveis algumas anomalias na textura dos morros, evidenciando a ocorrência de deslizamentos. Aquele cenário tranquilo e quieto não representava de maneira alguma a cidade que as notícias veiculadas pela imprensa descreviam como destruída e traumatizada e que consternara toda a nação brasileira, no ano anterior.



ZERO HORA.COM

No especial Emergência em SC:
> Em áudio, depoimentos de quem está enfrentando a tragédia em SC
> Outras imagens dos estragos causados pela chuva
> Em gráfico, a situação dos municípios afetados e das estradas
> O corredor da devastação: mapa mostra os rios que transbordaram
> Blog com relatos e fotos dos leitores
Acesse www.zerohora.com



Enxurrada mata, devasta e isola



STEFANO SCALINI

A calamidade se alastra

Cheias em SC, que mataram pelo menos 65 pessoas, afetam o sul do país



UTUROS DE IWATE

Em Blumenau, uma das cidades mais atingidas por alagamentos e deslizamentos que causaram tragédias em Santa Catarina, equipes de resgate retiraram moradores de áreas isoladas

> RS tem abastecimento de gás natural diminuído

> Estradas entre os dois Estados são bloqueadas

> Parte das linhas de ônibus é interrompida

Páginas 4 a 6, 10, 12 e 17



Sábado, dia 22

Domingo, dia 23

Três mortes confirmadas

21 mortes confirmadas

Em meio à destruição e à morte provocadas pela enchente em Santa Catarina, relatos de vidas despedaçadas se combinam num painel de afeto, dor e solidariedade



Bombeiros fazem busca na casa em que morreram parentes e amigos dos Mendonça, em Sertão Verde

As vozes da tragédia

Fig. 1. Reportagens Especiais sobre o Desastre de 2008 veiculadas no Jornal Zero Hora nos dia 25 e 30 de novembro de 2008.

Ao chegar à rodoviária, uma chuva intensa começou a castigar a cidade. Dirigindo-me para o hotel, localizado no centro da cidade, passei por uma via parcialmente interditada, onde parte da pista parecia ter sido tragada pelo rio. Era a primeira evidência do desastre.

Perguntando ao taxista sobre o motivo da interdição, ele confirmou que o deslizamento havia ocorrido no ano anterior e que a reconstrução ainda não tinha sido feita desde então, gerando transtornos e engarrafamentos nas vias que levavam ao centro da cidade. Mais adiante foi possível avistar uma via interrompida por placas que indicavam ter existido ali uma ponte até a ocorrência do desastre. A infraestrutura da cidade começava a demonstrar os efeitos do evento, mas para além dos rastros materiais eram os rastros na memória dos habitantes os quais eu estava interessado.

Neste contexto de chuva e de trânsito parado, o taxista comentou sobre a crescente incapacidade da infraestrutura urbana da cidade frente ao crescimento habitacional e o aumento do tráfego de carros. Enquanto ele reclamava do trânsito e dos carros que enguiçavam em meio à chuva intensa, perguntei-lhe desde quando estava chovendo em Blumenau. Ele respondeu: “Desde o sábado. As pessoas já estão ficando preocupadas, todos estão em alerta”. Questionei-o então, relatando que para mim as pessoas pareciam muito serenas, não demonstravam preocupação, seguiam suas rotinas normalmente. Ao que ele respondeu prontamente: é que nessa parte da cidade, aqui no centro, tudo está tranquilo, mas lá nos bairros, nos morros, no interior, todo mundo está apavorado, cuidando o nível do rio, e levantando seus móveis.

As explicações dadas pelo taxista evidenciavam que a vulnerabilidade da população frente às enchentes estava vinculada a uma condição real do morar na periferia, nas encostas dos morros, de estar segregado espacialmente do centro, considerado seguro e apresentavam a segregação espacial estrutural da sociedade brasileira e o problema do direito a moradia como um intensificador dos riscos e das consequências de desastres, acarretando o que Solene Herculano (2006) denomina como “injustiça ambiental”¹.

¹¹ Solene Herculano (2006:1) destaca que a noção de “injustiça ambiental” passou a ser discutida muito recentemente no Brasil, sendo foco principalmente da sociologia ambiental, de ambientalistas e de movimentos sociais. A injustiça ambiental diz respeito, segundo esses diferentes atores sociais, ao mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. A injustiça ambiental resultaria da lógica perversa de um sistema de produção, de ocupação do solo, de destruição de ecossistemas, de alocação espacial de processos poluentes, que penaliza as condições de saúde da população trabalhadora, moradora de bairros pobres e excluída pelos grandes projetos de desenvolvimento.



Prefeitura Municipal de Blumenau
Secretaria Municipal de Planejamento Urbano

Mapa Político de Blumenau

Março/2006

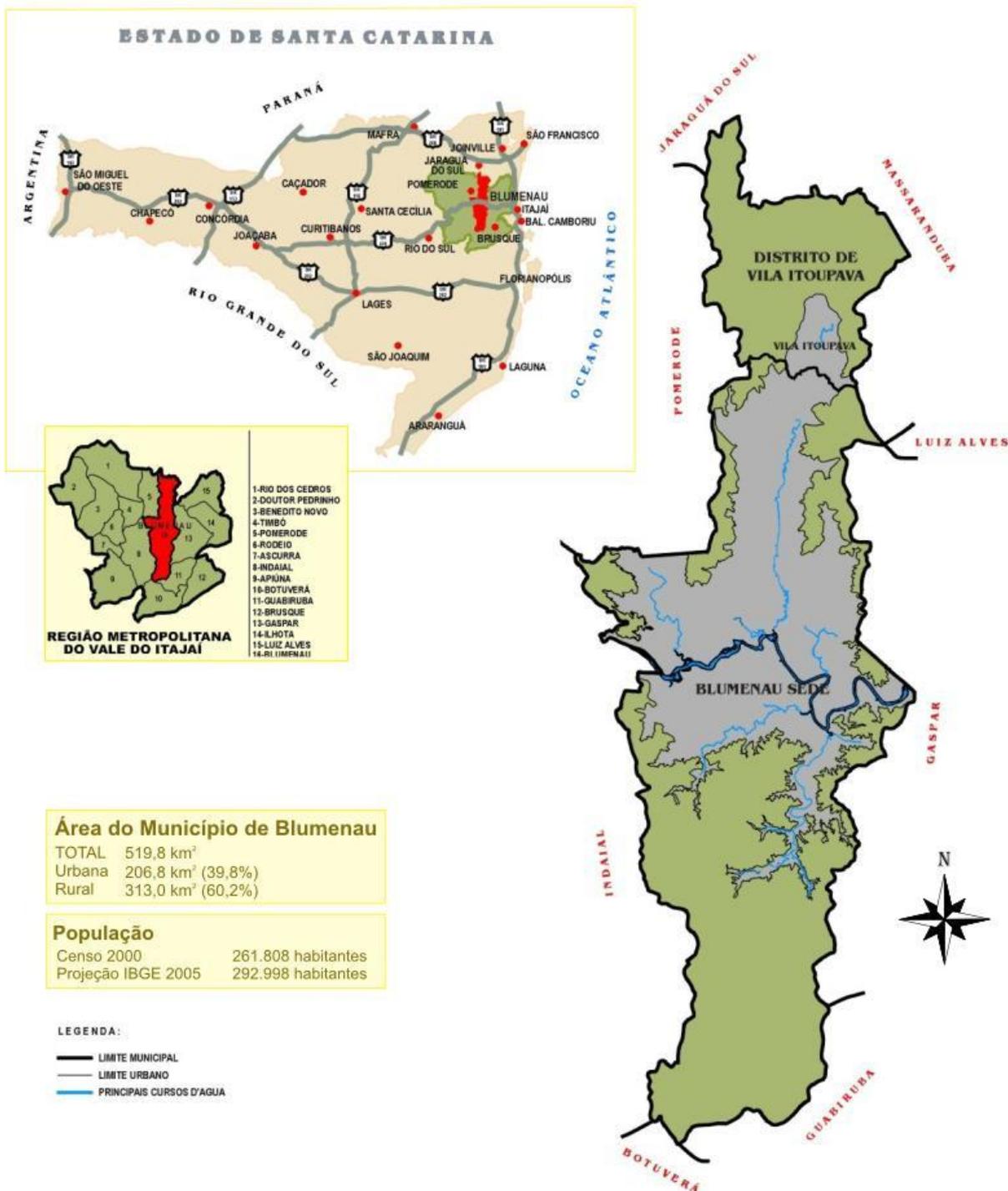


Fig.2. Mapa Político de Blumenau – Sem Escala. Fonte: Prefeitura Municipal de Blumenau.

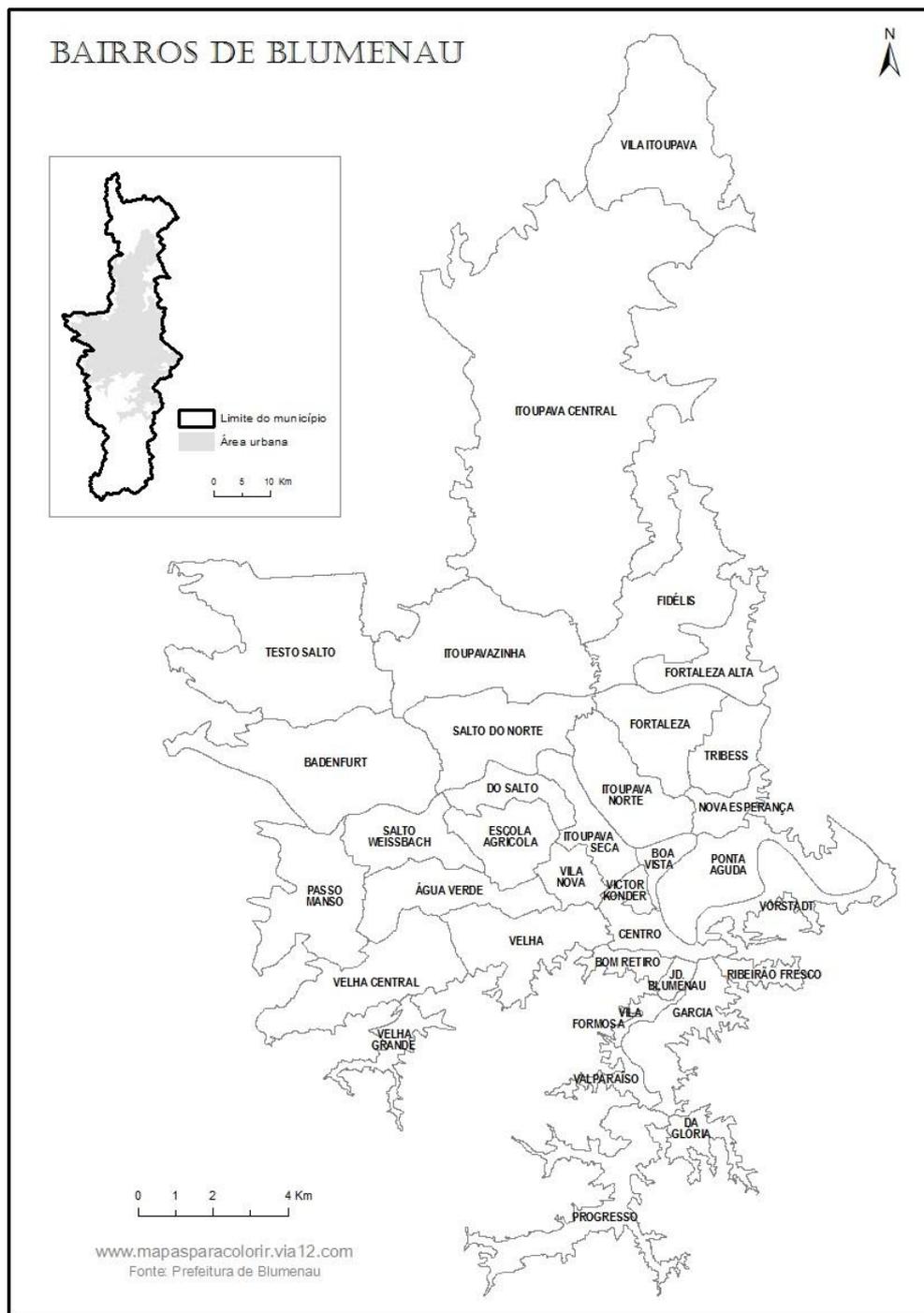


Fig.3. Mapa dos Bairros de Blumenau. Escala:1:100.000. Fonte: www.mapasparacolorir.com.br

Para além dessa interpretação, o diálogo evidenciava também, que ele próprio era um habitante desta “periferia”, vivia nesta linha tênue de constante risco frente às tempestades e chuvas constantes, e que sentia na pele a manutenção e reforço de uma distância social entre moradores das partes mais nobres e ditas seguras, representados pela normalidade do centro em contrapartida aos moradores das partes mais vulneráveis, que ainda sofriam as consequências do desastre de 2008.

Ele relatava ainda, que a cada chuva mais intensa ou duradoura, sua família preparava-se, colocando os móveis e os bens mais valiosos em locais altos para evitar o contato com a água da enchente e que passavam a observar atentamente a cheia do rio.

Ao relatar sobre o meu interesse em pesquisar o desastre de novembro de 2008 e os atingidos ele falou que sua família não teria passado por grandes dificuldades durante o evento de novembro 2008, tendo apenas pequenos danos materiais devido à entrada de água e da lama em sua residência. Havia, no entanto, a preocupação com alguns familiares que tiveram suas casas atingidas, entre eles, seu sogro, que passara alguns meses morando em sua casa devido a ameaça de desabamento.

Ao chegar no hotel despedi-me do taxista e logo no hall de entrada deparei-me com uma senhora que aparentava ser uma funcionária, observando a chuva. Ao passar por ela, esta murmurou: “Oh, Santa Catarina! O que nós fizemos para merecer essas calamidades”. Sua fala referia-se claramente à intensidade da chuva que atingia a cidade a pelo menos três dias e a sua preocupação com as constantes ameaças de enchente. Desenhava-se diante de mim uma “sociedade de risco”, nos moldes do que escrevia Mary Douglas (1992).

No momento de dar a entrada no hotel, outra visão sobre os eventos climáticos de Blumenau foi-me apresentada. Enquanto o atendente conferia os dados da reserva e eu preenchia a ficha, um hóspede comentava sobre a sua preocupação com a chuva intensa, visto que tinha conhecimento do que havia ocorrido na região do Vale do Itajaí no ano anterior. O atendente pensando sobre a enunciação do hóspede, argumentou: “Esse tipo de coisa acaba com a gente! A imprensa está acabando com o turismo da região! Agora todo mundo fica com medo de vir para cá e toda vez que começa a chover é um estardalhaço, como se fosse ocorrer alguma tragédia. Desse jeito ninguém mais vai vir para cá”.

A preocupação com o turismo, especialmente a poucos dias do início da Oktoberfest, justificaria tal argumentação, mas ao longo da pesquisa ficava-me claro que uma boa parte da população, especialmente as pessoas que não tiveram grandes perdas na tragédia de novembro de 2008, optavam por uma negação da excepcionalidade do evento ocorrido e por um discurso de normalidade do cotidiano e superação evocando a histórica capacidade de trabalho e recuperação da população frente às inúmeras enchentes que atingiram a cidade de Blumenau desde a sua fundação.

Nestes primeiros dias em Blumenau acompanhava os acontecimentos da cidade pela TV, devido à chuva torrencial que caía incessantemente. A empreitada de estudar desastres

climáticos gerava uma vontade muito grande de me embrenhar nos bairros distantes da cidade, mas meu total desconhecimento geográfico, somado a total inexperiência no enfrentamento de enchentes limitavam meu deslocamento somente ao centro da cidade.

Espantado pela tensão da enchente anunciada, acompanhava em cada telejornal ou chamada de plantão a previsão do tempo e o anúncio da medida da cheia do rio, com a qual rapidamente fiquei familiarizado. Diariamente especialistas discutiam asperamente em programas de televisão sobre a possibilidade de enchente, a insustentabilidade da cidade e o crescente número de danos e vítimas que estes eventos faziam.

Após cinco dias de chuva, o silêncio reinava na cidade e as ruas estavam vazias, o que demonstrava a preocupação e a espera da população pelo inevitável. Anunciava-se uma enchente, pois a cheia do rio alcançara 8,35 metros e o limite para o transbordamento e alagamento das ruas e casas ribeirinhas era de 8,5 metros. No entanto, durante a madrugada a intensidade da chuva diminuía e as previsões se tornaram mais otimistas.

Quinta-Feira, 1º de Outubro de 2009

Numa manhã de chuva fina, dirigi-me a prefeitura da cidade, a fim de conhecer a Secretaria Municipal de Defesa Civil e estabelecer os primeiros contatos para a realização da minha pesquisa e familiarização com a questão dos desastres na cidade. Ao entrar no prédio de arquitetura Enxaimel, notava um clima de tranquilidade entre os funcionários e atendentes. Parecia que o perigo já havia passado.

Este clima de tranquilidade logo mudou assim que adentrei a Secretaria da Defesa Civil, no quarto andar do prédio. Era visível a ansiedade dos técnicos e apesar da constante movimentação, estes me receberam muito bem e ouviram com atenção o que lhes tinha a dizer.

Disseram-me para esperar até por volta do meio-dia, para que o coordenador técnico chamado José Negro, pudesse conversar comigo. Foi-me informado que ele estava em uma ação de campo e que ele era a pessoa mais indicada para explicar o funcionamento e as formas de ação da Defesa Civil Municipal. O clima na Defesa Civil naquele momento era de

evidente tensão, seus membros andavam de um lado para o outro atendendo telefonemas e verificando dados nos seus computadores.

Após uma longa espera, Negredo chegou. Alto, de cabelos grisalhos, com uma postura claramente militar e com uma voz firme, ele me cumprimentou e convidou-me a sentar. Ao longo de nossa conversa apresentou-me a forma de atuação da Defesa Civil Municipal com evidente entusiasmo e dedicação.

Primeiramente destacou o Planejamento da Defesa Civil. Este é dividido em três itens: o Planejamento Estratégico, constituído pelo Plano Diretor da Defesa Civil; O Planejamento Tático, composto pelo Plano de Contingência, elaborado com antecipação para responder a uma hipótese de desastre e pelo Plano Operacional, elaborado ou adaptado na emergência para responder a um desastre ocorrido; O Planejamento Financeiro: os Planos Plurianuais de Defesa Civil e a Programação Anual da Defesa Civil.

Nossa conversa convergiu para as características do Planejamento Tático, dentro deste, o Plano de Contingência constitui a parte de prevenção (Negredo, 2009:65) contra desastres, considerada a mais difícil e menos dispendiosa. É considerada difícil porque recebe poucos investimentos, tem pouca visibilidade política e porque necessita do envolvimento ativo de setores políticos, técnicos e da população e é menos dispendiosa porque trata de diminuir a intensidade dos desastres antes da sua ocorrência – “apagar os incêndios na prancheta” - através da organização dos locais de atendimento (abrigos) e pela elaboração de mapas de áreas de risco e de identificação de ameaças, vulnerabilidades da cada região da cidade, buscando o envolvimento da comunidade e de instituições na construção de conhecimentos e ações de prevenção.

O Plano Operacional diz respeito à resposta aos desastres (Negredo, 2009:65) que se traduz no atendimento propriamente dito, o socorro e a assistência às vítimas do desastre. É considerada a fase mais crítica, devido à urgência das ações e a atenção especial dada à logística em virtude das ações de resgate e salvamento. Após a fase de resposta, vem a reconstrução que tem como objetivo restabelecer os serviços públicos, a economia da área, o bem estar e o moral da população, tendo em vista normalizar o cotidiano da cidade. A fase de resposta encerra o Ciclo Operacional de Defesa Civil e deveria, segundo ele, ser seguido por um novo ciclo de reconstrução segundo normas e pesquisas que visassem a prevenção de novos eventos, o que não ocorreria na maioria das vezes.

A apresentação de Negrodo foi interrompida várias vezes, para que ele atendesse algumas das inúmeras chamadas de moradores querendo saber se o nível do rio havia ultrapassado os 8,50 metros. Como o rio naquele dia atingia a marca de 8,35 m e a chuva continuava a cair, a cada quinze minutos o telefone da Defesa Civil tocava e os técnicos revezavam no atendimento aos moradores preocupados com a probabilidade de uma enchente.

Terminada a apresentação do Planejamento da Defesa Civil, Negrodo levou-me ao depósito para entregar-me algumas cartilhas educativas, destinadas às escolas da cidade tendo em vista orientar seus alunos sobre as formas de prevenção e de ação na hipótese da ocorrência de enchentes e deslizamentos.



Fig. 4. Cartilha de Educação para a Redução de Risco da Defesa Civil Estadual-SC.

No fim do diálogo, quando me despedia de Negrodo, nossa conversa foi interrompida pela última vez. Um homem adentrou a sala da Defesa Civil visivelmente irritado e bradou com um documento em mãos:

Vocês vão me dar a autorização para a construção da minha casa ou não? Eu já cansei! É a quarta vez que eu venho aqui e todos me dizem para ir na secretaria de Planejamento, aí eu vou lá e falam que eu devo esperar, porque demora, porque a Defesa Civil tem que fazer a vistoria,.... Eu já estou cheio, se esta autorização não sair nos próximos dias eu vou construir minha casa sem ela, já esperei 6 meses.

Visivelmente constrangido, Negredo informou ao homem que não poderia dar garantias de que o processo fosse rápido, pois envolvia três secretarias (Defesa Civil, Planejamento Urbano e Meio Ambiente) e porque o trabalho de vistoria da Defesa Civil era imenso para a quantidade de funcionários que ela possuía.

Após ouvir a enunciação, o homem saiu da sala bufando, dizendo que ia construir a casa de qualquer jeito. Negredo confessou-me que esses casos eram comuns e que grande parte das novas residências da cidade eram construídas sem autorização, visto que a fiscalização é muito precária.

Antes de ir embora presenciei outro episódio (Turner, 1986) que ilumina sobre esta “cultura do risco” que seleciona os eventos climáticos como principal fator de desorganização da vida social blumenauense (Douglas,1982). Um senhor de pelo menos cinquenta anos, se apresentou como líder comunitário de um bairro da cidade e ofereceu bilhetes de rifa e convites para uma feijoada que seria realizada no centro comunitário. A festa tinha como finalidade arrecadar dinheiro para a compra de mudas de árvores para a recuperação da mata dos morros da região, tendo em vista combater o risco de deslizamentos.

Estabeleceu-se então um diálogo entre o líder comunitário e Negredo sobre qual o tipo de vegetação e de mudas eram eficientes para manter a firmeza do solo e quais eram prejudiciais e sobre qual o tamanho ideal das árvores para que estas não ofereçam riscos de queda sobre as residências. O risco de enchente e deslizamentos aparecia como assunto recorrente e as ações de prevenção de desastre eram de interesse e preocupação cotidiano, faziam parte do “saber local” (Geertz, 1997), do qual eu ainda não compartilhava, mas que buscava identificar ao longo da pesquisa.

Através desses episódios (Turner, 1976), compostos por diferentes discursos sobre risco e vulnerabilidade, fui apresentado a uma conjugação de experiências simbólicas complexas relacionadas às trajetórias pessoais e coletivas desses sujeitos em vista da constante imprevisibilidade dos riscos a que eles se viam expostos e que “resultam em

experiências violentas no mundo cotidiano que são interpretadas e narradas segundo valores, lógicas e práticas culturais socialmente compartilhadas e negociadas” (Eckert, 2009).

Sexta-Feira, 2 de Outubro de 2009

Em um seminário sobre o “Desastre de Novembro de 2008” realizado na Universidade Regional de Blumenau (FURB) um dos palestrantes iniciou sua exposição perguntando aos ouvintes, quais as palavras que vinham à mente quando eram questionados sobre a cidade de Blumenau. Muitos falaram da imigração alemã, da Oktoberfest, da pujante indústria têxtil e também das enchentes.

Após ouvir as respostas, o palestrante destacou: “então estas são as imagens da nossa cidade: A Camisa, O Chopp e As Enchentes”. As duas primeiras imagens nos “causam muito orgulho, pois representam o desenvolvimento e a identidade da nossa cidade. A última é sinônimo de vergonha, pois convivemos muito tempo com elas e somos sempre surpreendidos com a sua destruição”.

Tal afirmação não saía da minha cabeça, pois no contexto do Vale do Itajaí a história dos desastres e enchentes acompanhava e confundia-se de forma singular com a história da imigração alemã e do desenvolvimento sócio-econômico da região. Os primeiros registros de impactos de enchentes remontam a metade do século XIX, quando do estabelecimento dos primeiros imigrantes alemães. As inúmeras enchentes que atingiram o Vale do Itajaí a partir de sua ocupação apresentam a questão da larga experiência de convívio com este problema, na mesma medida que apresenta a preocupação constante com o crescente impacto destes eventos sobre a infraestrutura e a população da cidade de Blumenau.

Historicamente a ocupação do médio vale do Itajaí, que deu origem a colônia alemã de Blumenau em 1850, tinha como finalidade a produção agrícola e para tanto o local escolhido para a implantação da colônia foi o último trecho navegável do rio Itajaí-Açu acessível a partir do litoral. A impossibilidade da navegação rio acima fez com que a colônia crescesse em uma área mais baixa e acidentada, muito propícia às enchentes e enxurradas.

Além das características naturais, diversos fatores históricos e sociais contribuiriam para a ocorrência de diversos desastres, entre eles estão: o desenvolvimento sócio-econômico

baseado na indústria têxtil e na produção agrícola e a crescente urbanização que ocasionaram a destruição do meio ambiente, sobretudo da vegetação nativa que recobria morros e encostas facilitando os deslizamentos e a impermeabilização do solo. Esses processos resultaram num paradoxo entre um grande desenvolvimento econômico e um dos mais altos índices de desenvolvimento humano do Brasil em contrapartida a uma comunidade altamente vulnerável a desastres (Frank, 2009). A dinâmica da industrialização e a concentração da população em áreas urbanas fez com que eventos climáticos de menor intensidade desencadeassem desastres de dimensões cada vez maiores (Mattedi, 2000:198).

Como consequência desses fatores a cidade de Blumenau foi afetada por mais de setenta enchentes ao longo de seus 150 anos de existência. Cinco dessas inundações são encaradas como “grandes eventos” que marcaram tragicamente a memória dos habitantes e a história da cidade pela imprevisibilidade do impacto, da ruptura sobre a vida cotidiana, com mortes de pessoas e perdas patrimoniais. A maior inundação ocorreu em 1880 quando as águas do Rio Itajaí-açu atingiram 17 metros acima do nível normal. Na enchente de outubro de 1911 o rio subiu 16 metros depois de três dias de chuva, destruindo estradas e cortando a comunicação com as localidades vizinhas. Em 1957, a cidade foi tomada pelas águas três vezes, no mês de julho ela atingiu 8,68 metros, em agosto 12,42 metros e em setembro 9 metros.

Os anos de 1983 e 1984 foram marcantes para Blumenau e toda região do Vale do Itajaí. Ao longo desse período a cidade enfrentou doze cheias e no mês de julho de 1983 o rio atingiu 15 metros acima do seu nível normal. Muitas casas, indústrias e prédios públicos sofreram destruição total e a cidade permaneceu submersa por 31 dias causando o prejuízo de 1 bilhão de dólares e a morte de 16 pessoas. Tal calamidade só foi suplantada pelo desastre ocorrido em novembro de 2008 ou simplesmente “Desastre de 2008”, como ficou denominado pelos habitantes da cidade. Este evento deixou um rastro de 24 mortes, 72 pessoas feridas gravemente e mais de 5.000 desabrigados (Relatório da Defesa Civil, 2009).

O advento do “Desastre de 2008” gerou a retomada dos debates sobre os procedimentos técnicos e políticos de enfrentamento do problema e a preocupação cotidiana com os riscos ambientais narrada pelos seus habitantes como uma dramática da vida neste grande centro urbano. Como em todo período pós-impacto, a comoção com a destruição foi intensa, na mesma medida que a mobilização para a reconstrução da cidade e a indignação com a incapacidade das políticas de prevenção e atendimento implantadas por parte dos

órgãos governamentais. Na imprensa eram estampadas notícias de toda ordem e que nos remetem de forma impressionista o que se destaca como tema nesta tese em toda sua complexidade: 1) as perdas humanas e patrimoniais que afetam a população que vive uma catástrofe e um forte trauma; 2) a ação da Defesa Civil que se refere a Política Nacional de Defesa Civil em face de desastres; 3) a capacidade administrativa de um município no enfrentamento da crise e as contradições da política interna 4) as políticas de ciência e tecnologia sobre a previsão meteorológica; 5) A promoção da segurança pública e políticas habitacionais pelo Estado Nacional; 6) Políticas científicas internacionais sobre climatologia e prevenção de riscos.

Foi neste contexto de efervescência discursiva que iniciei minha pesquisa etnográfica na cidade de Blumenau. Pesquisando o tema da memória coletiva e do cotidiano junto aos moradores atingidos pelo desastre pude investigar como esse evento foi catastrófico para a população pela ruptura na vida cotidiana, colocando-os em uma evidente situação de crise no que tange suas trajetórias de vida.

Enquanto investigava o caráter microcômico do desastre e os significados atribuídos pela memória e cotidiano dos moradores atingidos tomava conhecimento igualmente do lugar fundamental que este tipo de evento ocupa na agenda política e científica da cidade, do Estado de Santa Catarina e de agências internacionais.

Para dar conta da complexidade da temática dos desastres em contextos urbanos me vi confrontado com diversas representações e discursividades que colocaram-me em diálogo com outros atores sociais interessados na explicação, prevenção e entendimento do impacto desses eventos na realidade da cidade de Blumenau.

Na continuidade do primeiro capítulo busco apresentar minha aproximação com esta realidade complexa perpassada por diferentes experiências de interpretação do desastre e de pensamento da cidade sob a perspectiva dos riscos.

1.1. Reflexos da Tragédia: A Associação do Vale do Ribeirão Fresco

Depois do breve período de uma semana em que estive em Blumenau no ano de 2009 (28 de setembro – 5 de outubro), quando comecei a conhecer e ambientar-me com a questão dos desastres na cidade, em março de 2010 estabeleci residência fixa no município até o mês de maio de 2011.

Nos primeiros dias após o meu estabelecimento, procurava por pistas sobre o desastre ocorrido em novembro de 2008 e acima de tudo iniciava um processo de inserção nas redes sociais dos habitantes atingidos. Buscava através das relações estabelecidas na cidade de Blumenau durante minha primeira incursão etnográfica, indicações de um caminho para a realização da pesquisa etnográfica.

A oportunidade surgiu quando participei de um seminário que discutia sobre a prevenção de enchentes e o desastre de 2008, ocorrido no mês de abril de 2010. Pesquisadores, autoridades políticas, técnicos da Defesa Civil, lideranças de associações de moradores e cidadãos atingidos pelo desastre tratavam dos rumos da reconstrução da cidade e dos planos, projetos e estudos sobre prevenção.

Nessas discussões apareciam questões, preocupações e narrativas em diferentes escalas. Pesquisadores, autoridades políticas e técnicos tratavam da discussão de políticas de gerenciamento e preservação da Bacia Hidrográfica do Itajaí² e dos planos multinacionais de prevenção contra desastres (JICA)³. Tal discussão remetia a uma disputa histórica entre duas

² O Comitê do Itajaí foi instituído em 1997, como órgão de caráter consultivo e deliberativo de nível regional, com vistas promover o gerenciamento de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do rio Itajaí e seus tributários, de forma descentralizada, participativa e integrada, dentro da ótica do desenvolvimento sustentável (Frank, 2000:270). Um Comitê de Bacia Hidrográfica consiste em uma reunião de pessoas representando organizações públicas e privadas, encarregada de orientar o uso e a proteção da água na sua área de atuação. Segundo a Lei nº9.433/97 Art. 38 – Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação: I – promover o debate das questões relacionadas a recursos hídricos e articular a atuação das entidades intervenientes; II – arbitrar, em primeira instância administrativa, os conflitos relacionados aos recursos hídricos; III – aprovar o Plano de Recursos Hídricos da bacia; IV – acompanhar a execução do Plano de Recursos Hídricos da bacia e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas.

³ Após o desastre de novembro de 2008, o Governo do Estado de Santa Catarina iniciou gestões junto à Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA), para que contribuísse no financiamento de ações de prevenção de desastres. A ideia era retomar o projeto proposto pela JICA na década de 1980, não executado devido a limitações na capacidade de endividamento do Estado. Entre as medidas sugeridas pela agência japonesa estão a retirada de edificações das margens dos rios, a ampliação da largura das margens para reduzir a vazão da água, o represamento da água da chuva para retardar o escoamento da enchente, e a criação de lagoas em pontos do rio para diminuir a velocidade de vazão.

teses sobre o enfrentamento do fenômeno das enchentes no Vale do Itajaí e suas fundamentações políticas.

O Plano proposto pela JICA seguiria uma tradição de ação governamental centralizada, baseada nas reivindicações do setor empresarial e na realização de medidas de caráter estrutural, destacando-se as barragens e obras de melhoramento fluvial. Tal concepção estaria vinculada a uma noção de sustentabilidade urbana baseada na correção dos rumos do desenvolvimento regional, no uso mais eficiente dos recursos naturais e na adaptação da estrutura urbana para um melhor enfrentamento de eventos extremos, dando ênfase a dimensão natural do problema.

Sua característica política seria a abertura para influência política do setor comunitário no pós-impacto, seguida pelo fechamento do círculo decisório depois de finalizado o período de recuperação (Mattedi, 2001:222). Outra característica dessa forma política de tratamento dos desastres seria a definição de instituições e indivíduos de fora da comunidade local como responsáveis pelo estudo e fixação das medidas a serem tomadas.

Já o Comitê do Itajaí estaria vinculado a uma visão ambientalista contemporânea de entendimento dos desastres. Propondo a participação democrática de setores da sociedade local na formulação de políticas e ações de prevenção. Esta concepção passa a levantar a insustentabilidade do modelo de desenvolvimento econômico da região e assinala para a necessidade de agir sobre os fatores sociais para minimizar os impactos provocados pelos desastres sobre a sociedade. Seu ponto de vista político propõe o estabelecimento de novas bases para implementação de novas medidas, fundamentadas na questão ambiental e na redefinição das formas de gestão do problema através de um novo padrão de relações entre o Estado e a sociedade, questionando a capacidade governamental de gerar condições apropriadas para a implantação das políticas de prevenção.

Ambas as teses assumiam o discurso de sustentabilidade das cidades e organizavam-se pelo recurso à metáfora biológica da resiliência, que procura descrever a capacidade adaptativa de os ecossistemas urbanos superarem a sua condição de vulnerabilidade frente a choques externos. A noção de “cidade sustentável”, como destaca Acsehrad (2001: 49), inaugura mais um cenário de enunciação, de narrativas e de atores que reelaboram as já complexas representações da cidade. Para este autor a afirmação da sustentabilidade de uma coisa ou prática social, está vinculado a uma comparação de atributos entre dois momentos situados no tempo: entre o passado e o presente, pautado por um modelo de desenvolvimento

considerado insustentável e entre o presente e o futuro, onde se delineiam como sustentáveis as práticas que se pretendem compatíveis com a qualidade futura postulada como desejável.

Do outro lado das discussões do seminário, estavam os representantes das associações de moradores e atingidos buscavam respostas para questões mais imediatas e cotidianas, que diziam respeito à construção de moradias para os desabrigados e de políticas de assistência mais democráticas e dialógicas.

Chamava-me a atenção o fato de todas narrativas apresentadas, sejam elas dos especialistas, políticos ou dos representantes das associações serem pautadas por experiências pessoais ou familiares de perda e/ou de enfrentamento de eventos climáticos. Aspectos de suas trajetórias familiares e pessoais (Velho, 1999) mesclavam-se com as mudanças e acontecimentos ocorridos na cidade. Memórias relativas ao tempo do eu e o do mundo (Bachelard, 1988:76) carregavam de sentido as suas preocupações.

Nas diversas exposições apresentava-se a ideia de que “estratégias e práticas” (De Certeau, 1994) de prevenção e enfrentamento de enchentes se tratavam de um “saber local” (Geertz, 1997), compartilhado pelos habitantes da cidade ao longo dos anos de vivência destes eventos. A existência de uma “cultura hídrica” (Mattedi, 1999) baseada em diferentes estratégias de desenvolvimento urbano numa região propensa a enchentes (Planos Internacionais, Nacionais e Municipais de Prevenção e Reação a Desastres) e táticas cotidianas de enfrentamento de cheias (construção de casas com a “frente” alta, a instalação de prateleiras nas paredes para salvar objetos e bens pessoais em caso de cheia, colocação de rodas nos móveis e eletrodomésticos para facilitar seu deslocamento em caso de alagamento da casa, técnicas de medição da cheia do rio e seus ribeirões, etc.) caracterizaria a sociedade blumenauense.

No entanto, desenhava-se nos discursos a desigualdade de condições de enfrentamento destes desastres e suas consequências. Enquanto muitos dos técnicos e pesquisadores apresentavam a questão do desastre de 2008 a partir do ponto de vista ambiental e social enfatizando o número de vítimas, as perdas materiais, de patrimônios e destruição da infraestrutura pública, os representantes de associações e atingidos apontavam as experiências vividas, as dificuldades enfrentadas na reconstrução de suas vidas e reivindicavam ações imediatas quanto a questão da moradia dos atingidos.

Vislumbrava-se nesse sentido, como escreve Douglas (1982;1992), que cada um desses atores sociais tinham suas típicas concepções de risco e desastre, onde os diferentes

princípios sociais que guiarium seus comportamentos afetariam o julgamento dos perigos mais temidos, seu significado e as formas de enfrenta-los.

Douglas (1982) argumenta que o risco é produto da junção de um conhecimento sobre o futuro e um consenso sobre as perspectivas (probabilidades) desejadas. De acordo com esse argumento, os perigos são selecionados para o interesse público de acordo com a força e direção da crítica social. A percepção dos riscos e a seleção daqueles que exigem uma preocupação mais imediata se dão através de processos sociais em que princípios morais e valores da sociedade são colocados em jogo, propondo uma relação entre o medo dos riscos e a interpretação dos desastres nas sociedades como relacionados a uma crítica ou crise de valores de cada cultura. Para a autora, se há uma burocracia que busca administrar os riscos orientando as condutas individuais, também os indivíduos se organizam na elaboração de estratégias de enfrentamento dos riscos (Douglas, 1992).

Da mesma forma, o desastre se apresentava como reflexo da criação social da vulnerabilidade, onde a magnitude de seus danos estaria relacionada também às condições econômico-sociais dos grupos que ele atingiu (Oliver-Smith, 1996;1999).

Para Oliver-Smith (1999:28), os desastres se originam nas relações entre sociedade e ambiente e nas formas institucionalizadas que essas relações tomam. Ele destaca que esses fenômenos emergem diretamente da ação humana, que a magnitude dos danos está relacionada à intensidade da intervenção no ambiente e que o desenvolvimento, urbanização, concentração da população e a desigualdade social reduzem a capacidade de resistência, reação e de resposta de instituições e sujeitos (Oliver-Smith,1996).

Nesse sentido, enquanto os representantes dos setores político e científico buscavam uma explicação para o crescimento do impacto de desastres a despeito do crescente investimento em projetos, obras e ações de prevenção e da experiência acumulada no enfrentamento de enchentes, dando como encerrada a fase de resposta ao evento de 2008, a parte composta pelos atingidos e seus representantes narravam o desastre como um ciclo que não acabou, e que “ainda havia muita água para passar”.

Parecia existir uma complexa tensão entre a memória destes últimos e a construção do evento sob o ponto de vista institucional, que desconhecia e/ou negligenciava a continuidade do sofrimento dos atingidos e dos desdobramentos do desastre no cotidiano da cidade.

A busca pela familiarização com este contexto de disputa e negociação entre os diferentes agentes envolvidos nos desdobramentos do evento de 2008, levou-me a contatar as

lideranças comunitárias presentes na reunião especialmente aquelas que trabalhavam ou mantinham contato com famílias atingidas.

Foi através desses contatos que conheci um dos personagens mais importantes para a realização da minha pesquisa etnográfica, o líder comunitário do Vale do Ribeirão Fresco, Heriberto, o qual tinha trabalhado como coordenador voluntário da Defesa Civil na sua região durante os dias de novembro de 2008 e atualmente desenvolvia trabalho voluntário junto a um grupo de moradores desabrigados que haviam ocupado e construído moradias em uma área pública de seu bairro.

Convidado a ir conversar com ele durante um final de semana, realizei uma caminhada de observação pelo Vale do Ribeirão Fresco. O bairro é situado junto à margem direita do Rio Itajaí-Açu na porção Sudeste do município de Blumenau e ocupa a área formada pelas duas margens do estreito vale do Ribeirão Fresco o qual exibe exuberante vegetação em toda sua extensão com trechos de acentuada declividade. No seu interior, já na área rural do município, apresenta o seu ponto mais alto, o morro da Garuva, com 210 metros de altitude.

A maior parte do bairro está disposta num relevo de baixa altitude, mas apresenta encostas com acentuada declividade, inclusive, ocupadas por residências. Recortado pela Rua Alwin Schrader na margem direita do Ribeirão Fresco e pela Rua Pastor Oswaldo Hesse na margem esquerda, nesta última se encontram alguns estabelecimentos voltados às atividades comerciais e de prestação de serviços, no entanto, predomina a ocupação residencial. O tráfego de veículo nesta rua é intenso, visto que ela liga o bairro ao centro da cidade, e diametralmente oposto ao trânsito de pessoas que é pouco intenso.

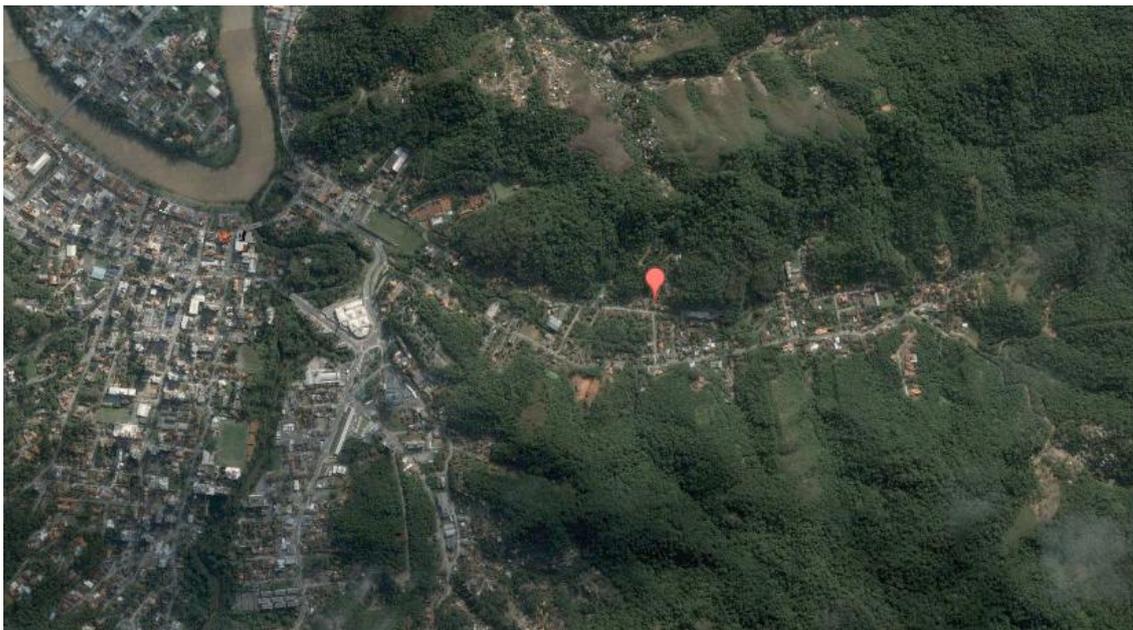


Fig. 5. Imagem do Bairro Vale do Ribeirão Fresco. Google Earth. Site: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&q=google+earth&ie=UTF-8&mid=1337369777>.

No início da via predominam casas de classe média e pequenas empresas que muitas vezes têm seus quintais e fundos muito próximos ao ribeirão. Na medida em que adentra-se no bairro aproximando-se das áreas de declividade mais alta nota-se que as construções se tornam mais modestas. A natureza é exuberante, o grande número de áreas verdes, os amplos jardins e a tranquilidade confessada pelo canto dos pássaros, evidenciam ser este um espaço periférico da cidade, apesar de localizar-se a menos de 1 km do centro da mesma.

Chegando a empresa de sistemas de informação de Heriberto, conversei com ele durante uma manhã. Este contou-me que trabalhava há anos na associação e que sempre fora muito interessado nas causas sociais. Meu interesse pela situação dos atingidos, gerou um misto de desconfiança e alegria nele, a primeira pelo fato de eu ser um pesquisador que não era da região e por causa das diversas pessoas que apareciam na associação dizendo querer “conversar”, “entrevistar” e “ajudar” e depois desapareciam sem dar notícia e a segunda pelo interesse comum nas “causas sociais”.

Natural de Ilhota (SC), pequena cidade da região metropolitana do Vale do Itajaí, Heriberto mudou-se para Blumenau ainda novo com seus pais e irmãos. Moraram no porão de uma casa por anos, depois voltaram para a cidade natal, para retornarem mais tarde definitivamente para Blumenau, se estabelecendo no Vale do Ribeirão Fresco. Sua empresa se localiza na vizinhança de sua casa, onde vivem sua esposa, filha mais nova, sua mãe e sua sogra.

Ao ser apresentado para seus familiares, eles destacaram o longo tempo dedicado por Heriberto às ações sociais e a associação de moradores até mesmo num tom de gozação. O suposto excesso de generosidade e bondade de Heriberto, inclusive no episódio do desastre, também foi alvo de constantes brincadeiras que o classificam como o “pai de todos os oprimidos”. De maneira direta ou indireta todos seus familiares também participam tanto das atividades da empresa, quanto das ações sociais e atividades da associação.

Incansável e agregador, ele buscou desde o primeiro momento descobrir qual era o meu interesse na pesquisa e o que poderia contribuir para as ações da associação. Explicando sobre minha intenção de pesquisa, ele ficou mais aliviado ao saber que não tinha um vínculo com algum órgão governamental ou institucional, visto que ele havia conversado com muitos pesquisadores, pedido ajuda a muitos agentes que apareciam na associação de moradores que prometiam muito e muitas vezes desapareciam depois de conseguir o que precisavam.

Para a nossa reunião, Heriberto havia convidado Moacir, morador do Morro da Garuva e presidente da associação. Como Heriberto, ele relatou participar da associação de moradores há pelo menos seis anos, assumindo diferentes funções dentro dela.

Moacir destacou que desde jovem havia participado do movimento sindical como bancário e de outros movimentos sociais, tendo experiências em greves, piquetes e manifestações em diversas cidades do Brasil. Tendo morado em Porto Alegre (RS) por vários anos, assim como eu, estabeleceu-se entre nós um diálogo sobre a forma de organização e de ação das associações de bairro da capital gaúcha e as associações de moradores de Blumenau, que diferentemente da primeira se organizavam não a partir de uma territorialidade de bairro, mas a partir das necessidades e reivindicação dos moradores de uma determinada região da cidade.

No sistema de associação de moradores, qualquer residente pode ser representante da região nos diversos conselhos municipais (de saúde, segurança, educação, por exemplo), estabelecidos para discutir a implantação de políticas e obras municipais. Segundo eles, essa liberdade de representação, não evitava que eles próprios fossem os representantes da região em diversos conselhos, tendo em vista a falta de interesse dos moradores nessas questões.

Tratando-se dos desdobramentos do evento de 2008, Moacir, contou-me rapidamente sobre suas perdas pessoais no evento. Durante as chuvas de novembro de 2008, com a casa ainda em construção ele havia passado por uma “experiência terrível e cinematográfica”, segundo suas palavras.

Estava com a esposa grávida e seus sete filhos reunidos na sala, receoso com as consequências das chuvas, quando houve uma queda de energia elétrica. Preocupado, ele decidiu pegar o carro para verificar o motivo da queda. No percurso vislumbrou uma imagem aterradora, o morro próximo a sua casa estava desmoronando, árvores e postes de luz estavam caídos ou eram engolidos pela torrente de terra. Verificando que os deslizamentos se aproximavam de sua casa, Moacir retornou e colocou toda a família no carro poucos instantes antes de ver sua moradia ser engolida.

Apesar de sua casa ter ficado parcialmente destruída, poucos pertences puderam ser salvos. Após alguns meses um laudo da prefeitura decretou que a sua propriedade estava em área de risco e que não poderia voltar para lá. Havia perdido tudo, sua casa, sua fonte de renda e seu orgulho. Atualmente ele vive com seus oito filhos e esposa em uma casa emprestada por um amigo.

Este foi um dos únicos relatos de experiência pessoal que ouvi dele. Como liderança política e engajado em movimentos sociais, Moacir evitava colocar sua condição de atingido como diferenciada dos outros, referia que a sua situação era igual a todos aqueles que tinham perdido suas moradias e que antes de pensar nos seus problemas ele unia forças com os inúmeros desabrigados da cidade na busca por respostas dos poderes públicos.

Heriberto, por sua vez, não tinha sido atingido diretamente pelo desastre, mas trabalhou como coordenador voluntário da Defesa Civil na região e juntamente com Moacir e outros moradores da vizinhança passaram a gerenciar e organizar a entrada de novos atingidos. Patrulhando casas e ruas em busca de vítimas, esse grupo de vizinhos ficou responsável pela criação de grupos de trabalho responsáveis pela limpeza, organização e preparo da comida no abrigo, encaminhamento dos feridos e doentes para locais de atendimento médico e implementação das diretrizes e ações indicadas pela Defesa Civil Municipal, Secretaria Municipal de Assistência Social e outros órgãos institucionais.

A ação solidária desses diversos moradores fora descrita como um dos principais fatores para a não ocorrência de mortes no bairro durante o desastre. Na cidade de Blumenau, o Vale do Ribeirão Fresco não foi uma das regiões mais atingidas, pois o ribeirão serviu como escoadouro para a água do Rio Itajaí-Açu, evitando que o nível da água subisse rapidamente. A parte mais plana da região sofreu uma cheia leve, o que não evitou que muitos moradores perdessem seus bens e que tivessem sido encaminhados para os abrigos, no entanto a área residencial do Morro da Garuva foi assolada por alguns deslizamentos de terra.

O drama iniciado na madrugada de 22 de novembro de 2008 foi lembrado por Heriberto, como uma espera pelo inevitável. Após uma longa reza pedindo pelo fim das chuvas, ele e sua mulher tiveram dificuldade para dormir esperando pelo resultado do aguaceiro. Heriberto tinha experiência no enfrentamento de enchentes e sentia que a força descomunal daquela chuva poderia causar danos sobre a população.

Ao longo da madrugada ele foi acionado para ativar o abrigo da Defesa Civil e receber os primeiros moradores atingidos pelas águas. O abrigo tratava-se de uma escola estadual que estava num nível mais alto que a cheia do rio. Suas primeiras ações consistiram em receber as famílias no abrigo e ajuda-las a retirar alguns pertences das suas casas.

Nos primeiros dias a interação com a Defesa Civil, segundo ele, fora calma e de certa forma produtiva, pois os telefones funcionavam e pelo menos o mínimo dos mantimentos e necessidades do abrigo era conseguido sem demora. A vinda de um grupo de militares para garantir a segurança do abrigo também foi produtiva.

A situação se tornou mais dramática quando o morro da Garuva foi atingido por deslizamentos e algumas casas desabaram. Cerca de 40 famílias se deslocaram de lá para o abrigo, fugindo dos riscos de deslizamentos e de ficarem isolados devido à queda das barreiras.

O transporte das pessoas e seus bens para o abrigo se deu através da ação voluntária de moradores, com a Defesa Civil contribuindo com a gasolina para abastecer os automóveis. As vias que ligavam o morro da Garuva mantiveram-se abertas pelo trabalho dos próprios moradores, que evitaram o acúmulo de lama nas tubulações de esgoto e mantiveram mutirões de monitoramento da movimentação da terra dos morros.

Os riscos de deslizamentos tomaram nova dimensão, quando a escola estadual que servia de abrigo também começou a apresentar perigo de soterramento. Temendo pela segurança, sobretudo das crianças, os coordenadores da Defesa Civil e os moradores voluntários realizaram uma operação para retirar os atingidos do abrigo e leva-los para o clube de escoteiros da região. Com o fim das chuvas no dia 28 de novembro de 2008, a maioria dos moradores voltou para suas casas ou foram encaminhados para outros abrigos municipais.

Relatando sobre as ações durante o período de 22-27 de novembro de 2008, os pensamentos de Heriberto voltaram a 1983, quando se deparou pela primeira vez com o sofrimento dos desalojados. O sofrimento dos idosos para deixarem suas casas e sua

dificuldade em retirar seus pertences durante a cheia passada foram descritos como marcantes em sua memória. As tristes imagens da enchente ocorrida na sua juventude, em que trabalhara como oficial da reserva do exército e realizara diversas ações de resgate e segurança passaram como um filme em sua cabeça.

A angústia sentida naquela ocasião devido ao fato de ser obrigado a se envolver unicamente em ações de manutenção da ordem brotou no advento do desastre recente na forma de ressentimento quanto a ação do exército no atendimento às vítimas. O trabalho dos militares em novembro de 2008 foi descrito como ineficiente, visto que os soldados não participaram da remoção e transporte dos pertences dos atingidos (não estavam autorizados a deixar o abrigo), não ajudaram na organização do abrigo e trataram as pessoas de forma seca e insensível.

Como exemplo desse ressentimento, Heriberto referiu-se a um acontecimento em que ajudou uma família do bairro. A esposa de um vizinho havia sofrido uma grave crise alérgica devido ao sofrimento e trauma pelo advento do desastre. Como as ruas que levavam ao centro da cidade estavam interditadas, não havia como chegar ao hospital por terra. Heriberto como coordenador do abrigo, havia contatado a Defesa Civil para que fosse disponibilizada alguma embarcação para o traslado até o hospital. Como não houve resposta, foi com uma canoa disponibilizada por um vizinho que o casal conseguiu atravessar a água até o centro da cidade.

Chegando ao centro eles foram atendidos por militares que, segundo relatos, não tomaram qualquer atitude, temendo sujar seus uniformes e coturnos, deixando que fossem ao hospital por conta própria.

O marido da mulher enferma assim como Heriberto era oficial da reserva do exército e se valeu do seu treinamento militar para conseguir leva-la de canoa até a Defesa Civil. Chegando lá não conseguiu qualquer informação sobre o trânsito de barcos. Foi novamente através da ação de um conhecido que chegou ao primeiro hospital, onde não conseguiu atendimento e depois num segundo no qual sua mulher foi atendida e apesar do estado grave conseguiu salvar sua vida.

Para corroborar estas ideias, Heriberto apresentou-me um DVD sobre o histórico de ações da associação de moradores. Este documentário de quatro horas realizado e financiado por ele mesmo, apresenta a criação da associação, as assembleias realizadas, as diferentes reivindicações ao longo dos anos e principalmente os acontecimentos de 2008, a catástrofe nas moradias provisórias, a atuação da coordenação voluntária da Defesa Civil na região e a

intervenção do exército.

Para além dos acontecimentos dos dias de novembro de 2008, Heriberto e Moacir buscaram destacar na reunião que os eventos mais dramáticos e profundos no Vale do Ribeirão Fresco ocorreram alguns meses depois, quando entraram em contato e começaram a trabalhar junto ao Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD). Embora eles tenham participado do atendimento aos moradores do Vale do Ribeirão Fresco e compartilhado de suas experiências, fora a ajuda dada ao MAD que marcaria sua participação no processo que se desenvolveu durante os anos subsequentes ao desastre e que acabaria marcando a história da associação de moradores e a luta de suas lideranças pela dignidade dos atingidos.

1.2. O Movimento dos Atingidos Pelo Desastre (MAD)

O MAD surgiu no início do ano de 2009, dentro dos abrigos municipais, quando atingidos com o apoio do Fórum dos Movimentos Sociais e Fórum dos Trabalhadores de Blumenau, formaram grupos para fiscalizar, levantar os problemas enfrentados, esclarecer a população sobre a situação de vida nos abrigos e cobrar providências da administração pública sobre os rumos da reconstrução da cidade e do atendimento às vítimas.

O movimento tinha como principais reivindicações: a imediata reconstrução gratuita das casas e definição de prazo para que todos os desabrigados tivessem suas moradias; agilidade da Defesa Civil na elaboração de pareceres sobre a situação das áreas de risco que ainda não haviam sido vistoriadas; participação dos desabrigados nas decisões da localização, segurança e tempo de permanência nas moradias provisórias; acesso a discussão pública sobre os projetos e propostas em tramitação referentes a reconstrução da cidade.

A carta aberta referente ao surgimento e construção do Movimento, apresenta muito bem a situação e objetivos dos atingidos no momento de sua criação, enfatizando a opinião de que eles estavam sendo esquecidos e que os meios de negociação com a prefeitura e suas secretarias quanto a questão dos abrigos e das novas moradias se esgotavam.

Transcrevo a carta a seguir:

23 de novembro de 2008. Esta foi a data em que a vida de muita gente mudou. Existem mudanças que acontecem para realizar sonhos, alcançar objetivos. Mas aqui para nós foi ao contrário... foi para interromper a vida, os sonhos e os objetivos de muitos.

Todos tinham uma vida normal. Tinham seus trabalhos, suas vidas... Vidas que pararam com esta tragédia. Da noite para o dia, tudo mudou. Estes deslizamentos, enxurradas, abalos, enchentes levaram vidas, sonhos, projetos. Casas, patrimônios que levaram anos para serem construídos, foram levados pela força da natureza. Em questão de minutos, segundos, vimos e pensamos que era o fim de tudo. Primeiro, no calor da hora, veio o exército, a defesa civil, o socorro. Então nos levaram para os abrigos, onde pensávamos que iriam amenizar nossas dores e sofrimentos.

Nos abrigo ficamos sujeitos a regras geralmente impostas, sem a menor possibilidade de participarmos das decisões. E então, o silêncio. Não sabíamos o que aconteceria conosco. O tempo é inimigo. A sociedade local esquece aos poucos o que lhe aconteceu. Percebíamos que o governo nos esquecia também. Não tínhamos informação nenhuma de nosso destino. Começamos a nos organizar, a reclamar por uma posição do governo local. Não tivemos resposta. Questionamos o fato de muitos de nós serem mandados dos abrigos de volta para suas casas semi-destruídas, ou em áreas que não encontrávamos segurança, sem apoio garantido, apenas com

supostas possibilidades de ajuda para reconstrução, que após três meses do desastre, não chegou. Não fomos ouvidos novamente.

Nasceu então o MAD. Com a força dos atingidos e desabrigados, buscou negociações com o prefeito e secretarias, dos quais ouviram que “todos deveriam andar com suas próprias pernas”.

E o MAD vai continuar lutando por todos os atingidos e desabrigados, brigando para que este povo sofrido tenha o direito ao respeito e à dignidade e que sejam respeitados como seres humanos.



Fig. 6. Marcha do Movimento dos Atingidos pelo Desastre em Janeiro de 2009. Grupo de Estudos Urbanos de Blumenau.

Desenhava-se ainda neste contexto um intrincado campo de forças relacionado a produção do saber sobre o evento que emerge da confrontação de um discurso de superação do desastre construído pela memória oficial, sustentada pelos órgãos municipais e o saber subjugado trazido pelas lembranças, experiências e lutas pela dignidade destes atingidos (Silva, 2005).

A vulnerabilidade a que estes atingidos expunham partia da experiência de vitimização pela indiferença característica da vida nas cidades contemporâneas (Simmel, 1979), assim como da crença na quebra do contrato social, que gerava uma “desagregação das relações

sociais” (Eckert, 2007) no âmbito da sociedade blumenauense. Os atingidos viam-se ainda, deslegitimados na sua busca por direitos, por proteção e justiça por aqueles que deveriam prezar por eles, o Estado, assim como viam-se sujeitos à sua arbitrariedade e controle.

Esta situação aproximava-se do que Caldeira (2000) define como “Democracia Disjuntiva”, processo característico da sociedade brasileira, onde a expansão da cidadania política (direito ao voto, liberdade individual, de opinião, imprensa, etc.) através do processo de transição democrática, se desenvolveu *pari passu* com a deslegitimação da cidadania civil (direitos humanos, direito à justiça e proteção) e gerou a emergência de um espaço público fragmentado e segregado, onde a busca por esses direitos fundamentais se dá muitas vezes através de movimentos sociais.

Tal disputa não se delineava então, somente em termos de descaso da ação pública junto aos atingidos, mas também pelas ações cotidianas de controle, vigilância, disciplinamento e de construção de discursos sobre o evento (Foucault, 1988). Na mesma medida os membros do MAD não buscavam um rompimento ou afastamento dos órgãos de atendimento, mas procuravam construir espaços de diálogo sem no entanto perder sua autonomia.

As características desse controle e condicionamento são sintetizadas pelas relações estabelecidas nos abrigos municipais descritas pelos líderes e membros do Movimento. Os abrigos tinham um regulamento que definia a hora das refeições. Quem chegava atrasado não comia. Havia denúncias de que crianças eram impedidas de se alimentar porque os pais precisavam sair para trabalhar e as deixavam na companhia de outros desabrigados. O horário de visitas era controlado, assim como a hora de apagar as luzes. Muitos desabrigados, em suas falas, comparam a experiência a uma prisão.

Qualquer atividade depende de autorização da SEMASCRI (Secretaria Municipal da Assistência Social). Os desabrigados, já fragilizados pela falta de privacidade e de conforto adequado, ouvem ameaças de expulsão do abrigo e de demissão do emprego. Em muitos casos a presença de militares serviria para aumentar a intimidação.

A proibição do direito de reunião, de ir e vir e as perseguições e ameaças nos abrigos e no ambiente de trabalho para quem procurasse se juntar ao MAD, também foram citados como motivos para a continuidade e fortalecimento da luta.

O clímax da negociação e disputa entre o MAD e a administração municipal ocorreu quando foi implementada a política de transferência das famílias abrigadas para as moradias

provisórias.

As moradias provisórias foram instituídas em janeiro de 2009 pela prefeitura municipal para atender em torno de 300 famílias desabrigadas que perderam ou tiveram suas moradias interditadas. Inicialmente estas famílias estavam estabelecidas em abrigos da Defesa Civil compostos, sobretudo, de escolas públicas, igrejas e ginásios. Com o início do ano e a retomada das atividades destas instituições era necessário transferir essas famílias para outros locais de atendimento.

As moradias consistem em cinco galpões industriais e uma universidade desativada que foram alugados e divididos em pequenas unidades de moradia constituídas através de divisórias de madeira. Cada família reside em espaços (módulos) que variam de acordo com a composição familiar.

Sua implantação se deu sob grande polêmica na cidade no que diz respeito a sua adequação e aprovação. A medida sofreu forte condenação por parte de associações de engenheiros civis e arquitetos da região. Estas entidades negaram-se a aprovar as moradias por as considerarem inseguras em termos de estrutura e instalações elétricas, com problemas de acessibilidade e impróprias como unidades multifamiliares, gerando um ambiente de humilhação e sofrimento. Como resposta a essa medida eles argumentavam que era necessário apresentar um plano de construção de novas habitações para atender esta população e não coloca-las em locais insalubres e provisórios.

Por outro lado, um membro da Cruz Vermelha internacional foi contatado pela administração local para analisar as moradias, o qual aprovou sua segurança e estrutura, inclusive designando-as como exemplo a ser seguido mundialmente (Jornal de Santa Catarina, 11/02/2009).



Da mesma forma, uma comitiva do Estado do Maranhão veio conhecer o funcionamento das moradias tendo em vista adotar o mesmo sistema para atender os desabrigados pelo desastre ocorrido na região nordeste do Brasil. Uma vez mais apresentava-se um conflito entre a visão política e de intervenção proposta por parte de técnicos, cientistas e autoridades locais,

que se veem desautorizados a decidir sobre os rumos das políticas de resposta a serem

tomadas e as instituições e representantes de órgãos estrangeiros ou externos que são reconhecidos como competentes para tal atividade.

As reclamações dos habitantes quanto às más condições de vida, a insalubridade, sobre as dificuldades de convivências, os crimes e a violência, incêndios e outros acidentes graves vieram a tona e tomaram as páginas dos noticiários, alimentando ainda mais as discussões e disputas entre atingidos e entidades que condenavam as moradias e os órgãos de atendimento e defensores da medida tomada. Diversas reuniões e manifestações reunindo habitantes das moradias e atingidos tomaram as ruas da cidade em busca de audiências com o prefeito.



Fig. 7. Reportagens veiculadas no Jornal de Santa Catarina nos dias 24 e 27 de Janeiro e 11 de fevereiro de 2009.

Os canais de conversação entre a população atingida e a prefeitura tornaram-se cada vez menores e complicados. Frente a impossibilidade de negociação com os órgãos públicos e a inevitabilidade da transferência de todas as famílias para as moradias provisórias, o MAD durante uma assembleia tomou dois rumos diferenciados: alguns dos seus membros resolveram continuar a reivindicação dentro das moradias provisórias, outros recusaram a transferência e procuraram uma solução mais drástica, cogitando invadir uma área pública ou privada para construir moradias até que os governantes locais trouxessem uma solução definitiva.

O passo seguinte tomado pelo movimento foi a definição da área a ser ocupada: um hotel abandonado ou duas áreas públicas da cidade: uma completamente sem infraestrutura e outra com alguma infraestrutura, cedida pela prefeitura municipal a para a Associação de Moradores do Vale do Ribeirão Fresco (AMVRF).

Escolheu-se a última e no dia 20 de fevereiro de 2009 cerca de cem pessoas estabeleceram-se na sede da associação, que consistia numa construção de apenas 80 m². A ocupação da área foi feita de forma pacífica e com o apoio da associação de moradores.

Uma semana após a ocupação, os representantes legais da prefeitura tentaram retirar as pessoas estabelecidas na área através de uma ação de reintegração de posse. A Associação de moradores do Vale do Ribeirão Fresco na figura de Heriberto e Moacir se posicionou ao lado dos ocupantes e participou do enfrentamento à reintegração.

Moacir estava com as lideranças do MAD quando houve o incidente:

Eu fiquei ali com os atingidos fazendo a frente, porque veio uma reintegração de posse totalmente autoritária, ilegal. Eu fiquei na associação e o Heriberto na internet, no socorro, porque resumindo, nós dois naquele momento que estourou, chegou a polícia, chegou o oficial de justiça, e disseram que iam tirar os “invasores”. Aí sentaram a mão. A única experiência de pau, de apanhar que eu tinha, fora em Canoas, em uma ocupação e outra foi meio de carona na novembrada em Florianópolis, mas nada assim de ser o líder, de estar na frente.

Naquele dia eles queriam cortar a luz, água com cem pessoas dentro da associação.

O Juiz que trabalhava na Fazenda, acatou o que o poder público mandou, não ouviu o outro lado, não quis saber de nada, concedeu a reintegração. Nós temos um comodato de toda aquela área, da associação, para usufruir durante dez anos, a propriedade é pública. O poder público que supostamente administraria, porém a posse é nossa, da associação de moradores. Se nós recebemos a posse estamos no nosso direito.

Como que a prefeitura passa por cima de nós que temos a posse e pede uma reintegração de posse, não pode, não tem como. E só conseguimos reverter isso fazendo um enfrentamento, enquanto apresentávamos um agravo de instrumento no tribunal de justiça do Estado, que aí então sim, saiu uma liminar, que vem até hoje.

(Moacir, Associação de Moradores, 2010)

Enquanto Moacir permaneceu na “frente” junto com os ocupantes, Heriberto se encarregou de buscar ajuda, encaminhando mensagens de socorro para diversas instituições e órgãos de comunicação.

SOCORRO – SOCORRO – SOCORRO

Em 20/02/2009 mais ou menos 37 famílias (com 3 crianças em média por família) ocuparam uma área pública em meu bairro e hoje quase houve um enfrentamento, se eu não tivesse tomado providencias urgentes, poderiam haver mortes naquele local.

Cerca de 100 pessoas que lá estão, estão reivindicando moradias dignas e um lugar digno para morar, pois como é de conhecimento de todos,

houve em 22/11/2008 e 23/11/2008 uma catástrofe em Blumenau -SC – BRASIL.

Como já servi o quartel lá em 1983 e me formei tenente R2 (tenente da reserva) estou vendo aqui algo parecido como um tratamento de guerra.

Nossos representantes locais não estão abrindo canais de conversação suficiente com a população, e quando vão à imprensa são só desculpas o que se ouve.

Sabemos que não existe dinheiro a contento para todos ao mesmo tempo, mas conversação jamais pode faltar de um representante público.

Como este canal se esgotou e ainda sobrou humilhação, segundo os coordenadores do movimento. O Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD) tratou então de ocupar um terreno público para se instalar até que os governantes locais venham trazer uma solução para eles e os ajudar.

Porém sete dias depois da ocupação, os representantes legais do governo, não construíram uma ponte de negociação com o movimento, muito pior se interessaram em primeiro lugar em requerer a terra hora cedida em comodato para nossa associação de moradores a qual ajudaram até hoje com R\$= 8.000,00 (oito mil reais) para manter uma área de 99.000 m2 de terra.

O que percebo Sr(s) é que em pleno século 21, fiquei horrorizado quando um morador disse em reunião ” Eu não quero essa gente aqui no meu bairro ” – Naquele momento meu coração chorou, pois pude sentir até que ponto um ser humano pode ser mau. Meu pedido de SOCORRO vem com caráter de urgência, pois sei que os representantes locais não querem saber de negociação. Hoje outro bairro aqui perto queria fazer uma manifestação em frente a Prefeitura, e os representantes do governo tomaram os ônibus dos moradores lá dentro do bairro mesmo, fazendo com que os mesmos interrompessem uma via pública no protesto e advinha o que eles querem, querem apenas que a água potável para tomar chegue nas torneiras de suas casas assim como estão chegando as contas para pagar.

Nossa Associação de moradores em reunião após o incidente de hoje à tarde, vai tornar público o seu lado, e vai ser o lado do ser humano, e aqui já estou tornando público o meu pedido de ajuda, pois sei que vai haver confronto se alguém de fora não chegar até aqui para ver e sentir a coisa de perto e ver que tudo é verdade.

Vou ficar aqui na internet buscando tudo quanto é site de ajuda humanitária até eu cansar de digitar, mas vou literalmente falar aos quatros cantos do mundo o que o ser humano pode fazer com o outro e dar exemplo a aqueles que ainda vão passar por catástrofes como nós passamos.

(Heriberto, e-mail para a imprensa, 2009)

Heriberto contou que havia feito uma pequena obra na sede da associação para atender a população e que ficou chocado ao perceber que os habitantes da cidade e do bairro não demonstravam solidariedade à situação dessas famílias. Tal atitude, segundo ele, seguia um histórico de controle e segregação da população mais pobre da cidade Blumenau, especialmente nas áreas periféricas e estigmatizadas como violentas e degradadas como era o caso do seu bairro.

Aí eu levantei um piso, aproveitei e dei uma fechada no teto. Então as famílias, ocuparam esse espaço, uma área 8x10 m², com banheiro, tinha luz, tinha água, esse é o inicial e mais uma cozinha aqui atrás. Quatro dias depois disso (data da reintegração de posse) os caras queriam cortar água, luz, com crianças aqui dentro, esse tipo de coisa. Aí o Moacir estava lá, o pessoal estava, assim ó..... (sem palavras para expressar o sofrimento das famílias).

Voltando aqui para as nossas coisas, o sofrimento que essas pessoas tiveram, só o fato de terem passado um mês, dentro de um espaçozinho desse aí (sede da associação). Não tinha a estrutura que tem hoje, nunca tinha sido limpa, limpamos naquela hora e logo depois tudo ficou cheio de lama, aquelas pessoas com a roupa úmida.

Se tu chega com uma chuva, molhado e fica aqui nessa sala tu seca em uma hora e tudo bem, mas se isso fica 24 horas, 48, 72 horas, tu pira. As pessoas estavam, algumas meio que zumbi, teve meninas que eram solteiras, mãe solteiras, elas desistiam e foram novamente para o abrigo, porque elas não aguentaram o tranco emocional. Elas não tiveram o suporte para aguentar aquilo. Porque aquilo era um desbravamento. Porque a ida para a associação, na decisão se eles iam ou não iam para a associação, a ocupação em si, ela foi assim, tinham quatro áreas que eles poderiam entrar e a nossa era uma área que tinha água, tinha luz, porque as outras eram tudo mato, áreas públicas, mas áreas no mato. A mais viável era no Hotel e tinha o Hotel Baviera que estava falido e que tinha como entrar entende, mas assim no final as coisas deles foram certas, porque se eles fossem pro hotel, bixo, tinha morrido gente, eles iam apanhar muito. Porque a polícia já tinha cercado.

(Heriberto, Associação de Moradores, 2010)

Após os incidentes, Heriberto ainda reiterou que convidou representantes da Rede Globo⁴, que vieram realizar uma reportagem nacional sobre a recuperação da cidade de Blumenau, a visitar o terreno da Associação e ver em loco o que estava acontecendo. Porém não obteve respostas e o que teria se visto na reportagem é que a reconstrução da vida e do cotidiano da cidade estaria indo “às mil maravilhas”, segundo ele.

Evidencia-se nos relatos de Heriberto e Moacir uma produção do saber sobre o evento que emerge da ação política, em vista da indignação com as formas de resposta ao desastre e de atendimento aos atingidos, e o questionamento do ciclo de superação do desastre e recuperação do cotidiano, com o qual me familiarizei ao conversar com as famílias que viviam na associação de moradores.

⁴ A Rede globo é a maior rede de televisão brasileira e segunda maior rede comercial de TV do mundo, atingindo a cota de 150 milhões de espectadores diariamente no Brasil e no Exterior (IBOPE, 2012).

Heriberto foi aquele que mais se interessou pela pesquisa e se dispôs a conversar, tornando-se figura fundamental para a minha inserção na da rede social que envolvia membros da associação de moradores e do Movimento dos Atingidos pelo Desastre.

Desde nossas primeiras conversas ele perguntava-me se não era melhor eu trabalhar com reportagens, documentos e outros trabalhos científicos para reconstituir de forma “mais verdadeira e factual os acontecimentos do desastre”. Eu tentava explicar-lhe que o foco do meu trabalho estava no diálogo com as pessoas, na participação no seu cotidiano e nas suas histórias de vida. Comentei ainda, que este seria o modo de pesquisa da Antropologia.

Não convencido, ele pediu para eu apresentar um exemplo de trabalho que tinha realizado, se possível em uma apresentação em Power-Point. Tentei então, esclarecer quais eram as intenções da minha pesquisa, sentindo-me como alguém que estava sendo sabatinado. No fim, Heriberto entendeu-me como alguém interessado na história das pessoas, que queria conversar e coletar o máximo de informações e pontos de vista possíveis sobre o desastre de 2008 e suas repercussões.

Ele estava interessado em saber quem seriam estes interlocutores, se eu me focaria nos moradores atingidos, no movimento social dos atingidos pelo desastre (MAD) ou trataria também das opiniões dos órgãos institucionais e seus representantes, vistos por ele como antagônicos. Segundo sua visão eu deveria focar primeiramente as pessoas e esquecer os poderes públicos:

Vamos esquecer a questão dos poderes, mas sim olhar para as pessoas, desde muito tempo desde a industrialização, da monarquia o interesse dos poderes é na maquinização, automatizando tudo e sempre esquecendo o ser humano. Sempre se criou políticas de progresso, para modernizar o ser humano, sempre adequá-lo, mas sempre se esqueceu do ser humano e esse é o caso do que está acontecendo aqui em Blumenau.

(Heriberto, Associação de Moradores, 2010)

A disputa sobre o que eu diria e com quem conversaria era de evidente interesse de Heriberto e para tanto, ele esteve sempre presente, acompanhando-me na pesquisa junto aos membros MAD. Ele manteve inicialmente uma posição de vigilância sobre o conteúdo do que eu perguntava aos moradores e no conteúdo do que eles narravam. Aos poucos essa vigilância foi diminuindo e eu percebi que ela estava relacionada ao processo de negociação do trabalho de campo e de estabelecimento de relações de confiança, visto que tanto os habitantes, quanto os membros da associação de moradores haviam passado por experiências negativas com

outros pesquisadores que haviam passado por lá. Heriberto contou-me que muitas pessoas e instituições haviam entrado em contato com o MAD e com a associação de moradores desde a ocorrência do desastre e da ocupação da sede. A partir daí, sua confiança nas instituições começou a diminuir.

Muitas pessoas e até instituições locais chegavam no bairro prometendo: “Vamos fazer isso, vamos fazer aquilo”. Só pegaram informação, propuseram uma coisa e não fizeram nada, isso porque é governo, faculdade sejam federais, ou qualquer outra faculdade, elas são governo, sempre são governo, aqui é uma fundação (Universidade), é uma verdadeira enganação e aí as pessoas pobres, elas não veem isso, mas a gente vê isso.

Uma vez teve um colega nosso aqui na nossa associação que disse: “Nós vamos fazer um projeto aqui e vamos fazer isso e aquilo, vamos fazer isso e outro, vamos ajudar aquelas pessoas”. Eu respondi para ele: “Primeiro vocês tem que fazer uma coisa concreta aqui na associação se vocês quiserem fazer alguma coisa e aí depois eu vou deixar você falar com as pessoas”.

Era um tal de ir e vir lá e pedir informação e por aí fora e prometer, com isso nós acabamos com esse problema.

(Heriberto, Associação de Moradores, 2010)

O estabelecimento de laços de confiança e amizade era então, fundamental para a realização da interlocução. Tal confiança e amizade começaram a ser construídas quando apresentei o resultado da minha dissertação de mestrado, que tratava da luta dos moradores de um bairro de Porto Alegre (RS) pela regularização fundiária de suas moradias. Heriberto se identificou com o trabalho, visto que a luta pela regularização fundiária também era uma das prioridades da associação de moradores do Vale do Ribeirão Fresco e porque ele acreditava que de alguma maneira eu poderia ajuda-lo nesta reivindicação.

A confiança e amizade fortaleceram-se ainda mais, quando passei a participar das reuniões da Associação de Moradores do Vale do Ribeirão Fresco e da União Blumenauense de Associações de Moradores (UNIBLAM), assim como na organização e busca por doações junto a empresas, para a realização de uma feijoada que procurava arrecadar fundos para a manutenção da sede da associação. A partir dessas ações, passei a frequentar a casa e a empresa de Heriberto e a comparecer na sede do MAD para conversar com seus ocupantes mais seguidamente.

Heriberto passou a reivindicar em tom de brincadeira que eu permanecesse em Blumenau, pois já estaria me inteirando da realidade da cidade e também porque ele tinha a

ideia de que morando uma vez na cidade, não se conseguia mais sair de lá. Frequentemente ele perguntava se eu não sentia falta de Porto Alegre ou se eu tinha me adaptado à cidade, inclusive aconselhando-me sobre as ofertas de imóveis e sobre as oportunidades de emprego que a cidade oferecia. A partir daí ele estava sempre apto e disposto a relatar-me algumas informações e inclusive apontar pessoas, pesquisas, reportagens, leis e políticas que poderiam ser interessantes para o meu trabalho, já que na sua perspectiva eu queria abordar diversos pontos de vista.

Nas primeiras visitas ao acampamento do MAD mantive contato com duas famílias que construíram suas casas bem na frente da sede. A área que ocupam parece um camping, plana e com uma ampla vegetação. Nela foram erguidas pequenas casas de madeira, muitas vezes com frestas entre elas, evidenciando o caráter de residência provisória destacado pelos próprios ocupantes.



Fig. 8. Entrada da Associação de Moradores do Vale do Ribeirão Fresco. Daniele de Jesus Oliveira.



Fig. 9. Residências de membros do MAD na Associação de Moradores do Vale do Ribeirão Fresco. Daniele de Jesus Oliveira



Fig. 10. Reunião dos Membros do MAD.

Nestas pequenas moradias construídas em regime de mutirão, famílias de até oito pessoas, na sua maioria crianças, conseguiram reconstruir parcialmente suas vidas e levar os móveis e outros bens salvos do desastre. Com uma infraestrutura precária, mas com acesso a energia elétrica e a água potável proveniente da sede da associação, os moradores dizem estar em situação muito melhor do que se encontravam nos abrigos.

Recebendo-me em sua sala-cozinha Marina, blumenauense e antiga moradora do Bairro da Velha Grande, uma das regiões mais atingidas da cidade e mais propensas à enchentes historicamente, contou-me que ainda sofria as consequências do desastre, não só pelo trauma da perda da casa e de muitos objetos pessoais, mas também por ter sofrido um acidente logo após o evento no qual fraturou a perna e por esse motivo perdeu o emprego.

Juntamente com seu marido José, natural de Laranjeiras do Sul no Paraná, esperavam com ansiedade a possibilidade de adquirir uma nova moradia, visto que haviam se cadastrado no programa municipal de habitação para as famílias atingidas pelo desastre.

Os dois meses de vida no abrigo municipal, teriam ensinado a eles a buscar as coisas através da ação e a enfrentar a situação em que estavam agora. A falta de privacidade, o fato de presenciar brigas e crimes e a constante intranquilidade pela convivência com todo tipo de pessoas no abrigo levaram-nos a tomar uma atitude. Inicialmente não pensavam em seguir o MAD e realizar a ocupação.

O estopim aconteceu quando participaram de uma manifestação de atingidos e

dormiram três dias em frente à prefeitura sem conseguir com que o prefeito os recebesse. A partir deste acontecimento eles passaram a fazer parte do movimento e mudaram-se do abrigo para a sede da associação de moradores.

Passaram um longo e difícil período morando na sede, antes de construir sua casa com a ajuda dos vizinhos e outros membros do movimento. Os momentos de tensão e de sofrimento quando da chegada e da vida na sede agora contrastam com a “quase” normalidade alcançada com a construção da casa. A indefinição quanto ao futuro ainda os mantém temerosos de que sejam esquecidos pelos órgãos de assistência aos desabrigados, segundo Marina:

A gente está aqui não porque a gente quer ficar aqui, é porque a gente não quer ficar em abrigo, quando o prefeito disser que as nossas casas estão prontas daí a gente sai, porque é muita reclamação dos abrigos, a gente vê muita coisa sabe, não tem privacidade, as crianças não podem brincar, 10 horas tem que sem volume na TV não pode ter rádio com volume alto, a maioria do abrigados está saindo porque sabem que não vão receber casas, a maioria está alugando casas, eles sabem que o prefeito o que ele vai fazer , ele vai deixando, deixando, ele vai ver que todo mundo vai cansando de viver em comunidade tudo junto.

(Marina, Sede do MAD, 2010)

Tanaka, outro membro do MAD, e hoje vizinho de Marina, soube da existência do MAD através de amigos e colegas que haviam sido transferidos para as moradias provisórias. Os rumores que ouvia não eram nada animadores e os conselhos que recebia eram de que as condições de vida eram ruins, pois se tratavam de “galpões” onde eram colocadas inúmeras famílias. As opções que se apresentavam eram alugar uma moradia com o seguro-aluguel no valor de 300 reais dado pela prefeitura ou se juntar ao movimento e ocupar a área da associação de moradores do Vale do Ribeirão Fresco. Dado que ele considerava improvável conseguir alugar uma residência no valor do seguro, optou pela última alternativa.

A gente já tinha informação do pessoal que estava na moradia provisória que não dava né e a gente não tinha opção, era o aluguel ou ir para a associação. Viemos para a associação e depois surgiu a opção de construir uma casinha, porque a gente já estava aqui colocado né.

Nós ficamos na sede da associação. Eu não fiquei muito tempo ali porque eu já, aqui em baixo tem uma casinha, daí eu fui para ali, fechei, ainda está como eu deixei, fechei com lona e nos instalamos ali, aí fomos nos virando aos poucos, construímos uma casinha coisa pequena assim para ir vivendo e hoje a gente está instalado, hoje está bem melhor.

Nós construímos a casa aqui nos ajudando, um dia um, outro dia

outro. Hoje de moradia estou bem assim. Eu estava empregado na época da ocupação e isso ajudou, não muito, mas a gente se virou como deu também. Hoje em dia está melhor porque a minha mulher arranjou um emprego também, então estamos tocando em frente.

(Marina, Sede do MAD, 2010)

Da mesma forma que Marina e José, Tanaka espera ser contemplado pelo programa de habitação desenvolvido pela prefeitura municipal em parceria com Caixa Econômica Federal que subsidiará moradias para as famílias desabrigadas pelo desastre.

Nós fizemos dois cadastros, três cadastros só enquanto a gente está aqui foram feitos dois cadastros e quando nós estávamos no abrigo lá foi feito um e hoje estamos esperando alguma coisa né, não sei se vai acontecer ou não vai, mas estou esperando alguma coisa né. Mas nada foi falado de concreto, nada que nos deixe a gente com alguma esperança realmente, mas estamos aí esperando, uma hora vai sair daí a gente tem certeza do que eles falaram, senão a gente vai ficar na dúvida.

(Tanaka, Sede do MAD, 2010)

Na condição de vítimas que perderam seus lares e tiveram suas vidas transformadas pelo advento do desastre, estas famílias esforçam-se através da participação no Movimento dos Atingidos pelo Desastre para restituir na medida do possível seu cotidiano, sua rotina de trabalho, vida familiar e sobretudo seu lar, visto como o passo mais importante do restabelecimento.

Frente a incapacidade ou impossibilidade das instituições formais de tomar decisões nessa situação de incerteza, é no campo das relações cotidianas (Mafessoli, 2005) e na ação política que os membros do MAD buscam a restituição do viver na cidade, a superação do sofrimento causado pelo evento e a reconstrução de seus lares.

1.3. A Vida na Moradia Provisória



Fig. 11. Moradia Provisória da Itoupava Seca em março de 2009. Mutirão. Publicação da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Vale de Itajaí. Ano XXIV, N.98, Outubro de 2010.

Os primeiros contatos realizados com os atingidos e com as lideranças comunitárias do Vale do Ribeirão Fresco possibilitaram o descortinamento de algumas dramáticas da vida dos habitantes das moradias provisórias, mas tornava-se fundamental o acompanhamento do cotidiano e o estabelecimento de laços de interlocução com as famílias nestes locais.

Tal medida requeria certo grau de aceitação e confiança que deviam ser conquistados mais lentamente. Se por um lado os habitantes do Vale do Ribeirão Fresco tinham muito interesse em falar e tornar pública suas reivindicações, tendo em vista sua interpretação de que sofrem uma tentativa de invisibilização por parte dos órgãos municipais, que estariam levando a própria população da cidade a esquecer das vítimas do desastre, não parecia evidente que outros atingidos teriam tamanha facilidade em narrar suas experiências e interpretações sobre o desastre.

Os rumores e narrativas apresentadas pelos membros do MAD sobre as dificuldades de entrada no espaço das moradias pareciam tornar a dificuldade ainda maior. Heriberto também havia relatado que durante a filmagem do documentário sobre a Associação de Moradores do Vale do Ribeirão Fresco fora impedido de entrar nos abrigos, tendo que realizar suas entrevistas em locais próximos.

Minhas primeiras visitas à secretaria de assistência social confirmaram tal dificuldade,

pois os coordenadores das moradias exigiam que eu conhecesse alguém que vivesse lá antes de tentar realizar qualquer conversa ou entrevista.

Mais uma vez Heriberto foi a ponte de contato, ainda que indiretamente, com os habitantes da moradia. Através dele conheci alguns professores da Universidade Regional de Blumenau (FURB) envolvidos nos movimentos sociais que apoiavam o MAD e que participavam do Conselho Municipal de Defesa Civil. Um destes professores convidou-me para conhecer o Centro que gerencia o Sistema de Alerta do Vale do Itajaí (CEOPS) e suas atividades.

Meu interesse nesse momento era apresentar minha pesquisa aos professores-pesquisadores do CEOPS e entender um pouco do seu trabalho e trajetória de vida trabalhando com a questão da prevenção de desastres em Blumenau, mas logo nas primeiras conversas, quando apresentava minha intenção de trabalhar com diferentes visões sobre o evento de 2008, um dos professores relatou-me que havia um funcionário do Centro, de nome Marcos, que residia em uma moradia provisória.

Apresentado à Marcos pelo professor, logo estabelecemos amplo diálogo e porque não dizer uma amizade que possibilitou minha inserção numa ampla rede de moradores que habitam ou habitaram uma moradia provisória na zona sul da cidade. Nossas primeiras conversas e entrevistas se deram no espaço da universidade, nas quais ele contou-me sobre sua vida em Blumenau e sua experiência em novembro de 2008.

Marcos é um jovem estudante de doutorado, de 35 anos, que realiza sua pesquisa na área de informática no CEOPS, estando vinculado a uma universidade da Espanha. Sua trajetória de vida foi marcada por diversas mudanças de cidade. Nascido em Cerro Azul no Paraná, ele passou os primeiros quinze anos de vida em Rondônia. Estabeleceu-se em Blumenau no ano de 1994, fazendo a graduação e uma especialização na universidade local. Realizou seu mestrado em Florianópolis e quando retornava da Espanha para a realização da pesquisa de doutorado no CEOPS, tornou-se uma vítima do desastre.

Casado e pai de duas filhas, uma de 5 e outra de 1 ano, ele perdeu sua casa localizada no morro do Araranguá, região popular da cidade de Blumenau, e atualmente vive numa moradia provisória. Apesar de apontar que a privacidade e as condições de vida melhoraram com a ida dos abrigos municipais para a moradia provisória, ele decidiu que as filhas deveriam viver na casa dos avós em Florianópolis. Mais tarde sua esposa também se juntou a elas, permanecendo apenas ele em Blumenau.

Apesar da inconveniência de morar longe da mulher e das filhas, Marcos, residindo há mais de dois anos na moradia provisória, relatou estar confiante na reconstrução da sua vida e na conclusão do projeto familiar de adquirir uma nova residência em área segura, através de um programa federal de imóveis subsidiados voltado para os habitantes desabrigados que foram cadastrados pela prefeitura.



Fig. 12. Marcos no Centro de Operações do Sistema de Alerta (CEOPS). Roberto Capiotti.

A vida na moradia provisória apresentava, para ele, condições mínimas de convivência, mas até chegar a essas condições foram seis meses numa situação de improvisação nos abrigos temporários da Defesa Civil. Aos poucos os órgãos municipais de assistência social passaram a se organizar, se mobilizar e viabilizar a implantação das moradias. Apesar de temporária a moradia era considerada por ele um local bom para viver em comparação com a igreja e a escola em que ele e sua família ficaram abrigados de novembro de 2008 a abril 2009.

Quando da transferência, eles foram recebidos por equipes de engenheiros responsáveis pela construção e estrutura da moradia, estavam presentes também secretários e técnicos municipais das secretarias de cunho social, além de outras autoridades nacionais e internacionais que estavam presentes para conhecer e espalhar a experiência realizada pela prefeitura de atendimento às vítimas do desastre.

No que se refere à política de atendimento e às ações de assistência social, ele não fazia críticas. Os moradores tinham tratamento psicológico e uma série de profissionais a disposição para tratar das necessidades mais imediatas. No entanto a questão da infraestrutura, da segurança, da privacidade e do conforto não condiziam com o que esperava. A moradia em que ele residia era considerada uma das melhores por se tratar de uma antiga universidade desativada e não de um galpão como a maioria das outras. No entanto, ela abrigava o maior número de famílias (em torno de 120), o que tornava a convivência social e a organização dos espaços compartilhados mais difícil.

Vislumbra-se que as moradias provisórias seguiram uma política de atendimento comum, mas quanto à infraestrutura não seguiu-se um padrão único, sendo algumas muito grandes como o CESBLU, outras menores compostas de pavilhões e galpões alugados. O tamanho dos módulos familiares constituídos por divisórias de madeira, também variava nas diferentes moradias, indo de duas pequenas peças divididas a uma peça única de maior tamanho.

A construção das moradias dera-se de forma emergencial, visto que envolvia uma questão fundamental para o restabelecimento da dinâmica da cidade. Após a descida das águas no final de novembro de 2008, a maioria dos atingidos saiu dos abrigos e retornou para suas casas, mas pelo menos mil e quinhentas pessoas, segundo a Secretaria Municipal de Educação e Gerência Regional de Educação, permaneceram em abrigos constituídos de escolas estaduais. Com a aproximação do início do período escolar, houve forte pressão da opinião pública para que os desabrigados fossem alocados em outros locais de moradia afim de que as escolas voltassem a funcionar normalmente e não houvesse atrasos ainda maiores no calendário escolar.

Havia ainda uma discussão sobre o fato do atendimento aos desabrigados serem de responsabilidade municipal e estes estarem alojados em locais públicos de propriedade estadual. A administração municipal viu-se diante de um grande problema para resolver em um curto espaço de tempo, somado ainda a outros problemas urgentes como a reconstrução da infraestrutura da cidade.

Nas palavras de Marcos acelerar o processo de implantação das moradias provisórias significava:

Improvisar como dava e montar abrigos com condições mínimas para poder tirar as pessoas que estavam nas escolas e dar o fluxo normal nas escolas, porque da mesma forma que não era justo eles estarem ali também não era justo adiar o início das aulas, fazer as crianças chorarem e fazer o ano letivo acabar depois do Natal.

Então era uma coisa bastante difícil para você gerenciar e muitos desabrigados tinham noção, consciência disso. Outros não, deixavam o processo muito mais difícil. Não colaboravam com a comunidade. Sempre eram do contra. Não tinham aquele espírito de equipe que era o que se precisava naquele momento. Na verdade, quando você vive num conjunto com várias pessoas, numa situação que você não conhece direito, que não conhece ninguém, você tem que tentar trabalhar em prol do bem comum, talvez algumas pessoas não pensavam dessa forma e deixavam a situação mais difícil.

(Marcos, FURB, 2010)

Para ele, a convivência nas moradias tornou-se melhor na medida em que o tempo foi passando e a partir do momento que as pessoas viram que não iam voltar para as suas casas, que iam ficar ali por um período incerto. A partir daí começaram a se preocupar com a condição do ambiente, moldando-se à situação: “nós achávamos que era uma questão de uma semana e voltar para casa, mas quando a gente começou a ter a dimensão do problema é que as coisas começaram a ficar boas, se é que podemos considerar uma situação dessa como boa!”.

A partir do longo período de convivência mútua estabeleceram-se redes de relações de reciprocidade e sociabilidade (Bott, 1976) na moradia provisória. Mesmo num ambiente que não configuraria uma vizinhança tal como ocorre num território urbano, foi possível para Marcos estabelecer relações de vizinhança com outros habitantes.

Se por um lado havia o trauma de não poder voltar para casa trazia grande apreensão, a vida na moradia provisória se tornava melhor na medida em que iam se estabelecendo novas relações de amizade e vizinhança e mirava-se uma situação futura. Entre seus novos vizinhos e amigos estariam inclusive moradores do Morro do Araranguá com os quais ele nunca tinha tido contato antes do desastre.

A profissionalização dos coordenadores e agentes responsáveis pelos abrigos também foi destacada como um dos motivos para a melhora das condições de vida.

A impressão que eu tive é que no início eram voluntários, porque a Defesa Civil tem mapeado os abrigos, então cada um desses pontos já tem o seu coordenador, que tem a chave, a responsabilidade sobre o abrigo, no início foi isso aí. Quando nós saímos da igreja que estávamos na escola, aí já foram contratados coordenadores. Quando nós chegamos lá já tinha um

coordenador, era uma mulher. Ela tinha formação como escoteira e tinha um salário pago pela prefeitura para fazer a coordenação. Ela ficava no mínimo 12 horas por dia, mas teve ocasiões em que ela ficou na madrugada para resolver um problema ou outro lá.

Depois as coisas foram se profissionalizando um pouco mais. No fim de semana não era ela que ficava, vinha uma substituta que também tinha uma formação de professora, não sei se era de história, mas trabalhava com pessoas, e por último agora dá para ver que é bem profissional, a pessoa trabalha de segunda a sábado até o meio-dia e no fim de semana tem substituto. É como uma hierarquia, tem coordenador e três ou quatro educadores sociais.

A coisa começou emergencial e depois se tornou profissional. Eu acredito que essa experiência que a prefeitura tem, que conseguiu nos abrigos e nas moradias é rica, poucos tem no Brasil. Da forma com eles lidaram com essa situação,... eles ganharam um *know how* importante nesses dois anos.

Um ano e sete meses aqui e não teve nenhum problema grave, tem bastante briga, mas não dessa gravidade, e isso também é um mérito. Saber trabalhar com as pessoas e saber que as pessoas ali dentro têm baixa formação, às vezes vivem em regiões marginalizadas convivendo com todos os tipos de problemas de uma cidade violenta, por que Blumenau não é mais aquela cidade de 10 anos atrás. Aí você coloca tudo nessa panela.

(Marcos, FURB, 2010)

Além da profissionalização dos agentes de assistência social, a vida nas moradias provisórias estava regulada por uma série de normas e regras formalizadas em um documento, tal como um contrato, ao qual os habitantes tinham de assinar para confirmar a sua entrada, diferentemente do que ocorria nos abrigos municipais onde a fiscalização do cumprimento das regras se dava através da autoridade do coordenador. Tal regulamentação é vista positivamente por Marcos por evitar desordens e acontecimentos mais graves.

Eu acho que funcionou, claro não foi para todos, porque eles tiveram que tomar algumas medidas drásticas de expulsão até para dar exemplo para as outras pessoas, para não perder o poder. Porque você vê, ali chegaram a ter 120 famílias e você perder o controle num ambiente de 120 famílias não é fácil. Você tem ideia dos problemas que aconteciam lá? Vinha a polícia lá, a pessoa entrava dentro do quarto e a polícia não podia entrar no quarto dele por que era particular, era uma unidade habitacional, se não tinha mandato não podia entrar, só se o cara saísse e fosse pego no corredor. Então não era muito fácil de se lidar.

(Marcos, FURB, 2010)

A secretaria municipal de assistência social tentou tornar o ambiente mais próximo de uma moradia realizando uma série de oficinas profissionalizantes para os adultos e de recreação para as crianças, além de outros eventos culturais em datas festivas como a Páscoa e

Natal.

A prefeitura garantia ainda que os moradores tinham direito a creche para seus filhos. Marcos foi um dos beneficiados, mas não manteve sua filha na creche porque considerava que haviam poucos professores para cuidar de muitas crianças. Essa talvez fosse a maior crítica dele quanto ao atendimento da prefeitura.

Diferentemente da maioria das pessoas com as quais eu havia conversado até então sobre a vida na moradia provisória, Marcos apresentava certa satisfação com a sua situação, destacando que a maior dificuldade estava muito mais na convivência com as pessoas na moradia e na falta de informação quanto às futuras habitações do que às condições de infraestrutura e às regras rígidas impostas aos moradores.

Tais observações e opiniões de Marcos fizeram com que eu passasse a buscar um diálogo mais frequente com ele, o que culminou com o convite para ir visita-lo na moradia provisória e conhecer seu sogro e alguns dos amigos que ele fez durante e após o desastre. Para tanto, ele se disponibilizou a conversar com o coordenador da moradia para explicar minha intenção de realizar entrevistas com seus vizinhos.

Alguns dias após combinarmos a data da visita, ele informou-me que era necessário conseguir uma autorização na Secretaria de Assistência Social para entrar na moradia, o que, segundo ele havia me informado, não deveria demorar muito tempo.

Fui à secretaria no dia seguinte e ao explicar minhas intenções foi-me passado que eu deveria fazer um pedido formal assinado, explicando do que se tratava a minha pesquisa e quem seriam os entrevistados. Em contato com Marcos me informei sobre os possíveis entrevistados e redigi o pedido. Retornando a secretaria no dia seguinte, novamente não obtive a autorização, pois a pessoa responsável pelas moradias havia saído de férias e voltaria somente na próxima semana.

Ao retornar na semana seguinte, informaram-me que a responsável estava em uma reunião e não poderia atender-me, deveria então deixar meu pedido e telefone para que eles entrassem em contato. Esperando mais uma semana, retornei novamente a secretaria, mas sem sucesso.

Depois de mais de um mês esperando pela autorização, nenhuma resposta foi dada e o máximo que consegui foi o comentário de uma das secretárias dizendo que provavelmente meu pedido não iria ser aceito. Com remotas possibilidades de pesquisar a realidade das

moradias provisórias, Marcos resolveu convidar-me como amigo dele e seus vizinhos.

Quanto às entrevistas, poderia realiza-las fora daquele espaço, na universidade por exemplo. Não tendo alternativa consenti com a ideia de Marcos e passei a visitar a moradia na condição de amigo. Na primeira visita a CESBLU pude vislumbrar porque ela era considerada a melhor moradia em termos de infraestrutura. Por se tratar de uma universidade desativada, ela possuía amplos espaços de convivência e módulos familiares maiores, o que permitia que os moradores tivessem maior privacidade.

A entrada do prédio não parecia diferente de uma escola ou uma universidade, a não ser pelos sinais externos de deterioração. Ao lado do prédio havia um terreno baldio que servia de estacionamento para os moradores. Junto ao estacionamento ficavam os *containers* de acomodação do lixo da moradia.

No acesso a moradia um dos coordenadores controlava a entrada e saída de pessoas, enquanto crianças brincavam e corriam no andar térreo. A estrutura interna da moradia estava em ótimo estado. Do *hall* enxergavam-se os quatro andares que formam o prédio. No mesmo *hall*, o barulho de marteladas e do corte de serras elétricas era ensurdecedor devido ao fato de funcionários e moradores esforçarem-se para construir uma pequena casa de madeira que serviria de moradia para o Papai Noel e uma grande árvore de Natal cuja altura ultrapassava o segundo andar do prédio.

Subindo as escadas, cheguei na moradia de Marcos. Uma pequena unidade habitacional composta por um quarto-sala dividido por uma cortina, onde se via uma cama de casal, um armário e alguns bens pessoais. Não vi nenhum eletrodoméstico, o que demonstrava o fato de Marcos permanecer na moradia o mínimo de tempo possível, praticamente só para dormir.

Marcos largou suas coisas e levou-me para conhecer a vizinhança. Olhando do mezanino do segundo andar avistava as diversas portas das antigas salas de aula que hoje serviam como moradias, o que dava um ar de cortiço para aquele espaço de moradia.

A apresentação de Marcos foi interrompida pelos gritos e choro de uma criança que havia ficado trancada na sua “casa” sem que ele a tivesse visto entrar.

Marcos argumentou:

Viu, é isso que acontece aqui. É essa barulheira, essa bagunça, essa falta de privacidade que atrapalha. Quando você vê as pessoas entram na sua casa, por engano ou não e você nem vê. Os vizinhos ficam conversando em tom alto, ouvem música com volume alto, se metem na vida dos outros, essas coisas.

(Marcos, CESBLU, 2010)

Ainda no segundo andar, Marcos levou-me para conhecer seu sogro, Domingos, que é seu vizinho na moradia. A unidade habitacional de Domingos era diferente da de Marcos sendo composta por uma sala-cozinha com sofá, mesa, geladeira e armários e um quarto com uma cama de casal e armário separado por uma cortina.

Habitando a moradia à quase dois anos (desde abril de 2009), Domingos, de 65 anos de idade, não apresentava o mesmo otimismo de Marcos. Paranaense de nascimento, ele trabalha na companhia de limpeza municipal. Morador do Morro do Araranguá havia dez anos, ele disse ter passado por experiências de enfrentamento de enchentes no bairro, mas nada parecido com o que viveu durante o desastre de 2008.

No evento, o segundo piso de sua casa havia caído sobre o primeiro andar. No mês seguinte ao desastre ele voltou para casa e começou a reforma-la. No entanto, a Defesa Civil interditou-a e proibiu que ele a reformasse e continuasse morando nela. A partir daí ele foi para o abrigo da Defesa Civil e depois para a moradia provisória.

Eles disseram que não adiantava reformar, ainda gastei mais, estava fazendo a laje novamente e eles não deixaram, eles condenaram e a casa não caiu, mas ele disseram que o chão estava condenado.

Eu saí da casa em dezembro de 2008 e no começo do ano saímos da igreja e fomos para o colégio, aí quando começou as aulas que nós viemos para cá (moradia provisória). Só que o colégio atrasou bastante porque as escolas começaram só no mês de maio. Daí que eles alugaram isso aqui e fizeram as peças para cada um.

(Domingos, CESBLU, 2010)

Na moradia as condições de vida melhoraram um pouco devido a separação das famílias em unidades que permitiram maior privacidade. No entanto o fato de não poder ter uma cozinha particular o incomodava muito. Domingos fez questão de levar-me à cozinha coletiva para mostrar-me como ela funcionava.

A cozinha estava instalada em uma antiga sala de aula com prateleiras nas paredes onde ficavam em torno de 16 fogões de duas bocas. Naquele horário, por volta das 18h, havia pouca gente utilizando-a, havia somente uma moradora limpando o piso. Domingos explicou-

me que a limpeza e a manutenção eram de responsabilidade dos moradores e que havia uma escala para que todos participassem, mas alguns não a cumpriam.

A manutenção das áreas coletivas da moradia, como a cozinha e os banheiros, eram as maiores preocupações e motivos de desgosto para Domingos, pois quando não eram cumpridas as escalas, eles estavam muito sujos.

Após conversar com Domingos, fomos visitar a família de Maurício e Elza, amigos de Marcos, que vieram de Guarapuava no Paraná para trabalhar e procuravam trazer os filhos para a cidade de Blumenau. Eles contaram que haviam se estabelecido na cidade no ano de 2008 e que planejavam passar o natal daquele ano na sua cidade de origem e depois voltar com os filhos. A tragédia interrompeu seus planos e eles não só ficaram impossibilitados de ir para Guarapuava no natal, quanto menos trazer os filhos, visto que haviam perdido sua moradia.

Elza já tinha morado em Blumenau por dois no passado, mas havia voltado ao Paraná. Ela acabou retornando em 2008, junto com o marido, porque não conseguia arranjar emprego em sua cidade natal. Ela trabalha servindo cafezinho numa agência bancária no centro da cidade e seu marido Maurício é aposentado devido a um acidente de trabalho, que gerou sequelas na sua locomoção e fala.

Em Blumenau, eles moravam de aluguel em uma casa no bairro Garcia, sul da cidade, a qual foi atingida por deslizamentos de terra em novembro de 2008. Eles conseguiram salvar o carro e alguns documentos mais importantes durante o desastre, o resto dos seus bens foi destruído.

A moradia que habitavam foi interditada pela Defesa Civil, mas segundo eles, o proprietário realizou algumas reformas e tentou reaver o aluguel. Ao se recusarem a viver em área de risco, o proprietário voltou a aluga-la para outra família.

Nos primeiros dias após o desastre, Maurício e Elza ficaram alojados na mesma igreja em que a família de Marcos e Domingos. Depois foram transferidos para a mesma escola que serviu de abrigo temporário e para a moradia provisória do CESBLU. Foi neste tempo de convívio e vizinhança, que se constituiu uma amizade entre eles.

Nós conhecemos o Marcos e o Domingos (sogra dele) no desastre. Moramos com o Marcos na mesma sala que ele e a mulher na escola e depois moramos juntos um tempo antes de nos mudarmos para cá. Nós conhecemos bastante gente, fizemos amizades, só que cada um foi para um lado né, mas o Marcos e a família dele continuaram com a gente.

(Elza, CESBLU, 2010)

Maurício e Elza relataram que a vida nos abrigos era muito difícil e foi através dessa amizade que conseguiram amenizar um pouco o mal estar de viver em um ambiente coletivo. A vida se tornara mais difícil, segundo eles, devido ao desvio das doações destinadas aos atingidos. Com a ida para a moradia provisória o número e a qualidade das doações aumentaram e o maior controle por parte da prefeitura, permitiu que elas chegassem a eles.

O problema no abrigo era a hora da comida, tinha o exército cuidando, mas assim mesmo... Comida tinha bastante, tinha de sobra, mas por debaixo do pano tinha coisa, porque as coisas boas elas não davam para ninguém: edredom, roupa de cama não deram para ninguém.

Roupa eles devam as usadas, não as novas. Nós ganhamos aqui nessa moradia porque a Cruz Vermelha nos deu, eles deram jogo de panelas, essas coisas mais necessárias. A Celesc (Companhia Estadual de Energia Elétrica) deu geladeira também, um armarinho, isso depois que a gente veio para cá. Nós não tínhamos nada né, nem cama, daí eles deram colchão, guarda-roupa, ajudaram um monte.

Nem colchão para dormir nós tínhamos, então a gente foi recebendo um pouco de um, um pouco de outro, veio muita doação né, de muitos lugares, mesmo que algumas não tenham chegado.

(Elza, CESBLU, 2010)

Habitando a moradia provisória há quase dois anos, assim como Marcos e Domingos, eles igualmente disseram que no começo a convivência na moradia era bem difícil. Havia muita briga, não conheciam ninguém e também tinham dificuldades para estabelecer relações de sociabilidade e amizade.

A dificuldade de adaptação à moradia se deu também pelo fato de alguns dos moradores terem ficado revoltados com a possibilidade de que pessoas que viviam de aluguel também fossem beneficiadas pelas moradias provisórias e posteriormente pelo programa de habitação popular subsidiada pelo Governo Federal.

A esperança da família estava na mudança para o apartamento novo num período curto de tempo. Eles já haviam visitado os condomínios que servirão de moradia para os desabrigados e participaram das reuniões da Secretaria da Assistência Social e da Caixa Econômica Federal, mas não haviam assinado ainda os contratos de compra. O apartamento próprio seria uma garantia definitiva de que permaneceriam na cidade, como eles desejavam. Segundo Elza:

É bom porque se a gente vai pagar aluguel é um dinheiro jogado fora e aqui a gente vai pagar algo que um dia vai ser da gente. Aluguel não volta mais. Nós pensávamos que daqui que nós íamos voltar para o aluguel, ou pensávamos em voltar para o Paraná, senão recebêssemos os apartamentos.

A vizinha disse que o filho dela saiu daqui para ficar no aluguel e depois quis voltar e eles não aceitaram, porque eles não aceitam de volta. Quem saiu daqui não tem direito de voltar.

(Elza, CESBLU,2010)

Através do diálogo com essas famílias, verifiquei que se delineava uma interpretação diferenciada sobre a vida na moradia. Na perspectiva de Marcos, Maurício e Elza, morar lá era como uma provação temporária que culminaria com a possibilidade de adquirir uma moradia própria fora de uma área de risco. Domingos, sogro de Marcos, tinha uma visão mais pessimista sobre a sua situação atual e futura, a qual de certa forma se aproximava da visão dos membros do MAD. Para dar conta dessas diferentes perspectivas era necessário explorá-las e analisa-las através das trajetórias de vida e posições sociais desses sujeitos, como demonstrarei nos próximos capítulos.

Nesse sentido a interpretação da experiência vivenciada por esses habitantes das moradias provisórias agregava uma nova discursividade sobre o desastre de 2008 e suas consequências, que era fundamental para a construção desse complexo quebra-cabeça que envolvia memórias, trajetórias e valores dos habitantes da cidade de Blumenau. Uma pincelada na perspectiva dos membros da Defesa Civil apresentaria também outra perspectiva sobre o evento, como demonstro a seguir.

1.4. Os Desafios da Defesa Civil

A dramática do evento de 2008 atingiu de sobremaneira o órgão municipal responsável pela prevenção, preparação e resposta ao desastre. O conhecimento da condição desta instituição durante o evento e a experiência adquirida refletida na atualidade torna-se fundamental para entender seu lugar e ponto de vista nesta calamidade urbana.

A Defesa Civil tem origem militar, surgindo quando as guerras deixaram de se desenrolar nos campos de batalha e passaram a atingir os centros urbanos e seus habitantes, tornando necessário preparar a população para conviver e enfrentar desastres. No Brasil ela foi criada durante a Segunda Guerra Mundial, em 1942, como serviço de Defesa Passiva Antiaérea, subordinada ao Ministério da Aeronáutica (Castro,1999). De lá para cá sofreu diversas transformações.

Os municípios foram determinados a criar e manter em funcionamento uma estrutura de Defesa Civil a partir de 1970 (Negredo, 2009). No Estado de Santa Catarina a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) foi instituída em 1973 e no mesmo ano, em 20 de dezembro foi implantada em Blumenau a COMDEC - Comissão Municipal de Defesa Civil.

Foi, no entanto, após as grandes enchentes de 1983 e 1984 que surgiu uma nova experiência de atendimento à população na cidade com a criação de uma Diretoria de Defesa Civil, no ano de 1989. Institui-se a elaboração de um Plano de Defesa Civil, a implantação de trinta e quatro abrigos de Defesa Civil em sete regiões da cidade, a sistematização de procedimentos e o preparo de lideranças comunitárias para o atendimento aos atingidos.

A experiência adquirida e a estrutura constituída a partir das enchentes de 1983-84, no entanto, não foram suficientes para atender a demanda ocorrida durante o desastre de novembro de 2008. Desde então, iniciaram transformações no órgão municipal de Defesa Civil, frutos da experiência adquirida e das reivindicações de seus técnicos.

Entre as principais mudanças ocorridas destaca-se a criação da Secretaria Municipal de Defesa Civil em abril de 2009, a duplicação do número de abrigos municipais, a retomada dos estudos sobre áreas de risco com o estabelecimento de um setor de estudos geológicos, o aperfeiçoamento do sistema de alerta de cheias e a contratação de uma pessoa responsável pela elaboração de projetos, tendo em vista capitalizar recursos junto a Secretaria Nacional de

Defesa Civil.

Durante o evento de 2008, a Defesa Civil enfrentou uma cadeia de dificuldades referentes a uma série de fatores que tanto o técnico Negrodo com quem fiz os primeiros contatos e entrevistas ainda no ano de 2009, quanto Manfred, outro técnico designado pelo Secretário e Diretor de Defesa Civil para apresentar-me o funcionamento da mesma, relataram. Essas informações sobre o funcionamento e atuação da Defesa Civil foram obtidas a partir de uma série entrevistas realizadas no espaço da Secretaria e da leitura de documentos oficiais e de artigos indicados pelos técnicos.

O primeiro drama enfrentado pela Defesa Civil em novembro de 2008 diz respeito à magnitude e rapidez com que o evento climático atingiu a cidade. A quantidade de chuva tomou todos de surpresa, pois além de ter sido um fenômeno climático atípico, um anticiclone que causou a precipitação de mais 500 milímetros em apenas cinco dias, a ocorrência de deslizamentos de terra em inúmeras partes da cidade dificultaram as tentativas de auxílio à população.

O Plano de Contingência da Defesa Civil da época, assim como o Plano de Municipal de Redução de Riscos (PMRR) e o sistema de alerta estavam pautados na experiência das cheias de 1983 e 1984 e dessa forma, organizados para o enfrentamento de uma enchente gradual. A enchente de 2008, no que diz respeito à cheia do rio não foi considerada grande (em torno de 12 metros), mas extremamente rápida e teve como consequência a ocorrência de inúmeros deslizamentos ou como relata Manfred o “derretimento da cidade”.

A resposta às primeiras ocorrências, segundo os relatos do técnico Manfred, sucedidas durante a madrugada do dia 23 de novembro, foi prejudicada porque a chegada de informações era deficiente. As solicitações de vistoria, pedidos e ocorrências feitas através do telefone 199 da Defesa Civil fora do horário do expediente (das 8h às 17:30h) eram transferidas para a portaria da prefeitura e estes atendentes não tinham formação prática de Defesa Civil e não eram capacitados a prestar informações específicas. Ainda hoje, segundo ele, o plantão da Defesa Civil consiste num esquema em que a chamada telefônica cai na portaria e se for relacionada a alguma questão de responsabilidade da Defesa Civil é transferida para o plantonista do dia. O plantão é tirado em casa, sendo indispensável que o plantonista esteja no município e mantenha seus telefones de contato disponíveis.

O atendimento 24 horas através de um *callcenter*, com funcionários capacitados para dar informações, encaminhamentos e orientações é uma das promessas que os técnicos

receberam após novembro de 2008 e que dois anos depois ainda esperam se concretizar.

A partir dos relatos de Negredo, foi possível concluir que o Centro de Operação do Sistema de Alerta de Cheias de Vale do Itajaí (CEOPS) operado pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) para apoiar a Defesa Civil com informações sobre as condições do tempo e o nível dos rios também foi vítima da rapidez do evento. O CEOPS trabalha segundo um manual de operação de apoio a Defesa Civil, no qual a partir do nível do rio são definidos os estados característicos para a tomada de decisão para o enfrentamento de enchentes, denominados situação normal, de atenção, de alerta e de emergência.⁵

No CEOPS, durante o dia 22 de novembro, não houve nenhum alarde, a previsão era de que apesar da intensa chuva registrada ao longo dos últimos dias do mês, o nível do rio atingiria no máximo 6 metros (o transbordamento do rio se dá a partir dos 8,5 metros) na manhã do dia 23. Definindo a situação como de alerta, os professores-pesquisadores foram para suas casas, permanecendo apenas o técnico responsável por fazer o plantão. Novas medições seriam feitas somente no dia 23.

Com a continuidade e aumento da chuva na madrugada, os membros do CEOPS foram acionados para realizar novas análises meteorológicas e hidrológicas, que apontaram a subida do rio Itajaí-Açu acima do nível dos oito metros já na manhã do dia 23.

Com a capacidade de previsão de seis horas de antecedência, era impossível para o CEOPS acionar a Defesa Civil no tempo necessário para uma tomada de decisão, o que gerou um colapso no atendimento. A dificuldade de mobilização do pessoal e da infraestrutura durante a madrugada colaborou para a lentidão do processo.

A primeira atitude tomada foi acionar os coordenadores dos abrigos à medida que o nível do rio passava dos oito metros e as notícias de escorregamento chegavam. O drama se estendeu para os abrigos na medida em que crescia o número de desalojados e desabrigados. A estrutura inicial de 34 abrigos não foi suficiente e tornou-se necessário improvisar a abertura de novos alojamentos, o que gerou uma série de inconvenientes. Na região central da cidade foram estabelecidos dez abrigos que atenderam 560 pessoas, na região sul (a mais atingida pelos deslizamentos) vinte abrigos para 1708 pessoas, na região norte doze abrigos para 608 abrigados, na região leste seis abrigos para 817 abrigados e na região Oeste quatorze

⁵ Situação normal significa que não há risco de inundação. A partir do nível de atenção, inicia-se a comunicação com os responsáveis pela defesa civil. Na situação de alerta as águas ainda se mantêm na calha principal. A situação de emergência caracteriza-se pela ocorrência de inundação das áreas ribeirinhas (Negredo, 2009:69).

abrigos para 763 abrigados, totalizando 4456 pessoas abrigadas em 62 abrigos (Sevegnani; Frank; Negredo; Soares; Keim, 2009).

As águas do rio e principalmente os escorregamentos de terra isolaram muitos dos abrigos, que não podiam ser atendidos por via terrestre. Tais abrigos ficaram sob responsabilidade e administração dos voluntários de Defesa Civil e dependentes da ação voluntária de vizinhos e outros moradores não-atingidos para o seu suprimento de alimentos, roupas e outros bens até que as primeiras equipes do exército, utilizando-se de helicópteros ou embarcações contatassem e levassem mantimentos para os atingidos.

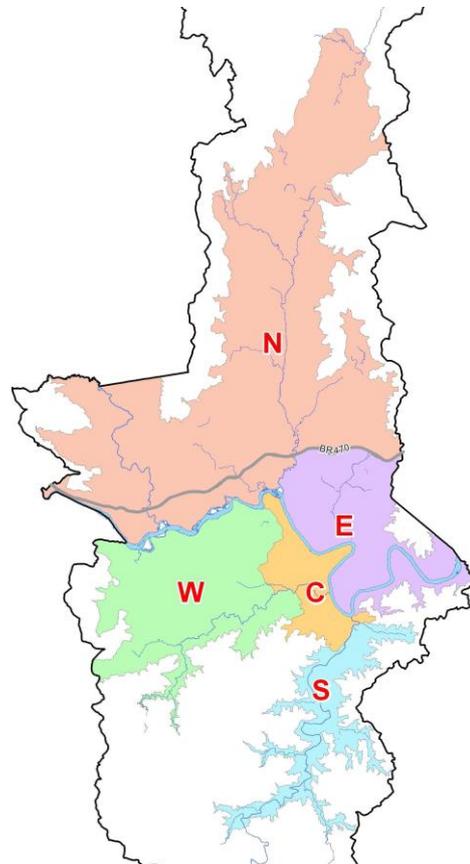
Neste contexto foi relatado por Manfred um acontecimento, do qual Heriberto como coordenador do abrigo participou, em que uma escola do Vale do Ribeirão Fresco sofreu risco de soterramento devido a deslizamentos que derrubaram árvores sobre sua estrutura. Houve grande comoção entre a população abrigada, visto que foi necessária a sua transferência para outro abrigo, que consistia na sede do grupo de escoteiros, a qual estava livre do risco.

Evidencia-se nesse caso, segundo Manfred, que os locais para instalação dos abrigos haviam sido selecionados observando-se a cota de segurança de 17 metros acima do nível do rio, mas não levavam em consideração os riscos de deslizamentos.

A experiência destas dificuldades enfrentadas nos abrigos, no evento de 2008, não fora esquecida e estabeleceram-se mudanças na escolha, estruturação e coordenação destes. Um novo Plano de Contingência dividiu a cidade em cinco Áreas de Defesa Civil – Norte, Sul, Leste, Oeste e Centro ao invés das sete anteriores que eram identificadas pelas iniciais dos bairros mais conhecidos de cada uma, o que havia dificultado sua localização na situação de emergência. Foi aumentado o número de abrigos de Defesa Civil de trinta e quatro para sessenta e quatro, priorizando as áreas que mais sofreram durante o desastre de 2008 e levando em consideração estudos sobre os riscos de deslizamentos.

A coordenação dos abrigos continua sendo feita por novecentos voluntários, tratando-se de diretores, professores e funcionários de escolas, lideranças comunitárias e religiosas. A coordenação desses abrigos fica a cargo do Centro de Operações de Defesa Civil – CODEC, que instalado no 4º andar do edifício da Prefeitura Municipal de Blumenau. O CODEC é comandado pelo titular da Secretaria Municipal de Defesa Civil e tem representantes dos seguintes órgãos: 23º Batalhão de Infantaria do Exército, 3º Batalhão de Bombeiros Militares, 10º Batalhão de Polícia Militar, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Serviços Urbanos

Divisão do Município ÁREAS DE DEFESA CIVIL



- Área de Defesa Civil Norte
- Área de Defesa Civil Oeste
- Área de Defesa Civil Leste
- Área de Defesa Civil Sul
- Área de Defesa Civil Centro

Fig. 13. Áreas de Defesa Civil do Município de Blumenau. Sem escala. Secretaria Municipal de Defesa Civil de Blumenau.

A continuidade dos deslizamentos nos meses subsequentes a eclosão do evento e o risco de ocorrência de novos soterramentos causaram também uma série de problemas e constrangimentos para a Defesa Civil.

A necessidade de novos estudos sobre as áreas de risco levou à estruturação de um setor de Geologia, com a contratação de novos funcionários e a criação de um novo plano de

análise das áreas de risco tendo em vista as áreas atingidas que não estavam catalogadas no plano anterior. No entanto a questão principal estava no prazo para realização desta tarefa, calculada em pelo menos dois anos. Neste ínterim, os agentes da Defesa Civil deparavam-se com uma enorme demanda de vistorias técnicas de residências atingidas pelo desastre.

O baixo número de agentes para realizar esta tarefa aumentava e muito o tempo de espera dos moradores atingidos para retornar às suas casas. Estes agentes enfrentavam ainda a resistência de alguns moradores que já haviam retornado e se recusavam a deixar as moradias condenadas.

A existência de casas que aparentemente não tiveram a sua estrutura comprometida, mas se localizavam em áreas de risco e o risco de deslizamentos futuros tornavam esse trabalho mais difícil pelo fato de ser impossível obter um laudo conclusivo no curto prazo.

Estabelecia-se neste sentido, uma resistência por parte dos moradores atingidos à normatização estabelecida pelo “conhecimento perito” (Giddens,1998) dos técnicos e geólogos da Defesa Civil, fundamentada nas relações afetivas estabelecidas com os espaços urbanos que estes ocupavam, frequentavam, praticavam e se enraizavam (De Certeau,1994). Confrontavam-se uma lógica probabilística de risco (Granjo, 2006), forma de domesticação das ameaças que compreende a manipulação quantitativa para torna-las cognoscíveis e a experiência de perda e ruptura da vida que estes moradores se viam expostos a partir do desastre.

No âmbito da Defesa Civil, uma das mais importantes reivindicações do corpo técnico tomou forma depois do evento de 2008, mais precisamente em abril de 2009, quando foi criada a Secretaria de Defesa Civil. A criação da secretaria foi um avanço, segundo Manfred por que:

(...) antes nós tínhamos que fazer a parte administrativa, de compras, de assessoria de manutenção dos diques de contenção contra as cheias e agora com a criação da Secretaria o secretário e seus técnicos assumiram as principais funções administrativas e conosco (técnicos) ficou a mais específica e técnica.

(Manfred, Defesa Civil, 2010)

A criação da Secretaria não se deu sem problemas, devido a uma dificuldade crônica que afeta a Defesa Civil, segundo Negredo, a falta de um quadro permanente de funcionários. Atualmente o Corpo de bombeiros militares tem disponibilizado o efetivo necessário para o funcionamento da Defesa Civil Estadual e Municipal. A falta de um quadro permanente associada à substituição sistemática por fatores políticos ou pessoais impõe uma rotatividade

que dificulta o estabelecimento de uma política continuada e com foco mais preventivo.

Manfred relatou a experiência da Defesa Civil Municipal:

Nós tivemos uma passagem não muito boa, porque quando construíram a Secretaria a administração pública trouxe um General da reserva do exército. Ele ficou aqui deu andamento nos projetos que ele achou que devia dar e os resultados não foram bons, ele ficou mais ou menos seis meses. Depois entrou o Coronel Bombeiro Militar, que era chefe de operações do 3º BBM, só que ele acumulava funções no corpo de bombeiros com a função de secretário de Defesa Civil, hoje o secretário de direito é ele, mas de fato é o Major Neto. O diretor de Defesa Civil também é o major Neto. A expectativa é de que em seis meses o Neto assumira somente a Secretaria e assim teremos certeza das nossas atividades. Cada um tem a sua formação técnica, cada um tem suas tarefas, mas assim como está hoje, ainda está vago.

Hoje nós vivemos o que ainda é possível nesta transição, nós temos reuniões semanais na sexta com o Neto como diretor e contigo ele falou como secretário, então nós temos uma carência de ter um diretor que a gente possa levar alguma insuficiência, alguns problemas direto para ele, discutir e dar a solução logo em seguida.

(Manfred, Defesa Civil, 2010)

Tais dificuldades se devem, segundo Negredo, porque que a grande maioria dos integrantes da classe política tem uma visão distorcida da função do Sistema Municipal de Defesa Civil, bem como das missões legais a serem desempenhadas pelos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

A visão da classe política estaria muito mais centrada nas atividades de resposta, ou seja, naquelas a serem desenvolvidas durante ou após o acontecimento de um desastre. Este imediatismo de resultados se oporia ao desenvolvimento de uma política de prevenção, comprometida com os resultados mais adequados às necessidades das comunidades. Negredo destaca que parcela expressiva da culpa dos órgãos políticos em voltarem a sua visão exclusivamente para a fase de resposta, “se origina na maior visibilidade das estruturas de defesa civil nesses momentos, bem como na própria visão que essas estruturas têm de si mesmas, como estruturas de atendimento a população” (Negredo, 2009:65).

Conforme levantamento realizado pelo Departamento Estadual de Defesa Civil (DEDC), considerando o período de janeiro de 2003 a dezembro de 2005, 96% das solicitações de recursos estiveram associadas ao acontecimento de desastres, com a respectiva decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública (Costa, sd), evidenciando que o poder público municipal somente faz pedidos para a Defesa Civil Estadual após a ocorrência de um desastre.

Devido à disposição legal de aquisição de bens dispensando o processo licitatório, o DEDC dá uma resposta eficiente aos municípios num período curto após o acontecimento de um desastre. O atendimento se traduz ainda em algumas formas de auxílio temporário como o fornecimento de cestas básicas, de materiais para a reconstrução de residências atingidas, o que muitas vezes reforça a imagem assistencialista da Defesa Civil, contribuindo para o fortalecimento de uma visão equivocada por parte da classe política e também da comunidade.

A população, nesse sentido, teria uma imagem da Defesa Civil como instituição com a finalidade de atender as vítimas de desastres. Esta situação seria explicável pelo fato das comunidades terem contato direto com as instituições de defesa civil, sobretudo, nos momentos de desastres, da grande evidência dada pela mídia às ações de socorro, de assistência às vítimas e reabilitação dos cenários de catástrofes.

A concepção assistencialista que a população tem da Defesa Civil, no entanto não seria homogênea. Segundo os técnicos, na cidade de Blumenau, era necessário levar em conta uma questão cultural e de educação. A condição de morador tradicional da cidade, sobretudo de origem alemã, com experiência no enfrentamento de situações de enchentes e maior escolaridade produziria uma relação de menor dependência com a Defesa Civil, visto que esta população teria uma maior sensibilidade para detectar sinais de risco e uma maior agência e autonomia nas ações de prevenção e de resposta.

Em contraposição os moradores migrantes, recentes e pouco escolarizados das regiões mais pobres da cidade careciam de uma “cultura do risco” e esperariam que a Defesa Civil resolvesse todos seus problemas, sobretudo os considerados mais simples como a poda de árvores que oferecem risco de queda sobre moradias e a colocação de lona nas encostas de morros que estivessem sem cobertura vegetal. Tal situação só poderia ser resolvida, segundo a perspectiva da Defesa Civil, por um processo longo de educação e conscientização dessa população.

A perspectiva apresentada pela Defesa Civil se aproxima sobremaneira da definição proposta por Mary Douglas (1982) na disputa dos peritos para definir quais os riscos devem ser considerados e aqueles que podem ser ignorados pela população. Se há um conhecimento perito sobre quais os riscos que exigem maior atenção como é o caso das enchentes e deslizamentos, este conhecimento não atinge um consenso, seja entre a comunidade política, seja entre a população. Se a disputa com a comunidade política exige maior discussão e canais

de diálogo, a busca pelo consenso junto à população recai sempre sobre a educação e/ou coerção.

Esta falta de consenso, caracterizada pela visão equivocada que tanto a classe política quanto a população teriam, não propiciaria o desenvolvimento das atividades da Defesa Civil em toda sua plenitude, fazendo com que as fases de prevenção e preparação recebam pouca atenção. Não havendo um trabalho que considere os aspectos preventivos, resta realizar pedidos durante a fase de resposta, principalmente no que se refere à assistência às vítimas da emergência e à reabilitação do cenário do desastre.

Este ciclo de ações que se repetiria somente após a ocorrência de desastres caracterizaria as dificuldades enfrentadas pela Defesa Civil Municipal de Blumenau em construir ações efetivas de prevenção e planejamento. Da mesma forma, o conjunto de informações descritas explicaria a vulnerabilidade em que se encontrava o município de Blumenau em relação aos acontecimentos de novembro de 2008 e a construção de uma imagem negativa da Defesa Civil, pautada sobretudo na falta de confiança⁶ na sua capacidade em lidar com o atendimento a população atingida, papel que ao mesmo tempo não representa a totalidade e a real capacidade de sua atuação.

⁶ Anthony Giddens (1998) destaca que a confiança pode ser definida como a crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou na correção do conhecimento técnico.

1.5. Sob as águas do Vale do Itajaí

A imersão na realidade dos habitantes da cidade de Blumenau e sua relação com o desastre de 2008 implicou na convivência com maior proximidade dos atingidos, no acompanhamento das ações da Associação de Moradores do Ribeirão Fresco e do trabalho dos agentes da Defesa Civil, procurando entender os significados conferidos às suas experiências.

Suas relações com o desastre estavam pautadas não somente pelas diferentes posições sociais que ocupavam, seja de vítima, voluntário ou assistente, mas também relacionadas a seus referenciais de espaço, onde o conceito científico e político do Vale do Itajaí como bacia hidrográfica não era imediatamente incorporado e compartilhado e onde a noção de área de risco entrava em choque com o enraizamento e pertencimento dos moradores. Seus referenciais de tempo também eram diversos, onde as trajetórias e suas vivências edificavam as relações com a cidade e a região, além claro, de valores e ideologias que se apresentavam nas formas macro e micropolíticas de enfrentamento e superação do desastre e da injustiça social.

Dentro desses diferentes grupos de pessoas fui construindo contatos com homens e mulheres buscando através de entrevistas descortinar suas trajetórias individuais e familiares, procurando elementos comuns e diferenças de forma a produzir uma pluralidade de interpretações que dessem conta de um fenômeno complexo que envolvia não somente diferentes escalas de interpretação, mas também escalas éticas de relação, como bem descreve Roberto Cardoso de Oliveira (2006).

Oliveira (2006:2) constrói sua argumentação sobre o estudo da moralidade e eticidade no âmbito da Antropologia, partindo da noção de que a moral se insere no campo do "bem viver" e a ética no do "dever". O primeiro campo implica valores, particularmente aqueles associados a formas de vida consideradas como as melhores e, portanto, pretendidas no âmbito de uma determinada sociedade. O segundo campo - o da ética - implica normas que possuam, porém, um caráter pré-formativo, um comando ao qual se deve obediência, pois segui-las é a obrigação de todo e qualquer membro da sociedade. Tomando essas considerações sobre moral e ética através da filiação a uma "ética discursiva", ele entende a moralidade como a manifestação de uma vontade subjetiva do bem, enquanto eticidade seria essa mesma vontade, porém realizada em instituições históricas (e culturais) reguladoras

dessa mesma vontade, como a família, a sociedade civil e o Estado.

Assim a história deste grupo plural de indivíduos e famílias constitui-se num recurso fundamental para entender e interpretar o contexto do significado (Geertz, 1989), os conflitos e ambiguidades presentes entre indivíduos, grupos e instituições nos processos discursivos de definição do desastre e no processo social de restituição da vida na cidade e na sociedade blumenauense.

É nesse contexto que a cidade engloba uma série de imagens e saberes que envolvem a relação cultura-natureza, sociedade e ambiente enfim uma série de formas que a cultura gera sem cessar, progressos tecnológicos, científicos e que os indivíduos urbanos são confrontados diariamente e que não conseguem dar conta por completo, mas que não podem recusar pois participam deste cenário de transformação urbana da realidade natural, como pretendo demonstrar nos próximos capítulos (Simmel,2004).

CAPÍTULO 2. AS DIFERENTES FACES DO DESASTRE

Desde o início da minha estadia de um ano e dois meses em Blumenau (março de 2010 a maio de 2011) como antropólogo-pesquisador dos processos de crise na vida dos habitantes em contextos urbanos relacionados aos desastres fui questionado sobre a intenção de investigar os atingidos pelo desastre de 2008 e as consequências do mesmo em suas vidas. Primeiramente, os pesquisadores dessa questão no âmbito da cidade defendiam a posição de que não era possível ater-se detalhadamente ao sofrimento dos atingidos devido ao fato dos desastres serem acontecimentos intensos, de curta duração e caóticos. Desta maneira, qualquer tentativa de captar impressões sobre eles teriam de ser colhidas na época ou logo após a sua ocorrência. Outros pesquisadores questionaram ainda a possibilidade do uso do método etnográfico para a análise de situações como essas, fundamentando suas ideias na questão da efemeridade desses eventos, o que impediria o estabelecimento relações intensas e duradouras de interlocução com os envolvidos.

Todo o conhecimento adquirido nos primeiros contatos com indivíduos e grupos envolvidos no evento (atingidos, instituições governamentais de atendimento e instituições científicas), no entanto, corroboravam com uma perspectiva processual do desastre (Oliver-Smith, 2009) e das experiências vivenciadas pelos atingidos (Langer, 1997).

Quando descrevo esta característica processual dos desastres e das experiências dos atingidos estou compartilhando das perspectivas de Oliver-Smith (2009:119), para quem os desastres desempenham um papel metonímico que engloba vários processos e eventos que se desenrolam ao longo do tempo e do espaço e não estão circunscritos ao período de eclosão ou clímax do acontecimento e de Langer (1997), que aponta que as pessoas que sobrevivem a um desastre vivem no tempo cronológico da vida cotidiana como qualquer um, mas também continuam habitando e são habitados por um tempo duracional, um tempo de experiência contínua do desastre que dura, que não pode ser generalizado e que só pode ser apreendido pela narrativa desses indivíduos.

Independentemente da forma como os analistas e pesquisadores viam o evento de novembro de 2008, ficava bastante claro através da etnografia, este exercício de troca de experiências com os sujeitos e de registro sistemático das observações e escutas realizadas no convívio de longa duração, consentido e de forma ética (Oliveira, 2000), que as causas e

consequências desse acontecimento eram vistas e sentidas como parte do desastre pela população afetada, pelos técnicos da Defesa Civil e por cientistas e políticos da cidade. Os impactos dele eram socialmente, politicamente e economicamente mediados, distribuídos e interpretados em um processo que extrapolava o período circunscrito ao Novembro de 2008. Eu poderia afirmar também, que ia além do presente vivido por esses indivíduos e grupos.

Minha perspectiva sobre o evento dessa forma estava voltada para a questão do tempo. Não se tratava da busca de uma mera reconstituição do passado, visto que comungo dos escritos de Gaston Bachelard (1988:62) de que o tempo não é contínuo e achatado, mas formado por uma série de rupturas e comportando diferentes espessuras. O tempo (Bachelard, 1994:110) não é uma mera sucessão de instantes e sim um encadeamento complexo que envolve a memória humana.

A pesquisa remetia a “tessitura da intriga” proposta por Paul Ricoeur (Tomo II, 1994:101) para quem o tempo se torna humano quando narrado e é através da narrativa que se organiza a experiência dos sujeitos. Para o autor, o ato de narrar é sempre um ato de interação com o outro, é nesse sentido que ele estabelece três mimeses para apresentar a “tessitura da intriga”. A mimese I está relacionada a pré-figuração que consiste em escolher na memória as ações, não necessariamente de forma cronológica, a serem contadas, selecionando num processo narrativo e dialógico, “o quê”, “porquê” e “como” contar. A Mimese II, criação ou configuração, compreende o próprio processo de narrativa oral, no encadeamento dos fatos sociais e ações de forma a construir através do ato poético um encadeamento em uma estrutura dramática. A Mimese III, reconfiguração, completa a construção da identidade narrativa, onde a experiência do narrador é transmitida por meio da linguagem para o ouvinte, gerando a partilha de uma nova experiência e a circularidade de ideias e interpretações pelo ato de reflexividade de si por parte do narrador e do ouvinte.

A memória desses sujeitos é assim tomada como conhecimento do tempo pensado e vivido (Bachelard, 1988), onde suas vidas e eventos são interpretados cultural e simbolicamente (Geertz, 1989). Para Bachelard (1988), o tempo do mundo, aquilo que aconteceu de fato, e o tempo pensado, interpretação do evento, conformam a consolidação temporal produzida pela memória humana. O tempo é ritmo, camada reconduzida na liberdade interpretativa dos sujeitos das ordenações temporais situacionalmente significativas.

Assim, a experiência etnográfica levou-me a abordar a questão temporal do evento que atingiu Blumenau tratando das formas como os indivíduos e grupos em seus processos de

rememoração interpretavam o desastre e reestruturavam suas vidas.

Para compreender o processo dinâmico de mutação das formas de vida desses habitantes urbanos, tornava-se necessário levar-se em conta o tempo presente vivido narrado por eles próprios e investigar o evento como objeto temporal a partir da forma como esses diferentes sujeitos pensavam a ordenação dessas superposições temporais vividas.

A aproximação, interação e estabelecimento de interlocução com os atingidos, proporcionavam os processos interativos e dialógicos, construídos nas negociações do trabalho etnográfico, onde emergiam lembranças, interpretações sobre o desastre, disputas políticas e formas de reestruturação da vida como demonstro a seguir.

2.1. Ruptura, Liminalidade e Reagregação - Rememorando os dias incertos do Desastre no Bairro do Garcia.

O “Desastre de Novembro 2008”, como ficou denominado pelos habitantes de Blumenau, foi a maior tragédia ocorrida desde a fundação da cidade no Séc. XIX e a sua lembrança remonta a tragédia pessoal e coletiva de seus habitantes. Nesse período extraordinário que iniciou-se com a enchente e os deslizamentos do dia 22 de novembro, os atingidos do bairro do Garcia, local onde ocorreram os primeiros óbitos, viveram um “drama social”, que caracteriza muito bem o caráter processual do desastre nas suas vidas. As experiências desses moradores tomaram contornos atemporais que se refletem atualmente. Nesse microcosmo que envolvia, sobretudo o Morro do Araranguá e suas imediações, os atingidos passaram por diferentes provações que podem ser analisadas sob as ótica das fases de rompimento, crise e reagregação, características do “drama social” de Victor Turner (1986).

A noção de “drama social” de Turner (1986) é usada aqui para explicar o processo desarmônico criado pela eclosão do desastre para os moradores do bairro. O “drama social” tem origem no conceito de “ritos de passagem” de Van Gennep (1960), para quem os ritos de passagem ou de transição, acompanham toda mudança de lugar, estado, posição social ou idade, e caracterizam-se por três fases: separação, margem ou limiar e agregação. A primeira fase abrange o afastamento do indivíduo ou grupo de um ponto fixo anterior na estrutura social; a segunda fase abrange a liminaridade, a ambiguidade, domínio cultural em que não possuem nenhum dos atributos do passado ou do estado futuro; a terceira fase consome a passagem de uma condição para outra. Victor Turner (1974) complementa essa perspectiva quando descreve que toda vida social é um tipo de processo dialético que envolve sucessivas experiências de mudança de status, de condição e posição, onde a passagem de uma dessas experiências para a outra se dá através de um estágio liminar, de crise e de transição.

O anticiclone que atingiu a região em 22 de novembro de 2008, tomou os moradores do Bairro Garcia de surpresa, por ser um fenômeno climático atípico até mesmo para aqueles acostumados com enchentes. O acontecimento gerou uma cheia muito rápida do Rio Itajaí-Açu e do Ribeirão Garcia e a ocorrência de deslizamentos em várias áreas de encosta. Isso se refletiu na demora do atendimento e na situação desorientação por que os atingidos passaram,

momentos estes que se aproximam do que Turner (1986:39) descreve como “rompimento das normas”.

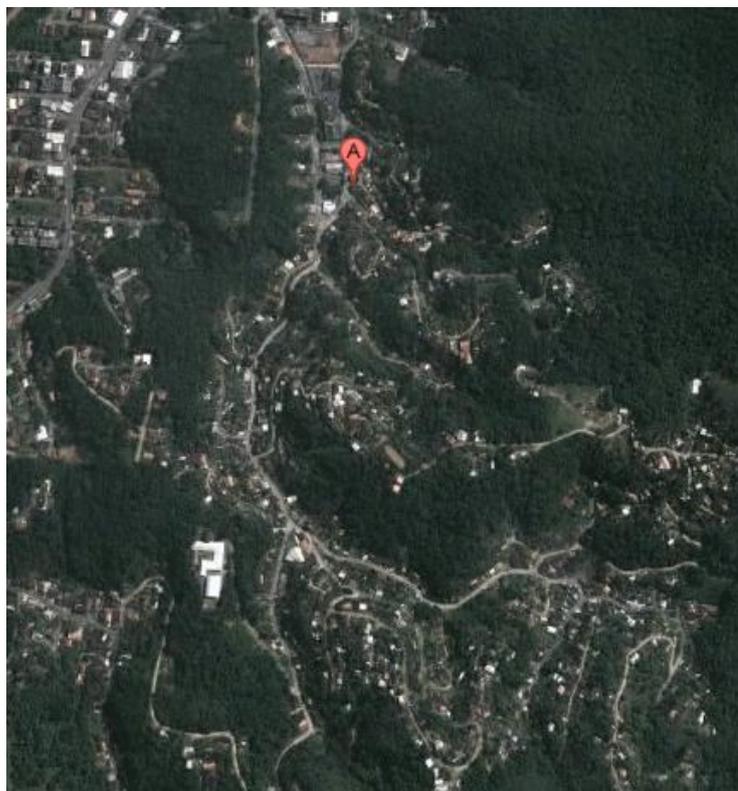


Fig. 14. Imagem da Rua Araranguá. Google Earth. Site: <https://maps.google.com.br/maps?q=google+maps&ie=UTF-8&hl=pt-BR>. Vista aérea da Rua Aranguá. Jornal de Santa Catarina, 2010.

Segundo as estatísticas oficiais (Instituto Médico Legal - IML), pelo menos duas pessoas perderam a vida no bairro no primeiro dia do desastre, 22 de novembro de 2008. Uma criança que fora soterrada foi a primeira vítima confirmada em toda região, gerando comoção entre a população e na mídia nacional. Outra vítima, esta adulta, fora encontrada no Ribeirão que tem o mesmo nome do bairro também no primeiro dia do desastre. A região do bairro mais atingida pelos deslizamentos compreendia a Rua Araranguá, via localizada em uma área de alta declividade, que a partir de dezembro de 2008 fora considerada imprópria para moradia pelos estudos do setor de geologia da Defesa Civil Municipal, obrigando que seus habitantes abandonassem as moradias mesmo que aquelas que não tenham sido comprometidas.

Os instantes da eclosão dos deslizamentos são rememorados pelos atingidos do bairro como momentos de silêncio e tensão que eram rompidos pelo barulho ensurdecedor da terra descendo, trazendo consigo casas, carros e ruas inteiras.

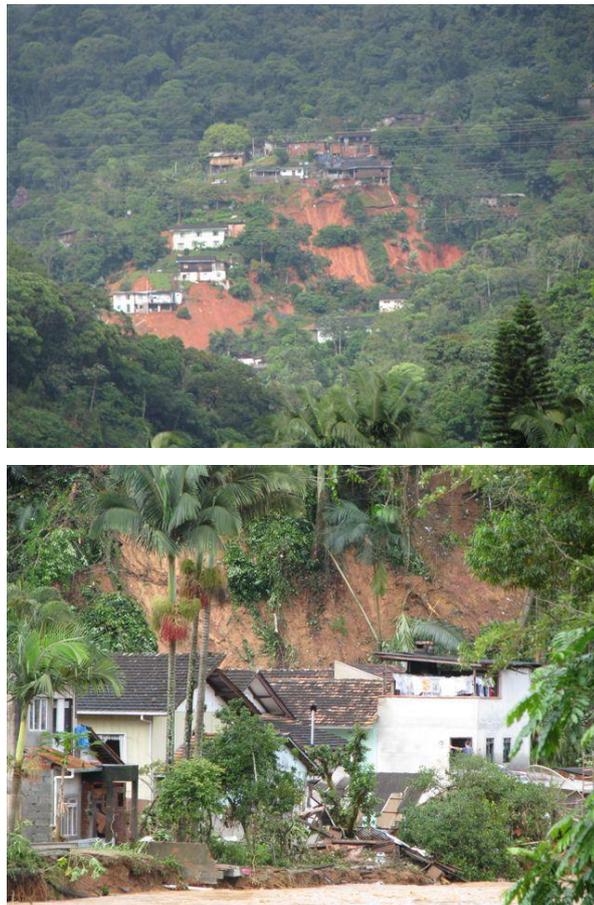


Fig. 15. Deslizamentos na Rua Araranguá.

Um dos atingidos que moravam no Bairro Garcia era Marcos. As diversas conversas e entrevistas realizadas no Centro de Operações do Sistema de Alerta (CEOPS) propiciaram a apreensão sobre a vida no Morro do Araranguá, antes e durante o momento crítico que se estabeleceu a partir do dia 22 de novembro de 2008.

Desde o início do ano de 2008, quando tinha retornado de seu período de doutorado na Espanha e começado sua pesquisa junto ao CEOPS, Marcos tinha se estabelecido junto com sua mulher e filhas na casa de seu sogro Domingos. A vida cotidiana no Morro do Araranguá, segundo ele, se restringia a moradia. Dizia não conhecer seus vizinhos, nem manter relações de sociabilidade, pois as pessoas que viviam lá participariam de uma realidade muito diferente da dele. Suas amizades e sua vida cotidiana se construía muito mais no ambiente da universidade e com as pessoas que lá trabalhavam ou frequentavam do que no seu local de moradia.

Certa vez enquanto Marcos contava-me sobre a vizinhança do Morro Araranguá, um dos seus colegas que ouvia a narrativa, se mostrou surpreso com o fato dele residir lá. Este perguntou a Marcos: mas você morava lá em cima do morro? Ao que Marcos respondeu: “sim subindo o Araranguá”. O colega respondeu: “Nossa, mas aquela região é muito perigosa, tem o tráfico de drogas, eu nunca tive coragem de subir lá”. Marcos não desmentiu tal ideia e afirmou que a realidade de muitos moradores era dificultada pela pobreza, exposição à violência e também pelos riscos ambientais, ou de forma mais crua, os riscos de deslizamentos, frequentes naquela região em todas as experiências de chuva intensa ao longo dos anos.

A característica da vida cotidiana no Morro do Araranguá era então de constante insegurança e controle institucional, não só pelo estigma de degradação e violência que essa região da cidade carregava para as autoridades e para os habitantes das partes mais nobres, mas também pela perspectiva de que a qualquer momento os moradores poderiam ter de deixar o local, devido aos riscos de ocorrência de escorregamentos de terra.

Sem dúvida, os deslizamentos eram os riscos mais temidos, por se tratarem de acontecimentos já vivenciados na região e por representarem uma ameaça real que poderia eclodir a qualquer momento. Os riscos desenhavam-se como uma situação transitória, gerando mudanças no comportamento normal dos moradores e afetando seu cotidiano (Thon, 1976)⁷.

⁷ Para René Thon (1976) o risco é similar a uma crise, ou seja, um estágio evolutivo e transitório que leva os indivíduos, grupos ou o Estado a agir a fim de superá-lo, gerando uma mudança no comportamento normal e

Por diversas vezes técnicos da Defesa Civil faziam visitas, vistorias e orientavam os moradores sobre algumas ações e obras de prevenção, como a construção de muros de arrimo ou a colocação de lonas nas áreas desmatadas do morro para que as águas das chuvas não penetrassem no solo. No entanto, segundo ele, os técnicos não apresentavam soluções definitivas e satisfatórias sobre as reais condições de risco.

Apesar de não ser completamente inesperada, a eclosão do desastre, como fato observável significou uma ruptura na vida e cotidiano de Marcos, sua família e de muitos moradores da região. Ele ressaltou que a situação do dia 22 de novembro parecia fazer parte de um pesadelo:

...Foram 2 ou 3 óbitos, os primeiros de Santa Catarina foram no bairro, no sábado a tarde (22 de novembro de 2008) quando uma casa caiu. E a quantidade de casas que caíram ali foi um absurdo, ...foi inacreditável, ...o estouro das casas caindo, aquele barulho que parecia uma trovoada, daqui a pouco um estralo e era a casa no chão e vinham aqueles lugares juntos, tinha terra, mato, casinha, antena parabólica e você olhava assim e... estava tudo plano.

(Marcos, CESBLU, 2010)

Maurício e Elza, amigos de Marcos que estavam alojados na moradia provisória do CESBLU e com os quais eu havia conversado, também moravam no Morro do Araranguá durante a eclosão dos deslizamentos. Como migrantes que vieram do interior do Paraná para trabalhar na cidade, eles não tinham experiência no enfrentamento de enchentes e apenas haviam ouvido falar de incidentes passados.

Fazia uns dois dias que o povo estava dizendo que estava caindo o morro. Eu só trabalhava né. Chegava de tarde e ficava na casa, mas a gente pensou que não ia acontecer nada. Não nos preocupamos, nunca tínhamos visto nada. Nunca a gente fica pensando que vai acontecer né.

Disseram para gente uma vez, que havia dado uma enchente há alguns anos atrás e que nunca mais ia dar e acabou que foi pior né. Se fosse só enchente não era problema, mas foi o deslizamento. Nós já tínhamos as nossas coisinhas tudo lá na casa, mas o que veio de mato, de barro, ficou tudo lá.

Daí meu irmão chegou correndo e disse: “O que vocês estão fazendo aí, o morro vai cair todo em cima de vocês”. Foi a hora que nós saímos. Por

constantemente afetando o cotidiano. Ele é evolutivo e transitório porque ou ele é superado ou se transforma em desastre. Se o desastre é uma descontinuidade observável, o risco é latente, é a anunciação do desastre e pode concretizar-se ou não.

cinco minutos, acho que não deu cinco minutos, todos os vizinhos gritando, nas casas gritando, né. Deus me livre, o mato descendo BRRRRRRUUUMM (reproduzindo o barulho do deslizamento da terra), meu vizinho tinha uma moto e um Chevette e ele não pode tirar, a lama caiu por cima. A casa dele também. A casa de um senhor, veio o mato direto na casa dele e levou tudo, ao menos ele, eu acho que ele conseguiu sair. Foi bem complicado, nem na TV eu tinha visto algo assim.

(Elza, CESBLU, 2010)

A primeira sensação era de imobilidade pelo choque, de incredulidade, mas aos poucos eles e muitos dos seus vizinhos iniciaram o trabalho de desocupação das casas afetadas, de ajuda aos feridos, idosos e crianças e de desobstrução das vias de acesso.

A eclosão dos deslizamentos transformou os habitantes do bairro, com todas as suas diferenças de status, papéis, gostos, simplesmente em vítimas, categoria homogênea que colocava todos na mesma situação, que produzia novas formas de relações sociais e que alterava também suas identidades e posições dentro da estrutura social.

Segundo os relatos de Marcos, nesta condição crítica em que os moradores do Araranguá se encontravam afloraram ações de solidariedade e cooperação na vizinhança. Muitas das famílias que abandonaram suas casas passaram a ser acolhidas em moradias de vizinhos que julgavam estarem em locais mais seguros. Sua família acabou por ser acolhida no domicílio de uma vizinha que ele não conhecia. Nele, muitos dos moradores desabrigados passaram a ser atendidos, recebendo água, alimentação e um local para dormir.

Assim como Marcos, Maurício e Elza também destacaram as ações de solidariedade realizadas no esforço dos vizinhos em acolher os desabrigados, sobretudo de uma vizinha chamada Carmem. Carmem vivia em uma casa na parte mais alta do morro, que parecia estar longe da água da enchente e dos deslizamentos. Segundo eles a casa estava localizada bem acima da área que havia sido “engolida pela terra”, e nela estavam em torno de quinze desabrigados.

Tal atitude dos moradores evidenciou que o drama criado pelo evento não apenas prejudicou as relações familiares, de vizinhança e amizade, mas estimulou também um forte sentimento de solidariedade e união na busca pela superação do ocorrido (Pasín, 2003). Em tais circunstâncias críticas, a solidariedade mecânica descrita por Emile Durkheim (1987) pareceu florescer na medida que as diferenças de identidade, hierarquia e divisão do trabalho que fundamentariam a solidariedade orgânica das sociedades modernas iam sendo desconstruídas.

Apesar do grande esforço solidário, em apenas dois dias os alimentos e a água dividida entre os vizinhos logo passaram a escassear. Vivendo este drama, sem telefone, luz, abastecimento de água e isolados do resto da cidade, a permanência se tornava cada vez mais difícil. Marcos e sua família, assim como Maurício e Elza resolveram juntar-se ao grupo de desabrigados que se arriscaram pelas áreas deslizadas para chegar ao abrigo de Defesa Civil da região.

O constrangimento sentido por estarem na casa de uma pessoa que não conheciam, por ficarem comendo e bebendo de um mantimento, que não sabiam até quando iria durar, serviu de motivação para procurarem o abrigo, ainda que de forma relutante, devido à esperança de um possível retorno para casa.

Ao chegarem lá, eles notaram que a realidade não era diferente da que viviam no morro, não havia energia elétrica, abastecimento de água, contato telefônico, as provisões escasseavam e eles continuavam isolados do resto da cidade.

A ruptura na vida dessas famílias aprofundava-se ainda mais e atingia a “fase da crise” (Turner,1986), na medida em que passavam a ter uma vaga ideia da magnitude da catástrofe que acometia a cidade e compreendiam que o período de incerteza que viviam seria mais longo do que esperavam. Nas palavras de Marcos:

A gente ouvia muita coisa acontecendo fora, mas a gente não tinha previsão, não tinha luz, não tinha nada, era radinho a pilha mesmo, a gente via helicópteros, então imaginávamos que alguma coisa estava acontecendo na região também. Não sei se eram trinta helicópteros que estavam operando em Blumenau, mais ou menos, mas era um trânsito grande perto da região do nosso abrigo. Tinha bastante trânsito de helicóptero.

Ninguém sabia direito o que tinha acontecido, muito menos a proporção do que tinha ocorrido na cidade, na região do Vale do Itajaí, isso aí era bem claro quando a gente escutava o rádio, notícias e tal, comentários, ninguém tinha a dimensão, a proporção da tragédia, essa foi a primeira coisa que nos preocupou bastante e a gente na verdade nem sabia o que estava acontecendo.

(Marcos, CESBLU, 2010)

Durante os cinco primeiros dias da enxurrada, os atingidos do morro do Araranguá ficaram isolados em casas e no abrigo, sem qualquer ajuda institucional. Foi através de ações de solidariedade, de companheirismo, de compartilhamento de bens e propriedades, atitudes altruístas comuns aos períodos críticos de aflição e sofrimento, que elas mantiveram-se até os primeiras missões de socorro e resgate os alcançarem.

A condição de liminaridade evocada pela catástrofe estava relacionada ao processo violento de separação das condições sociais, relações e interações comuns prévias pelo qual esses moradores passaram (Oliver-Smith, 1999:166). Neste período em que permaneceram isolados floresceram sentimentos de comunidade e igualdade pelo fato de enfrentarem as mesmas dificuldades, sentimentos e experiências negativas. Aqui estou me referindo a noção de “*communitas*” descrita por Victor Turner (1974), característica comum aos períodos extraordinários e de crise: situações transitórias e liminares em que grupo sociais ou indivíduos se tornam iguais e camaradas. Momentos em que a estrutura hierárquica social, política e jurídica é temporariamente anulada em favor de uma homogeneidade e igualdade de posição e experiências e no qual surgem ações solidárias e altruístas.

A atitude solidária que emergiu nesse momento acabou por facilitar o enfrentamento do estresse, do medo e das incertezas causadas pela situação desesperadora porque passavam.

Após alguns dias isolados no abrigo, no qual as famílias precisavam recolher a água da chuva para beber, lavar, cozinhar e tomar banho e dividir a comida recolhida entre elas próprias, finalmente foram feitos os primeiros contatos com pessoas de fora da região do morro.

Olha, dentro da Igreja nós estávamos em mais de duzentas pessoas e tinha só o banheiro do padre e lá fora tinha o banheiro das mulheres, um vaso e um chuveiro, mas não tinha água, os canos estavam todos estourados, não entrava carro, tinham medo de entrar com caminhão e os morros desmoronarem. Não tinha luz, os postes todos caídos. Era poço com baldinho. Imagina 200 pessoas. Nós juntávamos água, porque água suja vinha a vontade. Nós arrumamos um galão, um tamborzão, aí nos usávamos para dar a descarga no vaso. Depois de três dias os milicos começaram a chegar e trazer colchão, água e comida, aí depois de um cinco, seis dias eles conseguiram abrir um caminho pelo morro e levar uma caixa d'água lá para cima para tomar, porque para se lavar era a água da rua,....

(Domingos, CESBLU, 2010)

Um grupo de Jipeiros foi o primeiro a conseguir atravessar as barreiras de lama que encobriam as vias. Logo depois chegou o exército. O trabalho dos Jipeiros do Vale do Itajaí e do exército foi descrito como fundamental neste caso, pois eles foram os primeiros a conseguir trazer água e alimentos. Na medida em que os mantimentos iam chegando, a solidariedade entre os atingidos parecia diminuir. Criaram-se pequenos grupos entre os habitantes do abrigo na disputa pelos alimentos e pela ocupação dos locais mais agradáveis e seguros. Crescia também a desconfiança e o temor da violência física e principalmente sexual, contra mulheres e crianças.

Após o período de isolamento, que gerou relações de igualdade, solidariedade e companheirismo, aos poucos ia se estabelecendo uma nova realidade com a retomada das antigas distinções sociais, das individualidades e desejos dos atingidos, o que gerava maior desconfiança e desconforto pela vivência conjunta.

Foi nesse período que as famílias de Marcos e de Maurício passaram a ocupar o mesmo espaço do abrigo. “Vizinhos” como eles se chamavam, passaram a trabalhar conjuntamente para superar este momento de incerteza e competição. Ambos ressaltaram que a situação das duas famílias estava fragilizada, visto que Marcos e sua esposa estavam com as duas filhas pequenas em um ambiente que consideravam hostil, porque seu sogro Domingos era idoso e estava muito depressivo com a perda da casa e porque Maurício possui dificuldade de locomoção.

Para além da perda da moradia e dos bens materiais, a preocupação das famílias estava nas condições de vida de seus familiares. O ambiente do abrigo municipal em que permaneceram, era considerado precário: não havia privacidade, a convivência entre as pessoas era difícil e a infraestrutura insuficiente. Segundo Marcos:

Imagina que na igreja haviam dois banheiros, um usavam as meninas, o outro os homens, ou seja, mulheres e homens, mas era para quarenta famílias... multiplica isso... sei lá para um casal e dois filhos, então eram filas, sem contar que as pessoas tinham horário... para trabalhar, para tomar banho e tal, aqueles que tinham flexibilidade que não tinham horário, mas as pessoas que tinham compromisso, horário, imagina todo o sacrifício que era, então foi assim, foi mais ou menos seis meses de improvisação.

E em meio a todo o sofrimento havia ainda toda aquela parte que você passa num ambiente hostil, na verdade, eu não conhecia ninguém né, que vivia comigo ali, que dormia no meu lado (no abrigo), e eu estou com a minha família, minhas filhas...um ambiente que além de ser hostil, desorganizado, eu não sabia o que poderia acontecer comigo e com a minha família, então não tinha uma estrutura adequada de abrigo.

(Marcos, CESBLU, 2010)

As dificuldades de relacionamento e as disputas pelos mantimentos e doações aumentavam no ambiente desorganizado do abrigo. Maurício relatou que muitos abrigados utilizavam-se de sua força física para conseguir mais comida e as melhores roupas, lençóis e colchões doados. Dentro do abrigo não chegavam a haver discussões e brigas abertas em relação à disputa pelas doações, tudo era muito velado, mas todos sabiam das diferenças que se estabeleciam. Surgiam ainda suspeitas e boatos de que as doações que chegavam para eles

eram de segunda mão devido à ação das pessoas responsáveis pela distribuição que muitas vezes se apropriavam dos donativos que estavam em melhor estado.

A sensação de insegurança reinante até então, começou a diminuir quando chegaram os primeiros representantes do exército. Estes ficaram responsáveis pela segurança e pela manutenção da ordem. O exército, na região do Araranguá, teve também papel importante no resgate de moradores que ainda estavam isolados e no patrulhamento das ruas da região para evitar roubos às moradias abandonadas e saques aos estabelecimentos comerciais.

Passado o período mais crítico, a preocupação estava na continuidade da vida e no reestabelecimento da normalidade, sobretudo no que diz respeito à volta ou não para a moradia e a retomada do trabalho, como relatou Marcos:

Passando isso (o período de isolamento), baixando a poeira digamos assim veio a questão da organização, que.... como eu posso te explicar, saber como a tua vida ia voltar a ser como era antes. A parte de ah, eu vou voltar para a minha casa, eu vou voltar a trabalhar, tenho condições de trabalhar, as vias estão liberadas, você vai ter trabalho, a minha empresa vai estar funcionando, eu vou continuar morando aqui no abrigo. Qual a perspectiva de tempo para que volte a normalidade?

(Marcos, CESBLU, 2010)

Para muitos como Marcos, Domingos e Maurício, o período de recuperação foi ainda mais doloroso pelo fato de descobrirem que não poderiam voltar para suas casas, condenadas pelos agentes da Defesa Civil. A incerteza quanto ao tempo de permanência no abrigo se tornaria a sua principal preocupação.

Outra preocupação, entre os atingidos, era o fato de terem de deixar o abrigo para voltar ao emprego. No caso dos homens, eles temiam deixar suas mulheres e filhos “desprotegidos” e no caso mais crítico, o das mães solteiras, a solução era leva-los para os locais de trabalho. Tal preocupação não dizia respeito somente à violência, visto que havia um controle policial no abrigo, mas sobretudo, à fragilidade dos menores em conseguir alimentos (café, almoço e janta) e doações no momento que elas eram distribuídas.

Nesse sentido junto com a perda da casa, de todo ambiente, infraestrutura e lembranças que ela remetia, vinha também a desestruturação do ethos familiar, das relações de amizade e vizinhança na medida em que o período de permanência no abrigo se tornava incerto.

A situação dos desabrigados do Araranguá manteve-se numa condição incerta até o início do ano de 2009. Após um mês ocupando a Igreja Santa Luzia, eles foram transferidos para abrigos em escolas estaduais, o que trouxe um pouco de alento e estabilidade para as suas vidas. O estabelecimento de relações de sociabilidade e de vizinhança com outros desabrigados, levou-os a experimentar, pela primeira vez após o desastre, um sentimento de volta normalidade e continuidade da vida.

A vida nas escolas, no entanto, estava longe de ser considerada normal, e muitos dos problemas comuns aos desabrigados como a falta de privacidade, a dificuldade de convivência, o medo da violência e a desorganização do atendimento, ainda que atenuados, continuavam a ser a principal preocupação.

O ciclo do desastre estava longe de acabar e as famílias continuavam numa situação de incerteza quanto às suas futuras moradias. A opinião pública começava a não ver com bons olhos a continuidade da existência de desabrigados vivendo nas escolas públicas, enquanto o cotidiano da maioria dos blumenauenses parecia já ter voltado à normalidade. Uma diretiva do Ministério da Educação definia que escolas não deveriam servir como abrigo para atingidos por desastres, tendo em vista não prejudicar os estudantes e mais especificamente o funcionamento das escolas e o cumprimento do ano letivo, o que obrigava a prefeitura a desocupar as escolas e colocar os atingidos em moradias provisórias.

Era uma situação bastante difícil de gerenciar porque alguns dos desabrigados viam a sua futura transferência das escolas para as moradias provisórias como uma forma de adiar indefinidamente a resolução do problema das novas habitações, especialmente porque em outros municípios vizinhos também atingidos, como Ilhota, Gaspar e Brusque, centenas de casas simples de madeira já haviam sido construídas para os desabrigados, através das doações recebidas pelo Instituto Ressoar.

A construção das casas pelo Instituto estava condicionada ao fornecimento do terreno por parte da prefeitura municipal. No caso do município de Itajaí, a prefeitura doou apenas um terreno e foram construídas em torno de 70 pequenas residências de madeira compensada. Em Blumenau a prefeitura não disponibilizou nenhum terreno e o Instituto Ressoar⁸ através de

⁸ O Instituto Ressoar (Instituto Record de Responsabilidade Social) é uma instituição de caridade fundada pela Rede de Televisão Record, criada em 2005 e que tem por objetivo a promoção do desenvolvimento social, econômico e do combate à pobreza, bem como o exercício do voluntariado. Em dezembro de 2008, o Instituto Ressoar e a Rede Record lançaram a campanha "Reconstruindo Santa Catarina". A campanha tinha por objetivo angariar doações em dinheiro para a construção de casas populares para os desabrigados pelas chuvas. Além disso, a iniciativa também arrecadou alimentos não perecíveis, colchões, medicamentos e agasalhos como

uma parceria com o Instituto Guga Kuerten⁹ adquiriu apenas um terreno onde foram construídas 17 moradias para os atingidos portadores de alguma deficiência.

O fato da administração municipal de Blumenau não disponibilizar terrenos gerou desconfiança entre os atingidos, que viam esse fato como uma manobra para cansá-los e obrigá-los a adquirir moradias por conta própria. Maurício e Elza citaram-me também a política de volta para casa. Ela consistia no subsídio por parte da prefeitura da mudança e traslado de famílias atingidas para suas cidades de origem.

O aluguel social também era colocado por eles como uma armadilha, pois segundo diziam se tratava de um valor muito baixo, em torno de 300 reais, pago durante o período de um ano, onde o atingido abria mão da ida e permanência nas moradias provisórias.

Nesse processo vislumbra-se que a eclosão do desastre em novembro de 2008 não gerou apenas a perda física e material e a quebra das relações familiares, de amizade e vizinhança entre os atingidos, mas também os colocou frente a um contexto político que envolvia o presente e o futuro e que gerou diferenças e conflitos com os órgãos públicos de atendimento e entre eles mesmos.

Tal processo gerou muita discussão e até algumas assembleias entre os atingidos para decidir qual decisão seria tomada. Através dessas assembleias formou-se o Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD) que como apresentei, criticava a atuação da prefeitura municipal e rompia com a política pública de atendimento. Surgiram ainda, movimentos pelo retorno às moradias condenadas pela Defesa Civil. A maioria dos atingidos, porém, entre eles as famílias de Marcos e Maurício, optou por transferir-se e permanecer nas moradias provisórias.

A opção pela moradia representava uma escolha política pela via legal, e não-conflitiva. As famílias que fizeram essa escolha viam nesse passo uma oportunidade de se aproximar de forma pacífica e com maior possibilidade de sucesso da resolução do seu principal problema: a estabilidade social, econômica e emocional que somente uma nova moradia própria poderia gerar e por consequência sua reintegração a sociedade blumenauense

medidas emergenciais de atendimento à população. As doações chegaram a 10,5 milhões de reais, quantia suficiente para a construção de 700 casas populares.

⁹ O Instituto Guga Kuerten é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Florianópolis (SC). Seus objetivos são exclusivamente educacionais, esportivos e sociais, de caráter filantrópico.

de forma digna e reconhecida num processo que mudaria sua situação de vítima para a de cidadão, completando o que eles esperavam ser a sua reagregação social. As que se recusaram optaram pela luta política como veremos.

2.2. O Desastre como Conflito e Luta Política – O Vale do Ribeirão Fresco

O autor Gregory Button no artigo *“The Negation of Disaster”* (1999:114) chama a atenção para as relações de poder envolvidas na estruturação dos desastres. Para ele, desastres são eventos eminentemente políticos dos quais emergem novos atores e novas relações de poder na disputa pelo controle da produção social do seu significado. No entanto estas disputas políticas não seriam totalmente novas, elas estariam relacionadas a lutas sociais correntes na sociedade, mas que viriam à tona de forma mais evidente com o advento da calamidade.

Minha experiência junto aos membros do MAD e participação nas suas demandas apresentava muito bem essa perspectiva política dos atingidos na tentativa de construção da sua visão sobre o desastre. Tais demandas estavam relacionadas à questão da habitação e do acesso aos bens urbanos. Foi a partir dessas reivindicações que conheci as tensões e conflitos estabelecidos nas narrativas sobre o desastre e nas memórias dos envolvidos no processo de recuperação da vida cotidiana na cidade.

Muito mais interessados em tratar das questões políticas do pós-novembro de 2008, ao invés do sofrimento individual, os membros do movimento buscam dar um ar de uniformidade nas suas experiências, procurando institucionalizar, como atores políticos emergentes na cena pública, uma memória sobre o evento através de narrativas repetitivas que transformam as biografias em textos sociais de características impessoais, coletivas e comunitárias sedimentando a sua condição de grupo (Das, 1995). As experiências pessoais de sofrimento nos abrigos e de violência simbólica e real de abandono por parte dos poderes públicos são transformadas em experiências de toda a comunidade na busca por justiça. Essas narrativas institucionalizam um discurso militante que além de rivalizar com o discurso oficial, uniformiza as diferenças existentes entre os atingidos.

Como exemplo, transcrevo apenas alguns relatos realizados pelo movimento:

1- Mais uma luta se faz sob a figueira que inunda de sombras a entrada da prefeitura de Blumenau (SC). A maioria dos homens, mulheres e crianças que ali se encontraram na tarde de 22 de janeiro não havia saído de suas casas. Para eles, o que antes era um endereço virou amontoado de terra, pedra e escombros. Identificavam-se pelo abrigo onde foram deixados pelo poder público. Mas já faz dois meses. Agora, formaram o Movimento dos

Atingidos pelo Desastre e apenas ontem, organizados, arrancaram uma data na agenda do prefeito João Paulo Kleinübing.

2- Nelci Klaus de Moraes e Luciana Ribeiro não se conheciam, mas agora sabem que há muito em comum a uni-las. Ambas tem três filhos e estão no abrigo da escola Júlia Lopes de Almeida. Antes das chuvas que arrasaram a cidade, elas moravam de aluguel. Agora, recebendo 500,00 por mês e endividada, ela não tem como alugar outro imóvel. Luciana deixou na casa de parentes o que conseguiu salvar. A preocupação de ambas é serem forçadas a sair da sala de aula onde se abrigam para voltar ao ginásio da escola.

A situação pode ter data marcada para ficar pior. Com a volta às aulas no final do mês, a prefeitura de Blumenau começou a discutir o projeto de “moradias provisórias”. Na verdade, são obras para levar as famílias a galpões. Planeja-se concluir o primeiro no Bairro Badenfurt, onde deverão morar em torno de 40 famílias. Além do Badenfurt, estão mapeadas as regiões do Garcia, Progresso, Velha, Itoupava Seca, Itoupava Norte e Salto. Os prédios seriam locados e adaptados pela Prefeitura para as construções de moradias em parceria com o Governo do Estado. Só que, nas condições definidas pelo município – e sem ouvir as pessoas - os desabrigados não aceitam deixar os atuais abrigos. Até agora, a prefeitura não deu informações elementares como localização exata, capacidade de pessoas, segurança, respeito à privacidade familiar, tempo de permanência. Também não há garantia de que o tal “provisório” não vire “definitivo”. Os recursos das doações, que deveriam ser destinados a resolver nosso problema de moradia, estão servindo para aumentar a especulação imobiliária. Isso porque o dinheiro é usado para pagar aluguel de casas e não para a construção das moradias destruídas pelas chuvas.

(Relatos do MAD, 2010)

Apesar dessa negação em expor as dificuldades individuais, foi possível descortinar nas narrativas de alguns membros do MAD questões particulares que os haviam levado a adotar o caminho da ação política. Heriberto como diretor da Associação de Moradores do Vale do Ribeirão Fresco, instituição que havia acolhido e apoiado a causa dos atingidos pelo desastre, foi aquele que mais ressaltava em suas narrativas uma perspectiva política sobre o desastre.

Tratando-se do Ribeirão Fresco, ele apontou que o principal drama enfrentado foi a falta de apoio do poder público e a tentativa deste em tratar os atingidos como se eles não fossem vítimas, tanto no momento da eclosão do desastre, quanto no processo da ocupação da associação de moradores pelo MAD.

Durante o desastre quem ajudou fomos nós, os civis, as empresas ajudaram com comida, trouxeram a comida de carro, os rotarianos. E o quartel só fez a segurança, então porque eles queriam e querem manter todo o controle?

Um general, um militar é um cara da caserna que está acostumado a tratar o pessoal como um pacote, um nada, a Defesa Civil também é do quartel, você sabe como o pessoal do quartel trata um soldado, né?

Nem o socorro a parte pública teve o papel de fazer, quem fez o pedido foram os civis, pela internet e telefone o que foi essencial o que trouxe a mídia e ela expôs para o Brasil, aí a coisa estourou.

(Heriberto, Vale do Ribeirão Fresco, 2010)

Se os primeiros dias do desastre trouxeram intranquilidade para os moradores do bairro, devido aos estragos produzidos pela inundação e escorregamento de morros, os meses subsequentes foram de intenso drama e ação, com a chegada dos atingidos que se uniram às famílias locais que perderam suas casas. Segundo Heriberto, o poder público não ofereceu qualquer informação ou ajuda a essas famílias e quando ele mesmo foi à prefeitura municipal cobrar alguma ação, foi taxado de subversivo.

Não veio ninguém aqui tratar com os atingidos, nós que fomos a prefeitura tratar com eles. Disseram para mim que não sabiam o que eu estava fazendo com aquelas pessoas ali. Além de ter sofrido com a catástrofe com a tragédia essas pessoas foram reduzidos a nada, eles se tornaram um incômodo para os governantes.

Aí tu imagina, eles estavam na prefeitura, quem morava no abrigo e quem era morador do bairro e estava junto no movimento. Sabe o que é chegar uma turma de trinta pessoas, um povo ali no gabinete e o pessoal dizer: o que “essa gente” está fazendo aqui! Então, tu está ali dentro, e eu tenho a minha empresa meu, negócio, tenho que tirar do meu tempo para participar do movimento e ouvir isso. As pessoas não foram mal educadas, tu chega na prefeitura e eles falavam o que aquele povo, que não tem educação adequada vamos dizer assim, estava fazendo lá, é brincadeira! É claro que tinha o cara que era mais calmo e o cara mais exaltado, que falava um palavrão, xingava, mas era uma coisa normal da situação.

(Heriberto, Vale do Ribeirão Fresco, 2010)

A resistência e a busca por uma política de atendimento alternativo só foi possível porque o movimento foi construído ancorado em instituições sindicais e de classe e com o apoio de pessoas importantes da sociedade blumenauense que condenavam a política das moradias provisórias.

A catástrofe mudou a posição dos sindicatos. Os sindicatos de todos os trabalhadores da região se uniram com nós e formaram os Fóruns de Movimentos Sociais, que passaram a ter como sua nova luta política a questão da moradia. Nessas reuniões é que se formou o MAD. Eram fóruns

porque nenhum partido ou sindicato assumiria a responsabilidade e a liderança do movimento, mas era uma união de todos.
(Heriberto, Vale do Ribeirão Fresco, 2010)

Através dos fóruns e da união dos diferentes grupos que estes envolviam, foi alcançada uma série de reivindicações que iam desde o congelamento do preço da tarifa de ônibus municipal, a paralização do processo de privatização da companhia de tratamento de água e esgoto de Blumenau, a instalação da rede de água em áreas carentes da cidade entre elas o Morro da Garuva e finalmente a permanência do MAD na associação de moradores.

No caso do MAD a luta foi mais árdua porque apesar do fórum possuir três advogados para tratar das questões jurídicas, eles não se disponibilizaram a defender a causa. Foi através do convite a outro advogado que se conseguiu um agravo após a tentativa de reintegração da posse realizada por parte do poder público, o que poderia ter sido evitado se tivesse sido realizado um mandato de segurança coletivo para todos os atingidos.

Heriberto destacou que entendia a posição dos advogados porque sabia que o governo fazia muita pressão sobre eles, que era uma questão política. Os líderes sindicais e de associações de moradores também sofriam muita pressão. Heriberto e principalmente Moacir, que dependia da prefeitura para adquirir uma nova moradia, recebiam indiretas sobre algumas consequências de seus atos. Para Moacir:

As famílias que estão na associação são heroicas, conseguiram enfrentar o governo. Os outros priorizaram a segurança, moradia, alimentação. Esses fatores fundamentais foram que decidiram pelo não enfrentamento do governo. A liminar do governo dizia que iam tirar todos de lá. Os cadastros que fizeram lá diziam que todos teriam que sair, era uma forma de pressão sobre essas famílias.

A prefeitura vinha fazendo pressão sobre o pessoal, minando, e aí sobraram 22 famílias. O governo teve uma vitória, pois a maioria dos atingidos cedeu.

Quando nós disponibilizamos o terreno da associação nós sabíamos que a coisa ia ser de longo prazo, nós tínhamos a posse da associação como o juiz disse e nós vamos manter as pessoas aqui, até que elas recebam o apartamento no prazo certo, aí eles vão liberando aqui devagar.

(Moacir, Vale do Ribeirão Fresco, 2010)

Essa vitória temporária do movimento, nas palavras de Heriberto, se deve muito mais à resistência das famílias, das associações de moradores e dos movimentos sociais que compunham os fóruns do que à boa vontade da justiça: “O Desembargador que nos deu uma

resposta, não foi herói, nem bandido, ele apenas disse que a melhor solução era deixar os moradores aqui até o governo conseguir as moradias para eles”.

Os relatos de membros do MAD se aproximavam da descrição dada por Heriberto e Moacir. Muitos deles, como era o caso de Marina e Tanaka, os moradores com quem consegui estabelecer uma maior aproximação e coletar maiores narrativas, inicialmente se mostravam tímidos em tratar com um pesquisador, assim como para falar de um assunto tão delicado quanto o enfrentamento de um desastre, mas essa timidez foi sendo desconstruída à medida que íamos tratando de outros assuntos relacionados à sua vida e ao cotidiano naquele espaço urbano.

Marina estranhava o fato de eu me interessar pelo o que ela narrava. Dizia não saber contar direito ou ter vergonha de falar. Ao mesmo tempo, ela ficava curiosa para saber como eu iria utilizar aquilo que ela falava e de que maneira eu poderia realizar uma pesquisa utilizando suas opiniões.

Aos poucos ela foi relatando-me como gostava da vida em sua casa no Bairro Velha Grande e como tinha conhecido seu marido na vizinhança. Seus sonhos de morar em uma casa própria, ainda que não fosse grande, com seu marido e filhos se transformaram no ano 2008, quando perderam sua casa e precisaram morar nos abrigos durante dois meses.

Os únicos da minha família que foram para o abrigo na escola foram nós, eu, meu marido e as crianças. A nossa casa só deslizou, não chegou a cair. O concreto da casa ficou pendurado, aí tivemos que abandonar. Algumas coisas que nós perdemos não foram porque a casa caiu, mas porque depois que nós fomos para o abrigo deu uma chuva muito forte, caiu o telhado e a água estragou tudo. Nós perdemos algumas coisas aí.

Minha mãe, que mora em Blumenau, também foi atingida, mas ela não precisou ir para o abrigo, os bombeiros vieram cortaram as árvores que estavam em cima da casa e ela continuou na casa dela.

(Marina, Sede do MAD, 2010)

Segundo Marina alguns habitantes do abrigo passaram três dias na frente da prefeitura esperando uma definição sobre os locais os quais eles seriam deslocados. Como não houve diálogo nem negociação eles voltaram para os abrigos, para ficarem sabendo mais tarde que o seu futuro eram as moradias provisórias, ou galpões como os meios de comunicação e os atingidos as chamavam.

Nós vivemos tudo desde o início, logo que deu a tragédia. Foi no sábado (dia 22 de novembro) que começou e na quarta feira (dia 26 de novembro) nós fomos para o abrigo, no colégio CAIC (Centro de Atenção Integral à Criança), lá na Velha Grande, bairro onde nós morávamos. Quando soubemos que íamos para esses abrigos que as famílias estão há mais de um ano hoje, nós não ficamos. Esses que eles falam como moradias agora, mas que nos jornais eram galpões.

Nós chegamos a ficar três dias na frente da prefeitura e eles não nos atenderam. Foi depois de ficar três dias na frente da prefeitura que os atingidos tomaram uma decisão e a gente não sabe quem, mas nós descobrimos que eles iam para a sede da associação de moradores de um bairro.

Eu não sei como a gente veio para a associação do Ribeirão Fresco. Meu marido falou que a gente ia ir para uma casa bem grande com todo mundo, muita gente e a gente veio para cá (associação). Quando nós chegamos no ônibus era tudo escuro porque ali não tinha luz.

(Marina, Sede do MAD, 2010)

Marina e seu Marido permaneceram por volta de seis meses morando na sede da associação. Quando da chegada na sede, a situação era difícil porque esta não possuía abastecimento de água e luz e foi somente alguns dias depois que eles passaram a ter acesso à água e puderam tomar banho, lavar as roupas, etc. Inicialmente, o local havia recebido um grande número de famílias, o que segundo ela, tornava a convivência muito difícil, especialmente se tratando do preparo da comida e da higiene pessoal.

À medida que o tempo foi passando muitas pessoas foram desistindo da ocupação. Ela relatou que uma amiga, que era mãe solteira não teria aguentado a pressão e teria aceitado ir para a moradia provisória quando a prefeitura veio fazer o cadastramento dos moradores. Sua opinião pessoal, no entanto, era de que a moradia provisória não era um lugar seguro:

A gente sabia que não tinha privacidade, porque dentro do abrigo não tinha privacidade, tinha crime, tentativa de estupro. Isso passou na televisão, só que não falaram o nome do abrigo para não dar tumulto, para o pessoal não querer sair.

(Marina, Sede do MAD, 2010)

Marina disse ainda que chegou a temer pela vida dela, dos filhos e do marido quando a prefeitura tentou desocupar a sede da associação e estabeleceu-se aquela confusão entre a tropa de choque e os membros do MAD. A situação que não era boa, pois tinham perdido a casa, estavam vivendo em um lugar coletivo, longe do resto da família, ficaria ainda pior, visto que enfrentavam a insegurança de perder o único teto que possuíam e ainda sofriam

com a violência por parte de quem deveria os ajudar.

Mais tarde com a continuidade da ocupação definida pela justiça, Marina contou que eles foram uma das últimas famílias a sair da sede. A possibilidade de uma estabilidade ainda que provisória, fizera com que as famílias restantes trocassem a sede da associação por casas construídas através de mutirões nos terrenos que haviam sido disponibilizados pela associação de moradores.

Nós demoramos seis meses para sair da associação, até a gente conseguir o dinheiro para comprar o material para fazer a casa, teve gente que construiu antes. Meu marido ficou um tempo desempregado depois da tragédia e eu não trabalhava fora, então ficou difícil.

Depois foram sorteados os terrenos para cada um e nós montamos uma barraca. Após isso nós construímos uma casa. Nós construímos a casa do nosso bolso, a prefeitura não nos ajudou em nada.

(Marina, Sede do MAD, 2010)

Tanaka também descreveu sua experiência do desastre numa perspectiva muito próxima de Marina. Com Tanaka estabeleci uma maior interlocução essencialmente porque ele foi um dos únicos membros do MAD disposto a narrar as suas experiências pessoais.

Vizinho de Marina, ele também vivia numa pequena casa de madeira junto com sua mulher e três filhos. Se sua situação de vida não era colocada como a ideal, ele destacava que tinha uma vida estável. Tinha onde morar, tinha uma vizinhança amigável e um emprego que permitia manter-se em um bom nível de vida e se recuperar aos poucos do desastre.

Tanaka mora há vinte cinco anos em Blumenau, sua família tinha vindo de Xanxerê, oeste do Estado de Santa Catarina. Seus pais vieram para Blumenau para conseguir emprego e assim que alcançaram certa estabilidade financeira trouxeram toda a família. Nessa época, ele era apenas uma criança e sua família morava de aluguel no bairro da Velha, zona Oeste de Blumenau. Um lugar bom, segundo ele, com uma boa infraestrutura urbana, ótima vizinhança, sem violência, enfim o local onde ele tinha passado a infância e do qual só tinha boas recordações.

A sorte de sua família mudou quando seus pais conseguiram comprar um terreno no bairro da Velha Grande, no qual eles construíram sua casa própria. Na época, Tanaka já era adulto e continuava morando de aluguel com a família que havia formado. Ele relatou que seus pais acharam que tinham feito um ótimo negócio comprando um terreno grande no qual poderiam construir moradias para alugar. O fato do terreno estar localizado num morro não

gerava nenhuma apreensão, visto que segundo ele, nunca tinham visto acontecer um deslizamento de terra.

Pouco tempo depois de seus pais comprarem o terreno na Velha Grande, Tanaka, sua mulher e filhas abandonaram a moradia que alugavam e resolveram construir sua casa no mesmo local. A subida para o morro para sair do aluguel se revelou catastrófica para toda a sua família, segundo Tanaka.

Meus pais tinham um terreno grande lá em cima, aí a gente construiu no terreno deles, construimos a casa lá e bem feita de fato. Aí aconteceu o que aconteceu né, 2008, antes nada havia ocorrido lá, ninguém esperava né. O que aconteceu é que não segurou a casa. Ela caiu, depois caiu árvore em cima, caiu o barranco, caiu as paredes. Nós tiramos bem pouco da casa que caiu, quando começou a cair até nós tiramos alguma coisa, algo assim como geladeira, o que dava para tirar de valor mesmo, o resto já tinha molhado tudo: cama, colchão, telhado não tinha mais, tinha caído, molhou tudo, guarda roupa quebrou, caiu, estragou tudo.

(Tanaka, Sede do MAD, 2010)

A família de Tanaka também tinha sido acolhida na escola CAIC e tinha experimentado os mesmos problemas da falta de privacidade, insegurança e disputa entre os atingidos pelos mantimentos durante dois meses. A maior aflição por que passaram foi a falta de informações sobre as futuras instalações que habitariam e a solução encontrada foi unir-se ao MAD.

Ao optarem por participar MAD e morar na associação de moradores, tanto Tanaka quanto Marina, sabiam que não poderiam continuar lá para sempre, mas viam uma oportunidade de obter maior privacidade e uma reconstrução da vida mais tranquila em termos financeiros e de convivência.

Nós estamos aqui não porque a gente quer ficar, mas a gente não quer ir para um abrigo. A maioria das pessoas está saindo do abrigo porque sabem que não vão ganhar uma casa, a maioria está saindo para o aluguel. E o prefeito vai deixar, é o que ele quer, porque ele vai ver que todo mundo vai cansando de viver em comunidade e vai desistir e ele vai sair ganhando.

(Marina, Sede do MAD, 2010)

A luta por uma moradia no caso de Marina levava também em conta a sua resistência a proposta da construção de condomínios residenciais para os atingidos. A busca pela restituição da vida passava também pela recuperação do espaço, da moradia e do lar de uma

forma que se aproximasse da que ela havia perdido.

As coisas estão voltando ao normal, porque temos a nossa casa, mesmo não sendo da gente. Eu fiz o cadastro de cidadão atingido, mas eu pedi uma casa, eu tenho dois filhos, o que eu vou fazer com um apartamento, pequeno do jeito que é como as pessoas falam. Nós fizemos uma reunião com o prefeito e ele queria dar para gente um galpão para colocar só nós, as vinte quatro famílias da associação, mas a gente não aceitou, nós íamos permanecer no terreno até que o prefeito providenciasse as casas, aí nós saímos.

(Marina, Sede do MAD, 2010)

Conhecendo a realidade dos atingidos tanto quanto as políticas de atendimento e reconstrução, Heriberto e Moacir não compartilhavam da mesma opinião de Marina quanto à possibilidade dos membros do MAD adquirirem uma casa. Eles sabiam que essa proposta não era viável na atual conjuntura e que essa percepção negativa que os atingidos tinham dos conjuntos habitacionais planejados pela prefeitura municipal poderia gerar problemas futuros para a associação, como a permanência definitiva na área cedida pelo poder municipal.

A política municipal de atendimento aos atingidos, iniciada em 2009, consistiu na compra de dez terrenos e construção de conjuntos habitacionais tanto para os atingidos, como para outros moradores de baixa renda que se enquadravam nas especificações do programa Minha Casa Minha Vida da Caixa Econômica Federal. Nessas áreas estavam sendo construídas 2.380 unidades habitacionais.

No final de 2010, quando realizei estas entrevistas com os membros do MAD, alguns destes conjuntos habitacionais já estavam prontos e habitados, mas a grande maioria seria entregue em 2011. O valor a ser pago pelos beneficiados girava em torno de nove mil e quinhentos reais divididos em 20 anos.

Segundo o relato do Secretário Municipal de Assistência Social numa entrevista coletiva aberta ao público, o projeto de atendimento das famílias percorreu um longo caminho até atingir a etapa final da entrega das novas moradias aos atingidos. No primeiro momento, no ápice da tragédia, 76 abrigos foram ativados, abrigando cerca de 5.400 pessoas. No decorrer do tempo, esses números foram diminuindo por vários motivos. O primeiro fora a liberação das casas pela Defesa Civil, depois algumas famílias optaram pelo auxílio-aluguel e em terceiro lugar houve as famílias que buscaram uma moradia por conta própria. As famílias restantes foram atendidas nas moradias provisórias. As moradias provisórias custaram ao município cerca de R\$ 840 mil por mês.

Tomadas as medidas emergenciais pós-tragédia de novembro de 2008, a Prefeitura iniciou a pesquisa de possíveis novas áreas para a habitação segura das famílias atingidas, já que o município não possuía terrenos para essa finalidade. A triagem de diversos locais cogitados pelo município resultou na seleção de 10 terrenos.

A decisão de compra das áreas foi baseada no levantamento das características de segurança e infraestrutura dos terrenos, denominado Relatório de Avaliação Técnica e Social. Elaborado em 45 dias por uma equipe técnica de Planejamento Urbano, o relatório analisava os aspectos geológicos do local e a presença de equipamentos públicos como escolas, creches, ambulatórios, postos de saúde e ônibus.

A compra foi realizada com recursos de R\$ 8,2 milhões doados pelos brasileiros de todas as partes do País e repassados ao município via Fundo Estadual da Defesa Civil de Santa Catarina. Com a aquisição dos terrenos em abril de 2009, a Prefeitura trabalhou na adequação das áreas, ajustando questões ambientais e realizando desmembramentos, bem como diversos trâmites legais próprios do processo.

Desde o início do processo de reconstrução das moradias, ficou acordado que o município seria responsável pela compra e doação dos terrenos, fiscalização das obras e realização do cadastro habitacional. Já a Caixa Econômica Federal conduziria o processo de contratação das empresas, construção das moradias e financiamento dos imóveis. As famílias selecionadas para participar do programa deveriam receber menos do que o valor de 1.395 reais mensais.

Em seguida, foram realizados os chamados “Estudos de Implantação das Moradias”, uma espécie de documento norteador dos projetos das unidades habitacionais, executados mais tarde pelas construtoras. Dentro dos critérios do Programa Minha Casa Minha Vida, da Caixa Econômica Federal, o material previa o perfil das unidades, número de apartamentos e elementos essenciais no projeto, tais como áreas verdes, de lazer e convívio. Os Estudos também determinaram que as construções seriam verticais, dada a topografia da cidade de Blumenau.

Com a escolha das empresas que executariam as obras, iniciaram os trabalhos de acompanhamentos dos projetos das construtoras, sob supervisão da Prefeitura. Para o prefeito João Paulo Kleinubing, a construção dos conjuntos habitacionais era uma grande conquista para Blumenau, que depois de tantos entraves burocráticos, conseguia ser uma das primeiras cidades atingidas a entregar unidades habitacionais para as vítimas de 2008.

A visão de Heriberto e Moacir sobre a política da prefeitura era um tanto diferente do que o secretário de assistência social e o prefeito haviam relatado. Para a associação de moradores, os terrenos foram comprados sem passar pela apreciação dos conselhos municipais e pelos interessados, nesse caso os atingidos.

Apesar de criticar a forma como essas ações foram conduzidas, Heriberto e Moacir não se colocavam como antagonistas dos membros da administração municipal, destacando que tinham muitas amizades com as pessoas que estavam na administração municipal. Fora a experiência do desastre que fizera com que eles se deparassem com uma nova situação política, onde se colocariam numa conjuntura de contraposição aos órgãos municipais amparados por outros movimentos sociais e buscando não só o direito dos atingidos como as antigas reivindicações do bairro que de certa forma também estavam relacionadas aos desastres, pois tratavam da questão ambiental e urbana.

Essa diferença entre a associação de moradores e a prefeitura municipal iniciou-se, segundo eles, quando a prefeitura se mostrou na verdade estar indo atrás de seus próprios interesses e esses interesses se tornaram diferentes dos moradores do bairro.

O que aconteceu de errado e que o MAD conseguiu reverter é porque esse pessoal que está no poder nunca foi nosso inimigo e não é e nós nunca fomos membros filiados a qualquer partido. É interesse nosso, do nosso bairro e o atual vice-prefeito, era nosso amigo pessoal e lutando pela mesma causa, com uma diferença que depois se percebia, que o objetivo não era resolver a questão social, mas era resolver o problema de conseguir os votos. Eu e o Heriberto participamos de vários conselhos municipais e ainda o fizemos, estivemos ao lado do poder público para resolver todos os problemas. Com a catástrofe veio à tona a verdadeira face, quem era quem, e foi ali que o prefeito quebrou toda e qualquer promessa e o vice-prefeito chegou ao cúmulo de chamar-me para uma reunião e dizer: Moacir tu deves dar um passo atrás! Isso depois dele ter pedido a reintegração de posse da associação, de ter feito toda aquela bagunça, o enfrentamento, e ele viu que o enfrentamento era real e que ia ter luta.

(Moacir, Vale do Ribeirão Fresco, 2010)

A concepção autoritária e pouco humanista, tanto da prefeitura, quanto da Defesa Civil no tratamento aos atingidos também era motivo para contendas entre os movimentos sociais e os órgãos de atendimento, segundo Heriberto.

Voltando a questão das pessoas, uma das coisas que se percebeu nessa catástrofe (a gente como homem de frente no bairro), é que temos hoje no Brasil instaurado um militarismo na questão da Defesa Civil. Os

membros da Primeira Conferência de Defesa civil e o Exército não concordavam em abrir democraticamente o acesso para a ação civil, entendeste.

Isso quer dizer o seguinte: eu tenho, nós temos o conhecimento aqui do bairro, tem pessoas, a gente conhece as pessoas, tanto fora, quanto dentro do bairro, que pô, os caras perderam a casa, o terreno ficou meia boca, o que o cara vai fazer ? Ele pode estar no abrigo, mas já vendeu o terreno dele, o terreno é dele. Então o pobre não tem direito a fazer isso, na cabeça das pessoas isso está tão incutido, que parece que ele não tem direito a nada, entendeste. Então o cara tinha a casa dele, caiu metade do terreno dele, alguém da vizinhança diz: eu quero comprar teu terreno. Ele vendeu, ou está na ocupação, ou está no abrigo, ou está na casa de um amigo e isso está cheio, para as pessoas, para a classe política isso é um pecado, isso não pode.

(Heriberto, Vale do Ribeirão Fresco, 2010)



Fig. 16. Reunião da diretoria União Blumenauense de Associações de Moradores (UNIBLAM) com o Presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau. Heriberto aparece à direita da foto de camisa azul e Moacir ao lado dele de camisa verde.

Vislumbra-se que não há, dessa forma, um confronto aberto e uma ruptura entre os órgãos governamentais e o MAD (juntamente com os grupos que o apoiam), mas uma tentativa de informar os primeiros sobre qual caminho deveria ser tomado no campo das políticas de assistência e de moradia, o que ficava evidenciado pelo fato do movimento tomar a via legal, jurídica, para permanecer na área da associação de moradores e participar do cadastramento realizado para a inscrição no programa Minha Casa Minha Vida. Estabelecia-

se na verdade um confronto entre perspectivas constituídas por diferentes esferas morais e éticas (Oliveira, 2006).

Se partirmos da noção proposta por Roberto Cardoso de Oliveira (2006:2) de que a moral se insere no campo do "bem viver" e a ética no do "dever", diríamos que os atingidos e os movimentos que os apoiavam estavam baseados em valores morais associados ao “bem viver” e ao humanismo e imputavam o campo da ética no dever das instituições em atendê-los da melhor forma possível, enquanto os órgãos municipais se pautavam pelo campo da ética, vinculado às normas e leis que deveriam ser obedecidas e cumpridas por todos, e que de maneira pré-formativa representaria a melhor forma de resolução do problema. Havia, seguindo esta perspectiva da ética discursiva, uma disputa entre a moralidade como manifestação de uma vontade subjetiva do bem contra uma eticidade que seria essa mesma vontade, porém realizada em instituições históricas (e culturais) reguladoras dessa mesma vontade, no caso o Estado e as instituições jurídicas.

Percebe-se dessa forma a importância da circulação de ideias e das diferentes “esferas morais e éticas de relações sociais” (Oliveira, 2006) envolvidos nesse conflito onde os movimentos sociais invocavam uma microética baseada na qualidade solidária e comunitária enquanto as instituições municipais se baseavam no nível da mesoética, relações sociais permeadas pela ação do Estado, suas instituições e leis e que tratavam os atingidos de forma impessoal.

Interessa abordar nesse caso a tensão entre a ação da prefeitura municipal e dos órgãos de atendimento a partir da lógica jurídica e econômica que colocava a solução na transferência dessas famílias para as moradias provisórias e posteriormente no enquadramento ao programa Minha Casa Minha Vida e a dimensão das experiências diferenciadas vividas pelos cidadãos atingidos, suas “práticas cotidianas” (De Certeau,1994), experiências e resistências (Granjo, 2006) que levavam a um caminho diferenciado de resolução do problema através da recusa à vida nas moradias provisórias e da reivindicação de lares com características semelhantes a que eles ocupavam anteriormente.

Essa disputa não se furta de se realizar na esfera das instituições, onde através da pendência jurídica tanto as famílias atingidas quanto o Estado procuram por em prática suas ideias sobre o melhor caminho para a recuperação da vida dessas famílias. Cabe o tempo mostrar qual desses caminhos vai prevalecer, mas não há dúvida que ele se dará dentro da lei, como bem exemplifica o comentário de Heriberto:

A gente sabe que vai acontecer e está acontecendo dos atingidos pensarem no porquê de sair da associação, se hoje eles tem casa. Mas os terrenos são públicos, não vai poder ser de ninguém, então eles não têm garantia de ficar aqui. Alguns vão dizer, quero ver quem vai me tirar daqui. Todas essas pessoas moravam em áreas irregulares, terrenos que foram comprados baratos, mas que estavam irregulares. Como tu podes dizer para um pai de família que só tinha esse dinheiro que eles não deveriam comprar.

Eu sei que vai acontecer isso aqui que vai ter gente que não vai querer sair, mas se isso acontecer nós vamos ficar do lado da lei. É claro que nós vamos querer saber para onde eles vão, para onde serão mandados, qual o projeto, se é viável ou não, como o caso dos abrigos que nós brigamos, mas se for no padrão normal, como o caso dos conjuntos habitacionais, todos vão ter que ir.

(Heriberto, Vale do Ribeirão Fresco, 2010)

Dando continuidade à análise da experiência processual dos atingidos pelo desastre, no próximo subcapítulo pretendo demonstrar a perspectiva dos moradores que passaram a habitar o conjunto habitacional Itoupavazinha, um dos primeiros a serem finalizados, tendo em vista descortinar o processo de desenraizamento do espaço urbano que habitavam anteriormente ao desastre e de reconstrução da vida em uma nova moradia.

2.3. O Desastre como Desenraizamento - Os Moradores do Condomínio Itoupavazinha.

Para tratar das diferentes visões do desastre de 2008, já descrevi a sua perspectiva processual sob a ótica dos moradores do Garcia e sua qualidade política tendo como base o ponto de vista dos membros do MAD e da associação de moradores do Vale do Ribeirão Fresco. Na terceira parte deste capítulo procuro apresentar a experiência dos atingidos que receberam suas novas moradias, buscando discutir o impacto material e social do desastre no que tange a pertença social e o difícil processo de adaptação num novo lar e num novo território urbano.

A oportunidade de conhecer, conversar e entrevistar esses moradores se deu mais uma vez através da ajuda de Marcos, pois alguns deles haviam habitado a moradia provisória do CESBLU ou frequentaram o abrigo da Igreja Santa Luzia, local onde Marcos os havia conhecido. Diferentemente de Marcos que ainda esperava pelo seu apartamento no Bairro Badenfurt, esses atingidos haviam escolhido o residencial localizado no Bairro Itoupavazinha, zona norte de Blumenau.

O residencial foi finalizado em novembro de 2010, dois anos após a eclosão do desastre. Composto por cinco torres totalizando 96 apartamentos, a obra foi realizada através do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, da Caixa Econômica tendo o custo de R\$ 4,5 milhões de reais, sendo R\$ 3,9 subsidiados pelo Governo Federal. Cada apartamento possui 47 metros quadrados, com um banheiro, dois quartos, cozinha, sala e garagem individual.

O condomínio está localizado em uma área pouco urbanizada e possui pouca infraestrutura no entorno como lojas, mercados, escola e posto de saúde, excetuando-se uma creche que foi construída para atender os moradores.

Do estacionamento via-se que as condições do condomínio, apesar de novo (havia sido inaugurado há dois meses), já estavam deterioradas: a pracinha para as crianças estava sem os equipamentos (balanços, gangorras, etc.), a churrasqueira coletiva estava rachada e o jardim sem qualquer planta ou flor, havia ainda um salão de festas que do exterior não era possível verificar seu estado físico.

Ao adentrar no condomínio acompanhado por Marcos, fomos abordados por um grupo de homens que estavam sentados envolta de uma caixa de madeira usada como mesa para jogar cartas. Logo eles reconheceram Marcos e começaram a perguntar sobre como “iam as coisas” na moradia CESBLU. Marcos respondeu que ele estava esperando pelo término da construção do seu apartamento e que estava ansioso para ter uma moradia própria em que pudesse viver com a mulher e as filhas.

Após alguma conversa e até a participação em uma disputa de truco, ele apresentou-me para esses homens e explicou o que eu estava fazendo ali. Essa introdução era fundamental, segundo Marcos, porque no espaço dos condomínios havia um controle por parte de grupos masculinos para saber quem entrava e quem saía e ainda que aqueles homens talvez não estivessem diretamente ligados a esse controle, a minha inserção acompanhado de alguém conhecido por eles e que havia dividido a vida nas moradias provisórias se fazia necessária para a manutenção da permanência ali.

Marcos destacava que mantinha uma boa relação com todos esses moradores porque isso evitava criar inimizades e por consequência evitava o risco de sofrer qualquer tipo de violência. Ele via-se como uma pessoa que conseguia transitar por diferentes esferas sociais sempre tendo como interesse o consenso, a negociação, o apaziguamento, destacando que a situação de convivência no condomínio estava longe da ideal, mas tenderia a melhorar à medida que os moradores se enquadrassem na nova realidade de normas coletivas.

Dentro daquele grupo de homens apenas os dois mais velhos se dispuseram a conversar muito rapidamente sobre sua vida em seu novo lar. Um desses homens, tinha em torno de 45 anos e era motorista de ônibus. Durante nossa conversa ele disse estar aguardando o ônibus para jogar futebol com os colegas de trabalho e que ia ficar no mínimo 40 minutos esperando a condução. Ele destacou que o ônibus naquela região demorava muito e mesmo o deslocamento da sua casa para o terminal onde iniciava sua jornada de trabalho demandava que ele acordasse muito cedo, diferentemente do que ocorria quando morava na rua Pedro Krauss, da qual ele ia a pé para o terminal.

Segundo ele, a perda da casa em novembro de 2008, só poderia ser equacionada com o recebimento de uma nova casa. Quando estava na moradia provisória ele disse que havia um projeto realizado pela Universidade Regional de Blumenau (FURB) para a construção de casas para os atingidos e que ele havia inclusive participado de reuniões na universidade. Desde o início das reuniões ele não tinha certeza se elas faziam parte de um projeto ou se

tratavam apenas de uma pesquisa, mas garantia que a maioria das pessoas consultadas enfatizava que gostaria de adquirir uma nova moradia e não um apartamento. Algum tempo depois ele passou a não frequentar mais as reuniões porque descobriu “que não iam dar em nada.”

A prefeitura havia alegado que não havia terrenos disponíveis para construir casas para todos os atingidos, dessa forma a escolha recairia para os conjuntos habitacionais.

Eles alegaram que não tinham espaço para fazer casa em Blumenau, mas realmente tem bastante espaço para fazer, por exemplo aqui, têm 96 apartamentos, então eles iam conseguir construir umas trinta casas aqui. Eles disseram que não tinham o dinheiro para comprar os terrenos. Se tu pensa assim digamos que o terreno era 100 mil, aí a prefeitura tem um contrato e o dono do terreno pede 300 mil, e se a prefeitura não aceitar e quiser fazer uma desapropriação para fazer pelo valor, eles vão conseguir, mas só que o processo ia demorar quatro cinco anos, aí não dava. Eles disseram então que pagaram os preços que os donos pediram, aí o dinheiro foi todo para comprar os terrenos, isso é o que a prefeitura alegou para nós.

(Homem Adulto, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

Outro integrante do grupo que chamo aqui de Ademir, contou-me que havia perdido uma grande casa no Morro Coripós, Bairro Escola Agrícola, outra região fortemente atingida pelos deslizamentos de terra. Era uma casa de dez cômodos, de sua propriedade há pelo menos vinte anos. Ademir nasceu em Capão da Canoa no Rio Grande do Sul, morava há vinte três anos na cidade de Blumenau e trabalhara como segurança num Shopping Center do centro da cidade até sofrer um acidente de trabalho e se aposentar.

A trajetória de mudança de vida da sua antiga casa para o novo apartamento era considerada por ele como a ida para um presídio, um cubículo, não muito diferente da moradia provisória. A crítica que ele fazia à nova moradia não se resumia às suas dimensões, mas também ao aumento do preço do condomínio, à convivência com os vizinhos e aos problemas de segurança. Além da perda da casa e de tudo o que tinha, ele se sentia enganado por ter que ficar habitando um lugar que não tinha qualquer tranquilidade e onde a criminalidade não tinha controle.

O condomínio não era considerado um lugar para gente decente morar e a promessa da Secretaria de Assistência Social de selecionar as famílias que iriam para os residenciais não teria sido cumprida, o que o fazia pensar em entregar o imóvel de volta para Caixa Econômica Federal e mudar-se para outro local.

Desde a hora que eu perdi a minha casa as coisas ficaram muito ruins, ficar confinado dentro de uma casa, ficar confinado dentro de um abrigo, essas coisas de briga, droga, as mesmas coisas daqui. Era muita mistura de gente, é confusão cara, é... “Tá louco”, Deus me livre. Isso aqui não é nada. Para mim acabou-se.

(Ademir, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

E quando ele colocava que a vida ali tinha acabado, ele estava se referindo à toda cidade de Blumenau, e aos riscos que ela apresentava. Ele destacava que depois de sua experiência de perda da casa e de interdição do seu terreno não se sentiria seguro para construir uma casa sem a garantia de que aquilo não pudesse acontecer de novo.

Blumenau acabou-se, eu vou embora daqui vou embora de Blumenau, isso aqui é um polvilho, está se desmanchando, desde o dia que eu perdi a minha casa eu decidi isso, estou esperando receber a indenização que eu ainda não recebi. É só receber e eu estou caindo fora, não quero mais isso para mim eu sei que é brabo.

Eu estou pensando em ir para Goiânia, tenho um parente lá, e vou morar, eu vou entregar esse apartamento para Caixa, mas fizeram um negócio porco aqui sabe, fizeram nós pagarmos 9.500 reais, mas se eu quiser entregar ele, eu vou ter que quitar 45.000 reais. Para vender tem que pagar esse valor para eles, porque fizeram um contrato de gaveta, só para eles, porque nós não temos o contrato.

(Ademir, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

Esses dois narradores destacaram que a convivência era muito difícil e que havia muita confusão na vizinhança, com problemas de bebida, tráfico de drogas e brigas. A infraestrutura e o espaço físico, segundo eles, também não davam conta da quantidade de moradores.

Nesse sentido, as primeiras impressões sobre as novas moradias apontavam para o descontentamento com a atual situação. Buscando um diálogo mais denso e frequente com as famílias que ali residiam, conheci a família de Nei, sua esposa Eliane e sua sogra, através dos quais pude integrar-me mais intensamente e retirar impressões mais aprofundadas dessa realidade.

Muita aberta a conversar, a família de Nei não estava disposta a aparecer em imagens, pois temia que a identificação de suas opiniões pudesse gerar aborrecimentos junto aos membros dos órgãos institucionais de atendimento ou mesmo pudessem chegar a alguns dos vizinhos com os quais tinha alguma desavença. A sogra de Nei logo nas primeiras conversas

apontava como principal problema do residencial o fato de alguns vizinhos não pagarem o condomínio, o que fazia com que ele se tornasse cada vez mais caro. Ela, como síndica do prédio onde estava localizado seu apartamento, tinha que se indispor com muitos deles para fazer as cobranças. A destruição das áreas de uso comum também fora apontada como mais um motivo para a piora das relações de vizinhança no local.

Nós chegamos aqui e minha filha Eliane disse que na madrugada haviam cinco camburões de policia. Aqui é assim uma brigada toda noite. Aqui só tem um boteco perto, foi construído faz pouco, mas para ir para a escola tem que caminhar um tanto na estrada de terra. O ônibus então é mais de hora para passar. As crianças saem da escola 11:35 e o ônibus só passa meio dia e as crianças têm de vir lá de baixo, lá do trevo até aqui. Quando vem um para nós, lá no Badenfurt (bairro onde está sendo construído outro conjunto habitacional para os atingidos) vem bastante ônibus. Mas o bom é que aqui são poucas famílias comparando com lá, 96 né, se já dá problema aqui imagina esses outros que são bem maiores, imagina o que vai ferver.

(Ana, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

Os problemas de adaptação não se resumiam à comunidade do residencial, mas à vizinhança do bairro também. Desde a chegada, os moradores do conjunto habitacional passaram a ter de enfrentar uma imagem estigmatizada que os antigos residentes do bairro faziam dos desabrigados, lhes imputando as características de pobres, vagabundos e arruaceiros numa relação que remete a lógica dos estabelecidos e outsiders descrita por Norbert Elias e John Scotson (2000). Segundo Nei:

No primeiro dia que nós chegamos aqui, quando descemos no ponto de ônibus, eu vi uma dona falando, esse “diabedo” só vem para cá para incomodar. E eu falei para a dona: “tem muita gente boa aqui e tem pessoa ruim, que nem caixa de maçã, se tem cinquenta sempre tem uma maçã que é podre”.

(Nei, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

Ficara evidente nas conversas com Marcos e com alguns moradores da vizinhança que muitas pessoas que moravam há algum tempo no bairro temiam pela desvalorização dos imóveis e até mesmo pensavam em vendê-los tendo em vista a argumentação de que eram constantes as ocorrências violentas nas proximidades do residencial ou mesmo ações criminosas imputadas às pessoas que lá residiam, especialmente relacionadas ao tráfico de drogas.

Na imprensa também eram constantes as referências a operação da polícia civil chamada “Lei e Ordem” realizada em alguns dos condomínios destinados às vítimas do desastre para desbaratar a ação de traficantes. Essas notícias geravam uma maior estigmatização dos atingidos frente a sociedade em geral, apenas confirmando às críticas e preconceitos que já estavam presentes quando estes ocupavam as moradias provisórias.

Nesse sentido, Nei, sua esposa Eliane e sua sogra Ana, não negavam que as atitudes de alguns de seus vizinhos corroboravam com a imagem estigmatizada que os antigos moradores faziam dos habitantes do residencial e que a maioria deles pagava pelas atitudes desses poucos. Era consenso que o recomeço da vida no residencial estava ainda muito confuso, caminhando ou para uma melhora ou para uma deterioração total, cabendo esperar mais tempo para ver o resultado.

Na opinião deles não havia nenhum sentimento de comunidade entre a maioria dos moradores e os problemas de convivência que ocorriam nas moradias provisórias, haviam apenas migrado para esse novo local, adicionando-se novas dificuldades.

No dia de nós pegamos a chave, na escolha do apartamento, o pessoal da SEMASCRI disse que estavam indo somente as pessoas boas, escolhidas a dedo. Aí tu chega aqui, e vê essas “pessoas boas”, como o cara que roubou o som do carro do meu cunhado. Aqui não tem controle, privacidade, segurança, esse mês eu estou terminando de pagar o portão eletrônico e eles já estragaram todo ele. Agora o condomínio fica aberto.

O povo está jogado aqui e a SEMASCRI só se lembra na hora de pagar, não está como deveria ser, não é uma moradia, um apartamento, é uma favela. Se eu quiser ir lá fazer uma carne na churrasqueira, lá no fundo, eu posso ser morto ou está tudo quebrado. Eles saem aqui vão na cracolândia aqui atrás, trazem gente estranha, sempre entra gente estranha aqui.

Tem um parquinho aqui atrás para levar a menina e não dá. E agora está tudo quebrado lá.

(Nei, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

Ao tratar das dificuldades de adaptação da vida nos apartamentos, eles passaram a rememorar e discutir em tom de nostalgia, angústia e resignação sobre as condições de vida nos antigos locais de moradia. A partir do comentário de dona Ana sobre a questão da violência no condomínio em comparação com o beco do Araranguá, iniciou-se uma discussão entre o grupo sobre as vantagens e desvantagens do antigo território urbano que habitavam e sobre o desejo de volta para ele.

Dona Ana disse que durante todo o tempo em que morou na Rua Araranguá, sua casa tinha ficado aberta e nunca tinha acontecido nada. No espaço do condomínio porém, ela não

tinha coragem de fazer nada, destacando que preferia vender o apartamento e voltar para o Araranguá. A sua filha, esposa de Nei, não gostaria de voltar para o Araranguá de jeito nenhum, pois achava que a realidade lá era tão ruim quanto a do condomínio e que se fosse para sair dali teria que ser para uma área mais valorizada da cidade.

Nei, por outro lado, destacou que se pudesse também voltaria para a rua Araranguá, porque naquela localidade ainda moravam alguns de seus parentes e porque fora lá que ele havia construído sua vida em Blumenau:

Se desse eu ia voltar para lá, porque tenho meus parentes, meus tios lá. Porque eu sou de Caçador-SC, estou a oito anos em Blumenau, daí eu vim para cá para morar com meu tio. Eu conheci o meu cunhado, fiquei amigo dele, aí conheci minha esposa, namoramos um tempo, nos juntamos e comecei a construir a nossa casa aos poucos.

Eu usava o rabicho de energia da casa da sogra, duas peças foram feitas assim, e ela estava grávida, aí pegamos 800 reais no auxílio maternidade. Aí colocamos luz na casa, porque estávamos pagando muita luz dividida. Eu mesmo que fiz tudo subterrâneo, o sogro puxou do poste e o resto eu que fiz. Para fazer o banheiro eu puxei nas costas areia, tijolo, tudo para o segundo andar, com o tempo eu ia pagando meu cunhado pelo material que eu comprava com o dinheiro dele, eram 2.500 reais.

O banheiro ficou pronto, e eu não devia mais nada.

E quando tudo aquilo caiu parecia em câmera lenta, para nós parecia em câmera lenta, foi caindo, descendo o morro de cima e depois caiu o morro de baixo. Daí foi caindo barro, barro caiu o debaixo e depois foi empurrando o de cima, e a gente escutando aquele brrrrrrrr. No mesmo dia eu já fiquei traumatizado, não conseguia acreditar. Como dizer isso,... uma parte da vida do cara apagou, aquela pessoa que a gente era antes, a pessoa que era, parece assim que tudo acabou.

(Nei, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

O relato de Nei demonstra que o desastre comprometeu a relação afetiva estabelecida com o espaço urbano que ele se enraizara (DeCerteau, 1994) e ao qual era atribuído um grande valor e significado sentimental (Moles&Rhomert, 1982). Nesse espaço, Nei havia construído sua trajetória individual e familiar (Bourdieu, 1984) em Blumenau, primeiro juntamente com sua família consanguínea que lhe forneceu abrigo, emprego e uma oportunidade de crescimento na vida, e depois ao propiciar um dos principais acontecimentos da sua vida: o encontro com a sua atual esposa e a oportunidade de construir uma nova família através do casamento e do nascimento da filha, tudo isso somado a inclusão de sua família no meio urbano e seu reconhecimento através da construção de uma moradia própria.

O enraizamento de Nei com o Morro do Araranguá era de tal magnitude que ele trocaria seu novo apartamento por uma moradia lá, mesmo correndo risco de que ela fosse

destruída por novos deslizamentos. Segundo ele, seus tios haviam dito para ele não abandonar o terreno, para deixá-lo arrumado, capinado, porque no futuro poderia valer um bom dinheiro. Para ele o risco de deslizamentos já tinha passado.

Marcos que trabalhava com a questão da prevenção de desastres e tinha maior contato com as instituições que tratavam do gerenciamento dos riscos entrou imediatamente na conversa para argumentar que esta, além de ser uma atitude imprudente, pois não se podia prever quando outro evento daquele tipo iria acontecer, era também uma atitude impraticável, pois a Defesa Civil, juntamente com a polícia militar e oficiais de justiça estava realizando a desocupação daquela e muitas outras áreas da cidade consideradas condenadas. A desocupação começava com o corte do fornecimento de energia elétrica e água e em último caso envolvia a retirada dos moradores com o auxílio da polícia e a posterior destruição das moradias. No entanto, Marcos garantiu que muitas pessoas que não tinham sido classificadas como atingidas continuavam morando lá, o que abria espaço para novas ocorrências.

Eliane também seguiu a opinião de Marcos, mas ao invés de se valer de uma noção científica de probabilidade dos riscos (Granjo, 2006) valeu-se do conhecimento das enchentes e das experiências biográficas e familiares de enfrentamento de deslizamentos ao longo dos anos de vida no morro do Araranguá. Como afirma Maurice Halbwachs (1990:14) a memória individual dela e coletiva da sua família e grupos que viviam naquela região estavam enraizadas em quadros sociais relacionadas às formas de habitar este espaço urbano sempre permeado pelo risco. E se o morro do Araranguá tinha importância na memória da sua família, essa memória e relação de pertencimento eram habitadas por acontecimentos graves que transformaram suas vidas e a relação com o lugar (Halbwachs, 1990:135).

Antigamente quando eu era pequena nos tínhamos uma casa de seis peças, em que o pai vivia com a mãe e ela já tinha desbarrancado uma vez.

O Maneca meu avô, pai do meu pai, acho até que ele já morreu. Quando nós saímos do Araranguá ele estava vivo. Tinha sido quem construiu a casa, mas a casa caiu toda novamente. Aí o pai fez uma casa pequena, era um quarto, banheiro, cozinha e uma salinha, depois pegou fogo na casa, queimou tudo, daí com a ajuda do Tabajara, chefe do meu pai, ele construiu tudo de novo, uma enorme casa de novo. O banheiro era enorme, tinha lavação, tinha lugar de festa, um casarão, era a coisa mais linda do mundo, tinha um valo atrás. Quem diria que aquilo ia desbarrancar novamente.

(Eliane, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

A cultura do risco inscrevia-se como um valor na memória social que orientava a forma como eles viviam e agiam naquele contexto urbano, e na forma como interpretavam o passado e projetavam o futuro. Em suas narrativas ela mesclava aspectos de sua trajetória familiar e pessoal (Bourdieu, 1984), com as mudanças e acontecimentos ocorridos, memórias relativas ao tempo do eu e o do mundo (Bachelard, 1988: 76), para justificar sua decisão de não voltar a morar mais naquela região da cidade, mesmo insatisfeita com a atual situação de moradia.

Tratando das memórias da família sobre os desastres, elas chegaram até os acontecimentos do dia 22 de Novembro de 2008 e os momentos mais críticos da perda das últimas casas da família, a de Nei e sua esposa, de sua cunhada e de sua sogra.

Nei – No dia 22 de novembro, quando começou a descer o barranco à noite, enquanto todo mundo dormia, eu ficava lá, e já estava sem luz né que eles já tinham cortado, com uma lata de leite ninho e uma vela e ficava cuidando o morro na madrugada, vendo como é que estava.

Eliane – Ele (Nei) estava meio cochilando na hora que começou a descer o morro – e quando veio uma bananeira lá de cima e caiu bem nos pés dele e ele levou um grande susto.

Nei - Aquilo foi um estrondo o pé de bananeira caiu sobre a parede, que susto!

Eliane - Era cinco da manhã, já estava clareando o dia. Aí nós vimos que estava caindo o morro.

Nei – Aí, eu fui na casa de um amigo meu na rua República Argentina, no bairro Ponta Aguda, que tinha caído uma bananeira também e quando nós voltamos, não tinha água no asfalto lá embaixo, mas quando nós começamos a subir a rua Araranguá estava tudo cheio de água. Nós tivemos que deixar a moto lá no supermercado Bistek, porque a água descia com tanta força que eu e o cara, ele era meio magro... eu tinha que puxar ele comigo para ele conseguir subir a rua.

Eliane – Daí começou a desbarrancar a parte da frente, estava eu, a mãe e o nosso vizinho Valmir. Aí eu pedi para ele tirar a máquina de lavar roupa que estava lá atrás e nós havíamos pago só três prestações, mas antes dele conseguir, começou a cair um morro, depois outro, aí chegou até bem perto da frente da casa. Daí o Nei chegou por um milagre. Eu disse para ele tirar a máquina, e ele começou a tirar tudo que dava. Aí eu fui ajudar ele e ele me viu lá dentro e disse: “sai daqui mulher que vai cair tudo”.

Deixamos as roupas e todas as outras coisas na casa da mãe. No que a gente colocou todas as coisas para fora, começou a estralar a casa toda, aquilo tudo parecia uma bomba, daí começou a tombar as casas, já abriu uma cratera na frente da nossa casa. Não dava para passar. Aí foi caindo tudo, os móveis que ficaram em casa. A casa quebrou no meio.

Era chuva e chuva e chuva e começou a descer de cima e começou a descer de baixo, daí o barro começou a empurrar a casa de cima e de dentro da casa. Começou a rachar tudo assim, de dentro para fora e os telhados quebrando, daí caíram a casa da minha irmã no meio e a minha atrás, aí era só água que ia descendo lá de cima que não tinha como passar, abriu uma

cratera.

Nei - A nossa casa ainda estava inacabada, eu ainda ia colocar o forro nela. Eu tinha acabado de fazer o banheiro, estava tudo bonitinho. Quando eu chegava na casa e olhava para dentro ela me dava um ânimo assim, já aqui não. Aqui você olha pros lado, aqui para mim, não sei para os outros, mas parece um presídio assim. E lá nós morávamos no centro da cidade, era rapidinho e a gente estava no centro, já aqui.... Ali se foram cinco anos de suor da gente. Cinco anos da nossa vida que estavam lá. Dava um livro isso.

(Nei e Eliane, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

A perda da moradia com todo o seu significado, além da ruptura das relações de vizinhança e o distanciamento do centro urbano da cidade que possui maiores serviços, dificultariam a restituição da vida familiar. O apartamento, segundo ele, reproduziria a mesma falta de privacidade, dificuldade de convivência e sensação de sufocamento das moradias provisórias. O cotidiano no condomínio impossibilitava uma série práticas e modos de viver que só poderiam ser realizados em uma casa. Uma casa traria respeito, privacidade, intimidade.

Ainda se a gente pudesse começar tudo de novo, com um terreno, uma casa, você cercar uma casa, brincar com a tua filha fora, ter um cachorrinho para brincar né, como era antes, trazer os amigos, assar uma carniha. Lá dentro dos abrigos quando a gente ia assar uma carniha lá, se bobeasse quem comprou a carne não comia, porque o que enchia de gente. A piazada que tu nunca viu na frente ia lá e pegava. O cara não foi criado para uma vida assim. Queira Deus que eu consiga me livrar disso aqui, porque eu, cada minuto que eu ficar aqui, cada dia que eu passo, passou. A lembrança daqui é estar preso numa cadeia, não é uma coisa boa de lembrar, tu estás aqui dentro, mas não quer ficar aqui, não é isso que tu quer, só está deixando a vida passar e ela vai passando.

Para as pessoas do bem que tinham uma casa, e eu digo que eu talvez esteja entre elas, não tem como se acostumar com isso aqui. Lá você tinha a sua privacidade para fazer o que você quisesse, aqui você não tem. Você não precisa ouvir o volume da televisão no último. Você não pode ouvir uma música alta e o pessoal vem incomodar, já vem te denunciar por alguma coisa. Tem pessoa que não quer ver o bem das outras aqui dentro, é pessoa ruim, não é uma sociedade que se criou toda junta, cada um quer ver a desgraça do outro aqui dentro. Vai fazer três anos da tragédia, nesses três anos a vida está passando, vamos dizer, você não tem aquela alegria que você tinha quando tinha a casa.

(Nei, condomínio Itoupavazinha, 2011)

A dificuldade de adaptação a esse novo estilo de vida, em uma nova moradia e num novo território urbano envolvia uma série de fatores que vão desde a reprodução do espaço físico e das dificuldades de convivência semelhantes às enfrentadas nas moradias provisórias.

O problema da violência na vizinhança impedia também o lazer das famílias, obrigando muitas delas a passarem a maior tempo livre dentro das suas casas, aumentando a sensação de aprisionamento e colaborando com a estigmatização desse grupo frente à comunidade envolvente do bairro e da cidade.

Para essas pessoas atingidas pelo desastre, o deslocamento e o reassentamento eram considerados um segundo desastre em suas vidas. A retomada da vida estava intimamente ligada a reinvenção dos laços sociais e comunitários, o que não acontecia no condomínio. Esse processo de reconstrução social envolvia tanto aspectos sociais quanto materiais (dificuldades financeiras, perda de moradia, perda da auto-estima, identidade pessoal, perda do lugar e das relações sociais).

Os valores de pertencimento, que muitas vezes são situacionais, contraditórios, mas vitais como carga simbólica e emotiva que nutre os habitantes urbanos ligando-os a um corpo territorial, mesmo que não ideal, mas onde se reconhecem enquanto tal, definiam as suas percepções sobre o novo local de moradia. No processo de reestruturação e da continuidade da vida a casa aparecia como aspecto fundamental da pertença social, que é o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território ou *homeland*¹⁰ (cf. Sack 1986: 19)” (apud Little, 2002)¹¹. As formas de habitação em apartamentos, vivenciadas após o desastre estavam pondo em xeque as conexões que os atingidos estabeleciam com seu ambiente de moradia e vizinhança, violando as noções de espaço e de lugar desses atingidos, inibindo tanto a reforma das redes sociais como a re-emergência da identidade comunidade (Oliver-Smith, 2009:126)

A experiência das pessoas deslocadas e as dificuldades enfrentadas pelos planos de habitação pública mostram claramente que o ambiente construído (moradias) pode prejudicar seriamente e até mesmo evitar que a comunidade emerja, exagerando as tensões sociais e conflitos que normalmente afetam tais populações desenraizadas. Estes planos e

¹⁰ A palavra inglesa “*homeland*” tende a ser traduzida como “pátria” em português. Mas o significado mais comum de pátria faz referência a um Estado-nação, o que desvia o termo “*homeland*” de seus outros significados possíveis referentes às territorialidades de distintos grupos sociais dentro de um Estado-nação.

¹¹ Little propõe aqui o conceito de cosmografia (Little 2001), definido como os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele.

estruturas estão mais focados na eficiência e custo para os doadores do que nas necessidades das populações deslocadas em reconstituir sua comunidade, o que acaba gerando problemas de adaptação, desenraizamento e de estigmatização entre os atingidos.

Terminada essa primeira mirada do desastre sobre o ponto de vista dos atingidos, no próximo capítulo pretendo abordar as rupturas na vida cotidiana e nos projetos individuais e familiares de jovens e idosos que tornaram-se desabrigados e suas perspectivas sobre o futuro.

CAPÍTULO 3. DRAMÁTICAS DA VIDA URBANA. RUPTURAS NA VIDA COTIDIANA E NOS PROJETOS INDIVIDUAIS E FAMILIARES DOS ATINGIDOS PELO DESASTRE.

Durante a pesquisa escutei vozes, observei gestos e mapeei ações de homens e mulheres, idosos e jovens buscando conhecer e compreender as “experiências narrativas” dos atingidos, tendo como aporte teórico Paul Ricoeur (1994) e Gaston Bachelard (1988) e outras produções bibliográficas como “O Tempo e a Cidade” (Eckert & Rocha, 2005). Focalizando um “tempo social” (Eckert & Rocha, 2005), processo de consolidação temporal pensado e vivido, fruto de uma série de instantes e de rupturas de trajetórias vividas, que reorganizam o cotidiano e lhe carregam de sentido, dei ênfase à interpretação das suas memórias, histórias, trajetórias e de seus projetos sobre o futuro tendo em vista o significado associado ao fluxo de experiências, interações e situações concretas que estruturavam uma cultura urbana marcada pelo risco (Eckert, 2002).

Tratando das biografias, “trajetórias sociais” (Bourdieu, 1984), “projetos” (Velho, 1999) e “itinerários urbanos” (Eckert & Rocha, 2005) procurei dar conta da complexidade e das dinâmicas das relações estabelecidas na cidade antes, durante e após o evento de 2008.

Suas percepções se diferenciavam conforme suas condições culturais, sociais e geracionais. Tratava-se de uma “conjugação de experiências simbólicas complexas que problematizavam as trajetórias pessoais e coletivas desses sujeitos em face ao evento (Eckert, 2007:74).

Fica evidente que o desastre gerou o rompimento da vida cotidiana e desestabilização de suas relações sociais assim como de suas memórias e projetos (Horlik-Jones, 1995). O advento do desastre de 2008, gerou uma “quebra do cotidiano”, uma ruptura nas trajetórias e projetos individuais e familiares (Eckert & Rocha, 2005), gerando traumas nas memórias individuais e coletivas (Bachelard, 1988; Halbwachs, 1990), mas também suscitando novos projetos e visões sobre o futuro.

Se o desastre ameaçou e atingiu as vidas e moradas, o trabalho e a família, e estes desdobramentos seguem no ritmo das premissas do viver cotidiano, os processos de

reestruturação da vida, da superação do trauma e reconstrução da pertença social” (Eckert, 2009:16) se dão de diferentes formas nas narrativas, memórias e táticas cotidianas (De Certeau, 1994).

No primeiro subcapítulo apresento a perspectiva dos idosos para quem o desastre de 2008 é considerado como um duro golpe, a perda de uma história construída ao longo de anos na cidade de Blumenau. Fica marcada a dificuldade da retomada da vida, mesmo depois de abandonar a vida incerta e insegura das moradias provisórias.

A categoria social e cultural de gênero¹² (Scott,1999) também influencia a construção do significado das experiências e articula relações sociais e relações de poder por parte das homens e mulheres atingidos pelo desastre. Destaco a relação pela reconstrução do lar, visto como pedra fundamental das relações familiares, porto seguro da estabilidade, lugar onde, sobretudo, as mulheres reconhecem um papel primordial.

Para as gerações mais novas, como mostro no segundo subcapítulo, a situação atual é vista como parte de uma jornada, como artifício da construção de uma nova biografia que passa pela formação de um novo lar, longe dos riscos. Essa nova história permite uma oportunidade de refazer a vida, construir um novo projeto, onde os acontecimentos anteriores ao desastre de 2008 não são tomados como principal referência. A ênfase recai no trajeto de dificuldades enfrentadas durante o período de incerteza nas moradia moradias provisória e a vida fora delas representa o ideal a ser conquistado e usufruído.

¹² Joan Scott, na obra *Gender and the politics of history* (1999), define gênero como uma construção social e cultural usada para articular as regras das relações sociais e para construir o significado das experiências e também uma forma primária de significar relações de poder e posições políticas.

3.1. “Da enchente para cá, a vida terminou”. Reflexos do desastre na memória e trajetórias individuais e familiares dos idosos atingidos pelo desastre.

Eu estava em casa quando dois homens chegaram, tinha ainda policiais junto com eles. Eles disseram que eu tinha que sair da minha casa, pegar as coisas e sair. Lembrei de quando era criança, quando nós tivemos que sair que nem bicho da nossa casinha. Nesse dia eu fiquei desesperançada, mas eu continuei lá, até o policial me retirar e fechar a minha casa.

(Dona Nena, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

Araci ou Dona Nena, como é conhecida, é uma idosa aposentada que atualmente mora no condomínio Itoupavazinha. Apesar já ter ouvido falar dela durante meu percurso etnográfico, conheci-a pessoalmente por acaso, quando realizava entrevistas com os moradores desse condomínio. No momento em que a encontrei, não fazia ideia de que era a pessoa de quem eu havia conhecido a história em uma reunião da Associação de Moradores do Vale do Ribeirão Fresco. Quando da primeira vez que entrevistei Heriberto, ele havia relatado sobre um trabalho de conclusão realizado pela jornalista Magali Moser que tratava do processo de favelização da cidade de Blumenau. Esse trabalho debatia o crescimento histórico das ocupações irregulares e em áreas de risco na cidade e como a história oficial, os inúmeros governos e a população tradicional da cidade negligenciavam e mesmo buscavam mascarar essa realidade.

Esta jornalista, segundo Heriberto, havia conversado com Araci porque ela teria habitado “a primeira favela” de Blumenau, localizada junto à Ponte de Ferro, no centro da cidade. Tal qual não foi minha surpresa quando conversando com ela passei a ligar os fatos e dar-me conta de que se tratavam da mesma pessoa!

Dona Nena, na ocasião em que a entrevistei já estava bem fraca de saúde, mas disponibilizou-se a conversar comigo em seu apartamento de dois quartos, o qual ela fez questão de mencionar que era muito pequeno e baixo para o seu gosto.

Sua biografia condensa muito bem as características do desastre discutidas até aqui: processual, político e desterritorializante e ainda acrescenta fatores fundamentais para explicar a sua construção social, levando-me a discutir os conceitos de Vulnerabilidade, Gênero e Sofrimento Social (Das,1997).

Trato da biografia de Dona Nena, mas como antropólogo-narrador¹³ evoco e extrapolo a simples narrativa estabelecendo conexões com os processos históricos, econômicos, políticos e sociais envolvidos na transformação de habitantes urbanos em cidadãos vulneráveis e por que não dizer em vítimas.

Antes de começarmos a entrevista, ela, com uma fala mansa e com movimentos lentos, insistiu em mostrar-me uma reportagem de jornal que a exibia resistindo a sair de sua casa.



¹³ Clifford (2002) chama a atenção para o caráter narrativo das descrições culturais, tendo em vista suas retóricas, metáforas, assim como os posicionamentos políticos e ideológicos presentes nas entrelinhas dos textos escritos pelos autores. Para este autor etnografar é nesse sentido narrar.



Fig. 17. Dona Nena. Roberto Capiotti.

A reportagem tratava do desabamento de casas na Rua Pedro Krauss, no bairro Vorstadt, zona leste da cidade. Dona Nena na época da reportagem (outubro de 2008), tivera que abandonar sua moradia sob pressão da polícia militar, visto que ela estava localizada numa área de risco que já tinha apresentado sinais de deslizamentos. Diferentemente de outros atingidos, ela não havia deixado a moradia durante o evento de novembro de 2008, mas antes do ocorrido e desde aquele momento nunca mais pôde voltar.

Ouvindo o relato de Dona Nena me perguntava: Se o perigo era tão evidente não só para ela, mas para sua filha e netos que lá habitavam, porque ela se orgulhava tanto em mostrar sua resistência em deixar a casa, a ponto de ter de ser retirada com a ajuda de um policial militar?

A resposta para essa questão estava na sua memória afetiva, memória esta que se confundia com o “tempo do mundo” nos termos de Gaston Bachelard (1988). Tempos em que ela ainda era uma criança e morava na Farroupilha, um conjunto de casas (ou uma favela, nas palavras da memória oficial da cidade) que estava localizado num dos principais pontos de Blumenau: a Ponte de Ferro, situada a nada menos que 100 metros da prefeitura municipal.

A favela Farroupilha, como ficou conhecida (o nome fazia referência a pobreza dos seus habitantes considerados farrapos) teve sua origem num dos maiores projetos do Estado catarinense: a construção da Estrada de Ferro de Santa Catarina, iniciada em 1906 e concluída em 1954¹⁴.

Durante este período, a cidade de Blumenau despontava como uma das cidades mais industrializadas da região atraindo trabalhadores de diversas cidades e zonas rurais em busca de emprego. Os migrantes recém-chegados à cidade não encontravam no núcleo urbano, sob controle progressivo do Estado e da iniciativa privada, moradias baratas ou espaços vazios para construir habitações (Santos, 1980:27). Iniciou-se um processo muito comum nas cidades brasileiras: a desigualdade social da sociedade blumenauense se traduzia

¹⁴ A Estrada de Ferro Santa Catarina foi inaugurada com capital alemão em 1909, ligando Blumenau a Indaial, com a intenção de se encontrar com a linha Itararé-Uruguaí, então em construção, próximo a Limeira (Herval do Oeste). Pouco tempo depois, o Governo encampou a ferrovia. A partir daí, ela avançou lentamente, chegando em Rio do Sul apenas em 1933 e em Trombudo Central em 1958, jamais alcançando o entroncamento. Em 1934, a Estrada de Ferro Santa Catarina lançou um ramal para a localidade de Hansa, atualmente Ibirama, com a intenção de ligar a ferrovia, a partir da estação de Subida à linha do São Francisco, nas proximidades de Rio Negrinho, na serra do Mar. O ramal acabou ficando por Ibirama mesmo. Em 1954 a ferrovia prolongara sua linha até o litoral, em Itajaí, mas nem isso foi suficiente para revitalizá-la, sendo extinta pela RFFSA no ano de 1971.

especialmente através da ocupação das áreas de verdes como morros e encostas. No caso blumenauense essa ocupação iniciou-se no Morro do Bairro Boa Vista, ou morro da Caixa D'água como é chamado atualmente. A ocupação ocorreu no fim da década de 1920, sendo seus habitantes trabalhadores da própria Estrada de Ferro e outros trabalhadores pobres da cidade, incluindo muitos negros. Cerca de cem famílias viviam no morro sem qualquer infraestrutura urbana e até o fim da década de 1940 eram ignorados pelos órgãos públicos (Muniz, 2007).

No final da década de 1940, o poder público e a opinião da cidade começavam a ver esta aglomeração como um incômodo (Moser, 2010). Cabe lembrar que as políticas de higienização urbana que visavam modernizar a cidade através da eliminação das ambiguidades e impurezas¹⁵ dos centros urbanos eram comuns nas principais cidades brasileiras, tendo como exemplo a experiência europeia. Segundo Moser (2010) a mídia local expressava essa inconformidade com a ocupação quando se referia à área como um núcleo de deserdados da sorte¹⁶ ou cancro social¹⁷ que deveria ser extinto.

Com o crescimento do centro da cidade e a elevação de Blumenau, que na época tinha em torno de quarenta mil, à maior centro político e econômico da região do Vale do Itajaí, a Favela Farroupilha e seus habitantes se tornaram incômodos para a elite dirigente.

Com a proximidade das comemorações do centenário da cidade em 1950, uma comissão na Câmara de Vereadores, com o apoio do prefeito da época Frederico Guilherme Busch decidiram a expulsão dos moradores¹⁸ para áreas que na época já eram estigmatizadas como locais de moradia dos pobres como o Beco do Araranguá (atual Rua Araranguá) e o Beco das Cabras (atualmente Rua Pedro Krauss Senior).

¹⁵ Refiro-me aqui a noção proposta por Douglas (1992), onde o impuro seria algo que está fora do seu lugar e que em nossa sociedade está sobretudo associado à higiene. No caso das cidades, esse combate a impureza se revelava na separação formal dos moradores mais pobres, vistos como sujos, doentes e impuros dos centros urbanos e das áreas mais abastadas.

¹⁶ Jornal A Nação, Blumenau, 29 de outubro de 1949 n.130 p.1.

¹⁷ Jornal da Cidade de Blumenau. 20 de abril de 1948.

¹⁸ Alfonsin (2000) destaca que as políticas de habitação do início do século até o período militar adotadas pelo Estado se pautavam por uma postura agressiva de expulsão da população de baixa renda das áreas centrais da cidade através de políticas higienistas e modernizantes.



Fig. 18. A Favela Farroupilha na década de 1940. Acervo Arquivo Municipal José Ferreira da Silva (AHJFS).

Haesbaert destaca que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (2004:95). Nas cidades da sociedade capitalista a dominação dos espaços sobrepuja a apropriação, determinando as instituições e sujeitos que efetivamente exercem poder e controlam esses espaços (dominação) e os processos sociais de enraizamento que os compõem (apropriação).

O processo de desterritorialização, pelo qual os moradores da Farroupilha passaram, aponta para as relações de poder entre aqueles que detêm a dominação dos territórios (Estado, proprietários particulares) e que fazem valer seus interesses através da força legítima (lei, polícia, desapropriação) ou não (violência, expulsão) em contrapartida daqueles que veem seus direitos de apropriação não reconhecidos e que são obrigados a apropriarem-se e enraizarem-se em outros territórios.

Dona Nena vivia desde o nascimento na favela Farroupilha. Destacava que a vida na beira do rio era muito tranquila e que ali se divertia muito, realizando as brincadeiras de qualquer criança da sua época. Ela tinha onze anos de idade, quando junto com sua mãe, avó e irmão viveu a primeira experiência de deslocamento e desterritorialização na cidade.

Todos os moradores da Farroupilha foram retirados sem receber qualquer indenização e nem ao menos puderam levar seus pertences, “saíram com uma mão atrás outra na frente”:

Todas aquelas pessoas eram pobres. Passaram muito trabalho, nossa passaram por um sofrimento. A gente foi jogada assim para rua como bicho. Aí tinha que sair para procurar casa, por que eles acabaram com tudo, fizeram com a gente que nem animal. Ali tinha gente com muitos filhos, que assim como eu, ficavam agarrados nos pais chorando, sem entender muitas vezes o que estava acontecendo.

(Dona Nena, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

O futuro da sua família tornara-se incerto e as dificuldades estavam apenas começando. Sem moradia e sem um chefe de família masculino, o que na época era importante, segundo ela, para garantir a proteção da família, eles acabaram por conseguir construir uma pequena casa de madeira com a ajuda de vizinhos na Rua Pedro Krauss Senior.

A Rua Pedro Krauss Senior, assim como a área da Farroupilha, era composta por um morro com ampla vegetação, mas estava localizada no caminho para a cidade vizinha de Gaspar. Era próxima ao centro da cidade, mas escondida dos olhares de seus habitantes por estar “atrás dos morros”. Famílias como a de Dona Nena viveram privadas de abastecimento de água, energia elétrica e com o esgoto a céu aberto por décadas. Apesar de ser um lugar com pouca infraestrutura urbana, foi ali que Dona Nena e sua família se enraizaram.

Ela destacava que o principal fator desse enraizamento estava no fato de ter construído e mantido um novo lar com o “suor do seu trabalho” como empregada doméstica e nele ter

criado sua filha, mesmo com todas as dificuldades que sobrevieram após ela ser abandonada pelo marido. Nesse mesmo lar, Dona Nena ainda viu o nascimento de seus netos e participou ativamente de sua criação, sobretudo após aposentar-se.

Assim como a vida de Dona Nena, a Rua Pedro Krauss sofreu grandes transformações ao longo tempo, ainda que estas transformações estivessem relacionadas muito mais à expansão do centro da cidade do que à ação do poder público especificamente na região. A população da rua passou a usufruir de escola, posto de saúde e creche próximas e ter acessibilidade através de ruas asfaltadas aos estabelecimentos comerciais do centro da cidade.

A atenção das administrações públicas à comunidade continuou mínima e alguns problemas foram se agravando nos últimos anos em função das constantes ocupações, da inserção do tráfico de drogas, e da precarização da vida como um todo (Moser, 2010).

A maioria desses problemas não parecia afetar a vida de Dona Nena, cuja qualidade estava relacionada e as vezes até confundia-se na sua narrativa com a qualidade de vida da família, sob o teto de uma moradia própria. Como destaca Sarti (1996), tratando da identidade social tradicional da mulher, Dona Nena identificava a moradia como expressão material para que os membros da sua família realizassem suas necessidades e construíssem suas relações sociais. Era no espaço privado da casa que ela construía sua identidade social, cuidando do lar, da alimentação e segurança dos membros da família sem, no entanto, deixar de assumir papel preponderante fora desse espaço como provedora¹⁹. Ela manteve a posição de “chefe da família” até o momento em que adquiriu o benefício da aposentadoria e sua filha inseriu-se no mercado de trabalho.

As dificuldades enfrentadas por Dona Nena e sua família recomeçaram quando a Rua Pedro Krauss passou a ser monitorada pela Defesa Civil por se tratar de área de risco sujeita a deslizamentos. Devido as constantes chuvas no ano de 2008 muitas famílias foram instruídas a abandonarem suas casas e procurar abrigo em casas de vizinhos e amigos, a maioria delas porém, recusou a proposta e manteve-se na comunidade até a ocorrência dos primeiros deslizamentos em outubro de 2008. Nesse período a prefeitura municipal com o auxílio da polícia militar realizou o trabalho de retirada das famílias que viviam nas áreas condenadas.

¹⁹ Valêncio e Siena (2009:61) demonstram através dos estudos de Fischer (2000) que as mulheres já se reconhecem como chefes de família (devido a sua inserção no mercado de trabalho), “porém a consciência crítica não se apresenta suficientemente elevada para ignorar as tradições seculares” e o Habitus (Bourdieu, 2003) que define que deve-se à mulher a construção do lar como lugar seguro e o sistema de valores e crenças da família onde se encontra a unidade do grupo.

Uma vez mais ela foi forçada a abandonar sua moradia, não de forma tão abrupta e violenta como ocorrera antigamente, mas que de qualquer forma sujeitava-a novamente à ruptura da sua vida cotidiana e familiar e à desterritorialização, expressas concretamente na transferência de sua família para um abrigo municipal e mais tarde para as moradias provisórias na companhia dos atingidos pelo evento de 2008.

Dona Nena foi para o abrigo e assim como o outros atingidos enfrentou todas as dificuldades da vida coletiva e da falta de privacidade, além de viver assombrada pelas lembranças da casa que erguera para abrigar sua família e que apesar de estar materialmente intacta não poderia retornar. A perda da segunda moradia fazia com que ela relembresse a privação ocorrida na sua infância, pois assim como na primeira, fora o poder público que a havia retirado contra a vontade.

Para minha antiga casa na Rua Pedro Krauss, eu não fui mais depois que eu tive que sair de lá, no temporal. Se eu voltar, eu acho que eu faço um rancho e fico ali. Não tem polícia, não tem ninguém que me tire dali. É um pedaço de mim. Lá eu criei meus filhos desde neném. Tinha muito amor na minha casinha humilde.

(Dona Nena, Condomínio Itoupavazinha, 2011)

No abrigo municipal e na moradia provisória não havia qualquer política especial para atender os idosos e especialmente as mulheres, levando em consideração que elas eram a maioria da população atingida vivendo nos abrigos²⁰. Dona Nena e sua filha tinham dificuldade em se fazer ouvir e respeitar no espaço comunitário. A preocupação com a família era constante e nos momentos em que sua filha necessitava sair para trabalhar, era Dona Nena quem assumia o cuidado dos netos, um menino adolescente e uma menina de seis anos. Não haviam locais separados para as mulheres dormirem nos abrigos municipais, nem setores especiais na moradia provisória que abrigassem mães solteiras, enfim os planos de assistência falhavam em atender e empoderar as mulheres nessas situações de abrigo (Richter, 2011).

A vida na moradia provisória prejudicou também a estrutura familiar, segundo dona Nena, pelo fato de seu neto passar a conviver com um grupo de adolescentes que ela

²⁰ A Organização Mundial para a Saúde (2002) aponta que as mulheres e os homens são desproporcionalmente atingidos pelos desastres, sendo as primeiras as mais afetadas e as que encontram maiores dificuldades de recuperação após os mesmos. Segundo a OMS são necessárias ações específicas para tratar da posição das mulheres em situação de abrigo como: a proteção contra a violência, especialmente a sexual, o cuidado para que elas recebam os mesmos recursos e benefícios que os homens e políticas e ações específicas para atender as necessidades das mulheres em termos de serviços, saúde, proteção e autonomia.

considerava mal intencionados. Mesmo reconhecendo a existência de criminalidade e tráfico de drogas na vizinhança da Rua Pedro Krauss Senior, ela relatou que a moradia provisória concentrava um número muito maior de elementos de caráter duvidoso que acabavam influenciando no comportamento dos jovens.

A convivência dos jovens no Condomínio Itoupavazinha, segundo ela, não era muito diferente, visto que lá o tráfico de drogas e a violência ainda estavam muito presentes. A diferença era de que a família agora tinha um espaço com maior privacidade e estava menos exposta a ação de homens que viviam bêbados e eram violentos, muitos deles os mesmos que viviam na moradia provisória.

O apartamento que ocupa é um local o qual ela não tem qualquer apego ou alegria, especialmente porque fica longe do centro da cidade e de todos os serviços que ela estava acostumada a acessar na antiga localidade. A saudade de sua casa, que ainda resiste na Rua Pedro Krauss e a falta de tempo para adaptar-se à nova vida em um apartamento alimentam a angústia e o desejo de retorno.

Para controlar essa aflição, dona Nena destaca que passou a frequentar uma pequena igreja evangélica, mesmo ela confessando a fé católica, para espantar os pensamentos ruins e ocupar o tempo, na medida em que na sua nova moradia está privada também de algumas atividades de lazer propiciadas no espaço particular da antiga moradia ou no espaço público das proximidades do centro.

O sofrimento de dona Nena remonta uma trajetória de privação e dificuldades porque sua família e muitos dos moradores que habitavam a Rua Pedro Krauss passaram ao longo dos anos e que tomaram contornos ainda mais dramáticos com o desastre de 2008. A trajetória individual e familiar (Bourdieu,1984) de Dona Nena condensa a história de muitos moradores pobres da cidade, relegados às áreas mais precárias e perigosas localizadas nas encostas do morros, sem infraestrutura urbana e longe da atenção dos órgãos públicos e dos olhares dos cidadãos.

Tal como aponta Das (1997), o sofrimento por que passou Dona Nena poderia ser classificado como um trauma que atingiu sua consciência devido à perda da moradia, à ruptura na sua memória e vida cotidiana e a destruição de seus projetos de vida (Velho,1999). Esse sofrimento, no entanto, envolve muito mais do que uma condição físico-psicológica. Seu sofrimento está relacionado à condição histórica de falta de acesso aos bens urbanos e à justiça social, pela saga de segregação e condição incerta de moradia às margens da cidade

formal (Caldeira, 1984). Seu sofrimento não se trata apenas de uma questão de saúde, mas constrói-se de uma situação política, social e histórica e deve ser atacado nessa raiz. A condição social que a levou a perda da moradia e à situação de vulnerabilidade são os principais fatores de seu sofrimento, demonstrando que se trata de um sofrimento social.

Dona Nena enfrentou uma série de problemas individuais e familiares, muitas vezes ao mesmo tempo e que não podiam ser separados, arruinando suas conexões coletivas e atingindo sua subjetividade. Seu sofrimento representa o sofrimento de muitos atingidos e não atingidos que vivendo em áreas de risco são obrigados a abandonar suas casas, tendo em vista que as áreas mais vulneráveis e atingidas pelo desastre de 2008 foram as áreas definidas pelos levantamentos da prefeitura como as mais pobres. Entre esses locais estavam a Rua Pedro Krauss e a Araranguá, locais para onde os antigos moradores da Farroupilha foram mandados à força. Não é de se estranhar que todo o apoio psicológico dado às famílias atingidas nos abrigos não era suficiente para aplacar a depressão que acometia, sobretudo, os idosos atingidos pelo desastre.

Vislumbra-se dessa forma que se trata de um ciclo vicioso de desastres e sofrimento social (Das,1997), onde a pobreza, a desigualdade social e a falta de ação política historicamente têm colocado essas populações em situação de vulnerabilidade. Reafirma-se que apenas a busca pelo controle e prevenção das forças naturais em situações de desastres não é a única solução tendo em vista que a trajetória desses atingidos demonstra claramente que se ignoradas as condições socioeconômicas e políticas da vulnerabilidade os desastres tendem a se reproduzir constantemente.

Durante a pesquisa etnográfica junto aos idosos atingidos pelo desastre de 2008, estabeleci diálogo também com Ivone, moradora do Condomínio Badenfurt (também construído para abrigar os atingidos pelo desastre de 2008), mãe de três filhos e avó de dois netos. Ivone apresentava uma interpretação um pouco mais positiva da sua condição atual, reflexo de sua trajetória pessoal e familiar (Bourdieu,1984), mas também apontava as mazelas que o evento de 2008 havia causado em sua vida e expunha um sofrimento social que se aproximava muito do enfrentado por Dona Nena, com a qual compartilhava uma identidade geracional e de gênero.

Natural de Ibirama, Ivone mudou-se para Blumenau juntamente com os pais e irmãos aos 12 anos. Três anos depois da mudança seus pais se separaram. Para ajudar sua mãe no sustento do lar, ela e os irmãos começaram a trabalhar muito cedo. Sendo a filha mais nova,

Ivone trabalhou na Confecção Majú (hoje Marisol) desde os quinze anos e se tornou responsável por cuidar da mãe na medida em que seus irmãos foram casando. Morando e cuidando de sua mãe, Ivone disse que deixou de realizar muitos dos seus desejos de juventude, curtir a vida, se divertir, ter autonomia para fazer as suas escolhas.

Após sua mãe se aposentar, ela decidiu ir morar sozinha e “fazer a sua própria vida”. O período de felicidade e autonomia iria terminar alguns anos depois do seu casamento. O casamento não deu certo e ela separou-se. Na época ela estava desempregada e o marido ficou com todos os bens da família. Ela ainda ficou responsável pela criação dos três filhos, o mais novo tinha na ocasião um ano de idade e seu marido nunca pagou pensão ou ajudou na criação de qualquer forma.

Depois da separação e da perda da moradia em que vivia com o marido, Ivone conseguiu estabelecer residência no Bairro Progresso (bairro localizado no extremo sul da cidade que historicamente serviu de habitação para os trabalhadores das indústrias têxtil e cidadãos de classe popular e caracterizado pela topografia extremamente acidentada, composta de morros e encostas, margeadas pelo ribeirão Garcia e diversos arroios), através da ajuda de um pastor da Igreja Assembleia de Deus que lhe emprestou dinheiro para a compra da casa e para as reformas necessárias. Este pastor é considerado por ela como um pai, pois ajudou-a nos momentos mais difíceis e compartilhou da educação dos seus filhos, seguindo os preceitos da referida igreja.

Com o retorno para o mercado de trabalho, no qual operava como costureira, Ivone tinha que caminhar por mais de uma hora para levar os filhos para a creche municipal. A rememoração de seu sofrimento incluía também a caminhada por uma escada de mais de cinquenta degraus para chegar até a sua casa, que ficava na parte de cima de um morro. As reformas na casa também foram pesadas visto que era necessário levar o material morro acima sem a ajuda de ninguém e muitas vezes trabalhar sozinha nas obras.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, ela contou com orgulho o fato de ter criado os filhos na casa que ela havia adquirido por conta própria. Alguns anos antes de 2008, suas duas filhas mais velhas casaram e foram morar em cidades vizinhas, enquanto Ivone continuou vivendo com seu filho mais novo, ainda adolescente.





Fig. 19. Narrativas de Ivone. Roberto Capiotti.

Quando da ocorrência do desastre de 2008, sua casa estava toda reformada e servia como espaço de reunião da família, agora composta também por seus genros e netos.

Foi durante uma dessas reuniões familiares que Ivone vivenciou a perda da sua casa, no dia 23 de novembro de 2008:

Durante a madrugada, era 4:30 da manhã, eu e meu genro ouvimos um barulho e quando vimos a terra já tinha trancado a porta. Fazia dias que estávamos sem luz na casa e chovia muito, daí desbarrancou. Tivemos que pular pela janela para sair da casa, naquele escuro e depois pulamos o muro do vizinho. Eu acho que Deus enviou a minha filha e o meu genro naquele dia, porque eu não sei se eu e meu filho (mais novo) conseguiríamos sair da casa.

Eu perdi tudo, móveis, cama, geladeira, meus documentos, minha carteira de trabalho. O que não foi destruído foi roubado.

(Ivone, Condomínio Badenfurt, 2012)

Após ter de abandonar sua casa, Ivone não ficou abrigada nas moradias provisórias por temer a violência que apontavam ser comum nesses espaços e porque passou a sofrer de problemas de saúde os quais acreditava que piorariam no espaço coletivo. Ela optou pelo auxílio reação de 300 reais e usou-o para alugar uma moradia na rua Jacob Neich, no bairro Itoupavazinha (extremo norte da cidade), perto de onde mora sua irmã e da confecção em que trabalhava, visto que não conseguia usar o transporte coletivo devido à suas constantes tonturas. Ela precisou continuar trabalhando, apesar dos problemas de saúde, porque o auxílio não era suficiente para pagar o aluguel e porque ele era vigente apenas por seis meses.

O fato de não ir para as moradias gerou algumas desvantagem, segundo ela, porque os atingidos abrigados receberam uma série de doações que ajudaram-nos a enfrentar as perdas, enquanto ela recebeu apenas uma geladeira e ainda teve que pagar pelo frete dos bens que haviam restado em sua casa semidestruída.

Ivone permaneceu morando no bairro Itoupavazinha por dois anos até conseguir o apartamento no residencial Badenfurt. Inicialmente ela disse estar se sentindo numa prisão por estar acostumada a viver numa casa. A mudança para o residencial obrigou-a também a buscar um novo emprego nas proximidades. Atualmente ela trabalha como costureira em uma pequena confecção recebendo um pouco mais de um salário mínimo. Ivone busca na justiça uma aposentadoria por conta de seu problema de saúde, visto que não possui o tempo necessário de contribuição para uma aposentadoria por tempo de serviço e porque atualmente não assina a carteira.

Presentemente ela disse estar acostumada com a vida num apartamento, mas lamenta o fato do condomínio ser frequentado por alguns criminosos, especialmente jovens infratores que acabam por influenciar o comportamentos dos outros, entre eles o seu próprio filho. A criação de filhos jovens seria a principal preocupação de qualquer mãe no residencial, segundo ela, porque o tráfico de drogas e a criminalidade, apresentavam para eles uma vida de ganhos financeiros rápidos, mas trágica. Ivone tinha grande temor que o seu filho seguisse esse caminho.

Seu filho mais novo vive com ela e trabalha na Indústria Altenburg, mas não contribui para o pagamento das despesas. As despesas de Ivone envolvem além do próprio sustento e do filho, os remédios para o seu problema de saúde e os cuidados com sua mãe de 93 anos, que vivia em uma casa de repouso que foi fechada e agora necessita o acompanhamento de uma cuidadora com um custo mensal de 85 reais para cada um dos filhos.

A moradia aparece na sua perspectiva como local de reprodução das relações sociais e familiares, e portanto, o fato desta ser um apartamento ou casa não gera tanta importância. No entanto a lembrança de tudo o que ela conseguiu construir e que foi destruído com o evento de 2008 gera uma dor que segundo ela, só não é pior do que a daqueles que perderam seus familiares.

Para essas gerações mais antigas a perda da moradia manifesta-se como perda do lugar das memórias, de um passado compartilhado de relações sociais familiares e de vizinhança e também de um lugar de renovação do futuro através das novas gerações. As histórias contadas sobre as antigas casas, a vizinhança e os territórios urbanos que habitavam, dos abrigos e das moradias provisórias não são apenas narrativas construídas sobre o passado, mas também sobre um futuro ideal ou planejado.

Tal perspectiva se apresenta nas narrativas de Domingos, 65 anos, sogro de Marcos. Nas entrevistas realizadas no seu pequeno “módulo familiar” na moradia provisória (em 2010) ou no seu apartamento no Residencial Badenfurt (no ano de 2012), espaços esses compartilhados com sua esposa Maria, Domingos se mostrou como um dos interlocutores que melhor construiu composições narrativas dos acontecimentos vividos e histórias sobre o desastre. Ele, em seus silêncios e pausas, voltava-se para sua memória, seu sofrimento, para o que vivenciou naqueles dias de consternação e para os reflexos que eles causaram na sua trajetória e projetos individuais e familiares (Velho, 1999).

Neste processo ele convidava o ouvinte a experimentar suas vivências, sentir-se tocado, numa ação que parecia tornar possível a visualização dos acontecimentos. Tinha um poder ainda de instigar e dialogar com o ouvinte questionando-o sobre o que ele faria naquela situação, convidando-o a partilhar a experiência de viver na moradia provisória e suas dificuldades e privações.

Domingos em seu primeiro relato sentenciou: **“...Para mim, cada mês é um ano. Da enchente para cá a minha vida terminou”**. Suas narrativas sempre apontavam o desastre como um impacto profundo, que não pode ser esquecido, representando um rompimento total com a vida anterior ao ocorrido e gerando uma descrença quanto ao futuro. As perdas materiais e de vidas em sua família causavam-lhe tamanho sofrimento que ele relata apenas esperar pelo fim da vida.

A descrença quanto à retomada da vida cotidiana é narrada por Domingos como reflexo da destruição de seu principal projeto de vida (Velho,1999). Como trabalhador informal e sem direito à aposentadoria, trabalhou de forma incansável durante anos para construir uma grande casa em que pudesse morar e alugar outros cômodos, tendo em vista receber uma renda extra que o sustentaria até o fim da vida.

Desde a compra do terreno ele tinha passado por uma jornada fantástica para realizar tal projeto, primeiro os impostos estavam atrasados há mais de dez anos e ele realizou um empréstimo para pagá-los de forma parcelada. Isso havia ocorrido no final da década de 1990, e Domingos após iniciar o pagamento dos impostos passou também a reformar a casa, de forma a trazer mais comodidade para a família.

Após conseguir parcelar as dívidas e estar próximo de finalizar sua moradia um deslizamento de terra a atingiu deixando-a parcialmente destruída.





Fig. 20. Narrativa de Domingos. Roberto Capiotti.

No começo (do desastre de 2008) eu me dei por perdido completamente né, porque eu deixei tudo, trabalhei tanto para fazer alguma coisa. Porque o meu interesse era fazer alguma coisa mais tarde para eu alugar. Alugar porque era uma pensão para mim, porque eu não sou aposentado, nem eu nem a minha mulher (Maria) é aposentada. Eu trabalhava aos sábados, o que eu mais tinha raiva era disso. Que aos sábados os outros estavam fazendo festa, se divertindo, às vezes eu encontrava os meus amigos e diziam: “Oh cara, o que você está fazendo hoje. É sábado né.” Eu ainda comprava material fiado numa loja, porque eu mesmo fazia a obra.

Eu já estou ficando velho e aí amanhã eu tenho uma pensão, eu não consegui me aposentar porque eu trabalhei sem fichar, se eu não conseguir me aposentar eu vou ter essa pensão.

Eu ia lutando e todo mundo fazendo festa e ia lá e dizia: “Oh cara! Vamos fazer festa”. Eu tinha vontade de aproveitar o fim de semana, mas eu continuei lutando e fazendo a casa.

E de repente quando veio, era a minha última parede, nós já fizemos abaixo de chuva, porque trabalhava cinco dias e fazia no fim de semana, quando eu vi, veio a chuva,... aí toda aquela esperança,....

Eu até cai numa igreja (abrigo), pensei que na igreja eu ia ser feliz, mas olha, veja bem, nunca machuquei ninguém, nunca peguei nem uma caixa de fosforo de ninguém, até uma chinela que seja, eu comprei com o meu trabalho.

(Domingos, CESBLU, 2010)

Além da questão geracional representada na reflexão sobre a proximidade do fim da sua vida que influenciaria no afinco de sua luta para realizar seu projeto de vida e por consequência sua desesperança quanto ao futuro, na sua narrativa e ação desenha-se o esgotamento da crença na religião como forma de retomada de sentido da vida cotidiana (De

Certeau, 1994), tendo em vista o fato da sua estadia na Igreja não ter diminuído seu sofrimento e a associação realizada por ele entre o não merecimento de seu destino como vítima do desastre na medida em que a sua conduta moral era impecável e sua dedicação à ética do trabalho e da responsabilidade também (Douglas, 1966)²¹.

A posterior experiência de destruição da vizinhança onde habitava e a vida no abrigo e na moradia provisória contribuíram ainda mais para a descrença quanto ao futuro.



²¹ Segundo Douglas, não raro as pessoas associam os infortúnios a transgressões morais. Mas esses elos entre infortúnios e pessoas, segundo Douglas, são sempre de ordem pessoal. O universo torna-se pessoal em vários sentidos, pois “as forças físicas são consideradas entrelaçadas com as vidas das pessoas e as pessoas não são distintas do seu ambiente externo.” (Douglas, 1966:110).



Fig. 21. Narrativas de Domingos. Roberto Capiotti.

Muita gente perdeu sua casa lá. Eu mesmo fiquei tão atormentado com a perda da minha casa que se eu ouvisse um barulho podia olhar que era uma árvore, um muro que descia, uma casa alguma coisa caía, foram tantas vezes,... tantas coisas,... que a gente ficou muito tempo com aquilo na cabeça, martelando, a gente já ouvia um barulho e não sabia se era uma casa, um morro, uma árvore que caiu.

Nós trabalhávamos, oitenta homens, dia e noite, para poder limpar todo o morro, tu não acredita, quem viu como estava, quando via parecia que não tinha mais jeito. Fiquei oito dias sem ir para o serviço porque não tinha como o ônibus passar. Os mantimentos, comida, água começaram a chegar de helicóptero, nuns três, quatro dias os soldados, chegavam lá com água, colchão daí começou a melhorar um pouco, porque nós tomávamos água das calhas e usávamos para fazer comida.

Nós sofremos muito.
(Domingos, CESBLU, 2010)

O fato da sua casa não ter sido totalmente destruída, mas sim interditada pela Defesa Civil Municipal faz com que sua experiência sensorial do passado vivido (Thiranagama, 2007) não desapareça totalmente depois do abandono da casa e da vida na moradia provisória, mas pelo contrário, faz com que ela permanecesse no horizonte como se ele a pudesse ver, mas não alcançar. Ele vê o seu antigo lar ser atingido pelo tempo, porque continua morando perto do lugar que habitava, mas não vê uma possibilidade de voltar. Somado a isso ele luta contra o estigma do desabrigado, classificado como um cidadão que necessita do assistencialismo do Estado para manter-se economicamente e conseguir uma moradia (Valencio 2009), destacando que foi obrigado a abandonar sua casa. Sua moradia representa o resultado de seu esforço laboral e o consequente reconhecimento social que ele traz²².

Por mim eu não saía da minha casa, morria lá, eu saí por causa da minha família, se eu pudesse morrer eu morria lá, porque depois que a pessoa está perdida, e meia, eu morria lá, por mim eu nunca saía, não saía mesmo, só sai por causa da família, porque senão a família não saía de lá também e daí diziam: “Vai deixar os filhos morrerem por causa de você?” Por mim, eu voltava lá agora eu não queria sair de lá por nada.

Só que daí o seguinte, se eu voltar para lá, eu tenho que assinar um papel me responsabilizando e eu não posso receber ninguém, nem família, nem criança, nada. Daí eu vou ficar sozinho, vou ficar isolado, mas senão eu estava lá não saía de jeito nenhum, pois eu comprei e paguei, sofri que nem louco, nove anos trabalhando e perder tudo assim de graça. Eu perdi tudo e ninguém vai me dar um pila por isso. Ainda tenho que pagar o apartamento novo. Se eles dissessem aqui está a chave, ele está quitado e o problema é de vocês para as outras contas, mas não, agora empurraram para a Caixa.

(Domingos, CESBLU, 2010)

O evento constrangeu-o na sua relação afetiva estabelecida com o espaço urbano que habitava, praticava e pertencia (De Certeau, 1994). Tal violência, não está apenas relacionada à perda da moradia como espaço físico, material e monetário, mas à uma série de práticas, sociabilidades e relações afetivas que ali se estabeleciam com seus entes queridos, parentes e vizinhos que foram desestruturadas. Suas memórias, vivências e trajetória estavam ligadas a

²² Hanna Arendt (1981) destaca que são agregadas ao papel social de trabalhador no mundo contemporâneo qualificações exigidas pelo exercício laboral que acabam por se constituir em qualidades definidoras da sua pessoa (ativo, forte, bravo, honesto, etc).

esse espaço social em que vivia e aos grupos sociais que o frequentavam. A possibilidade de retornar a sua casa não fazia sentido então, se a retomada das relações sociais e afetivas que estavam a ela ligadas não fosse possível.

Desta forma, a ruptura é um elemento perturbador, não só da concretização do seu projeto de vida, mas da própria elaboração de novos projetos dado à incorporação do sofrimento como emoção preponderante na “experiência” (Wagner, 1979), uma vez que são as emoções a base do processo da construção de projetos pessoais-sociais.²³

Não sei se é por sofrer tanto assim, bem na verdade eu preferia mais perder a vida do que perder a casa, porque eu não posso comprar outra. Aluguéis eu não posso pagar porque eu ganho um salário, é melhor perder a vida, do que perder o chão.

Eu já estou tão descrente que não acredito em nada, não sei se é por raiva, porque eu entrei em depressão, eu sei para mim cada mês, é um ano, da enchente para cá a minha vida terminou. Eu ainda estou aqui por causa da família que diz que eu não posso desanimar não está tudo perdido, mas eu mesmo...

(Domingos, CESBLU, 2010)

O sofrimento em sua memória, a depressão e a angústia dessa perda, reflexos das experiências do evento inscritas e incorporadas no seu corpo (Camargo, 2005), são descritas por ele como causa para o alcoolismo que o acometeu durante um longo período.

Eu caí em depressão, por ter perdido tudo, estava em um emprego muito bom, achava que nunca mais sairia de lá, só se pedisse as contas, mas daí,... como eu caí em depressão. Ahh! Eu já gostava tomar uma bebida, mas aquela bebida não me impedia de trabalhar. Aí eu comecei a ir, já chegava meio chapado e aí eles já notavam porque eu trabalhava numa empresa muito grande, a Premium, já não tinha rumo. Daí, me mandaram embora. Fazia três anos e pouco que estava lá, muito bem.

Por ali já começou a minha vida só de sofrimento, e eu fui piorando cada vez mais, cada vez me dando mais por perdido, achando que eu nunca mais ia conseguir alguma coisa na vida. Porque eu trabalhei muito na minha vida e quando eu achei que ela ia mudar um pouco, veio a chuva e acabou com tudo, foi uma coisa muito terrível e daí passou o sofrimento, dois anos que estou na moradia provisória, não é fácil, tomar banho no contêiner,

²³ Refiro-me aqui ao conceito de experiência proposto por Schutz (Wagner, 1979), no qual ele afirma existirem duas classes de experiência, as opiniões, crenças e ideias gerais que são tomadas como aceitas, acima de dúvidas e as experiências que constituem a situação biográfica de cada indivíduo e delimitam sua posição social conferindo-lhe a noção de elementos que lhe são impostos e outros que pode efetivamente controlar e modificar.

junto, homem com homem, mulher com mulher. Chegar lá tudo está quebrado.

Aqui a gente não pode ter fogão, comida tem que ser tudo feito lá na cozinha coletiva, com fogareiro de duas bocas, a minha mulher sabe o quanto ela sofre, vai lá faz uma comida, traz aqui, até ela fazer a outra, essa já está fria.

É difícil, nós erámos sete famílias ocupando o mesmo lado e o banheiro. Agora são quatro. Aí você vai no banheiro e está tudo sujo, bagunçado. Olha quem passa por isso, é difícil não cair numa depressão, eu não sei como eu estou aguentando todo esse tempo e sem esperança porque eu já perdi a esperança, porque a esperança era sair e até agora nada.

(Domingos, CESBLU, 2010)

Retomo os escritos de Das (1997), mostrando que o sofrimento imposto por uma condição social de atingido, infligiu na experiência de Domingos uma série de sinais físicos e psicológicos, criando uma ligação entre problemas sociais, representados aqui pela questão da vulnerabilidade que levou a perda da morada e o tratamento recebido na moradia provisória, com os problemas pessoais médicos e psicológicos como a depressão e o alcoolismo. Da mesma forma que esses dois tipos de sofrimento estavam ligados, a reestruturação da vida e a superação da doença que lhe acometia, também tinha que ser tratada na questão social e não somente na esfera biomédica.

Domingos relatou que tinha procurado os assistentes sociais e psicólogos da moradia provisória para tentar largar o álcool e superar a depressão, mas ele destacava que não demorou muito a entender que a resposta que ele buscava não poderia ser dada por eles, mas pelos órgãos governamentais. A resolução do seu sofrimento estava relacionada ao fim das incertezas da vida na moradia provisória e na reconstrução da vida num novo lar, mesmo que esse novo lar não seja visto como o ideal por se tratar de um apartamento.

A mudança para o Condomínio Badenfurt, no final do ano de 2011, não restituiu plenamente uma série de práticas cotidianas (De Certeau, 1994) nem compensou todo o esforço despendido para construir sua casa, mas já representava uma melhoria na sua condição de vida, especialmente se for levada em conta a retomada da privacidade e o fato de sua filha, o genro Marcos e suas netas morarem no mesmo residencial. A distância do novo lar para o local de trabalho é visto como principal problema na medida em que ele precisa pegar três ônibus para chegar à empresa de limpeza pública, mas o sentimento de ter um lar que pode ser “chamado de seu” alimenta a esperança de Domingos e o ajuda a superar os problemas da depressão e do alcoolismo.

Diferentemente de Domingos, a sua esposa Maria se encontra melhor adaptada ao novo lar. Ela destaca que a possibilidade de poder organizar e enfeitar a casa, cultivar algumas plantas e poder ir à igreja evangélica nas proximidades sem preocupar-se em dar satisfação para ninguém significa algo fantástico, uma sensação que não sentia há muito tempo.

A violência dentro do condomínio era a única preocupação, apesar de ela passar a maior parte do tempo em casa e assim ficar longe das confusões. A nova vida no condomínio possibilitou ainda que ela pudesse confeitaria doces e salgados em sua cozinha e vender para os vizinhos do condomínio, constituindo assim um pequeno estabelecimento comercial na própria residência, que traz além de uma renda extra, uma sensação de realização e conforto.



Fig.22. Maria (esposa de Domingos) em seu novo apartamento. Roberto Capiotti.



Fig. 23. Maria (esposa de Domingos) em seu novo apartamento. Roberto Capiotti.

Tendo em vista as trajetórias individuais e familiares e as experiências desses idosos conclui-se que a perda do lar é uma ruptura, um ponto de virada, mas as memórias desses espaços urbanos sempre a superam. A vida em uma nova localidade urbana e em um novo lar é vista em menor ou maior grau como uma sombra pálida do que eles experimentaram e do que eles assumiram como formadores da sua personalidade e caráter. O desejo de retorno ao

antigo, mesmo estando estabelecidos nos apartamentos novos, permanece sendo extremamente desejado por essa geração.

3.2. A perda como uma nova oportunidade. O caso dos jovens atingidos pelos desastres.

As gerações mais jovens atingidas pelo desastre encaram o processo que enfrentaram desde a perda de suas moradias como fazendo parte da sua história, enquanto os mais velhos o veem como a negação de sua história. Sem ter uma maior relação com os antigos espaços que habitavam e tendo toda uma vida pela frente eles são lançados para o futuro.

Nesse sentido eles apresentam uma visão mais otimista, ainda que não tenham ingenuidade quanto a situação atual, e tragam consigo o sofrimento adquirido durante o processo. O fato mais importante para esse grupo está na quebra da relação entre o lar e a perspectiva de retorno. Para eles o lar só poderá ser reconstruído na nova moradia, ainda que alguns desejem que essa nova moradia localize-se na mesma região que habitavam.

Dentre os jovens atingidos Marcos é aquele que se mostra mais confiante na reconstrução da sua vida e na conclusão do projeto familiar de adquirir uma nova residência em área segura. O fato de ter de passar um bom tempo morando longe da família, não diminuiu seu ânimo na busca por superar o obstáculo que o desastre criou em sua vida. Essas dificuldades são entendidas por ele como desafios que devem ser sobrepujados.

Este suposto otimismo e confiança na superação do desastre é narrado por ele como reflexo de sua condição social e trajetória de vida, caracterizada pela ascensão através da educação. O fato de morar em um local estigmatizado com o qual não se identificava e no qual não estabelecia relações de vizinhança e de entender todo o processo de reconstrução da cidade e dialogar de igual para igual com os membros e técnicos dos órgãos governamentais pouparam-no de parte do sofrimento, angústia e insegurança enfrentados por outros desabrigados.

Eu pude acompanhar todo o processo, mais menos passo a passo como a coisa foi evoluindo, então eu sabia que os órgãos de Defesa Civil, da prefeitura estavam empenhados no programa de reconstrução, eles eram solidários ao nosso problema, então eu acreditava que poderia ter uma saída aí, apesar de eu estar perdendo lá minha casa, mas de repente esse campo podia ser pelo menos amenizado por um desses planos. Então sempre fui confiante nisso, eu sempre acreditei que haveria esse plano de apropriação, de que podia seguir a vida, tocar a vida, com calma, porque a prefeitura ia resolver essa situação. Era só ter um pouco de paciência. Eu e a minha família tínhamos essa visão. Claro que essa visão não era de muita gente lá,

daquelas que saíram. Tem gente que disse: “Desisti da espera. Vamos embora por que aqui nós não vamos ganhar nada.”

O principal problema foi a falta de comunicação, por que eu sei, porque eu participei de muita coisa, eu ia nas reuniões, nos encontros, senão cara, essas informações não chegavam dentro dos abrigos, houve a tentativa de fazer um jornalzinho com informação nos abrigos, acho que saiu dois ou três números depois desapareceu, foi uma coisa assim sem credibilidade, de conveniência, e havia muitos boatos, boatos de que a prefeitura ia retirar o pessoal. “Estão custando muito, 1 milhão de reais aluguel”, e aí chegava no coitado do desabrigado e ele ficava sofrendo com esse estresse sem necessidade. Isso era culpa de quem estava na administração pública, nesse caso eles deveriam ir lá e conversar com as pessoas, não adianta mandar psicólogo, as pessoas não querem psicólogo. Elas querem saber sobre a sua casa, sobre o que vai acontecer depois e essa foi a falha terrível, porque eles demoraram muito para falar com a gente, deixaram a gente a ver navios, muitas pessoas desanimaram mesmo, e foram embora. Então isso tinha que ter sido feito antes.

(Marcos, CESBLU, 2010)

Tal conhecimento de Marcos estava relacionado à sua posição social como alguém classe média e com alto nível de educação (doutorando em informática por uma universidade espanhola) e envolvia a ciência das políticas de habitação que poderiam ser implantadas pela prefeitura e a sua familiarização com os conceitos de risco e interdição nos termos estabelecidos pela Defesa Civil para identificar a impossibilidade de retorno para a sua antiga moradia.

Esse tipo de familiarização revela um visão política e coletiva que reconhece as dificuldades das instituições públicas para resolver outros problemas da cidade decorrentes ou não do desastre que iam além do seus problemas particulares imediatos como a questão da habitação.

A experiência urbana de Marcos também não perpassava uma trajetória de privação e de ocupação das áreas mais pobres historicamente desassistidas pelo poder público ao mesmo tempo que altamente controladas pelo mesmo. Nesse sentido o período de moradia na Rua Araranguá seria apenas uma etapa da sua vida, necessária para que ele realizasse sua pesquisa junto ao CEOPS e terminasse seu doutorado.

As amizades que Marcos cultivava se davam no espaço social da universidade e não foi por acaso que passamos a cultivar uma amizade, tratando nas nossas conversas muitas vezes de nossas experiências acadêmicas e de assuntos triviais típicos de classe média como por exemplo, viagens, experiências no exterior, literatura, etc. Se a sua sociabilidade e relações de vizinhança não construíam-se no espaço da rua Araranguá, Marcos estabeleceu

laços de solidariedade, amizade e vizinhança dentro do abrigo e da moradia provisória, também como forma de superar a situação liminar (Turner, 1974) em que se encontrava. Essas amizades teriam iniciado no abrigo da Igreja Santa Luzia na rua Arno Zandrozny, no Bairro Garcia quando junto com Nei começaram a ajudar no carregamento das mudanças dos atingidos. As amizades cresceram na moradia provisória quando partilharam das mesmas dificuldades e se fortaleceram depois da mudança para os condomínios, ainda que seus principais amigos, Nei e sua esposa Eliana e Maurício e Elza não morassem no mesmo residencial que ele.

O apartamento novo representa para Marcos a aquisição de um bem próprio que poderá ser vendido ou trocado no futuro por outro imóvel localizado em um lugar mais central e valorizado.

Para ele a vida no Residencial Badenfurt representa apenas uma adaptação a um novo ambiente urbano, com maior convivência coletiva, mais distante do centro da cidade e com alguns problemas de violência, fator este que lhe causa maior apreensão, tanto pela sua preocupação com a integridade dos membros da sua família, quanto pela consequência dessas ações na imagem que os habitantes da cidade de Blumenau fazem dos atingidos.

Marcos aponta que o problema da convivência e da violência só vai ser resolvido com o tempo, pois os moradores teriam que aprender a viver de forma coletiva ou seriam retirados dos condomínios. Tal aprendizagem viria quando aqueles que não pagavam o condomínio e depredavam o patrimônio coletivo fossem ao poucos sendo retirados do residencial e quando aqueles envolvidos em ações ilícitas fossem presos. O problema do estigma, segundo ele, só começará a desaparecer depois que os dois primeiros problemas (inadimplência e criminalidade) estiverem resolvidos, mas levará algum tempo, pois enquanto carregarem a classificação de atingidos estarão impregnados pela ideia de serem incapazes de reconstruir suas vidas sem o auxílio do Estado.

Para Nei e sua esposa Eliana os reflexos do desastre não são vistos de forma tão otimista. Nei possui uma forte relação de enraizamento com a Rua Araranguá pelo fato dele ter se estabelecido lá desde a chegada à cidade de Blumenau, quando foi acolhido pelos tios que haviam migrado para a cidade em busca de emprego. Fora no Araranguá também que ele havia conhecido sua esposa e construído a casa que servia de abrigo para sua família.

Por outro lado, Eliana tinha uma relação ambígua com o seu antigo lugar de moradia. Se por um lado ela havia vivido desde criança no Araranguá e lá tinha construído uma rede de

amigos e também sua família ao conhecer Nei, ela carregava consigo também outras experiências de desastres e de perda da moradia (como apresentei no capítulo 2), o que a levava a querer mudar-se do local. A mudança que ela buscava após a tragédia não dizia respeito somente à aquisição de uma moradia em um lugar seguro, mas planejava também uma ascensão social expressa territorialmente pela vida em um local mais privilegiado e reconhecido.

Esse processo de ascensão não se concretizou, segundo sua perspectiva, porque a mudança para o residencial Itoupavazinha os havia retirado das proximidades do centro e de toda a infraestrutura de serviços e comércio que este oferecia e os havia colocado em um condomínio em que alguns poucos moradores tornavam a vida de muitos um inferno.

Se tu pões na peneira, alguns atingidos da moradia CESBLU poderiam vir morar com a gente no mesmo prédio, gente boa como o Marcos. Tinha bastante gente boa, mas também tinha gente que não valia nada e vieram para cá também.

No fim de semana eu tenho que ficar dentro de casa, e as minhas filhas também. Não ficam incomodando ninguém, para mim não tem isso. Tem desenho, tem filme, ela passa em casa, entendeu. Já os outros mexem em tudo, roubam extintor, quebram as coisas.

Nós morávamos no centro e agora estamos morando longe da cidade. Por isso nós colocamos TV a cabo. Porque não saímos e se você sai é só fofoca, ou dá briga, ou dá morte, aqui é assim coisa que não presta.

Eu tive que colocar televisão a cabo porque aqui não pega nenhum canal, nada. E celular não pega aqui. Quando precisa avisar, ou em caso de uma emergência ou tentar entrar em contato, não tem como, então tive que colocar um telefone fixo também. A gente vai fazendo a vida melhorar aos poucos.

(Eliana, Residencial Itoupavazinha, 2011)

Nei também permanece durante o tempo livre do fim de semana dentro do apartamento. Sua narrativa destaca a questão moral do não merecimento da condição atual, na medida em que sempre trabalhou com afinco e nunca se envolveu em qualquer confusão ou cometeu algum ato ilícito. Se fosse por merecimento, ele acredita que deveria estar hoje num lugar onde pudesse construir sua casa e viver tranquilo com a família (Douglas, 1966).

Da mesma forma que Marcos, Nei e Eliane têm uma filha ainda criança, o que gera preocupação quanto a convivência com outras crianças da mesma idade no condomínio e quanto aos possíveis riscos de violência. No entanto, eles ressaltam que conseguem restringir ao máximo o acesso dela aos espaços públicos do condomínio. A preocupação maior das duas famílias é quanto ao futuro dos seus filhos, visto que não desejam que eles cresçam em um

ambiente visto como desorganizado e violento. Tal preocupação é a mesma que ocorre entre as mãe e avós de adolescentes que vivem nos condomínios, como demonstram os relatos de Dona Nena e Ivone, com a diferença de que estas últimas não têm a possibilidade de restringir o acesso deles aos espaços coletivos e ao convívio social, o que torna sua preocupação ainda maior.

Na época do evento de 2008, Nei trabalhava como pintor e não tinha um salário fixo, mas durante o cadastramento foi aconselhado a colocar o valor de um salário mínimo, o que somado com a renda de sua esposa acabou por extrapolar a faixa mínima do financiamento. Assim a família se viu obrigada a pagar uma prestação de 120 reais, valor esse que não consideram alto, mas que é o dobro do valor cobrado para quem tem uma renda inferior a 1300 reais.

Atualmente, Nei trocou de emprego, agora trabalha como operário em uma fábrica e recebe um salário de 900 reais, o que possibilitou uma melhora na vida de sua família e a realimentação do seu sonho de mudar-se do condomínio no futuro.

Seu projeto é melhorar de cargo para comprar uma casa nova e abandonar o apartamento. Ele inclusive não se importa com a possibilidade de perder o valor que já investiu, argumentando que dificilmente conseguirá vender o imóvel em um lugar tão mal visto como aquele.

Dentre os atingidos, Elza e Maurício são aqueles que têm a perspectiva mais otimista quanto ao futuro. Isso se deve ao fato deles não haverem perdido uma casa própria e sim o lar que alugavam. O fato de adquirir um apartamento novo representa a realização de seu projeto familiar (Velho,1999) que se constitui na estabilização da vida em Blumenau, local onde Elza possui um emprego fixo, e na possibilidade de trazer os filhos que vivem com os avós no Paraná.

Nesse sentido o desastre de 2008, mesmo tendo como consequência a perda dos bens e as dificuldades de convivência e vida nas moradias provisória, gerou também uma oportunidade ímpar nas suas vidas ao permitir que adquirissem um apartamento em um local seguro por um valor muito abaixo do mercado.

Eles permanecem morando na moradia CESBLU por quase três anos e nesse tempo não puderam trazer os filhos e nem mesmo visita-los. O primeiro fato se deu porque o espaço físico da moradia não comportava a acomodação de seus filhos e porque a moradia não era considerada um lugar seguro, nem aconselhável para uma criança crescer. O segundo fato se

deve ao medo de perder sua chance de conseguir um apartamento novo e também pelo temor de que sua moradia pudesse sofrer algum tipo de furto.

Quando partilhei de seus relatos, eles ainda não haviam se mudado para o condomínio, mas tinham uma visão otimista quanto ao futuro.

Não sabemos onde nós vamos ainda, nós vimos todos eles. A minha vizinha já se mudou, é tão bonitinho né. Assim que a gente aprende a dar valor para uma casa da gente, porque são mais de dois anos que a gente está assim.

(Elza, CESBLU, 2010)

O valor dado ao novo lar tem como pressuposto, assim como acontece com Marcos, os momentos que passaram no abrigo e na moradia provisória rememorados e elaborados em suas narrativas e não nos momentos da perda da casa. Assim o período de residência na moradia provisória é vista pelas gerações mais novas como o momento de ruptura da vida cotidiana, diferentemente das gerações mais antigas que vêm a perda da moradia e o que elas representavam como principal trauma e motivo de sofrimento.

Assim como Marcos, Nei e Eliane, Maurício e Elza também estabeleceram laços sociais de amizade, companheirismo e vizinhança durante o período que estavam nos abrigos.

A gente, quando entrou estava meio deprimido, porque fica né não tem como, muita gente tudo estranha convivendo junto, a gente não conhece né. Nós temos amizade com pouca gente aqui, só as pessoas que a gente conviveu desde o início do desastre, porque é mais fácil a gente estar convivendo com a pessoa.

(Elza, CESBLU, 2010)

Esse tipo de companheirismo ajudou essas famílias a enfrentarem as dificuldades da convivência coletiva e facilitou a adaptação aos abrigos.

Agora já acostumamos com o ritmo. O difícil é o banheiro para tomar banho, fazer comida que tem que fazer lá embaixo, tem que descer para lavar a louça. Não é fácil, não ter nada junto daqui de casa, mas quando a gente já conhece as pessoas fica mais fácil.

(Maurício, CESBLU, 2010)

Mesmo sem ter assinado o contrato de financiamento, Maurício e Elza acreditam que o projeto familiar de permanecer em Blumenau vai concretizar-se da melhor forma e a família poderá finalmente estar reunida em uma nova moradia.

As diferentes trajetórias individuais e familiares, condições econômicas e sociais e os projetos de vida aparecem nestas experiências familiares como importantes fatores para a superação do evento. As jovens famílias de Marcos, Nei e Eliana, Maurício e Elza apontam a possibilidade de continuidade ou construção de uma nova vida após o evento de 2008. Essas famílias destacam como momento mais crítico de suas vidas o período de residência nas moradias provisórias, momento em que se encontravam em uma situação transitória, sem uma perspectiva clara quanto à sua condição futura. Nesse sentido, Marcos aparecia numa posição privilegiada devido à sua condição social e maior conhecimento sobre o campo de possibilidades para a realização de seu projeto familiar (Velho, 1999).

O tempo de moradia nos locais onde se localizavam suas antigas casas também aparece como importante fator no processo de enraizamento dessas famílias, ainda que as trajetórias diversas apresentassem maior ou menor grau de pertencimento e consequente maior ou menor consternação quanto a perda do moradia, onde destaca-se em um escala de maior para menor as famílias de Nei e Eliane, depois Marcos e por fim Elza e Maurício.

Outra questão fundamental diz respeito às experiências individuais e familiares nos abrigos e moradias provisórias onde, ao contrário do que ocorreu com os idosos estudados, os jovens conseguiram construir novas relações de companheirismo, amizade e vizinhança que permaneceram suficientemente fortes para se reproduzirem fora desses espaços.

A preocupação intensa com a integridade física e psicológica das crianças, comum nas moradias provisórias, diminuiu nos condomínios na medida em que as famílias passaram a ter maior privacidade e maior controle sobre a convivência coletiva, ao contrário do que ocorreu com as mães e avós de filhos adolescentes ou de jovens adultos que vêm os condomínios como espaços tão ou mais perniciosos para a educação e construção do caráter e personalidade de seus protegidos.

Por fim, ao adquirir uma residência própria de baixo custo essas famílias passam a ver o período de moradia nos condomínios como uma situação transitória em suas vidas. Essa situação pode ser transformada na medida em que as condições sociais e econômicas permitam usar o apartamento como moeda de troca para construir uma nova residência em um lugar mais privilegiado e tranquilo.

Vislumbra-se assim que as formas de atendimento e políticas de reconstrução da cidade devem levar em consideração a tentativa de um diálogo mais amplo e produtivo com a população atingida e, sobretudo, considerar a especificidade da situação dos atingidos, seja ela

geracional, de gênero, econômica ou de moradia para que se construam soluções mais abrangentes.

CAPÍTULO 4. A CIDADE DAS ENCHENTES

4.1. Natureza versus Civilização – A Colonização Europeia do Vale do Itajaí

Nada caracteriza melhor a índole do Dr. Blumenau do que a luta que travou durante os sete penosos anos que, como particular, dirigiu e manteve a colônia. Tinha que defender-se contra a inclemência da natureza, contra os índios, (...). Ele sabia de antemão que não seria fácil dominar a natureza bravia das selvas. Havia apenas um fator que não podia contar de antemão. Eram as enchentes devastadoras a que se achavam expostas principalmente a sede e suas cercanias (Fouquet,1999:56)

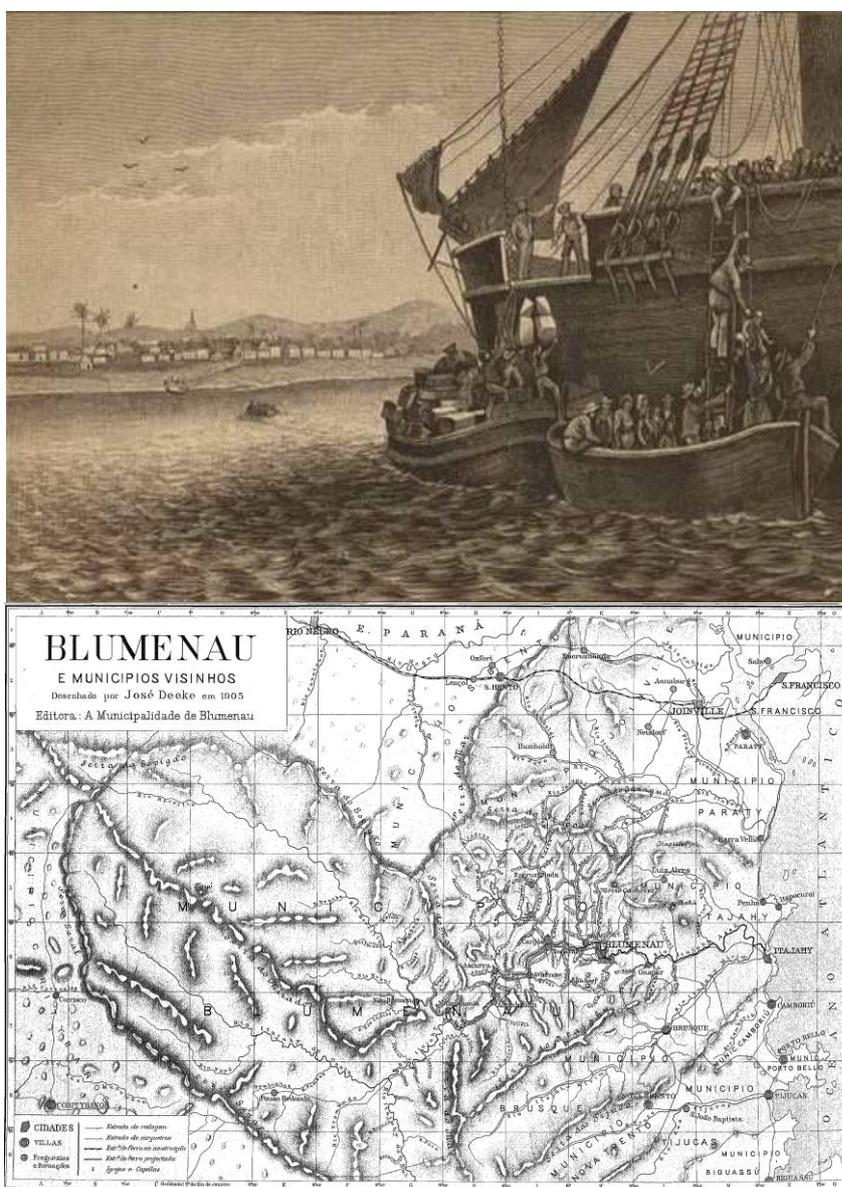


Fig. 24. Montagem de imagens: Chegada de Imigrantes Alemães ao Porto de Itajaí, 1885 e Mapa do Vale do Itajaí Desenhado por José Deeke, 1905. Acervo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

A colonização alemã do Vale do Itajaí ficou marcada na memória coletiva da cidade de Blumenau pelas imagens do combate, domesticação e civilização de uma natureza hostil. Como demonstra Ana Luiza Carvalho da Rocha (2003), as imagens da natureza dos trópicos nos períodos de colonização eram associadas a um “ventre devorador”, tendo em vista o arquétipo da mãe terra. Essas representações constituiriam o temor do herói civilizador em ser engolido pela natureza. A conformação das cidades do Vale do Itajaí, constituídas através do desmembramento da Colônia de Blumenau, pode assim ser interpretada a partir de suas estruturas funcionais de origem e de suas respectivas classes de imagens e símbolos arcaicos veiculados por seu mito de fundação.

Ao longo da história da ocupação europeia da região estabeleceu-se através de relatos, artigos de jornais, poemas, obras de literatura, documentos oficiais e imagens²⁴ um discurso de luta do imigrante alemão pelo desenvolvimento e civilização da região frente a uma natureza inimiga, na qual estavam incluídas a enchentes e os povos indígenas.

Habitavam o Vale do Itajaí, anteriormente a colonização, povos Tupi Guarani, também conhecidos como Carijós, que viviam próximos do litoral e povos Jê, Kaingangs e Xoklengs que ocupavam o interior, mais especificamente o Planalto (Santos, 1973).

Os Xoklengs tinham completo usufruto das regiões do Médio e Alto Vale do Itajaí, das quais eram exímios conhecedores, tirando seu sustento através do chamado nomadismo sazonal, ou seja, deslocavam-se conforme as estações do ano, que ofereciam abundância de alimentos em locais específicos (Wittmann, 2007). Foram eles que no século XIX, travaram maiores contatos com os imigrantes europeus que aportaram em Blumenau. Essa relação foi marcada por constantes enfrentamentos recíprocos caracterizados inicialmente por incursões indígenas nas moradias dos colonos em busca de bens, entre eles principalmente ferramentas de ferro, metal até então desconhecido para o grupo.

²⁴ Giralda Seyferth (2004:153) aponta que a produção literária teuto-brasileira em Blumenau foi bastante significativa até 1939, ano da proibição de publicações em idioma estrangeiro no contexto da intensificação da “campanha de nacionalização” do Estado Novo. O conteúdo dos romances, contos e, sobretudo, da poesia teuto-brasileira remete a uma concepção de identidade fundada na diferença cultural característica de sistemas interétnicos, sendo fruto do empenho da elite local na preservação dos valores culturais germânicos sem perder de vista a inserção na sociedade nacional, valorizando a cidadania brasileira e o território.

Segundo os estudos realizados pelo memorialista José Deeke²⁵ em crônicas jornalísticas e documentos oficiais, os indígenas teriam realizado sessenta e uma incursões entre os anos de 1852 a 1914. O “problema dos bugres” era apontado como um entrave para o desenvolvimento da colônia e uma ameaça séria à segurança dos imigrantes²⁶. Logicamente essas ações foram condenadas pelas autoridades locais que criaram a “Companhia de Pedestres” para proteger os lotes coloniais. Os membros da companhia, denominados bugreiros, foram responsáveis pelo extermínio de 2/3 da população Xokleng do período inicial da colonização até a segunda década do século XX quando principiou o processo de aldeamento desses povos pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910.²⁷

O processo de transcendência da “floresta para a civilização” (Seyferth, 2004) tem seu marco temporal representativo a data de 2 de setembro de 1850, quando dezessete colonos alemães subindo o Rio Itajaí aportaram no lugar onde hoje se localiza o centro da cidade de Blumenau. Esse marco deixa em plano secundário um incipiente processo de ocupação ocorrido no baixo Vale do Itajaí em 1835, numa área de terras públicas concedidas a famílias alemãs egressas da colônia de São Pedro de Alcântara, e a brasileiros ali estabelecidos como posseiros.

O idealizador do empreendimento, Brunno Otto Blumenau, químico nascido no ducado de Braunschweig, no ano 1819, havia partido de Hamburgo em março de 1846 com destino ao Brasil. Em junho do mesmo ano chegou ao Rio Grande do Sul onde conheceu várias colônias alemãs antes de rumar para Santa Catarina. A viagem de reconhecimento do rio Itajaí havia sido realizada no ano de 1848, acompanhado do comerciante Ferdinand Hackardt e guiada pelo conhecedor da região o canoieiro Ângelo Dias. Apesar das provações da viagem de exploração, Blumenau se mostrou encantado com o local, e juntamente com Hackardt decidiram comprar as terras para a formação de uma colônia na região, tomando posse delas em 1850.

²⁵ DEEKE, José. **O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 1995, p. 214. Este livro, escrito em 1917 e intitulado *Das Munizip Blumenau und seine Entwicklungsgeschichte*, foi traduzido por Edith Eimer.

²⁶ Conforme Silvio Coelho dos Santos (1973:16) “O Sul tem a imagem, às vezes, de um Brasil particular: de um Brasil branco, rico e dominador”. Esta imagem tem escondido a realidade que foi acometida ao indígena. Os Xoklengs eram identificados como empecilhos ao desenvolvimento, porque eram resistentes e se organizavam para o conflito.

²⁷ Não pretendo discutir aqui a questão do contato entre indígenas e imigrantes durante o processo de colonização europeia do Vale do Itajaí. Para tanto recomendo as excelentes obras de Silvio Coelho dos Santos, entre elas principalmente: **Índios e Brancos no Sul do País**: a dramática experiência Xokleng de 1973 e o livro de Luisa Tombini Wittmann denominado **Vapor e o Botoque: Imigrantes Alemães e Índios Xokleng no Vale do Itajaí (1850-1926)** de 2007.

A paisagem é majestosa e indescritível, o ar é ameno, perfumado, o céu de um lindo azul. Passei dois dias maravilhosos nessa solidão, distante da civilização, e onde nenhum ser civilizado havia chegado antes de mim. A viagem foi cheia de sacrifícios. Senti no próprio corpo o que significa viajar por águas desconhecidas na floresta virgem.

(Hermann Bruno Otto Blumenau, 21/04/1848)

A colônia foi fundada a 60 km da foz do Rio Itajaí-Açu (Médio Vale do Itajaí), onde termina sua parte navegável (Fraga, 2005), devido ao estreito vale ali existente quando na época a navegação era o transporte fundamental. O projeto capitaneado pelo Dr. Blumenau iniciou oficialmente quando da entrega dos primeiros lotes de terra na região sul (hoje Bairro Garcia) da colônia no ano de 1852.

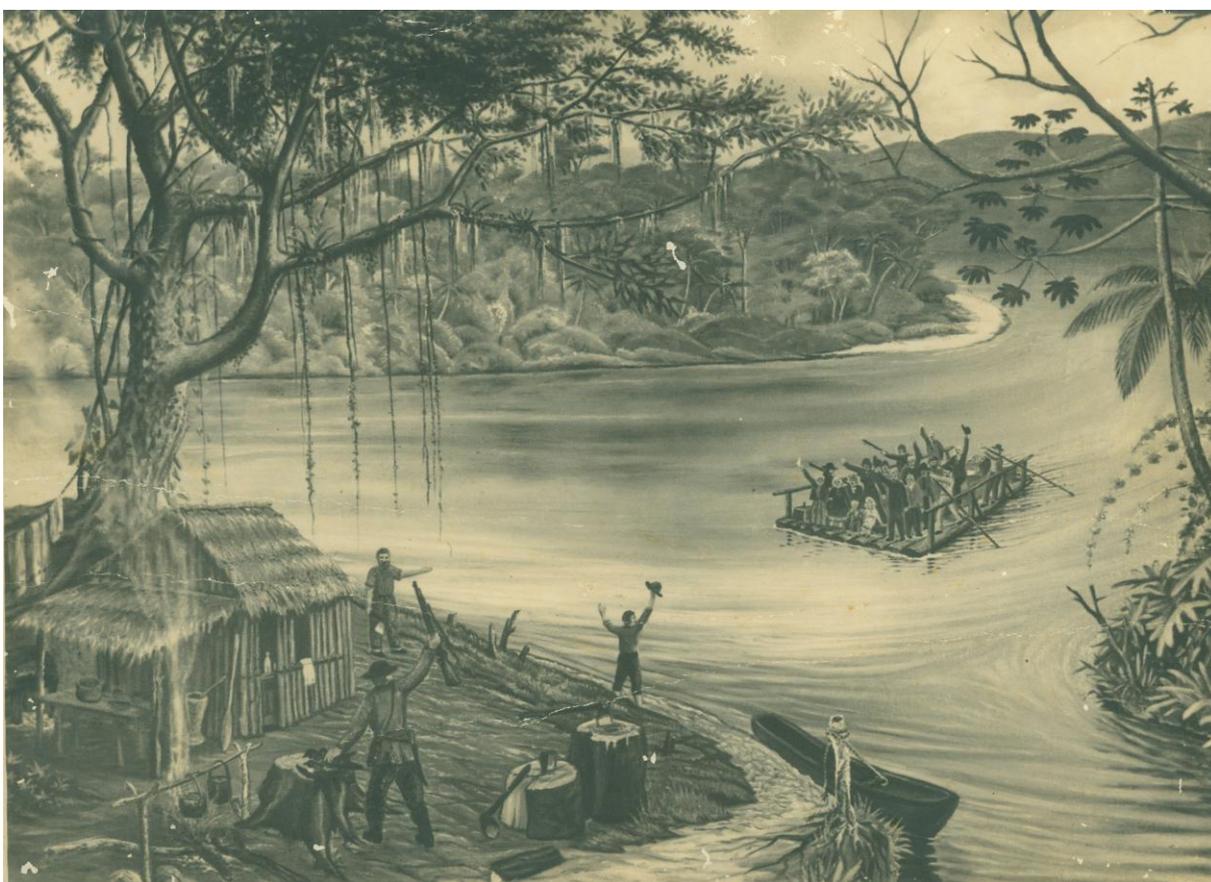


Fig. 25. Chegada dos primeiro imigrantes em Blumenau. Acervo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

A condição de vida dos imigrantes nos primeiros anos era muito difícil. Tal situação se dava pelo fato da maioria deles não estar acostumado com a “terra selvagem” que habitavam, por muitos deles não terem qualquer conhecimento sobre a produção agrícola e devido ao

isolamento que enfrentavam. Os relatos de Karl Kleine, imigrante polonês que chegou a colônia de Blumenau junto com sua família em 1856²⁸, apontam essas dificuldades.

Algum tempo após nossa chegada aqui, foi realizada a queimada de nossa roça no Vorstadt (Hoje bairro Vorstadt). Como naquela época a semente era escassa, o primeiro plantio foi apenas de feijão e de alguns punhados de batatinhas. A seguir iniciou-se a construção da casa e, para isso, meu pai precisou contratar pessoas experientes, a fim de executarem todo o trabalho, pois ele não entendia nada disso, visto que durante sua vida nunca havia lidado com machado ou enxada. Mesmo assim, ajudava incansavelmente em tudo o que podia.

Papai trabalhava todos os dias na roça e nós precisávamos auxiliá-lo. Apesar do todo o seu esforço, meu pai não pôde aprender nada com nossos vizinhos alemães, um farmacêutico e outro marceneiro, pois também não eram agricultores. E logo precisou procurar trabalho junto aos outros colonos, pois estávamos com falta de mantimentos. Apesar da sua boa vontade, não conseguia nenhum trabalho, porque todos sabiam da sua falta de experiência. Que humilhação deve ter sido para ele mendigar por trabalho!

(Karl Kleine, Vivências e Narrativas de um Blumenauense)

A figura de Hermann Blumenau aparece de forma controversa nas memórias de Karl Kleine. Quando da chegada de sua família ele constrói a imagem de um personagem pragmático disposto a comercializar lotes e recuperar os investimentos no empreendimento colonial, não se importando muito com as condições de vida dos colonos. Posteriormente o pai de Karl Kleine foi contratado pelo próprio Blumenau para o cargo de escrivão, o que acabou influenciando também na sua visão sobre o fundador, dispensando a ele o mérito pelo desenvolvimento da colônia.

Em questão de pouco tempo, a paupérrima Blumenau de 1856 (...) transformou-se em uma imponente e próspera Colônia, em virtude da ajuda governamental e também pelo próprio potencial. Desenvolvia-se cada vez mais sob a excelente direção de seu diretor e fundador, não havendo outra igual nos estados do sul do Brasil. Em todos os segmentos da administração, reinava ordem e progresso.

(Karl Kleine, Vivências e Narrativas de um Blumenauense)

Não há dúvidas que o Dr. Blumenau investiu grande esforço e recursos para atrair o maior número de imigrantes alemães que ocupariam os lotes coloniais, como se vê na carta

²⁸ Theodor Karl Nikolaus Kleine emigrou para o Brasil em 1856, acompanhando sua família. Exerceu diversas atividades, dentre elas a de emissário postal, ajudante na demarcação de terras, agricultor e professor. As crônicas escritas por ele reunidas na obra “Vivências e narrativas de um blumenauense” (traduzida em 2011) registram as memórias e experiências de sua vida, desde a emigração da Europa até suas atividades como professor, na meia idade.

enviada por ele para as agências de imigração da Alemanha. No entanto, seu projeto privado acabou por sofrer grandes dificuldades de realização.

Já mandei iniciar a derrubada para uma roça grande, na zona destinada à futura cidade, e também determinei a construção de um rancho amplo, mandei abrir picadas e fazer medições de terras de maneira que espero poder acolher bem o pessoal que partiu em março de Hamburgo, e, naturalmente ainda os que virão depois.

Como já mencionei, estou construindo nas terras da minha concessão em ranchos com várias subdivisões, destinado a acolher 80 a 100 pessoas, como mandei fazer também uma derrubada grande, para roças e um caminho que a atravessa, em uma extensão de 500 braças, quando então, começa a picada que, mais tarde deverá ser transformada em caminho de carroças.

Aqui, neste rio, habitam ao todo quarenta famílias alemãs e mais ou menos, vinte e cinco famílias flamengas.

(Carta de Hermann Otto Blumenau dirigida ao Sr. Guenther Froebel, das agências para emigração de Rudolstadt, Alemanha, 11 de Setembro de 1852. Fonte: Arquivo Histórico Municipal José Ferreira da Silva- AJFMS).

Em 1860, Blumenau deixou de ser colônia particular: diante das dificuldades financeiras e de aliciamento de imigrantes nos estados alemães. O governo imperial assumiu o empreendimento, mantendo Hermann Blumenau na direção, na condição de funcionário público. As dificuldades de expansão da colônia não se deram apenas pelos problemas financeiros, mas também pelo incômodo causado por um projeto de ocupação territorial envolvendo imigrantes evangélicos e luteranos, condenado pelos nacionalistas da época, que afirmavam o caráter latino e católico da nacionalidade brasileira e exigiam uma intervenção (Seyferth, 2004).

Além dessas dificuldades, os relatórios de Hermann Blumenau apontavam os problemas impostos pelo clima da região, destacando que era necessário derrubar e preparar na estação seca e fria do ano, as madeiras para as construções, sobretudo das pontes e de adiantar na mesma estação, em que os rios e ribeirões estavam mais baixos, as medições e demarcações, as explorações de terras, de rios, do traço dos caminhos e outros serviços, “que não sendo executados na conveniente estação, se tornam mais dispendiosos e muitas vezes menos perfeito”.

O ato do governo brasileiro salvou o empreendimento do Dr. Blumenau, assumindo as despesas com o assentamento dos colonos num contexto legislativo de retorno à imigração subsidiada. Se nas primeiras duas décadas a imigração se restringiu a colonos alemães,

posteriormente foi registrada a chegada de italianos, russos, húngaros, irlandeses em face das dificuldades de aliciar alemães, mas também devido a preocupações das autoridades brasileiras com possíveis enquistamentos étnicos, o que no entanto, não desmanchou a imagem de “região de colonização alemã” fundada na identidade teuto-brasileira, segundo Seyferth (1999).



Fig. 26. Colônia de Blumenau em 1869. Acervo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

A base da vida material blumenauense de 1850 até a Primeira Guerra Mundial funcionou no sistema de colônia agrícola. A distribuição de terras para a povoação se deu de forma semelhante à colonização do Leste da Alemanha na Idade Média, chamada de povoamento *Waldhufen* (Linha da Floresta). Os lotes foram marcados paralelamente em ambos lados do rio e dos ribeirões, e estenderam-se em direção ao fundo dos vales. Esse tipo de conformação garantia não apenas a paridade de terras de várzea, mais propícias para agricultura, mas também um meio de comunicação através dos cursos d'água (Mattedi, 1999:105). A colonização baseou-se em pequenas propriedades rurais cultivadas pelas famílias dos colonos que produziam diversos gêneros para a subsistência e para o comércio.

Segundo Mattedi (1999), a colonização foi concebida pela integração de dois sistemas distintos, *Waldhufen* para as áreas rurais e outro sistema que estabelece um espaço urbano concebido como sede da colônia, denominado *Stadplatz* (Lugar da Cidade). Esse modelo urbanístico desenvolvia-se na confluência dos rios, expandindo-se paralelamente a eles. Nesse sistema os colonos residiam em pequenos lotes urbanos na sede da colônia e se deslocavam diariamente para os lotes destinados à agricultura que ficavam mais afastados. Essa forma de

ocupação foi adotada para facilitar a fixação dos primeiros imigrantes, pois temia-se que as famílias ficassem isoladas se vivessem nos lotes rurais.

Com o crescimento da colônia o último sistema tornou-se impraticável, pois os lotes rurais foram tornando-se muito distantes da sede. Adotou-se assim o assentamento direto dos imigrantes em seus lotes rurais, solucionando o problema distância pela criação de quatro caminhos: um percorrendo o Ribeirão Garcia, outro o Ribeirão Itoupava, um terceiro seguindo margem direita do rio em direção à Indaial e o último em direção à Pomerode, determinando um padrão urbano linear conhecido como *Strassendorf* (Estrada da Aldeia).

Servindo de suporte para as atividades de comercialização dos produtos agrícolas e à assistência aos imigrantes mais distantes dos núcleos urbanos, construíram-se também pequenas povoações nas confluências dos rios, as quais deram origem a novas cidades. “Assim, com o crescimento urbano as pessoas foram forçadas à ocupação de áreas de risco sujeitas a enchentes, em função dessa lógica de produção do espaço urbano” (Mattedi, 1999:107).

Este padrão de fixação dos colonos condicionou, por sua vez, um tipo específico de gestão dos recursos naturais. A ocupação “hidráulica” tornou-se uma opção face a necessidade de se converter os cursos dos rios em vias de comunicação entre o *Tiefe* e a *Stadtplatz*. Isto explica de certa forma a proximidade da construção das casas e, conseqüentemente, dos sítios urbanos relativamente aos cursos dos rios. Comparando o modelo implantado com aquele existente na Alemanha, (...) a semelhança entre o povoamento desse vale *Waldhufe* se deve a um fator ecológico: ambos se desenvolveram em regiões montanhosas e ao longo de um vale, sendo, portanto, mais racional a distribuição dos lotes a partir dos cursos dos rios. Contudo, a impressão inicial de racionalidade na adoção de critérios para a reprodução mimética dos modelos de distribuição de terras, desfaz-se a partir de um esforço de avaliação criteriosa dos impactos ambientais que foram gerados. A diversidade de ambientes não foi considerada. No esforço coordenado de adaptação àquele contexto, e nunca se tornou realidade por parte dos imigrantes. (Mattedi, 1994:53)

Outra característica da ocupação foi a constituição do tamanho dos lotes, estabelecidos pelo padrão *Minimale Ackerbung* (Seyferth, 1999) que se refere à mínima quantidade de terra necessária para proporcionar a uma família condições de reprodução socioeconômica. Assim seguindo o *Waldhufen*, os lotes apresentavam uma frente exígua voltada para a linha fluvial, e um fundo alongado em direção às encostas com uma extensão que chegava a 25 hectares. O tamanho estabelecido estava relacionado não somente ao processo de ocupação, mas também

ao interesse financeiro das companhias de colonização e do próprio Blumenau, em assentar o maior número de colonos e comercializar o máximo possível de lotes.

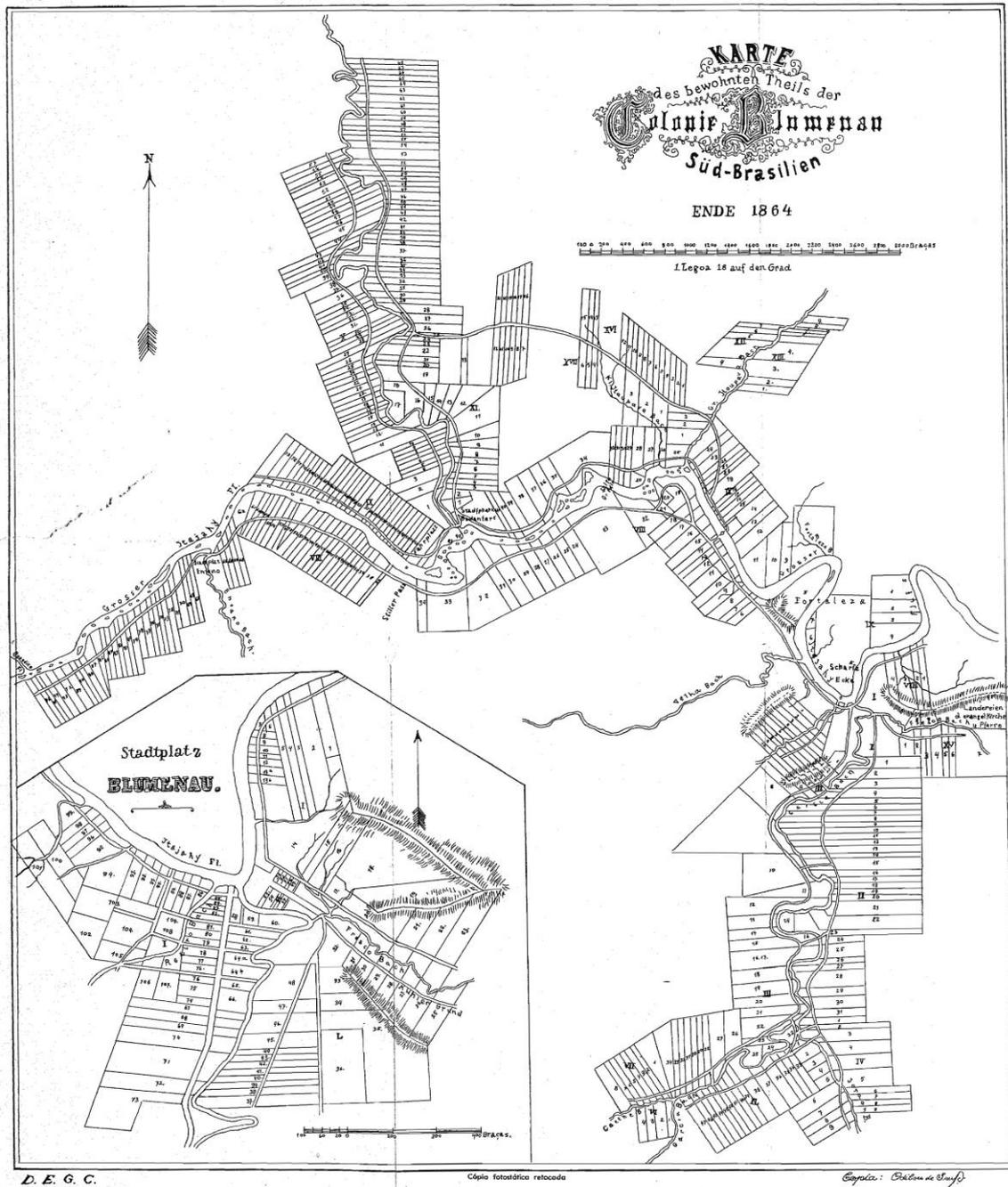


Fig. 27. Lotes da Colônia de Blumenau 1864. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

O principal problema desse sistema foi a impossibilidade da divisão das terras para as gerações futuras devido ao tamanho exíguo dos lotes, o que gerou uma população camponesa excedente e um constante movimento de procura por novas áreas para a produção agrícola. A dinâmica estabelecida por esse tipo de ocupação acabou por levar ao uso predatório dos

recursos naturais pelo fato dos colonos terem que se utilizar da rotação primitiva de terras, através da derrubada, queimada e plantio. Esse tipo de manejo se tornou popular na região devido a baixa exigência financeira, facilidade de execução, porque era promovido pela administração colonial e porque gerava produtos agrícolas que poderiam ser trocados com os vendeiros por outros que não eram produzidos pela unidade familiar (Mattedi,1999:111).

O regime de pequena propriedade incluía não somente a agricultura, mas também pequenas indústrias (quase sempre familiares) de transformação dos produtos agrícolas. A indústria doméstica composta por engenhos de açúcar e cachaça, de fubá e farinha, manufatura de charutos e produção de derivados de leite²⁹ começou a tomar proporções maiores nas vilas de Blumenau e Brusque e suas periferias (Blumenau alcançou a condição de vila em 1880 e Brusque em 1882), servindo de processo germinador da industrialização e urbanização da região a partir da década 1880.

A diferenciação social interna entre os colonos se dava pela ocupação das terras mais férteis, a maior proximidade da sede da colônia, a possibilidade de trabalho na abertura de estradas e demarcação de lotes, ou conhecimento de algum ofício de artesão (Seyferth,1999).

Nesse contexto, os vendeiros apareciam como figuras fundamentais na economia da colônia, pois serviam como intermediários, comprando e vendendo os excedentes produzidos pelos colonos. Os comerciantes (vendeiros) constituíram a única classe que enriqueceu nas colônias, e as primeiras indústrias puderam ser implantadas por meio da capital acumulado por eles (Seyferth, 1999:68). Os principais vendeiros eram alemães estabelecidos nos núcleos urbanos que controlavam o comércio e transporte dos produtos produzidos pelos colonos e que passaram a investir na indústria de extração de madeira (que predou ainda mais os recursos naturais da região) e nas primeiras indústrias têxteis (primeiras indústrias que utilizavam matéria-prima não produzida na região), entre elas estão a Hering (1880), Karsten (1882) e Garcia (1885) em Blumenau e Renaux (1892) em Brusque.

Tratando-se da industrialização, a literatura local destaca a identidade alemã dos imigrantes como fator positivo e definidor do desenvolvimento da região em contraste às regiões ocupadas pela população luso-brasileira.

²⁹ Os relatórios produzidos por Hermann Blumenau sobre o desenvolvimento da colônia nos anos de 1864, 1867 e 1870 apontam o estímulo ao cultivo da cana-de-açúcar, do tabaco e da mandioca e o sucesso da transformação desses produtos agrícolas através da indústria doméstica (Fonte: AHJFS).

Estes germânicos dotados de espírito de iniciativa, detentores de técnicas mais avançadas do que os caboclos brasileiros, mais afeitos que esses ao trabalho metódico, inclinados a dirigir suas capacidades de observação para melhorar seu nível de vida e aprimorar seus métodos de trabalho visando a obtenção de maior lucro, procuraram desde o início de sua instalação na Bacia, submeter os produtos agrícolas por eles cultivados a alguma transformação industrial (Piazza, 1994).

Essa visão não se resumia a literatura regional, mas também aparecia em obras de abrangência nacional como no livro *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, publicado pelo IBGE em 1958.

Nas cidades, os artífices, comerciantes e industriais europeus criaram comunidades prósperas, que se comparam favoravelmente com cidades europeias de tamanho semelhante. As cidades de colonização alemã de Joinville e Blumenau e a de italiana de Caxias do Sul são pérolas da civilização e da cultura urbana.

Os povoados aglomerados estão localizados a distância de 8 ou 10 quilômetros, geralmente em cruzamento de estrada. As casas se distribuem em volta de uma igreja e um cemitério. Há frequentemente um moinho, um ferreiro e um fabricante de rodas. Em outras palavras, esses núcleos aglomerados são centros culturais, sociais e comerciais, muito característicos das áreas coloniais; são inteiramente desconhecidos nas regiões habitadas por luso-brasileiros e ocupadas pelo sistema de latifúndios (Waibel, 1958:243).

A partir do século XX Blumenau tornou-se o principal núcleo urbano do Vale do Itajaí e o centro irradiador do ideário de uma germanidade (*Deutschtum*) “brasileira”, embora sua notoriedade não estivesse restrita ao crescimento econômico e industrial, igualmente relevante nas cidades de Joinville e Brusque, mas devido à proeminência política do município que, na década de 1920 (antes do seu desmembramento), era o maior colégio eleitoral do estado (Seyferth, 2004). Exemplo da proeminência política da cidade podia ser vista pelo fato dos irmãos Adolfo e Victor Konder, figuras políticas importantes de Blumenau, serem respectivamente Governador do Estado (1926-1930) e Ministro dos Transportes do Governo Washington Luís (1926-1930)

A industrialização e crescimento urbano de Blumenau foram impulsionados pela construção da Estrada de Ferro de Santa Catarina. A ferrovia ligava outras localidades do Vale do Itajaí à cidade de Blumenau e esta ao porto de Itajaí. A eletrificação, representada pela construção da Usina do Salto em 1915, também foi importante fator para o crescimento da cidade.



Fig. 28. Postal Porto de Blumenau 1879. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

A economia de Blumenau foi estimulada também pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), trazendo efeitos aos empreendimentos têxteis. Segundo Tomio (2000:73), “os investimentos feitos antes de 1914 pela importação de bens de produção facilitados pela taxa de câmbio favorável da época”, garantiram, “uma maior autonomia do setor têxtil, que pode utilizar toda sua capacidade produtiva durante o conflito”.

No período posterior, que vai do fim da Primeira Guerra Mundial (1919) até o fim da Segunda Guerra Mundial (1946), o valor da produção industrial de Blumenau saltou de 3,8% para 41,67% do total produzido na indústria do Estado de Santa Catarina. Nesse mesmo período, destaca-se a constituição das indústrias Mafisa (1929), Haco (1931), Cremer (1935), Artex (1936) e Sulfabril (1945).

A evolução industrial e demográfica de Blumenau pode assim ser dividida em três etapas no período que se estende de 1850 a 1986. A fase inicial (1850-1880) foi marcada pelo desenvolvimento da agricultura comercial, predominando a pequena propriedade familiar, alternada pelo artesanato agrícola e não-agrícola. A economia dependia do comércio de produtos agrícolas mediante a relação colonos/vendeiros, fato que induziu a transição para a fase industrial. Na fase seguinte (1880-1914) é deflagrado o primeiro surto de industrialização de Santa Catarina. O processo decorre da canalização dos recursos do comércio e da lavoura/extrativismo para outras atividades produtivas, especialmente têxtil. Finalmente, na terceira fase, expandiu-se o ramo têxtil no contexto de diversificação industrial e da ampliação do mercado em âmbito nacional.

Mais recentemente (1947-1986), verificou-se um crescimento da ordem de 40% da atividade industrial, resultante de um ininterrupto processo de concentração de capital

(Mattedi,1994:58). Neste último período a população da bacia do Itajaí cresceu 28% da década de 1940 para a de 1950 e 34% da última até a década de 1960, atingindo 480.000 mil habitantes. A população rural diminuiu para um quinto do total e os trabalhadores da indústria passaram a ser 40% da população.

O desenvolvimento entendido como a ação de subjugar a natureza, também pôde ser observado ao longo da evolução das cidades, na construção de pontes e estradas, nos cortes de morros para abrir ruas, na ocupação das margens dos rios, na canalização de córregos e retificações de ribeirões (Siebert, 2009).

Nas décadas de 1970 e 1980 há um grande crescimento da população urbana, superando a rural em todo o Vale do Itajaí (63% da população era urbana em 1980) e pela concentração da população urbana nas maiores cidades (77% da população vivia nas dezenove cidades com mais de dez mil habitantes).



Fig. 29. Montagem de Imagens de Blumenau nas décadas de 1920 (acima à esquerda), 1960 (acima à direita) e 1980 (embaixo). Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

O processo de concentração urbana blumenauense estava relacionado a um movimento migratório, inicialmente de habitantes do campo, provindos do próprio Vale do Itajaí e a partir da década de 1970 de outras regiões do Estado e do país em busca de uma vida melhor, tendo em vista que a cidade tornou-se um polo geoeconômico.

A urbanização acelerada causada pela migração oriunda do interior do Estado e de outras regiões do país, não foi acompanhada por políticas de habitação para facilitar o acesso dessa população à uma moradia de baixo custo. Tradicionalmente a classe operária de Blumenau já ocupava os bairros periféricos, concentrando-se, sobretudo, na Zona Sul da cidade (Garcia, Glória e Progresso), bairros estes caracterizados por ligações através de vias encravadas entre rios e morros, mas com o aumento da migração e o incremento da população da cidade, outras áreas de morro foram ocupadas. A ocupação ilegal também tornou-se muitas vezes opção e tática para a inserção urbana.

Com o processo de reestruturação produtiva por parte das indústrias do Vale do Itajaí, como forma de enfrentar a competição globalizada estabelecida a partir da década de 1990, registrou-se estratégias de automação e terceirização, que por sua vez geraram desemprego e a precarização das relações de trabalho. Este contexto alimentou ainda mais a ocupação irregular dos morros e encostas pela população de baixa renda.

A exclusão sócio-econômica se refletiu assim em exclusão sócio-espacial (Siebert, 2009:48), uma injustiça ambiental (Herculano, 2006) caracterizada pela ocupação endêmica em áreas de risco de deslizamentos, com edificações em sistema de autoconstrução, sem drenagem e com remoção da vegetação.

Assim o processo de desenvolvimento sócio-econômico e o crescimento urbano no Vale do Itajaí se concentrou nas cidades industrializadas, que devido ao padrão de ocupação concentrou-se junto aos rios, em áreas de várzea frequentemente atingidas pelo transbordamento do rio Itajaí-açu (Mattedi,1999) e também nas áreas de encostas dos morros, vulneráveis a deslizamentos. As implicações ocasionadas pela expansão rural, industrial e urbana do Vale do Itajaí favoreceram não apenas a ocupação de áreas que apresentavam-se altamente vulneráveis aos riscos de inundações e deslizamentos, mas também a predação da floresta e da cobertura do solo raso da região. Estes fatores ajudam a explicar o fato da cidade de Blumenau, apesar de ser uma das mais desenvolvidas economicamente, e possuir um Índice de Desenvolvimento Humano considerado alto para os padrões brasileiros, ser

altamente vulnerável a eventos climáticos extremos, que geram efeitos negativos cada vez maiores em número de perdas materiais, desabrigados e vítimas fatais.

4.2. A eterna luta contra as enchentes.

Larga, profunda e potente, corria, em longa marcha, a bela massa de água, geralmente silenciosa. Encantadora floresta virgem refletia-se na corrente e esbeltas palmeiras inclinavam-se sobre as ondas escuras, balançando-se ligeiramente. Mas, ao lado da mais profunda paz, o da mais furiosa destruição. Em muitos lugares desabaram os barrancos do rio com os matos que cobriam.

As mesmas frondes pujantes que se elevavam para o céu. Subitamente se precipitaram na torrente e ali ficam apoiadas no fundo, rodeadas pelas águas espumantes, até que se decomponham ou que as areias a enterrem completamente.

Robert Avé-Lallemant³⁰, 1880

O que a inteligência e a indústria da população criou em decênios de labor penoso, em poucas horas foi destruído ou estragado pelas rudes forças naturais. Pois os elementos odeiam o que é feito por mão humana (Jornal Der Urwaldsbote, setembro de 1911)

A história da colonização e do desenvolvimento da cidade de Blumenau caminha lado a lado com as enchentes. Existem indicações de que essa situação era conhecida, sobretudo, pelo seu fundador Hermann Blumenau, ainda antes da fundação da colônia. Os relatos dos professores da Universidade Regional de Blumenau, Marcos Mattedi (Doutor em Sociologia pela UNICAMP) e Mario Tachini (Doutor em Engenharia Ambiental pela UFSC), apontam que os primeiros imigrantes europeus ao chegarem à região notaram a inexistência de assentamentos indígenas nas partes baixas do Vale, fato esse que se dava, segundo eles, porque esses grupos tinham conhecimento de que a localidade era atingida por enchentes.

Em outro relato, o professor Tachini disse conhecer um dos descendentes do dono da Sesmaria que se localizava onde hoje é a cidade Gaspar. Este descendente havia lhe contado que seu tataravô teria avisado Hermann Blumenau para não ocupar a área onde hoje se localiza a cidade de Blumenau, pois ela era acometida pelas cheias do Rio Itajaí-açu. Ele

³⁰ Robert Avé-Lallemant (1812-1884) foi um médico e explorador alemão. Estabeleceu-se no Rio de Janeiro em 1836 na condição de médico, retornando para a Alemanha em 1855. Através do convite de Alexander Von Humboldt, voltou ao Brasil na expedição Novara. Ela abandonou a expedição no Rio de Janeiro, iniciando a viajar sozinho pelo Brasil com o patrocínio do Imperador Dom Pedro II.

ainda havia aconselhado o fundador a estabelecer-se na região do Belchior, área de maior altitude, hoje parte do município vizinho de Gaspar.

Oficialmente sabe-se que no segundo ano do estabelecimento da colonização, em 1852, a colônia de Blumenau enfrentou a sua primeira enchente. Desde então, a cidade enfrentou mais de 70 inundações, das quais 11 até 1900, 20 nos 50 anos subsequentes e 38 nos últimos 50 anos do século passado (Frank&Pinheiro, 2003).

Tabela Histórica das Enchentes que Atingiram Blumenau de 1850 a 2008

ANO	DATA	COTA	ANO	DATA	COTA	ANO	DATA	COTA
1852	29/10	16.30 m.	1935	24/09	11.65 m.	1973	03/07	09.00 m.
1855	20/11	13.30 m.	1936	06/08	10.40 m.	1973	22/07	09.30 m.
1862	00/11	09.00 m.	1939	27/11	11.45 m.	1973	28/07	09.35 m.
1864	17/09	10.00 m.	1943	03/08	10.50 m.	1973	29/08	12.35 m.
1868	27/11	13.30 m.	1946	02/02	09.45 m.	1975	04/10	12.63 m.
1869	21/10	11.00 m.	1948	17/05	11.85 m.	1975	13/12	08.50 m.
1870	11/10	10.00 m.	1950	17/10	09.45 m.	1976	15/05	08.30 m.
1880	23/09	17.10 m.	1953	01/11	09.65 m.	1976	29/05	10.85 m.
1888	00/01	12.80 m.	1954	08/05	09.56 m.	1977	18/08	09.15 m.
1891	18/06	13.80 m.	1954	22/11	12.53 m.	1978	26/12	11.50 m.
1898	01/05	12.80 m.	1955	20/05	10.61 m.	1979	10/05	09.45 m.
1898	25/12	11.30 m.	1957	20/07	09.28 m.	1979	09/10	10.45 m.
1900	02/10	12.80 m.	1957	02/08	10.60 m.	1980	31/07	08.40 m.
1911	02/10	16.90 m.	1957	18/08	13.07 m.	1980	22/12	13.27 m.
1911	29/10	09.86 m.	1957	16/09	09.44 m.	1982	15/11	08.65 m.
1923	20/06	09.00 m.	1961	12/09	10.35 m.	1983	04/03	10.60 m.
1925	14/05	10.30 m.	1961	30/09	09.63 m.	1983	20/05	12.52 m.
1926	14/01	09.50 m.	1961	01/11	12.49 m.	1983	09/07	15.34 m.
1927	09/10	12.30 m.	1962	09/09	08.94 m.	1983	24/09	11.75 m.
1928	31/05	08.20 m.	1962	21/09	09.29 m.	1984	07/08	15.46 m.
1928	18/06	11.76 m.	1963	29/09	09.67 m.	1990	21/07	08.82 m.
1928	15/08	10.82 m.	1966	13/02	10.07 m.	1992	29/05	12.80 m.
1928	17/09	10.30 m.	1967	18/02	10.50 m.	1992	01/07	10.62 m.
1931	02/05	11.05 m.	1969	06/04	10.14 m.	1997	01/02	09.44 m.
1931	14/09	11.25 m.	1971	09/06	10.35 m.	1998	28/04	08.24 m.
1931	18/09	11.53 m.	1972	17/08	10.70 m.	1999	03/07	08.26 m.
1932	25/05	09.75 m.	1972	29/08	11.35 m.	2001	01/10	11.02 m.
1933	04/10	11.85 m.	1973	25/06	11.30 m.	2008	23/11	11.52 m.

O modo com que os blumenauenses e a população das comunidades ribeirinhas lidavam com as elas nem sempre era caracterizado pelo enfrentamento. As inundações geraram e geram muito temor e sofrimento, mas também certo fascínio. Elas aparecem em diversas obras literárias, poéticas e científicas como fazendo parte do imaginário e da identidade dos habitantes blumenauenses, da mesma forma que a identidade teuto-brasileira,

herdadas dos imigrantes (Seyferth, 1999). Essa relação entre cultura e natureza é representada pelos devaneios da vida e da morte (Bachelard, 1998) que a água evoca, caracterizados pela reverberação da imagem do heroísmo dos pioneiros alemães que fundaram e desenvolveram a colônia utilizando-se desses recursos hídricos, mas que da mesma maneira tiveram que lutar contra a inclemência das enchentes para deixar de legado o progresso e a civilização.

Os primeiros relatos de uma enchente aparecem no Jornal Blumenauer Zeitung de 1855, quando o Rio Itajaí-açu alcançou a cota de 13,30 metros acima do nível normal (lembrando que a partir de 8,50 metros há o transbordamento do rio). Naquela ocasião, Hermann Blumenau não se encontrava na colônia, pois estava visitando um amigo que havia sofrido um ataque de indígenas na Barra do Rio Itajaí Mirim. Entre as propriedades atingidas estava a casa do fundador da colônia.

Em 17 e 18 de novembro deste ano, uma grande enchente. Não havia memória, nos antigos moradores de outra igual. Nessa ocasião, tanto o Dr. Fritz Müller como o Dr. Blumenau se encontravam na Barra do Itajaí-Mirim (...). Fritz Müller, o Dr. Blumenau e os moradores do lugar passaram parte da noite e dia seguinte sempre muito ocupados, salvando as tábuas já serradas que as águas ameaçavam carregar, transportando móveis e objetos dos lugares sujeitos à cheia para as partes mais altas(...) Na manhã do dia chegara-lhe a notícia que nas proximidades da foz boiavam paredes, soalhos entre eles encontrados, tratava-se dos destroços da casa do Dr. Blumenau, das proximidades na Barra do Ribeirão Garcia (Blumenauer Zeitung, 1855).

No ano de 1864, o Relatório Geral da Colônia Blumenau (Arquivo Histórico José Ferreira da Silva - AHJFS), descreve que nos meses de julho até o princípio de outubro caíram chuvas abundantes, fazendo com que os trabalhos agrícolas e de obras públicas fossem prejudicadas. No princípio de setembro as chuvas produziram uma alta enchente, que alagou as partes baixas da colônia, sobretudo na povoação e suas imediações, causando estragos nas plantações, em edifícios particulares, pontes e desmoronamentos nos caminhos.

Num outro documento do mesmo ano, endereçado a Alexandre R. da S. Chaves, Hermann Blumenau relata que não é possível acautelarse contra calamidades vindouras, porém para torna-las menos intensas, aconselhou aos colonos construir suas casas nas partes mais altas das terras expostas às grandes enchentes e se negou a vender lotes em locais que não possuem essas alturas. Na carta aparece, mais uma vez, relatos de desmoronamentos e queda de árvores sobre os caminhos, evidenciando que a questão dos deslizamentos de terra era conhecida e preocupação constante desde o início da colonização.

Dentre as enchentes do séc. XIX, a ocorrida em 1880 foi a mais marcante. O nível de alcançado pela cheia, 17,10 metros, foi o mais alto já registrado. Essa enchente não possui registros em jornais ou documentos da época, mas aparece em diversas obras, destacando-se os relatos da família de Emma Deeke Hosang. Neles apresenta-se a familiaridade dos imigrantes com esses fenômenos, tendo em vista que se preparavam previamente para eles.

Eu creio que foi em 1888 ou 1880.

Era uma noite muito escura. Já chovia a alguns dias. De repente, veio uma trovoadas muito forte. Relampejava; um relâmpago atrás do outro. A chuva caía tão grossa como se a água fosse despejada com baldes do céu.

O velho August Sohn e o filho moravam em Rio da Luz. Os colonos refugiavam-se nas colinas mais altas. O rio não conteve mais as águas, que tomavam conta das ruas, casas e ranchos. A água carregou tudo o que estava nos terrenos mais baixos. Assim também aconteceu com a família Sohn, que teve de sentar em cima da mesa em virtude da água ter entrado na casa. A correnteza era tanta que tudo foi levado embora com as águas(...).

Naquela ocasião o avô já havia se arranjado numa escada. Bastavam dois paus compridos de madeira dura e bons cipós. Aí estava escada: feita sempre com pequenos paus bem amarrados com cipós. Assim tinham também uma escada para, durante a chuva, subir no telhado de ripas, feito de madeira rachada, e mirar adiante.

O bisavô e a mãe moravam no andar superior. As lanternas de petróleo estavam sempre prontamente cheias de óleo. Também os lampiões estavam sempre cheios de óleo para a noite. A chuva diminuiu. Eram duas ou três horas da madrugada. Cada um pegou uma lanterna e um bom pedaço de pau como bengala – estava muito escuro. A lanterna queimava e alumia bem. Assim eles foram ver como estavam seu filho, sua esposa e seus filhos pequenos. Tudo vinha boiando, baldes de lata, baldes para ordenhar, pilões de manteiga, pequenos banquinhos. Só se ouvia a gritaria dos porcos e galinhas e o mugido dos bois.

Assim chegaram à casa de seus filhos, onde a água já alcançava um metro de altura. A mãe estava sentada com seus filhos em cima de uma mesa. As camas estavam completamente debaixo d'água. O avô já havia amarrado a lanterna mais alto no teto, com um cipó, e estava querendo achar um lugar lá no alto para a mulher e os filhos. Daí vieram o pai e a mãe ajudar, naquela noite escura como breu, ambos com uma vara dura de araçá como bengala na mão e uma lanterna de petróleo na outra.

Ah!-gritaram eles- Deus seja louvado! As crianças estão todas com vida.

No dia seguinte tudo foi novamente recolhido.

Demorou mais meio ano até que o vapor veio da Alemanha e trouxe pregos e tudo o mais para ser construída uma casa nova. As cordas de cipós eram suficientemente trançadas para se fazer com elas varais e cercas.

Assim a vida ia seguindo.

(Lembranças de Felix Deeke, AHJFS)

As lembranças de Felix Deeke (AHJFS), transcritas por sua filha Emma, mostram a violência daquela que foi a maior cheia em termos de nível do rio.

Em 1880. Frederico Deeke e Christiane Johanna Krohberger moravam com sua família em Blumenau, onde hoje se localiza o Teatro Carlos Gomes, sobre uma colina ao lado do então chamado Peters-Kanal, localizado um pouco mais adiante. Ali moravam imigrantes recém-chegados: pai, mãe e uma filha de mais ou menos 12-13 anos. Eles falavam um alemão esquisito. A avó não podia se comunicar bem com eles. Acho que provinham do Sachsen (...).

Eles moravam mais ou menos um ano em uma casa bonita (...). No lado da casa havia uma enorme árvore. Assim veio a enchente em 1880. Felix Deeke tinha então 15 anos.

Eles cortavam “canoas” das árvores Maria Mole para com elas poderem se salvar, vindo através do rio Garcia até hoje onde é o morro do cemitério evangélico.

Demorou uma semana até que as águas baixaram. Sobre uma colina, o avô e Félix arriscaram pela primeira vez avistar sua casa. A casa já estava livre das águas. Mas a baixada estava toda submersa. Passaram mais alguns dias até que retornaram a sua casa. Então procuraram também a casa do vizinho. A casa fora arrastada pela correnteza(...).

Felix e seu pai procuraram por entre a lama e a sujeira e nada encontraram.

No dia seguinte novamente foram procura-los. A grande árvore ainda estava lá: coberta com sujeira, limo e lama. De repente, Felix viu no alto dela um trapo vermelho.

Ele chamou

“Fidelis, Maria, Papa, Mama, etc.”

Lá no alto da árvore estavam amarrados em seu galho mais alto para não caírem enquanto estivessem esperando a água baixar, a filha, bem amarrada ao galho pelo seu avental, a mãe, igualmente amarrada pelo avental, e o pai, bem amarrado pelo seu suspensório. Todos mortos. A água encobriu a árvore. Como por certo queriam se salvar, subiram no telhado da casa e daí, na árvore (...).

Devagar a árvore foi cortada e os corpos retirados. Todos os três foram enterrados no morro do cemitério. Mais tarde, depois de anos, três palmeiras reais foram aí plantadas.

(Lembranças de Felix Deeke, AHJFS)

Ainda no final do século XIX a preocupação com a periodicidade das cheias assim como a busca por algum tipo de ação que remediasse seus efeitos era evidenciada em uma reportagem do Jornal Blumenauer Zeitung, do dia 24 de Julho de 1891. Naquele ano uma enchente ocorrida no mês de Junho havia alcançado 13,80 metros e é interessante observar que a reportagem estabelece relação e certa identidade entre as experiências de enfrentamento de enchentes da colônia de Blumenau com a experiência das cidades alemãs.

A teoria de que com uma periodicidade quase certa de que as enchentes do Itajaí se verificam de onze em onze anos, parece criar novo reforço. Para modifica-las ou para acabar com elas, não há meios. Também a velha Europa, a culta Alemanha tiveram que suportar grandes enchentes dos últimos anos sem poder fazer alguma coisa. Tudo quanto se pode fazer, é

preparar os meios de defesa das vidas e das propriedades para que eles estejam à mão e a tempo de serem usados e aqueles que construírem daqui por diante, escolham com cuidado o chão de casa para evitar as piores enchentes (Blumenauer Zeitung, de 24/06/1891).

No início do séc. XX, a enchente de 1911 foi aquela que mais se aproximou da cota de 1880, alcançando 16,90 metros. Porém, a população da época a considerava “a maior desgraça que já tinha se abatido sobre Blumenau, uma vez que os prejuízos foram incomparavelmente mais amplo do que naquele ano (1880). A reportagem do Jornal Der Urwaldsbote, de setembro de 1911, declarava que “trinta anos atrás Blumenau era um aldeia, tornando-se com o decorrer do tempo a cidade atual a qual agora fica aniquilada por muitos anos.”

Registros da época rememoravam os fatores que acreditavam terem contribuído para o desastre passado (1880) e que teriam se repetido em 1911, como a maré da lua cheia que começou depois de chuvas excepcionais e apontavam também um duro golpe na esperança dos blumenauenses de que eventos daquela magnitude não se repetissem.

Daquela data em diante (1880) julgava-se impossível a repetição de tal calamidade. As inundações posteriores, no ano de 1893 foram de muito menor alcance e desde então tornaram-se mais e mais raras, parecendo assim como se o roçar dos matos, dando mais fácil escoamento às águas fluviais tivesse acabado o perigo das inundações.

Foi como foi evidenciado um otimismo mal fundado (Der Urwaldsbote, setembro de 1911).

A descrição feita sobre a enchente aponta que após três dias de chuva a cidade teve a linha elétrica cortada, as estradas foram destruídas pela terra que se desprende dos morros e a comunicação com as localidades vizinhas fechada. Apesar da destruição que atingiu lavouras, mercadorias, casas e móveis, assinalava-se a formação de redes de solidariedade no âmbito da própria população como um dos fatores que diminuiu o número de fatalidades: “As famílias que tiveram que deixar suas casas foram recebidas amigavelmente por aquelas cujas casas ficaram fora d’água (Der Urwaldsbote, setembro de 1911)”.

Os deslizamentos são descritos como consequências muito mais terríveis do que a própria fúria das águas da inundação.

Descidas porém as águas, entrou a notar-se o desbarrancamento das ribeiras consequente insegurança do solo de todo, embebido e minado.

Assim as margens se vão desprendendo em enormes blocos, imensa massa de terra. É como se uma força invencível estivesse a trabalhar sobre a

cidade, destruindo a continuidade do solo, para aniquilar tudo quanto a mão do homem conseguiu, com incalculável soma de energia e trabalho, estabelecer-se na superfície.

Muitas casas situadas no alto, nas fraldas dos morros, ressentem-se desse estranho abalo, sinistro colosso dessa negra tragédia que foi a inundação de setembro (Der Urwaldsbote, setembro de 1911).

Como solução para os desbarrancamentos, a publicação recomendava construir um paredão de pedra na margem direita do Rio Itajaí-açu, a fim de reforçar toda a ribanceira, solução esta considerada secundária, pois não teria qualquer consequência na prevenção das inundações.

Aparecem também as primeiras menções às ações do Governo Estadual no sentido de aliviar a indigência, através da remessa de víveres que seriam distribuídos organizadamente pelas freiras de um convento, para que as doações chegassem a quem realmente necessitava. Muitos donativos chegaram de várias cidades do país, entre as citadas, Joinville, Florianópolis, Porto Alegre, Santos, São Paulo e Rio de Janeiro. O Governo Federal abriu crédito especial para ajudar as vítimas e o Governo da Alemanha também enviou recursos para o reestabelecimento da cidade.

Os diários da época cobravam, no entanto, mais do que ações de solidariedade do Governo Federal. Entre as reivindicações estavam a continuação dos trabalhos da Estrada de Ferro de Santa Catarina, considerada essencial para o desenvolvimento econômico da região e o povoamento das margens do braço Oeste do Rio Itajaí. “Desta arte podem ajudar-nos mais eficazmente do que por esmolas que não adiantariam senão a indolência ou a indiferença (Der Urwaldsbote, setembro de 1911).”

O reestabelecimento estava ancorado em um programa que reunia três pontos: 1º Reparação dos danos; 2º Abertura de novas fontes de ganhar a vida para a população tão prejudicada; 3º Providências quanto a repetição de tal catástrofe. O último ponto ganhou grande atenção nos anos posteriores.

As primeiras medidas de prevenção aparecem no Jornal Blumenauer Zeitung de janeiro de 1926. Na primeira página, o jornal anunciava que pela primeira vez funcionava um serviço de prevenção de cheias do Rio Itajaí, através de postos meteorológicos.

Pela primeira vez funcionou, embora com alguma deficiência o Serviço de Prevenção das Cheias do Itajaí. Postos meteorológicos, ainda que deixando muito a desejar, haviam sido instalados em pontos estratégicos do interior da colônia nas cabeceiras dos grandes braços alimentadores do Itajaí-Açu e desses postos iam os encarregados transmitindo à central de

Blumenau de hora em hora os dados meteorológicos, a intensidade das chuvas, as alterações do nível das águas, de sorte a manter a população da cidade alertada sobre os eventuais perigos (Blumenauer Zeitung, janeiro de 1926).



Fig. 30. Imagens da Enchente de 1927 (em cima) e 1948 (embaixo). Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

Tratando-se da prevenção contra enchentes, outra reportagem de jornal (Comarca, da cidade vizinha de Indaial), no ano de 1949, destacava um comunicado do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura explicando que uma das causas das tragédias que acometiam o Vale estava na devastação das matas. O comunicado indicava que as florestas deveriam cobrir 33% das áreas de terra localizadas nas tropicais para que tivessem efeitos benéficos sobre o clima, o regime das águas e a conservação do solo, devendo estar distribuídas com certa regularidade em toda a região e não acumuladas em determinados trechos mais ou menos distantes das áreas de cultura. Estas florestas plantadas deveriam revestir as nascentes dos rios e regatos, as bacias de abastecimento das fontes, as encostas íngremes, o terço superior dos morros e todas as terras pobres. Aconselhava-se ainda a plantação de árvores ao longo dos cursos d'água, das divisas de propriedades agrícolas, das cercas internas, dos caminhos e estradas.

Assim, as medidas não estruturais, representadas pelo estabelecimento do primeiro sistema de alerta e a proteção natural das encostas, morros, margens dos rios e áreas cultivadas, apareciam como primeiras tentativas de minimizar as consequências das inundações e deslizamentos de terras.

A partir da enchente 1957, quando a cidade foi tomada pelas águas por três vezes (8,68 metros em Julho, 12,42 metros em Agosto e 9 metros em setembro) com um saldo de 2 mortos, as reivindicações da imprensa, governo municipal e população voltaram-se para as obras estruturais, especialmente a construção de barragens de retenção, como soluções definitivas para as enchentes.

Nos anos seguintes, a cada enchente que atingia a cidade, as demandas para a construção de barragens de retenção das cheias e regularização das descargas de águas dos rios da região aumentavam e ganhavam coro em diversos setores da população. Uma reportagem do jornal “O Estado”, datada de 25 de outubro de 1961, expõe esse ponto de vista e trata do projeto do Governo Federal de construir cinco barragens no Vale do Itajaí.

Riqueza do Vale do Itajaí Exige Curso do Rio Regularizado

O ritmo crescente de trabalho da região sofre, porém, do impacto de inundações periódicas do rio e de seus afluentes, o que causa enorme prejuízo à economia do lugar e dificulta o seu desenvolvimento, constituindo-se num entrave aos investimentos e levando o pânico à população. Com tal objetivo, serão construídas cinco barragens de retenção de cheias e regularização de descargas(...) (Jornal O Estado, 25/10/1961)

No mesmo ano da reportagem (1961), a dupla sertaneja Teuzinho e Neuzinho, muito popular nas rádios da região naquela época, escreveu uma série de versos, tratando de eventos verídicos da enchente que atingiu o Vale do Itajaí, para chamar a atenção do Brasil e principalmente das autoridades federais a não esquecerem que outras calamidades piores do que as que passaram, poderão voltar. E antes que voltassem, segundo eles, “era preciso iniciar a construção das barragens de retenção e não parar até concluí-las, visto que trariam um clima de tranquilidade à população do Vale do Itajaí”.

Transcrevo alguns desses versos compostos pela dupla.

No dia trinta de outubro
Torrenciais Chuvas caiam
No Vale do Itajaí
As águas do rio subiam
Alarmados os habitantes
Que nesta região viviam

Já no dia trinta e um
O desespero dominava
O Rio Itajaí-açu
Na cidade já entrava
Além de seu nível normal
Onze metros alcançava

Quem podia ir se salvando
Fazia preces ao senhor
Para que acalmasse as águas
Que vinham com tanto furor
Transformando Blumenau
No mais terrível horror

Nos subúrbios da cidade
Socorros eram enviados
Para Salvar Inocentes
Que com gritos desesperados
Eram levados pelo rio
E depois morriam afogados

A fome rondava a todos
Que ilhados viviam a chorar
Não tinham por onde sair
Nem por quem pudessem chamar
Tão depressa corriam as águas
Que não era possível nadar

No dia 2 de novembro
Um helicóptero apareceu
Sobrevoando a cidade
Num certo ponto desceu
Trazendo medicamentos
Ordens que o governo deu

As águas continuam subindo
As chuvas torrenciais
Blumenau estava ilhado
O povo chorava mais
No Garcia cinco vítimas
Faziam chorar seus pais.

Corações amargurados
Como lança que lhes feriu
Tantos desabrigados
Com casa que se ruiu
Um flagelo tão terrível
Nunca no Estado se viu
(Teuzinho e Neuzinho, AHJFS)



Fig. 31. Imagem Enchente de 1957. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).



Fig. 32. Imagem Enchente de 1961. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

Ainda no ano de 1957, fora constituído um grupo de trabalho para o estudo das possibilidades de construção de obras para diminuir os efeitos das enchentes no Vale do Itajaí. Como demonstrei, havia uma forte pressão da sociedade e das autoridades locais, para apressar a conclusão dos projetos e se iniciar rapidamente a construção das obras.

A partir dos primeiros estudos elaborados pelo grupo e pelas empresas contratadas ficou prevista a construção de sete barragens no Vale do Itajaí, sendo cinco para retenção das enchentes e duas destinadas ao aproveitamento das águas para a produção de energia hidrelétrica (Fraga,2005).

Estudos posteriores indicaram a inviabilidade da construção das barragens de eletrificação e também ficou decidido que não se construiriam as barragens dos rios Itajaí-Mirim e Benedito, optando-se pela retificação dos meandros destes rios. Decidiu-se pela construção de três barragens: Oeste no município de Taió, iniciada em 1963; Sul em Ituporanga, cujas obras começaram em 1964; Norte, em José Boiteux, iniciada em 1976.

A Barragem Oeste foi a primeira a ser concluída, no ano 1972, funcionando pela formação de um lago artificial transitório que acumula o excesso de água por alguns dias,

durante períodos de fortes precipitações, evitando o transbordamento do Rio Itajaí do Oeste (Fraga, 2005:167).

Conforme diagnóstico do extinto Departamento Nacional de Obras e Saneamento – DNOS, esta barragem deveria atenuar as enchentes do Vale do Itajaí Oeste em 100%, da cidade de Rio do Sul em 50% e de Blumenau em 25%, considerando uma precipitação uniforme em toda Bacia do Rio Itajaí-Açu (Ministério do Interior,1989).

Mesmo após a conclusão da primeira barragem, a cidade de Blumenau foi atingida por mais uma grande enchente no ano de 1973. Apontava-se que a conclusão de apenas uma das três barragens projetadas não conferia a segurança necessária ao Vale do Itajaí e a imprensa cobrava a liberação imediata de verbas por parte do Governo Federal para que o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) pudesse concluir as barragens Sul e Norte , vistas como única solução para a proteção da economia e dos habitantes da cidade.

Em 1975, foi concluída a Barragem Sul, a segunda obra hidráulica a ser construída para a Defesa do Vale contra as enchentes. Ela controla uma bacia de 972 km². A bacia de acumulação retém 130 milhões de metros cúbicos e a área do lago é de 13 milhões de metros cúbicos quadrados ou 1300 hectares (Ministério do Interior, 1989).

Porém, antes do total funcionamento da barragem Sul, Blumenau foi atingida por outra enchente que atingiu a cota de 12,20 metros, no ano de 1975. Todas as atividades industriais, comerciais, de serviço e escolares paralisaram-se por quatro dias. A cidade na época tinha 120 mil habitantes, e segundo o relatório de Declaração de Estado de Emergência da Prefeitura Municipal, 5.500 edificações foram atingidas, sendo elas 1.825 estabelecimentos comerciais, 512 indústrias e 1322 empresas prestadoras de serviços.

Dentre as reivindicações apresentadas na Declaração aparecem o pedido de construção de obras contra inundações na estação de tratamento de água da Rua Bahia, que abastecia 65% da população da cidade, a concessão de moratória dos tributos vinculados aos setores primário, secundário e terciário para que fossem suavizados os prejuízos do empresariado e por fim, mais um pedido pela conclusão da Barragem Norte que completaria o programa de proteção contra enchentes, considerado peça fundamental para eliminar as enchentes de cota elevada.

Mesmo com a conclusão das barragens Oeste e Sul, o Vale do Itajaí e especificamente a cidade de Blumenau não escapou da maior tragédia ocorrida desde a enchente de 1911. No mês de julho de 1983 o Rio Itajaí-açu alcançou 15 metros acima do seu nível normal,

atingindo muitas casas, indústrias e prédios públicos. Situação agravante se deu pelo fato da cidade permanecer submersa por 31 dias, deixando um saldo de 1 bilhão de dólares em prejuízos e 16 mortes.

A destruição da enchente de Julho de 1983 ficou imortalizada nas poesias de Lindolf Bell.

**A humanidade passa.
Na lama. No lodo.**

**Passa do outro lado
da rua, do sonho.
No pesadelo armado.**

**Passa junto a tristeza
de pacotes sobre o braço,
em zeloso abraço.
É a vida, dentro do homem, ainda,
e dentro do pacote
e seu exíguo frágil espaço.**

**Não passa a hora
no relógio da catedral
São João do Apocalipse
entre o bem e o mal.**

**Tempo onde a cidade engorda
como um animal desolado
dia a dia engorda de águas
de mágoas, limos, destroços,
quantas perdidas memórias
e de medos engorda.**

**Oh! Casas fundadas, afundadas
das enchentes.
Entre o rio atrás da minha casa
e minha casa fundada na realidade
e fundada atrás do rio de minha imaginação.**

**Toda certeza, de repente,
minha cidade, meu coração,
é mais poluído
que este planeta de privilégios!
(Lindolf Bell, AHJFS)**

A grande enchente de julho de 1983 e a subsequente (ao todo, no ano de 1983, a cidade enfrentou 4 cheias, uma em março – 10,35 m; outra em maio -12,46 m; a terceira e maior em julho - 15,34 m; e a última em setembro - 11,50m) deixaram um saldo de 49 vítimas

fatais e 197 mil desabrigados em todo o Estado de Santa Catarina. Em Blumenau foram 9 mortes e centenas de desabrigados ficaram alojados em escolas, na Universidade Regional de Blumenau (FURB) e na Proeb (atual Vila Germânica, local onde se realiza a Oktoberfest). As famílias permaneceram nesses locais até que os loteamentos São Paulo Apóstolo e Fritz Müller, no Bairro Escola Agrícola, fossem estabelecidos.





Fig. 33. Imagens da Enchente de 1983. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

Quatro meses após a enchente de Julho a maioria das famílias ainda se encontrava nos abrigos temporários, segundo reportagem do Jornal de Santa Catarina de 7 de outubro de 1983. As condições de abrigo, especialmente na escola Coripós, eram questionadas pelos atingidos. Os moradores diziam ter recebido mantimentos da prefeitura, mas nenhuma resposta sobre quando os terrenos do loteamento seriam liberados pela prefeitura.

O impacto da catástrofe trouxe durante o período da enchente e nos meses posteriores uma série de voluntários de todo o Brasil (incluindo 600 militares) e do exterior, que participaram das missões de salvamento e resgate e do processo de reconstrução da cidade. Uma vez mais o Governo da Alemanha, assim como de outros países realizaram doações financeiras e de produtos necessários para as vítimas. Muitos cientistas estrangeiros vieram à cidade para realizar estudos sobre esses fenômenos e construir, junto com a comunidade científica local e a Defesa Civil, estratégias e ações de prevenção e minimização de riscos. Cabe lembrar que foi no período posterior a enchente de 1983 que iniciou-se o programa da JICA, relacionado ao estudos de técnicos japoneses para a construção de obras estruturais de prevenção de enchentes.

O esforço para manter a atenção da comunidade para as consequências da enchente de Julho de 1983 é apontado em uma matéria do Jornal de Santa Catarina de 21 de outubro de 1983, que trata de uma exposição fotográfica realizada por um grupo de fotógrafos-jornalistas sobre o evento. A exibição buscava uma reflexão da sociedade sobre a situação da cidade pós-enchente.

Nela a organizadora dizia que: “Todos precisam sentir novamente que a enchente não é coisa do passado, de muito tempo, mas do mês de julho e que seus reflexos estão ainda

muito vivos” e que era preciso conscientizar-se que o período mais difícil da catástrofe ainda não havia passado. Do contrário, entendia ela, “corre-se o risco de se perpetuar os riscos nefastos da catástrofe”.

Se as consequências das enchentes de 1983 ainda eram sentidas e vivenciadas no ano seguinte, no mês Agosto de 1984 a cidade foi novamente assolada por uma grande enchente que atingiu a cota de 15,46 metros, não alcançando a destruição do ano anterior devido à sua curta duração (em torno de 3 dias). Neste mesmo ano foi lançada a Oktoberfest, principal atração turística da cidade, a qual se planejava realizar desde 1980, quando um dos membros da comissão de turismo da cidade havia viajado à Munique para estudar como ela era estruturada. Inicialmente a Oktoberfest tinha como intuito aumentar os ganhos com o turismo e o comércio na região e fortalecer a identidade teuto-brasileira da cidade, mas devido ao fato dela ter sido estabelecida logo após uma enchente, acrescentaram-se as ideias de revitalizar a autoestima da população, auxiliar as famílias atingidas e dar visibilidade à resistência e dinamismo do povo blumenauense em reconstruir a cidade (Flores&Wolff, 1997).

Durante o período de reconstrução da cidade, que incluía também o estabelecimento da Oktoberfest, houve a retomada e fortalecimento do discurso da “cultura do trabalho”, proveniente da herança alemã, agora não apenas para embasar a capacidade de desenvolvimento da região, mas também para superar as consequências dos desastres. A identidade teuto-brasileira (Seyferth, 1999;2004) era retomada como fator principal para explicar a capacidade da cidade em superar os eventos, reconstruir e restabelecer a normalidade do cotidiano.

Diversas reportagens jornalísticas, documentos oficiais e obras literárias reificavam a capacidade do povo blumenauense através da cultura do trabalho em reconstruir a cidade.

Tal abnegação do blumenauense em reconstruir, sempre, sua cidade, estabelece-se pela persistência do fundador da colônia que enfrentou enchentes a partir dos primeiros anos da fundação permanecendo no local e reconstruindo o lugar. Blumenau, uma exata reprodução da Westphalia-sobre-o-Reno, aqui rebatizado Itajaí – três meses depois estava outra vez bela, asseada e produtiva (Ramos, 1992).

Fraga (2005:233) descreve que no início da década de 1980, paralelamente às enchentes no Sul, o Nordeste do Brasil sofria grande seca e a disputa pelas verbas federais era grande, provocando entrechoques entre essas regiões. Esse contexto reascendeu a antiga

contraposição entre o elemento teuto-brasileiro e o luso-brasileiro, antes restrita ao contexto estadual, diferenciando o imigrante alemão do interior pelo elemento “trabalho germânico”, do caboclo indolente brasileiro do litoral, agora transpondo-a para identificar todo catarinense que havia sido atingido por enchentes em contraposição ao nordestino atingido pela seca.

O discurso da época enfatizava a força do blumenauense e do catarinense na luta para progredir após as enchentes e o conformismo do nordestino. Assim Blumenau deveria reconstruir-se após cada enchente, numa questão de honra aos antepassados como destacava um informativo da Prefeitura Municipal do período posterior à enchente de Julho de 1983: “Nossos antepassados construíram esta terra, desbravando matas e enfrentaram selvagens para legar-nos Blumenau, que é fruto de muito suor e lágrimas, muita luta e sangue” (Prefeitura de Blumenau, 1983).



Fig. 34. Informativo do Governo de Santa Catarina agosto de 1983. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS).

Os meios políticos apropriaram-se da memória histórica da ocupação do Vale do Itajaí para inculcar ao cidadão à obrigação moral de superar o obstáculo, assim como seus antepassados haviam feito e vencido. Não há dúvida que tal discurso serviu de estímulo para a reconstrução da cidade e retomada do cotidiano, porém muitas vezes acabou por mascarar os problemas enfrentados no período posterior às enchentes.

Exemplo desse processo pode ser visto numa reportagem do Jornal de Santa Catarina (17/07/1986) sobre a situação das famílias atingidas pelas enchentes de 1983, três anos após o evento. As famílias que foram assentadas nos loteamentos Fritz Müller e São Paulo Apóstolo, a maioria delas compostas por migrantes de cidades do interior que haviam chegado a Blumenau em busca de uma vida melhor, viviam longe do centro e sem qualquer infraestrutura, apesar de terem recebido os terrenos e parte do material para a construção da prefeitura municipal. Os lotes que viviam estavam localizados em barrancos, com grande desnível entre um lote e outro, sem saneamento básico e acima de tudo sem uma creche que atendesse aos pais que trabalhavam fora.

Outro acontecimento que repercutiu negativamente na questão da superação e recuperação da cidade frente a desastres foi a tragédia ocorrida durante a Oktoberfest de 1990. Um enxurrada seguida de uma série de deslizamentos de terra provocaram 20 mortes e deixaram um rastro de destruição jamais visto, noticiam os jornais da época. Esses eventos atingiram os bairros operários e carentes de infra-estrutura urbana do Garcia Alto e Progresso, bem longe dos olhos dos turistas que aproveitavam a festa. Porém, na medida em que o rio continuou subindo e os meios de comunicação começaram a veicular sobre a possibilidade de concretização de uma nova enchente, os turistas debandaram da cidade.

Dezessete mortos, vários feridos, 15 casas destruídas e outras 100 ameaçadas de desabamento era o saldo até o final da noite passada da maior tragédia em número de vítimas fatais já registrada na história de Blumenau(...) Capaz de continuar realizando uma festa de renome internacional, a Oktoberfest enquanto a cidade encontra-se em estado de calamidade pública. Blumenau deu ontem mais um exemplo de sua renomada eficiência a ponto de usar parte da infraestrutura montada para a festa em favor da operação de emergência (Diário Catarinense, 14/10/1990).

Junto ao discurso de capacidade de recuperação do povo do Vale do Itajaí estabeleceu-se outro que cobrava do Governo Federal ações para prevenir as tragédias que assolavam a região, sobretudo, pelo fato deste não concluir as obras estruturais do complexo de barragens

de proteção. Cabe lembrar que durante a enchente de 1983, apenas duas das três barragens estavam concluídas e em funcionamento (Oeste e Sul), mas “não puderam conter o excesso de água acumulada, vertendo dois metros acima da sua capacidade” (Fraga, 2005:112)

A narrativa de não manutenção e conclusão do sistema defensivo do Vale do Itajaí (contra enchentes) e o parco repasse de recursos para a reconstrução atingia o Estado como um todo. Através dos meios de comunicação queixa-se sobremaneira, do abandono estadual pela esfera federal, que não repassa o valor ideal, ao qual faz justiça, por ser um dos estados que mais repassa impostos a União (Frotscher, 1997).

Os adjetivos de trabalhador e persistente são inerentes à personalidade do blumenauense. Logo após os dramas das grandes cheias, este aspecto da gente do Vale foi novamente reforçado. (...) Hoje Blumenau se mostra ainda mais bonita do que naquela época. Tanto empenho e trabalho para a reconstrução não podem e não devem ir novamente por água abaixo, em virtude, unicamente do descaso do Governo Federal – que sempre se mostrou insensível, apesar das insistentes promessas de auxílio para a reconstrução (Jornal de Santa Catarina,1990:13)

O poder de reconstruir a comuna com suas próprias mãos representaria a não formação de uma “indústria da enchente” na cidade. O termo fazia referência à “indústria da seca” do Nordeste, na qual identificava-se que os recursos enviados pelo Governo Federal ficavam nas mãos das elites locais, que não se preocupavam em transformar a situação, tendo em vista que a cada evento receberiam mais e mais recursos. Tal fato não se reproduziria no Vale do Itajaí em primeiro lugar porque o governo municipal, o empresariado e a população não esperariam os recursos federais para iniciar o trabalho de reconstrução das cidades e mesmo porque os recursos federais seriam sempre insuficientes para tal ato. A solidariedade interna, estabelecida na reconstrução das cidades após as enchentes reproduziria uma autonomia externa, referente ao auxílio Federal.

Tal narrativa estabelecida pelo governo municipal e a imprensa de Blumenau, ainda que consistente em termos de fundamentação, apresenta uma linha excessivamente otimista quanto ao processo proteção contra enchentes e de reconstrução da cidade após esses eventos, segundo Mattedi.

A ação governamental, estaria assim priorizando a manutenção do atual estilo de desenvolvimento sócio-econômico, fortalecendo ao mesmo tempo a dinâmica de um sistema defensivo apoiado em respostas classificadas de remediais, reconstruir do jeito que estava sem buscar a

prevenção. Muito em função de Blumenau, o estado de Santa Catarina tem sido reconhecido nas últimas décadas, pela sua impressionante capacidade de recuperação frente aos danos ocasionados por situações de desastres. Esta capacidade parece depender de uma suposta homogeneidade na distribuição espacial da população, existência de equilíbrio na distribuição de renda e de uma certa ética do trabalho, que estaria na raiz dos esforços de reconstrução. Esta linha de argumentação, excessivamente otimista, tende a desconsiderar a dinâmica dos conflitos intra e inter-setoriais ocasionados pela disputa por recursos públicos.” (Mattedi,1994:70-77)

As reivindicações junto ao Governo Federal tornaram-se maiores quando este, durante o Governo Collor, extinguiu o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, fato que ocasionou a paralização da manutenção das barragens Oeste e Sul e das obras da Barragem Norte. A enchente que atingiu a cidade em 1992 levou a imprensa, as entidades de classe e a população a cobrarem novamente do Governo Federal a conclusão das obras de proteção ao Vale do Itajaí, isto porque faltavam apenas 2% para a conclusão da Barragem Norte. Para completar esse quadro, os indígenas da Reserva Duque de Caxias (município de José Boiteux), que tiveram parte de suas terras inundadas pela barragem, invadiram o canteiro de obras destruindo parte do maquinário da empreiteira responsável pelas obras e algumas instalações da barragem.

Tal atitude por parte dos indígenas, que incluiu a destruição de oficinas, caminhões e máquinas tinha como intuito chamar a atenção tanto das autoridades federais quanto das do Vale do Itajaí para a situação de abandono em que se encontravam e para cobrar compensações pelas terras que foram desapropriadas. O episódio reacendeu o atrito entre os indígenas e a comunidade da região. A população e autoridades classificaram o episódio como uma ação ingênua dos indígenas, que não teriam consciência da gravidade das consequências de seus atos para a segurança das cidades do Vale do Itajaí. Alguns comentários tecidos na época contavam que os índios trocavam as peças retiradas das máquinas da obra por cachaça e ossos bovinos nos frigoríficos, reafirmando a imagem selvagem dos mesmos (Fraga, 2005).

Apesar do atrito, as autoridades políticas e a sociedade civil organizada, principalmente de Blumenau, se reuniram para forçar o Governo Federal a enviar dinheiro para a conclusão das obras da barragem e, sobretudo, resolver o problema dos indígenas, que ainda não haviam recebido indenização total que lhes era devida e exigiam a conclusão das instalações da infraestrutura da reserva indígena.

A Barragem Norte foi concluída ainda em 1992³¹, estando localizada no Vale do Itajaí do Norte, principal afluente da margem esquerda do rio Itajaí-Açu, que é formado pela confluência dos rios Itajaí do Oeste e Rio Itajaí Sul, na cidade de Rio do Sul, 12 km a montante da cidade de José Boiteux. Sua bacia hidrográfica controla uma área de 2.318 km². Tal obra de engenharia é considerada a maior barragem brasileira com finalidade de contenção de cheias.

A barragem modificou o sistema fluvial da bacia do Rio Itajaí do Norte e, conseqüentemente da Bacia do Vale do Itajaí como um todo. A obra foi considerada polêmica pelos especialistas da região, por ser colossal, custosa, gerar danos ambientais incalculáveis e por não solucionar o problema das enchentes, como se verificou nos anos posteriores com a continuidade da ocorrência de inundações, entre elas a que atingiu a cidade de Blumenau em novembro de 2008.

Os flagelos causados pelos deslizamentos de terra, principais geradores de vítimas fatais nas enchentes de 1990, 1992 e 1994 e entendidos pelas instituições governamentais como reflexos da ocupação de áreas de risco, tendo em vista as políticas estabelecidas pelas sucessivas administrações de fiscalizar, combater e desocupar essas áreas, também se tornaram objeto de análise por parte daqueles que buscavam construir políticas e ações de prevenção.

Tratando-se do desastre de 2008, uma reportagem da Revista Veja (03/12/2008) buscava explicar os fatores meteorológicos e geográficos determinantes para a ocorrência das enchentes e enxurradas que atingiram o Vale do Itajaí. Esta matéria indicava que um anticiclone em simultaneidade com um vórtice ciclônico aumentou extraordinariamente o índice pluviométrico na região e por causa dessa grande quantidade de chuva as camadas superficiais do solo ficaram encharcadas e mais pesadas. A composição argilosa do solo, o desmatamento, a ocupação desordenada e o fato das encostas apresentarem forte declividade eram apontados como fatores responsáveis pelos inúmeros deslizamentos de terra.

Durante os dias da enchente, 23 a 28 de Novembro, as notícias jornalísticas tratavam da contagem crescente do número de vítimas e de famílias desabrigadas e chamavam a atenção para o aumento da atuação de voluntários de todo Brasil e do exterior nos processos

³¹ A sua construção transcorreu a passos lentos, por muitos motivos, destacando-se como principal, o não envio de verbas federais para andamento dos trabalhos, para as indenizações e para os salários dos operários, sem mencionar que as empreiteiras não trabalham sem o repasse do dinheiro da União (Fraga,2005).

de resgate e salvamento, com destaque para as 30 aeronaves (23 helicópteros e 7 aviões) utilizadas nessas ações.

No dia 28 de novembro de 2008, uma reportagem especial do Jornal Zero Hora, apontava que depois da baixa das águas do rio, os desabamentos ainda atormentavam os moradores de Blumenau, destruindo casas, interditando 10% das vias da cidade e arrasando pontes. No mesmo dia, outra matéria reportava a mobilização da população para evitar os saques nas moradias e estabelecimentos comerciais atingidos, destacando que muitos habitantes se organizavam em patrulhas, colocavam cancelas na rua e faziam vigílias na vizinhança.



Fig. 35. Reportagem Especial – Emergência em Santa Catarina – Jornal Zero hora 30 de novembro de 2008.

Todas as reportagens, nesse período, eram seguidas por notas que indicavam a melhor maneira de realizar doações para as vítimas e os cuidados necessários para não cair em golpes que incluíam falsos sites da Defesa Civil na internet ou pessoas mal intencionadas que pediam donativos por telefone. No total, o fundo da Defesa Civil Estadual arrecadou em torno

de 28 milhões de reais em doações, também foram doados 4,3 mil de toneladas de alimentos e 2,5 milhões de litros d'água para a população catarinense atingida pelo desastre.

Os dados apresentados pelo Jornal de Santa Catarina, no dia 3 de dezembro de 2008, apontavam para as cifras de 80 mil desalojados, 27 mil desabrigados, 135 mortos, 19 desaparecidos e 1,5 milhão de pessoas atingidas em 49 municípios de Santa Catarina, configurando assim uma catástrofe muito maior que as enchentes de 1983 e 1984. A expectativa era de que a economia catarinense amargaria prejuízos de 136 milhões de reais pela paralização das indústrias, 300 milhões de reais por conta da reconstrução do Porto de Itajaí, que devido a paralização das exportação gerava uma perda de R\$ 77 milhões diários, sem contar ainda os prejuízos com estradas e pontes estaduais destruídas, que giravam em torno de R\$ 280 milhões. O fornecimento de gás para a Região Sul do Estado e para o Rio Grande do Sul foi cortado devido ao rompimento do gasoduto Brasil-Bolívia na localidade do Belchior Alto, município de Gaspar, gerando ainda um prejuízo de 7 milhões de reais por dia.

A fala do prefeito de Blumenau (Zero Hora, 28/11/2008) apontava que a cidade não seria mais como antes, teria que ser repensada, sobretudo na questão da ocupação do solo. Tendo em vista as áreas atingidas, pesquisadores da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) concluíram que 60% delas não poderiam receber novas ocupações pois se tratavam de encostas de morros e/ou margens dos rios e ribeirões.

O impacto e destruição do Desastre de 2008 demonstraram que a visão otimista insistentemente veiculada pela imprensa de que o sistema de barragens de retenção resolveria o problema das inundações, solução esta que há alguns anos já era questionada pelos cientistas da região envolvidos no tema da prevenção, se mostrou sem fundamento. Assim a discussão sobre a eficiência de obras estruturais e não estruturais tornou-se o foco principal na disputa atual para a constituição de políticas e ações de prevenção, como mostrarei no último capítulo.

CAPÍTULO 5. OS DESASTRES SOB O PONTO DE VISTA INSTITUCIONAL – O DEBATE SOBRE AS POLÍTICAS E AÇÕES DE PREVENÇÃO

Este capítulo aborda o tema da prevenção de desastres, fundamental para o desenvolvimento da tese, situando o debate de sua configuração no Vale do Itajaí em meio à discussão mundial sobre mudanças climáticas e a disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável.

Explorando a dimensão desses conceitos no contexto da região, busco apresentar através de uma etnografia junto aos profissionais do Comitê do Itajaí, do Centro de Operações do Sistema de Alerta (CEOPS) e da Defesa Civil Municipal as visões e opiniões sobre as principais dificuldades enfrentadas e os conflitos relacionados às ações a serem implantadas para reduzir os danos causados pelas enchentes que acometem a região.

A bibliografia produzida por esses atores e instituições também são evocados para tratar do desenvolvimento histórico das políticas preventivas e dos posicionamentos tomados no contexto do pré e pós-desastre de 2008.

O desenvolvimento sustentável aparece como categoria fundamental para o conflito e rearranjo de indivíduos e grupos sociais em torno do tema da prevenção. De um lado dessa disputa aparecem os grupos sociais que geralmente demandavam e executavam as políticas preventivas, empresários e poder público respectivamente, de outro surgem cientistas, técnicos e membros de instituições de classe e movimentos sociais que buscam novas formulações, tendo como base a questão ambiental e a crítica ao desenvolvimento regional.

A inserção de questões políticas, econômicas e culturais como variantes para o desenvolvimento de calamidades cada vez mais intensas na região apresenta um novo panorama científico que não somente divide instituições e sujeitos, mas também os agrega em torno do tema do reflexo das ações humanas sobre o ambiente.

5.1. O Global no Local – O Impacto dos Conceitos de Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável nas Políticas de Prevenção de Enchentes no Vale do Itajaí.

Em novembro de 2011 participei de um ciclo de palestras da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) na cidade de Porto Alegre. O tema da Semana, promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, era Mudanças Climáticas, Desastres Naturais e Prevenção de Riscos. O evento reunia pesquisadores e cientistas que estudavam os impactos sócio-ambientais das mudanças climáticas, membros da Defesa Civil Estadual, Bombeiros e Engenheiros que trabalhavam em obras de prevenção de riscos nas cidades brasileiras.

A finalidade principal da SNCT de 2011 era mobilizar a população em torno do tema das mudanças climáticas e sua repercussão na forma de desastres e mostrar a importância da ciência para o enfrentamento dos mesmos, além de fazer com que os brasileiros conhecessem e discutissem os resultados, a relevância e o impacto das pesquisas científicas e tecnológicas nesta área.

As atividades realizadas pela SNCT aconteceram em diversas cidades do Brasil. Entre essas atividades estavam: a visita de instituições de pesquisa e ensino; tendas da ciência em praças públicas; feiras de ciência, concursos, oficinas e palestras; ida de cientistas às escolas; jornadas de iniciação científica; distribuição de cartilhas, encartes e livros; exibição de filmes e vídeos científicos; excursões científicas; programas em rádios e TVs.

A temática central do evento além de estar relacionada ao objeto da minha pesquisa estava inserida numa das principais polêmicas científicas da atualidade: a relação entre mudanças climáticas e o aumento do número e intensidade de desastres e tinha como pano de fundo a discussão sobre o aumento da ocorrência de grandes episódios catastróficos em diversas regiões do Brasil, como as que acometeram os estados de Santa Catarina (2008) e do Rio de Janeiro (Angra e Niterói em 2010).

A principal questão levantada pelos palestrantes especializados³² na prevenção de

³² Entre os palestrantes do evento destaco: O professor de Climatologia Msc. Fernando Pohlmann Livi, do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Luiz Antonio Bressani, doutor em Mecânica dos Solos pela University of London (GBR) e membro do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres (CEPED-UFRGS). O Dr. Eduardo Macedo, geólogo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado do São Paulo (IPT). Coronel Oscar Luis Moiano, Subchefe de Defesa Civil da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Rio Grande do Sul.

desastres dizia respeito à existência de poucos estudos sobre a relação entre o aquecimento global e o aumento do número de desastres de caráter ambiental. O debate, no entanto, pautava que as duas últimas décadas tinham sido caracterizadas pelo aumento intenso da temperatura e que esse aumento não poderia ser explicado apenas através de variáveis naturais, mas somente se levássemos em consideração a parcela do efeito humano por queima de combustíveis fósseis e emissão de CO² na atmosfera. Tendo como parâmetro os relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC)³³, os palestrantes afirmavam que na última década sucederam os anos mais quentes de todos os tempos e que ocorreria uma aceleração do aumento do nível dos oceanos.

Por fim, os palestrantes destacavam que as mudanças climáticas faziam a natureza mudar, dessa forma não se tratava apenas de uma mudança de temperatura, mas era necessário pesquisar os efeitos práticos do aquecimento global sobre o ecossistema, especialmente na esfera nacional e local. Tais mudanças seriam bastante variadas em cada região e isso fazia com que os cientistas mudassem sua relação de trabalho com médias históricas e passassem a se preocupar com os casos extremos, seja de ondas de calor, de frio, de secas ou excesso de chuvas. Os modelos matemáticos de previsão do clima, baseados nas décadas passadas, não seriam mais capazes de antever um clima que passa por grandes transformações e que está em “transição”.

Assim, as mudanças climáticas trariam a questão da incerteza para dentro da academia e da ciência e isso tornaria a relação dos cientistas com a população, a qual eles devem informar, ainda mais difícil. Aproxima-se do contexto que Douglas & Wildawsky descrevem na obra *Risk and Culture* (1982) no que diz respeito à divergência sobre o problema dos riscos e o descompasso entre o conhecimento desses riscos e a ação a ser tomada para preveni-los ou remediá-los. Resumindo, existe uma substancial divergência sobre o que causa as mudanças

³³O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês) é um órgão composto por delegações de 195 países para prover avaliações regulares sobre a mudança climática. Nasceu em 1988, com o intuito de prover o mundo com uma visão científica clara do estado do conhecimento atual sobre mudanças climáticas e seus potenciais impactos ambientais e sócio-econômicos. Desde então, o IPCC tem publicado diversos documentos e pareceres técnicos. O primeiro Relatório de Avaliação sobre o Meio Ambiente (Assessment Report, ou simplesmente AR) foi publicado em 1990 e reuniu argumentos em favor da criação da Convenção do Quadro das Nações Unidas para Mudanças do Clima (em inglês, UNFCCC), a instância em que os governos negociam políticas referentes à mudança climática. O segundo relatório do IPCC foi publicado em 1995 e acrescentou ainda mais elementos às discussões que resultaram na adoção do Protocolo de Quioto dois anos depois, graças ao trabalho da UNFCCC. O terceiro relatório do IPCC foi publicado em 2001. Em 2007, o grupo publicou seu quarto grande relatório. Em 2011 foi publicado o último grande relatório. É importante destacar que o IPCC não realiza pesquisas científicas, mas avalia as investigações existentes.

climáticas, sobre a sua real influência sobre os desastres, e sobre o que se deve fazer para remedia-los.

Os relatórios do IPCC tiveram grande influência no contexto de discussão sobre as mudanças climáticas. A partir da sua publicação construíram-se uma série de perspectivas, narrativas e ações por parte de organizações científicas, políticas e não-governamentais na tentativa de entender e reverter a degradação ambiental através da revisão do modelo de desenvolvimento econômico mundial.

As pesquisas que dão suporte ao relatório afirmam que os eventos climáticos extremos vão se tornar mais frequentes e intensos com o aquecimento global provocado por atividades humanas. Fatores como: o aumento das temperaturas, do teor de água na atmosfera e da temperatura dos oceanos seriam propícios para agravar e provocar eventos climáticos extremos. De acordo com o documento ainda, a frequência e a magnitude dos recordes de calor diários vai aumentar em escala planetária neste século XXI, muitas áreas, particularmente os trópicos e as latitudes elevadas, vão enfrentar chuvas e neves mais intensas. Paralelamente, as secas vão se agravar em outros pontos do globo, em especial no Mediterrâneo, na Europa Central, na América do Norte, no Nordeste do Brasil e na África Austral. O aumento do nível dos mares e da temperatura das águas vai provocar ciclones mais destrutivos, enquanto o derretimento das geleiras combinada com mais precipitações, poderá provocar mais deslizamentos.³⁴

No caso do Vale do Itajaí, a influência do aquecimento global sobre os desastres ocorridos na região é tratada com extrema cautela pelos pesquisadores responsáveis pelo Centro Operacional do Sistema de Alerta (CEOPS) e membros do Instituto de Pesquisas Ambientais com os quais realizei entrevistas e mantive contato constante, os professores Ademar Cordero e Mário Tachini. Essa cautela se dá, sobretudo porque o tipo de desastre que acomete a região, as enchentes, são fenômenos recorrentes, ou seja, ocorrem em ciclos de tempo regulares que inclusive poderiam ser quantificados, segundo o professor Mário Tachini. Além disso, o único evento consideravelmente atípico, o anticiclone que atingiu a cidade em novembro de 2008 havia ocorrido muito recentemente para poder ser relacionado às mudanças climáticas.

³⁴ ONU alerta que desastres climáticos vão se agravar. Relatório do IPCC afirma que eventos climáticos extremos serão, no geral, mais intensos e mais frequentes nas próximas décadas AFP | 01/11/2011

Se as mudanças climáticas não servem como variável para explicar os desastres que ocorrem na região, a degradação ambiental gerada pelo desenvolvimento econômico e urbano do Vale do Itajaí aparece como principal foco de atenção, visto que o crescente investimento em tecnologias de previsão e prevenção e em obras de contenção foi incapaz de impedir catástrofes cada vez maiores em termos de destruição material e de vidas humanas. A questão ecológica e o desenvolvimento sustentável se tornam conceitos fundamentais na disputa pela definição de quais seriam as políticas de prevenção de desastres adotadas.

Dessa forma, o processo que vinha acompanhando em Blumenau, que incluía as diferentes perspectivas sobre o desastre, as disputas políticas entre a população e os órgãos municipais de atendimento e entre intelectuais locais e as instituições de fora da região sobre o melhor caminho para a prevenção dos desastres estava relacionado à conjunção de políticas internacionais de revisão do modelo econômico em âmbito mundial com os processos próprios do desenvolvimento histórico e econômico da região do Vale do Itajaí.

Seguindo a tendência da Antropologia das Sociedades Complexas (Velho, 1999) e da Globalização (Featherstone, 1994; Tsing, 2004) de investigar os processos culturais como produto de forças globais e espaços locais, cumpre aqui pesquisar essas novas narrativas ecológicas sem assumir que possuem uma extensão universal e que seus efeitos sejam iguais em qualquer local, mas sim buscando desvendar quais consequências elas produzem na realidade do Vale do Itajaí, identificando como essas diferentes visões globais estão sendo concretizadas através de políticas, ações e comportamentos e assinalando quais as inter-relações e conflitos estabelecidos.

No âmbito do Vale do Itajaí a discussão sobre a sustentabilidade das cidades organiza-se pelo recurso à antecipação ou à resiliência, conceitos que procuram descrever a capacidade adaptativa dos ecossistemas urbanos superarem a sua condição de vulnerabilidade frente a choques externos (Acselrad, 2001:45).

Douglas (1982) destaca que do ponto de vista da administração dos riscos um dilema é apresentado por dois polos opostos: a antecipação e a resiliência. A antecipação enfatiza a uniformidade, a partir da lógica probabilística que visa construir ações planejadas para enfrentar os riscos cientificamente definidos como mais prováveis, enquanto a resiliência enfatiza a variabilidade e parte da ideia de que se temos certeza que não podemos prever as dificuldades mais importantes que enfrentaremos no futuro a diversidade e a flexibilidade são as melhores defesas.

A busca pela hegemonia sobre as políticas e ações de sustentabilidade nesse contexto ainda está longe de atingir um consenso e a disputa entre essas duas vertentes de entendimento e de prevenção dos desastres concretiza-se em duas perspectivas: uma (antecipação) baseada no controle das forças da natureza através de obras estruturais de contenção de enchentes como forma de diminuir as perdas materiais e humanas e o atraso no desenvolvimento econômico da região, tese essa defendida pelo setor empresarial com suporte do poder público e da imprensa e outra (resiliência) baseada na ecologia política que prevê o estabelecimento de limites para o crescimento econômico, a redução do consumo global de recursos naturais, a proteção das áreas nas margens dos rios, o reflorestamento, o maior planejamento e controle do crescimento urbano, o estabelecimento de uma legislação ambiental mais rígida e o apoio à educação ambiental da população, proposta esta defendida pelo Comitê da Bacia do Vale do Itajaí, pelos cientistas locais, por entidades de classe e movimentos sociais.

Tal discussão tomou forma a partir das enchentes de 1983 e 1984, as piores ocorridas na região desde o ano de 1911. O desastre de 1983 gerou uma forte reação por parte da comunidade científica da região no período de reconstrução da cidade. Essa reação tinha como alvo as obras estruturais, sobretudo as barragens de contenção construídas e mantidas pelo Governo Federal e Estadual que não haviam evitado as grandes enchentes que atingiram a cidade. Tornava-se necessário desenvolver novos projetos de prevenção para a região.

Como não havia uma estrutura administrativa por parte do poder público para criar um plano abrangente de controle de cheias, estabeleceu-se um convênio de cooperação internacional, firmado em 1986, com a *Japan International Cooperation Agency* (JICA), que previa a visita e a elaboração de um projeto de obras e ações de prevenção para a Bacia do Rio Itajaí, o qual foi concluído em 1988.

O plano da JICA foi criticado pela comunidade científica local por omitir os estudos sobre possíveis impactos ambientais das obras fluviais e pelo desconhecimento dos pesquisadores envolvidos sobre a dinâmica do Rio Itajaí e seus afluentes. O projeto não foi aceito pelo Governo Estadual como a solução desejada somente porque não haviam recursos financeiros para levá-lo a cabo e porque o órgão federal que era responsável pelas obras, o Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), foi extinto em 1990, pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

O projeto, no entanto, não foi abandonado. O Governo de Santa Catarina durante a

gestão 1991-1994 o assumiu e elaborou uma proposta ampla intitulada “Plano Global e Integrado de Defesa Contra Enchentes – Ecossistema Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu” (PLADE) com a finalidade de obter recursos externos para as obras previstas pelo JICA (Frank, 1995). O PLADE também dava ênfase às medidas estruturais, como o melhoramento fluvial ao longo do Rio Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, a abertura de um canal extravasor na cidade de Navegantes, a drenagem urbana dos municípios de Itajaí e Navegantes e o estabelecimento de um sistema de alerta. O financiamento para a sua execução mais uma vez não foi acordado devido à falta de garantias do Governo Federal. O Governo de Santa Catarina e as prefeituras da bacia se esforçaram então para implementar algumas obras, mas estas foram em pequena escala, não produzindo os resultados esperados pelo PLADE.

O fim do DNOS, órgão responsável pela execução das obras estruturais de contenção das cheias e pela manutenção das mesmas, é visto pela comunidade científica como o momento que gerou uma nova postura diante dos problemas da região. A ineficácia das obras estruturais de prevenção que tiveram um custo total de 160 milhões de dólares e as dificuldades de manutenção das mesmas pelo fato de serem administradas por órgãos federais levaram à busca por novas soluções mais abrangentes que não se resumiam a exigência da conclusão e implantação de novas obras de engenharia. Essas soluções incluíam desde o uso sustentável dos recursos naturais em toda extensão da bacia hidrográfica à conscientização da sociedade quanto ao seu papel nesse processo político de produção e enfrentamento dos desastres.

Um contexto político muito mais amplo no âmbito nacional e principalmente internacional permitiu que se estabelecessem novas soluções para o problema das enchentes. No contexto nacional o processo de democratização e o estabelecimento da Constituição Federal de 1988 possibilitaram o questionamento dos propósitos de quem demandava (setor empresarial) e a efetividade de quem respondia (Governo Federal e Estadual) ao problema. No âmbito mundial, a disseminação da ecologia e da questão ambiental introduziu a busca pelo desenvolvimento sustentável como caminho possível para a diminuição do problema, e produziu novas formas de reivindicação através de organizações não-governamentais, movimentos sociais e entidades de classe (Mattedi, 2000:224).

Para trazer à tona a importância da questão ambiental e a emergência do desenvolvimento sustentável como caminho a ser seguido para solucionar os problemas da cidade de Blumenau e da Região do Vale Itajaí é necessário vislumbrar inicialmente como

esses conceitos foram introduzidos numa perspectiva global através da Organização das Nações Unidas.

A discussão sobre a revisão do modelo de desenvolvimento econômico em face da degradação ambiental tem sua origem na Conferência da ONU sobre Ambiente Humano, realizada no ano de 1972, na cidade de Estocolmo, Suécia. A partir desta conferência iniciou-se o debate sobre a qualidade da relação entre os seres humanos e a natureza e os caminhos a serem tomados para modificar uma relação negativa de deterioração da última, partindo de uma perspectiva ecológica.

A ecologia, como bem destaca Ferry (1994), além de ser uma tendência científica, é também uma ideologia contemporânea, que revitaliza a visão da existência de uma ordem cósmica e exige a estipulação de um contrato natural de retorno da harmonia entre homem e natureza. Ela propõe uma nova ordem moral e ética, assegurada cientificamente, que visa a retomada da relação harmoniosa com a natureza através de práticas estabelecidas por movimentos ecológicos e ONGs internacionais (Ferry, 1994:24) que vão da interdição de práticas econômicas nocivas à biosfera (desmatamento, poluição do ar, da água, solo, caça predatória, etc) à promoção de novos costumes e comportamentos dotados de uma nova consciência capaz de rever o processo de desenvolvimento desenfreado da sociedade humana.

Segundo Ferry (1994), a ecologia partilharia de duas vertentes de pensamento e ação: uma ‘biocentrista’ que coloca a sobrevivência do ecossistema acima da espécie humana, e uma mais antropocentrista, preocupada com a sobrevivência do ser humano. Essas duas vertentes, no entanto, partilhariam de uma mesma visão de ecossistema e do papel do homem dentro dele, partindo da ambientalização do mundo social através de políticas públicas e institucionais e de atitudes e comportamentos os quais todos seres humanos devem viver no seu dia-a-dia (Lopes, 2006).

Esse “contrato natural” (Serres, 1994) de retorno à harmonia entre homem e natureza e de ambientalização das atitudes e comportamentos não pressupõe, no entanto, um retorno à vida tradicional anterior ao processo de poluição e destruição intensa do meio ambiente em que vivemos na modernidade, mas à adaptação ou transformação do desenvolvimento econômico e social globalizado atual em um “desenvolvimento sustentável”, ou seja, que proponha uma preocupação com o futuro do ecossistema (Acsehrad, 2001).

O conceito de sustentabilidade, também tem sua origem na Conferência das Nações Unidas de Estocolmo, resultado do debate entre os movimentos ambientalistas dos países

desenvolvidos que defendiam uma ecologia profunda (Ferry,1994), prevendo o “crescimento zero” e o incremento da tecnologia para diminuir drasticamente a degradação ambiental produzida pela produção industrial³⁵ e a perspectiva dos países periféricos e emergentes que defendiam o direito ao crescimento industrial como forma de gerar riqueza, progresso e desenvolvimento econômico e social. Desse debate estabeleceu-se um meio termo que previa a busca por um crescimento econômico que pudesse gerar o progresso das nações mais pobres, ao mesmo tempo que esse progresso estaria comprometido com a preservação da natureza e o futuro de ecossistema.

A noção de desenvolvimento sustentável, proposta na Conferência de Estocolmo, tornou-se dominante na II Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, no ano de 1992. Neste encontro foi produzido um documento denominado agenda 21 que previa além de soluções tecnológicas para a diminuição da degradação ambiental (filtros industriais, uso de combustíveis alternativos, otimização do uso de energia e da água na produção, reflorestamento e recuperação ambiental), políticas de planejamento urbano e rural (saneamento, reciclagem do lixo seco e tratamento do lixo orgânico, proteção das margens dos rios e de áreas de preservação permanente) e o estabelecimento de legislações ambientais que tratam da aplicação de penalidades para empresas e cidadãos que cometessem crimes contra o meio ambiente.

Assim como na questão das mudanças climáticas, não há unanimidade quanto às práticas e instituições que teriam a qualidade de serem sustentáveis, nem sobre qual a melhor forma de realização do desenvolvimento sustentável. O estabelecimento de políticas, atitudes e valores classificados como sustentáveis, dependem de que alguma proposição obtenha hegemonia frente a outras visões alternativas e que se produza uma crença na sustentabilidade dessa políticas e ações (Acsehrad, 2001:31).

O desenvolvimento sustentável como forma de solução do problema das enchentes foi

³⁵ O Relatório Meadows, conhecido também como Relatório do Clube de Roma, que propunha o crescimento econômico zero, teve influência decisiva nos debates da Conferência de Estocolmo (1972). O Clube de Roma constituiu-se em 1968, composto por cientistas, industriais e políticos, com o objetivo de discutir e analisar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais. O Relatório do Clube de Roma detectava que os maiores problemas a serem enfrentados eram: a industrialização acelerada, o rápido crescimento demográfico, a escassez de alimentos, o esgotamento de recursos não renováveis e a deterioração do meio ambiente. A visão do Clube de Roma era biocêntrica e definia que o grande problema mundial estava na pressão da população sobre o meio ambiente.

introduzido junto a comunidade científica do Vale do Itajaí através da professora Beate Frank. Graduada e mestre em Física, a professora, nascida em Blumenau, começou a pesquisar a questão das enchentes a partir de 1983, quando as águas atingiram a Universidade Regional de Blumenau (FURB), local onde ela lecionava. No período de reconstrução da cidade ela ficou responsável pela coordenação do “Projeto Crise”. O projeto, criado pela Universidade Regional de Blumenau (FURB), tinha o objetivo de desenvolver medidas não-estruturais para a proteção contra enchentes, englobando o monitoramento do tempo, monitoramento de níveis, modelos de previsão hidrológica e cartas de risco de inundação (Frank, 1987; Pinheiro et al, 1987; Silva et al, 1988). Nesse período ela ficou convencida de que era necessário criar um sistema institucional que compreendesse todas as entidades envolvidas na bacia hidrográfica.

No início da década de 1990, Beate Frank realizou seu doutorado na área de Engenharia da Produção sobre o tema do gerenciamento ambiental da bacia do Rio Itajaí, tendo como prioridade a prevenção contra enchentes. Durante o doutorado ela aprofundou sua reflexão sobre a criação de um órgão institucional da prevenção de cheias. A proposta desejada por ela visava impulsionar o processo de resolução social do problema das enchentes incluindo a participação e a aprendizagem mútua entre os agentes envolvidos, ao invés da busca por soluções definitivas e impostas (Funtowicz&Marchi, 2003: 68).

Buscava-se solicitar a introdução de diversos atores sociais afetados ou interessados na gestão de Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí com o intuito de articular uma interpretação coerente dos processos ecológicos e sociais relacionados à degradação do ambiente urbano, transformando a temática dos impactos ambientais de uma questão apenas natural a uma questão social e política. (Guerra&Cunha, 2001: 43).

Transcrevo um pequeno trecho da tese de doutorado de Beate Frank intitulada “Uma Abordagem para o Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí, com Ênfase no Problema das Enchentes”, em que ela aborda a experiência de outros países no tratamento da questão das enchentes e destaca a importância do conceito de desenvolvimento sustentável e a necessidade criação de um órgão participativo de gerenciamento da Bacia do Rio Itajaí.

Na Europa Central, o conflito entre a eficiência técnica e a preservação do ambiente natural levou ao surgimento da concepção de desenvolvimento sustentado aceitável dos recursos hídricos (GARBRÉCHT, 1992). Seu teor é que o objetivo final de qualquer planejamento de recursos hídricos também inclua a preservação do ambiente natural. No entanto, às vezes, os critérios de proteção de enchentes e as exigências ecológicas

partem de posicionamentos tão diversos que, ao defender com intransigência uma ou outra filosofia, poucos pontos comuns são encontrados. Mesmo assim, é possível encontrar soluções de consenso, à medida que o conhecimento científico seja conjugado com boas e más experiências do passado. As sugestões de PURSEGLOVE (1988), embutidas nos conceitos de *civilizing the rivers e creative flow*, derivados antes da proteção ambiental do que da engenharia fluvial, também apontam na direção do consenso. O que fica evidente nas considerações desses autores, é que, em se tratando de maneiras alternativas de lidar com enchentes, não há fórmulas prontas. Faz-se necessário, a partir de princípios claros e definidos, procurar soluções, se houver, para cada lugar dentro da bacia hidrográfica.

Afinal, os exemplos externos são claros ao mostrar que não é possível importar soluções: elas devem ser criadas com base na realidade física e ecológica da bacia hidrográfica, sem deixar de focar a estrutura sócio-econômica existente. Isto implica o desenvolvimento de uma concepção mais abrangente de gerenciamento ambiental, que tenha o controle de enchentes como uma de suas metas. Há, portanto, muito a ser esclarecido para definir novas estratégias e caminhos para lidar com a realidade da bacia.

(Frank, 1995:s/p)

No ano de 1995, quando Beate Frank voltou para Blumenau, fortaleceu-se o movimento por parte de entidades que representavam a sociedade do Vale do Itajaí (Universidades, Associações de Municípios, Associações Comerciais, Industriais e de Classes) em prol de um mecanismo regional de gerenciamento ambiental. O Comitê do Itajaí como ficou denominado, foi instituído em 1997, como órgão de caráter consultivo e deliberativo de nível regional, com vistas promover o gerenciamento de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí e seus tributários, de forma descentralizada, participativa e integrada, dentro da ótica do desenvolvimento sustentável (Frank&Bohn, 2000:270).

O comitê representava um esforço da sociedade civil de estabelecer mecanismos políticos para a implantação de ações permanentes de tratamento do problema das enchentes. Este novo modelo de gestão criticava o padrão de desenvolvimento regional e buscava um modelo alternativo de gestão do problema através da combinação de medidas defensivas (melhoramento fluvial e retenção) e preventivas (previsão meteorológica e Defesa Civil) com a análise dos aspectos sociais, econômicos, políticos e ambientais do problema das enchentes (Mattedi,2000:200).

A principal crítica das entidades e especialistas que formavam o Comitê no tocante as políticas de prevenção recaía no fato de que as soluções propostas excluía a população e o governo da sua co-responsabilidade no aumento do problema, concentrando as causas no fenômeno natural e em medidas mitigatórias de engenharia que além de excluía a

participação da população no processo de diminuição da sua vulnerabilidade, podiam aumentar os danos dos desastres devido às grandes transformações realizadas no ambiente da bacia (mudança do curso natural e da inclinação dos rios, destruição da flora e a fauna da bacia, etc).

A capacidade de fixar prioridades para os problemas ambientais e intervenções necessárias era o desafio que se colocava. A decisão de quais problemas seriam prioritários se daria em um processo político em que as comunidades afetadas pela degradação ambiental, os principais poluidores, os especialistas em meio ambiente, as ONGs e órgãos governamentais precisavam chegar a um acordo. Segundo a visão proposta pelo Comitê, a hierarquização dos problemas das enchentes se construía assim: 1º aspectos ecológicos, como os impactos físicos, a irreversibilidade ou recorrência dos problemas; 2º aspectos sociais, como o número de pessoas afetadas, os efeitos sobre a saúde e a incidência entre os mais pobres; 3º aspectos econômicos, como efeitos sobre a produtividade econômica e o crescimento, e fatores como risco e incerteza (Marguilis, 1996; Frank&Bohn, 2000:275).

Essa perspectiva do Comitê pautada na ecologia e nas questões ambientais logo levou a uma série de conflitos com os representantes do setor empresarial e com a administração municipal e estadual que priorizavam outros aspectos do problema.

Exemplo disso ocorreu em 1999, quando o Governo Estadual solicitou ao Comitê do Itajaí que este se pronunciasse sobre o PLADE. O Comitê entendeu que a melhor forma de alcançar um consenso seria a participação de todos os atores envolvidos: técnicos de órgãos estaduais, técnicos municipais, políticos e representantes do Comitê, a fim de identificar as diretrizes de um plano que atendesse às necessidades locais e regionais.

A proposta gerada pelo Comitê propunha medidas extensivas que iam muito além das medidas estruturais previstas no PLADE. Elas incluíam: o aumento da cobertura vegetal dos municípios; a busca por maior conhecimento e melhor convivência com as cheias; o uso e manejo adequado do solo em atividades agropecuárias; implantação e adequação dos planos diretores municipais; estabelecimento de mecanismos de cooperação e parcerias entre entidades científicas e órgãos governamentais; manejo adequado dos cursos d'água (Frank&Bohn, 2000: 272). Como já escrevi anteriormente, o PLADE acabou não se concretizando por falta de recursos.

Após o desastre de novembro de 2008, no entanto, a discussão sobre a implantação do PLADE (JICA) voltou à tona, mas dessa vez o Comitê interveio ao constatar que as ações

governamentais privilegiavam a recuperação da infraestrutura e não consideravam a vinculação dessas ações com a gestão de recursos hídricos.

Em uma reunião na assembleia legislativa de Santa Catarina o Comitê expôs suas ações e planos em relação à prevenção de cheias para a bacia e o seu posicionamento frente ao projeto JICA. Nessa reunião foi estabelecido um Grupo de Trabalho Científico (GTC) criado para elaborar essas soluções. Esse grupo desenvolveu o Plano Integrado de Preservação e Mitigação de Riscos de Desastres Naturais da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí - PPRD-Itajaí. O Plano tinha como meta a resiliência e segurança para a população da região do Vale do Itajaí, através de ações inspiradas nos princípios do Plano de Defesa contra Enchentes do Rio Reno que estipulavam: “a água é parte do todo; a água deve ser armazenada tanto quanto possível; deve-se respeitar a dinâmica natural dos rios; os riscos existem e é preciso aprender e lidar com eles”.

A busca pela implementação do PPRD-Itajaí levou o Comitê do Itajaí a entrar em conflito com prefeitura municipal e os representantes do empresariado da cidade de Blumenau em pelo menos dois episódios que acompanhei no ano 2010. O primeiro diz respeito à obra de fixação da margem esquerda do Rio Itajaí-Açu, que tinha o intuito de proteger as edificações ameaçadas por deslizamentos e promover a reurbanização da área que compreende o bairro Ponta Aguda, vizinho ao centro de Blumenau. O projeto de autoria da prefeitura municipal pleiteava recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no valor de 10 milhões de reais.

O Governo Federal a partir da Política Nacional de Recursos Hídricos, estabeleceu que o Comitê do Itajaí era o órgão competente para dar um parecer sobre o projeto. Após um longo tempo de análise, que compreendeu diversas reuniões entre as partes envolvidas, o parecer do Comitê foi negativo e foram propostas mudanças ao projeto original, as quais foram rejeitadas pela administração municipal. O projeto municipal segundo o Comitê, não teria levado em consideração o rio, nem a possibilidade de redução de riscos de enchentes naquela área da cidade, nem a integração com o PPRD que previa a proteção das áreas das margens do rio.

O principal ponto de conflito dizia respeito à responsabilidade da prefeitura municipal sobre o solo e as moradias que ocupavam a margem do rio e que sofriam risco de deslizamento e a responsabilidade do Comitê do Itajaí sobre a proteção do rio e do uso das águas da Bacia.

O conflito por fim, foi resolvido pelo Governo Federal que rejeitou o pedido de recursos da prefeitura municipal através do PAC tendo em vista o parecer negativo do Comitê. O projeto municipal foi então adiado indefinidamente, mas não abandonado.

O segundo caso de conflito diz respeito a cobrança de uma taxa pelo uso da água na Bacia do Rio Itajaí. A taxação tinha como objetivo obter recursos financeiros para uma série de atividades e projetos promovidos pelo Comitê que tinham a finalidade de garantir uma água de qualidade na atualidade e no futuro. A cobrança era encarada também como um mecanismo educador que reconheceria a água como um bem econômico e daria ao usuário a indicação de uso dos recursos hídricos, incentivando o seu emprego racional (Zapelini, 2012).

Nas assembleias do Comitê que acompanhei, o Plano foi aprovado, mas existia forte oposição à cobrança em si, havendo articulação entre segmentos dos setores industriais e usuários agrícolas para manter a discussão da cobrança no nível Estadual em segundo plano e pressionar o setor público pelo adiamento de sua implantação. Desde a sua aprovação, a cobrança não foi regulamentada em forma de lei, não passando assim de um projeto e de uma intenção do Comitê.

Analisando esses dois conflitos vislumbra-se que a posição “ambientalista” do Comitê do Itajaí é encarada por alguns setores empresariais e pelo poder público como uma maneira intransigente de tratar o problema das enchentes e as questões ambientais que o cercam, aproximando-se de uma “ecologia profunda” (Ferry, 1994). Da mesma forma atrela-se essa visão ambientalista do Comitê a uma posição ideológica de esquerda, defendida por alguns intelectuais que estariam mais preocupados em questionar a forma do desenvolvimento econômico da região e as ações da administração municipal que é encabeçada por um partido de direita (Democratas- DEM) e de oposição ao Governo Federal, do que uma real defesa dos interesses da população da região.

Esses processos conflitivos entre os segmentos sociais que normalmente demandavam e realizavam as obras de prevenção de enchentes, setor empresarial e administração pública respectivamente e os que atualmente pretendem participar da elaboração delas demonstram que a transformação da gestão do problema das enchentes de forma democrática através do Comitê da Bacia Hidrográfica está longe atingir um consenso e de produzir os resultados práticos esperados por todos.

5.2. O Centro de Operações do Sistema de Alerta (CEOPS) e os Projetos Científicos de Prevenção de Desastres.

Dentre as instituições que tratam da prevenção de enchentes na Bacia do Rio Itajaí, o Centro de Operações do Sistema de Alerta (CEOPS) é sem dúvida a mais importante. Por isso ao longo da minha pesquisa mantive contato e entrevistei dois dos principais pesquisadores do Centro, os professores da Universidade Regional de Blumenau (FURB) Ademar Cordero e Mário Tachini, responsáveis pelo monitoramento hidro-meteorológico da Bacia Hidrográfica. Ademar Cordero é o diretor do Centro desde a sua fundação em 1984. Doutor em Engenharia Hidráulica pela Università Degli Studi di Milano (1996) é considerado um dos maiores especialistas no tema de enchentes e enxurradas. O professor Mário Tachini é doutor em Engenharia Ambiental pela UFSC (2010) com ênfase nas áreas de Hidrologia e Saneamento Ambiental.

O CEOPS tem sua origem no Projeto Crise, iniciado em 1984 quando foram instaladas pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) cinco estações telemétricas de chuva e nível do rio. A FURB ficou responsável pelo monitoramento e previsão da quantidade de chuva e do nível do rio nesses cinco pontos distintos da Bacia. Coletar dados, fazer previsões e servir como sistema de alerta de enchentes era o compromisso do CEOPS.

As estações localizadas nas cidades de Blumenau, Apiúna, Ibirama, Ituporanga e Taió permitiam a coleta dos índices de quantidade de chuva via telefone. Elas possuíam também rádio-operadores para não ficarem sem contato com a base (CEOPS) num eventual colapso do sistema telefônico.

A FURB foi designada como lugar físico onde tanto os pesquisadores do CEOPS quanto os técnicos do DNAEE iriam operar. A central do DNAEE ficava em Curitiba, mas os técnicos participavam do cotidiano do Centro, trabalhando na telemetria enquanto os pesquisadores utilizavam os dados coletados para gerar os modelos de previsão do tempo e do nível do rio para a prefeitura municipal.

Segundo o professor Ademar Cordero, anteriormente à instalação das estações, o trabalho de previsão de cheias ficava a cargo de duas pessoas empregadas na empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC). Esses indivíduos iam até a beira do rio em

horários pré-estabelecidos para acompanhar as cheias e passar as informações para a prefeitura. Os responsáveis por esse trabalho eram normalmente idosos que utilizavam sua experiência no acompanhamento de enchentes como forma de conhecimento para realizar a previsão.

Quando o CEOPS assumiu a previsão em 1984, o conhecimento e as informações dadas por esses indivíduos serviram de base para os primeiros estudos da quarta grande enchente que atingiu Blumenau em 1983. Um dos funcionários deixou o mapa de toda topografia da região e com ele o professor Ademar e outros pesquisadores passaram a demarcar as zonas de inundação e traçar as cotas de enchente de cada rua da cidade. Segundo o professor, esse foi o projeto mais importante que ele realizou nos mais de vinte cinco anos de experiência de prevenção de desastres.

Fomos nós mesmos que articulamos o mapeamento. Pegamos os mapas e fomos atrás. Faz vinte cinco anos que eu estou aqui, e esse foi um dos trabalhos mais importantes, o das zonas de inundação. Depois continuamos com outro trabalho junto com o professor de matemática Claudio Loesch, usando o sistema cruzamento. Tínhamos a zona de inundação e a cota da enchente de 1983. Aí um grupo da engenharia junto com o da Topografia, com o uso de teodolitos mediram da marca da enchente de 15,80 metros até a via de cada rua, por exemplo, 2 metros da marca até a rua quer dizer que a cota era 13,80 metros. Em toda a cidade fizemos o mapeamento e definimos o que ficou conhecido como cota enchente, junto com uma turma de alunos. Hoje a prefeitura tem esse trabalho que é a cota enchente, tem até no site da prefeitura, você põe o nome da sua rua ou o cruzamento da sua rua e ele dá qual a cota de enchente dela. Então você sabe que a sua rua inunda com dez ou doze metros de cheia do rio, por exemplo.

(Ademar Cordero, CEOPS, 2010)

O primeiro teste para o sistema de Alerta ocorreu em maio de 1992 quando uma enchente atingiu o nível de 13 metros na cidade de Blumenau. A maioria das estações nessa ocasião apresentaram problemas. Na de Timbó, a régua de nível ficou submersa, impedindo a leitura. Em Ituporanga e Taió, as estações não estavam funcionando. O sistema telefônico da região também tinha entrado em colapso devido à enchente (Fraga, 2005:124). Assim a previsão com base na quantidade de chuva e nível do rio aconteceu apenas através dos dados das estações de Blumenau, Ibirama e Apiúna.



Fig. 36. Mapa do Sistema de Alerta do Vale do Itajaí. Centro de Operações do Sistema de Alerta.

Não havia ainda nenhuma informação sobre a previsão do tempo porque o sistema usado para captar imagens de satélite do CEOPS não estava funcionando. Não era possível então, ter ideia se a chuva iria continuar ou parar (Cordero, 1994:39). Como resultado a enchente causou grandes estragos na cidade deixando 35 mil desabrigados e 2 mortos e acarretou o questionamento do sistema pela imprensa e pela população.

Dois meses depois, em julho de 1992, outra enchente atingiu a cidade, mas dessa vez o CEOPS tinha as informações necessárias. As chuvas que caíram nas cabeceiras foram praticamente as mesmas captadas nos postos telemétricos e as imagens de satélite via computador possibilitaram a realização de uma avaliação do sistema frontal que estava sobre a bacia. Devido a esses fatos, nessa segunda enchente, foram feitas previsões mais precisas e com um tempo de antecedência bem maior, o que ocasionou danos muito menores e a reabilitação do CEOPS frente à opinião pública.

Após as enchentes de 1992 o CEOPS resolveu refazer várias cotas de rua utilizando a marca da nova cheia. Depois, nos anos 2000, foi feita nova revisão das cotas porque muitas ruas haviam sido aterradas (sua altura tinha mudado) e porque havia bastante mudança na cidade desde a primeira vez que a pesquisa tinha sido feita (1984). Ademar Cordero relatou que ainda hoje muita gente vai reclamar no CEOPS dizendo que a cota de enchente de sua rua não bate com a informada pela prefeitura. O curioso é que a grande maioria das reclamações se dá pelo fato da cota estar abaixo da realidade, ou seja, as pessoas vão reclamar porque segundo a cota estabelecida pela prefeitura a cheia deveria atingir a sua casa ou estabelecimento comercial, mas não atingiu. A causa dessa discrepância entre a cota prevista e a cota real é a margem de segurança que vai de 50 cm a um 1 metro dependendo da região da cidade.

No ano de 1996 estabeleceu-se os níveis de inundação das outras cidades do Vale do Itajaí. Esse trabalho só foi possível porque foram instaladas 6 novas estações mais modernas. Apesar dessa modernização, um desentendimento interno com os técnicos da Agência Nacional da Água (ANA), agência que havia substituído o extinto DNAEE na operação das estações, criou grande empecilho ao tornar o repasse dos dados muito lento.

Quando eu voltei do doutorado em 1996 eles instalaram outras 6 estações mais modernas, as primeiras 5 eram mecânicas, obsoletas, daí eles instalaram novas, digitais. Só que houve uma briga interna e eles não botaram os dados em tempo real para cá, somente via satélite e esse satélite era orbital, então dependendo da localização dele, ele descarregava os dados que nós precisávamos 10 horas depois. Era o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) que colocava esses dados na internet e nós entrávamos na página da ANA e pegávamos os dados da telemetria. Nós tínhamos um projeto de colocar um modem com telefone nas estações de telemetria para os dados virem para cá e para os satélites, e mandamos um projeto com recursos da ANA. Depois então eles saíram e nós ficamos operando sozinhos o Sistema de Alerta, a Universidade ficou operando o CEOPS, mas a responsabilidade pela manutenção era deles e ainda hoje a telemetria é responsabilidade deles. A manutenção, calcular o nível e a vazão, tudo é responsabilidade da ANA, mas mesmo sem a ajuda deles nós conseguimos criar os mapas dos níveis de atenção, alerta, e emergência em cada cidade.

(Ademar Cordero, CEOPS, 2010)

		<h1>CEOPS</h1> <p>Centro de Operação do Sistema de Alerta</p>		
<h2>CARACTERIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES NA BACIA DO RIO ITAJAÍ</h2>				
CIDADES	NORMAL	ATENÇÃO	ALERTA	EMERGÊNCIA
BLUMENAU	$NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 6,0$	$6,0 < NA \leq 8,5$	$NA > 8,5$
INDAIAL	$NA \leq 3,0$	$3,0 < NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 5,5$	$NA > 5,5$
APIUNA	$NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 6,0$	$6,0 < NA \leq 8,5$	$NA > 8,5$
RIO DO SUL	$NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 5,0$	$5,0 < NA \leq 6,5$	$NA > 6,5$
IBIRAMA	$NA \leq 2,0$	$2,0 < NA \leq 3,0$	$3,0 < NA \leq 4,5$	$NA > 4,5$
ITUPORANGA	$NA \leq 2,0$	$2,0 < NA \leq 3,0$	$3,0 < NA \leq 4,0$	$NA > 4,0$
TAIO	$NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 6,0$	$6,0 < NA \leq 7,5$	$NA > 7,5$
RIO DO OESTE	$NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 6,0$	$6,0 < NA \leq 9,0$	$NA > 9,0$
TROMBUDO CENTRAL	$NA \leq 3,0$	$3,0 < NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 6,0$	$NA > 6,0$
TIMBÓ	$NA \leq 3,0$	$3,0 < NA \leq 5,0$	$5,0 < NA \leq 7,0$	$NA > 7,0$
BENEDITO NOVO	$NA \leq 1,5$	$1,5 < NA \leq 2,5$	$2,5 < NA \leq 3,5$	$NA > 3,5$
RIO DOS CEDROS	$NA \leq 2,0$	$2,0 < NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 6,0$	$NA > 6,0$
BRUSQUE	$NA \leq 3,0$	$3,0 < NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 5,0$	$NA > 5,0$
BOTUVERÁ	$NA \leq 3,0$	$3,0 < NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 6,0$	$NA > 6,0$
VIDAL RAMOS	$NA \leq 3,0$	$3,0 < NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 5,0$	$NA > 5,0$
GASPAR	$NA \leq 4,0$	$4,0 < NA \leq 6,0$	$6,0 < NA \leq 8,5$	$NA > 8,5$
ILHOTA	$NA \leq 6,0$	$6,0 < NA \leq 8,0$	$8,0 < NA \leq 10,5$	$NA > 10,5$
ITAJAÍ				

Fig. 37. Tabela de Caracterização das situações na Bacia do Itajaí. Roberto Capiotti.

Destaca-se que os membros do Centro cumprem o papel de realizar o monitoramento e o repasse das informações para a Defesa Civil e a comunidade, mas não têm responsabilidade sobre a manutenção e operação da rede telemétrica o que gera um grande desgaste, visto que ao longo dos anos a falta de verbas e de manutenção levaram ao mal funcionamento ou mesmo não funcionamento de grande parte das estações telemétricas, comprometendo sua capacidade de previsão de cheias que poderia chegar a 18 horas de antecedência para 6 horas. A responsabilidade sobre os problemas na previsão, no ponto de vista da população, recai toda sobre os membros do CEOPS que, além disso, não são remunerados para realizar tal função, visto que são professores universitários lotados nos departamentos da FURB.

Segundo o professor Ademar:

O problema é que a ANEEL ou a ANA repassam o dinheiro para a manutenção das estações esporadicamente e às vezes elas param de funcionar. A manutenção teria que ser feita de três em três meses, mas nem sempre o dinheiro (100 mil reais) é repassado nesse período. Então tem funcionado dessa forma, não tem dinheiro, uma telemetria funciona, outra não funciona. O funcionamento delas sempre foi precário, com pouco recurso e com falta de manutenção e pensa, eu sou professor do Departamento de Engenharia Civil da FURB, eu faço pesquisa aqui no CEOPS, porque quem me paga é o Departamento e eu dou aula lá toda a manhã e não recebo nada aqui do Centro.

Nós estamos buscando instalar 16 estações novas, mas muitas não funcionam ainda, tem a casinha aqui no centro de Blumenau que ainda é da ANA e tem junto a estação que é do Estado de Santa Catarina, mas tudo em teoria porque nenhuma das duas está funcionando. Os níveis também sofrem com problemas de manutenção. O sensor que mede o nível do rio, e a chuva que cai, que é assim, vai caindo no sensor e ele vai registrando a chuva que caiu, se entra terra nele começa dar problema, então a manutenção é fundamental e os recursos para a manutenção não existem.

(Ademar Cordero, CEOPS, 2010)

A falta de manutenção é o principal problema enfrentado pelos pesquisadores do Centro e esse problema não se resume à questão de infraestrutura, mas também ao pessoal de manutenção. O CEOPS tinha um técnico de Hidrologia da Agência Nacional da Água (ANA) que tratava da manutenção das estações de três em três meses e em casos emergenciais, o que era ideal, mas atualmente não há mais ninguém fazendo esse trabalho.

O processo de previsão para outras cidades da Bacia do Itajaí depende também do trabalho de pesquisadores e observadores em outras cidades que enviam os dados para a análise do CEOPS. O trabalho desses observadores é fundamental porque no caso das estações não estarem funcionando são eles que fazem a leitura das régua de nível em horários previstos e às vezes fora desses horários se for necessário. A dificuldade fica por conta do fato que a verba para pagar esses pesquisadores nem sempre é repassada.

Segundo Ademar Cordero, a situação ainda não é preocupante porque os sensores de medição da chuva estão funcionando bem e porque dificilmente precisam de manutenção, mas no caso do nível do rio, há um grande problema de repasse de verbas que acaba comprometendo a previsão.

Como normalmente ocorre, logo após o desastre de 2008 foram realizados investimentos no CEOPS como: a compra de um veículo para realizar a manutenção das

estações, o concerto de todas as estações e das escadas que levam às réguas de medição e a contratação de uma empresa para realizar a manutenção das estações por um ano, mas depois desse período, no ano de 2010, os recursos não foram repassados e o trabalho de manutenção novamente parou.

Conclui-se que os investimentos no CEOPS seguiram o ciclo dos desastres que acometeram a cidade de Blumenau num período que vai de 1984 a 2008. O sistema de alerta, nesse período passou por três modernizações, todas elas após as maiores enchentes ocorridas: a primeira após a enchente 1983, a segunda após a cheia de 1992 e por fim a terceira, após o desastre de 2008 que ficou marcado como uma enchente relativamente baixa, mas que se distinguiu pela destruição causada pelos deslizamentos. Cada enchente expunha as fragilidades do sistema de alerta e obrigava os pesquisadores a tratarem de questões tecnológicas, científicas e políticas cada vez mais complexas, como ocorreu no evento de 2008.

O sistema de alerta passou por três modernizações. Em 1993 e um pouco antes de 1994 que nós usamos os dados de 1984, que fora uma enchente que nós não esperávamos porque foi quase igual a de 1983 com 15 metros e pouco e 1984 também com 15 metros, só que 1983 se manteve por mais de 15 dias e em 1984 durou 5 dias, porque na primeira trancou tudo, acabou comida, energia, água.

Em 2008 a enchente não foi muito grande, mas a cidade foi atingida por muitos deslizamentos, o nível foi de 11,70 metros, houve muita chuva localizada aqui nessa região, e perto do litoral. As barragens não foram utilizadas, foram 250 mm num dia e 250 mm no outro e o máximo que tinha chovido num dia historicamente tinha sido 160 mm, então os morros na região desmancharam, era muita água. O problema maior foram as pessoas atingidas pelos deslizamentos. Houve muita surpresa, como o fato de famílias inteiras morrerem em vários pontos da cidade, e no centro e aqui na região da FURB ninguém ver a enchente. Só quem morava nos morros que sofreu, diferente de 1983 quando a enchente atingiu a cidade inteira.

(Ademar Cordero, CEOPS, 2010)

Segundo o professor Mário Tachini, muito das dificuldades de previsão dos eventos ocorridos a partir de 2008 dizem respeito às transformações do meio-ambiente da região como apontam as pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisas Ambientais e pelo Comitê do Itajaí. Para ele, a dificuldade de inserção da questão ambiental no âmbito político e especificamente sua relação com a prevenção de cheias, impediria o desenvolvimento de projetos duradouros e contínuos. Os interesses econômicos impediriam a implementação de uma agenda ambiental na cidade, a qual ganha alguma importância somente no momento em que ocorre uma calamidade.

Ele dessa forma, destaca o caráter processual dos desastres que acometem a região e a sua construção social e política (Oliver-Smith, 2009:120), na medida em que entende que as condições de vulnerabilidade são aumentadas pela falta de políticas de proteção ambiental e de prevenção de desastres à longo prazo e pelo desinteresse da população nas questões que envolvem a prevenção de riscos³⁶. O fato das modernizações do Sistema de Alerta serem feitas logo após as piores enchentes exemplificaria historicamente o fato das pesquisas serem estimuladas somente quando o problema se agudiza.

O centro existe aqui desde 1984, e nós sabemos que para manter o sistema funcionando é preciso que ocorra um evento, e nós torcemos sempre que não seja de grande porte, mas que é a realidade, para os políticos, para a mídia, e a população que veem o CEOPS como desperdício de dinheiro. É uma briga que nós temos que fazer a cada evento, porque as pessoas esquecem muito rápido.

Em 1911 houve uma enchente de 16,90 metros e só aconteceu outro grande evento na década de 1950, 13 metros, então 40 anos depois. Depois em 1983 e 1984, enchentes de 15 metros. Então as pessoas que viveram em 1911 não estavam em 1984, assim as pessoas estavam acostumadas com eventos de 12 metros em média, 13 no máximo, durante dois dias, era quase um feriado, as pessoas brincavam com isso, a cidade parava, um ajudava o outro e parecia que tudo voltava ao normal.

De vez em quando um evento então, é triste dizer, porque pode dar algum dano sério, mas é importante que aconteça, para manter o sistema vivo. No caso de 2008, o sistema ainda não caiu por causa dos desastres no Rio de Janeiro, no Peru, em Angra e depois Niterói, nesse ano (2010).

(Mário Tachini, CEOPS, 2010)

Além da questão social, política e econômica representada pela falta de investimentos na manutenção e modernização do sistema de alerta e em políticas de proteção ambiental nos períodos de “calmaria” apresentada nos relatos de Ademar Cordero e Mário Tachini, destaca-se neste último relato uma característica que se tornou comum no comportamento e discurso da população blumenauense: a visão de que as enchentes não passariam de perturbações temporárias que seriam sobrepujadas pela abnegação e trabalho de um povo que carrega a identidade teuto-brasileira de seus fundadores e renova constantemente sua luta histórica contra as forças da natureza, apesar da pouca ajuda e dos desmandos das instituições exteriores, especialmente os governos Estadual e Federal.

³⁶ Guerra e Cunha (2001:19) destacam que os impactos ambientais urbanos apresentam um duplo desafio: articular uma interpretação coerente dos processos ecológicos e sociais à degradação do ambiente urbano e transformar a problemática dos impactos ambientais urbanos de uma questão natural a uma questão social e política.

Não se põe em dúvida o fato dos investimentos Estaduais e Federais não corresponderem às necessidades do município tanto nos períodos de calma quanto nos períodos de reconstrução, como destaca-se nas narrativas e publicações dos profissionais do CEOPS, mas é importante ressaltar que a ênfase dada à autonomia do povo do Vale do Itajaí e mais especificamente de Blumenau, ao enfrentar os problemas causados pelas enchentes nos períodos de reconstrução acaba por dificultar a percepção do caráter processual e da gravidade dos desastres que acometem a região. Isso porque a recuperação rápida da cidade e da vida cotidiana é vista como pressuposto para definir o comportamento e caráter de seus cidadãos. Viver em abrigos temporários e sofrer as consequências do desastre dois anos depois a ocorrência do mesmo, por exemplo, representariam um sinal de indolência e oportunismo, características que muitas vezes ouvi ser imputada aos atingidos.

O reconhecimento da gravidade e continuidade de um desastre por um período muito posterior à eclosão de uma enchente representaria negar uma das identidades mais prezadas pelos habitantes da cidade, a do “valor trabalho”, conferida mesmo àqueles que não são descendentes de alemães. A cultura do trabalho deixa de ter um significado puramente étnico num período em que a cidade de Blumenau passou a receber um grande contingente de migrantes, e passa a abranger uma forma de comportamento de seu povo, visível de forma mais clara nos momentos de enchente e que contrasta (Carneiro da Cunha, 1986)³⁷ com o comportamento considerado passivo da população de outras cidades do Estado de Santa Catarina e do Brasil.³⁸

Para exemplificar esse tipo discurso, transcrevo alguns artigos publicados no principal diário da região em períodos posteriores a enchentes.

³⁷ Não pretendo aqui desenvolver um conceito de identidade teuto-brasileira, mas realizo essa análise tendo como base a conceituação de Carneiro da Cunha (1986) para quem a cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de muito contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subtende, a do contraste, determina vários aspectos. (...) A cultura não é algo dado, posto, algo dilapidável também, mas algo constantemente reinventado, recomposto, investido de novos significados e é preciso perceber (...) a dinâmica, a produção cultural (Carneiro da Cunha, 1986: 99-101)

³⁸ Frotscher no seu artigo “Blumenau nas Enchentes de 1983 e 1984 e o Imaginário da Cidade do Trabalho (1997)” argumenta que as inundações, nesse período, foram tomadas como símbolo da capacidade de trabalho e reconstrução do blumenauense – sua operosidade germânica. São diversas as notícias jornalísticas, panfletos políticos e artigos em geral que destacam que em épocas de cheias (mesmo sem tragédias), o povo de Blumenau é diferente do resto do país, pela composição étnica teuto-brasileira, muitas vezes explicitada como responsável por ser o trabalhador de origem alemã melhor que os demais, como demonstrei no capítulo anterior.

“Nem sequer a honra de um povo que não vive de esmolas, mas de trabalho foi respeitada. (...) A esmola que prometeram, no município ninguém viu. Mas se o governo age assim, o nosso povo é diferente. Aqui cada tijolo foi posto, misturando-se a argamassa com o suor do trabalho, aqui ninguém prospera com facilidade, aqui ninguém vive sob o manto do paternalismo, aqui cada filho honra o nome que o pai lhe legou, aqui o patriotismo existe na essência, aqui não existe lugar para o sectarismo. Aqui se vive às expensas do suor do povo que trabalha com honestidade e abnegação (...) Blumenau, todos nós sabemos, se impõe nesta nação, e até internacionalmente, pela operacionalidade de sua gente” (**Artigo do presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau publicado no dia 23 de Agosto de 1983**).

“Diferente dos outros pontos do país, aqui, nos acostumamos a tomar a reconstrução nas próprias mãos, pois a ajuda oficial, principalmente por parte da esfera federal, quando chegava era irrisória ou vinha tarde demais. Isso vai continuar a se repetir?” (**Jornal de Santa Catarina, 14 de outubro de 1990**).

“Mais do que fazer um balanço, hoje é dia de Blumenau fechar um ciclo. Em 2008, ficamos marcados por uma das maiores tragédias climáticas do país. Após as medidas emergenciais, mensuramos a destruição e calculamos que precisaríamos de dois anos para reconstruir casas, ruas e pontes devastadas. E foi exatamente isso o que aconteceu. Em 24 meses vemos uma cidade renovada, em espírito e infraestrutura.

(...)No auge da tragédia, anunciaram que recursos não faltariam para nossa recomposição. De fato, conhecemos a solidariedade dos brasileiros, cujas doações somaram R\$ 8,2 milhões, sendo destinados à compra de terrenos para construção de moradias. Já o governo federal, que assinou uma MP de R\$ 1,6 bilhão para as cidades atingidas por cheias em 2008, depositou no caixa da prefeitura R\$ 24,8 milhões. Valor bem abaixo dos R\$ 336 milhões solicitados em projetos.

Além disso, mesmo vivendo uma situação atípica, Blumenau passou por todos os trâmites legais. Em dois anos, 60% do tempo foi gasto para vencer a burocracia. Mas, mostramos, novamente, que o nosso povo não teme arregaçar as mangas e partir para o trabalho.” (**Artigo do prefeito João Paulo Kleinübing publicado no Jornal de Santa Catarina no dia 22 de Novembro de 2010**).

Interessado nessas questões sociais e culturais que envolvem a relação entre população e ambiente no Vale do Itajaí, o engenheiro ambiental Mário Tachini iniciou suas pesquisas sobre o tema dos desastres porque tinha uma trajetória de vida (Bourdieu,1984) de enfrentamento de cheias na região, especialmente em Brusque, sua cidade natal. Quando era estudante de graduação em engenharia ambiental na Universidade Federal da Santa Catarina

(UFSC) ele queria de alguma forma colaborar com a comunidade, mas precisava voltar para a região do Vale do Itajaí para realizar sua pesquisa.

A oportunidade surgiu quando um de seus professores na UFSC, que lecionava hidrologia e pesquisava o controle de enchentes, procurou resgatar os dados hidrológicos e meteorológicos existentes sobre todas as sub-bacias de Santa Catarina. Ele, junto com acadêmicos da geografia, engenharia civil e sanitária encontraram dados surpreendentes através do Grupo de Trabalho da Hidrologia.

Nós começamos a buscar esses dados e através do Grupo de Trabalho da Hidrologia da UFSC chegamos a resultados de que o evento de 1983 não era algo tão excepcional como se veiculou na mídia, como um evento secular, catastrófico. Nós através de estudos hidrológicos mostramos que se tratava de um evento que em média para Blumenau poderia recorrer a cada 33 anos, então não tinha nada de excepcional. Então de impacto para a comunidade científica foi muito interessante, sem falar na mídia. Aí que eu me despertei para esse assunto, mas depois de formado me afastei um pouco, porque tinha que trabalhar. Mas assim que eu retornei para Brusque em 1986, um colega que já estava trabalhando aqui na FURB me estendeu um convite para trabalhar com o professor Ademar Cordero em uma pesquisa de aperfeiçoamento em Hidrologia. Fiquei trabalhando por um ano e de certa forma me aproximei do antigo Projeto Crise criado na universidade.

(Mário Tachini, CEOPS, 2010)

Durante o Projeto Crise muitas autoridades internacionais vieram trocar experiências e dar suporte aos profissionais locais, o que contribuiu ainda mais para o interesse de Mário no estudo das enchentes. Mais tarde ele foi convidado para ser professor do curso de Engenharia Civil da FURB. Sua participação sistemática no CEOPS iniciou em 2001 a convite da direção do Instituto de Pesquisas Ambientais da FURB, local ao qual ele estava vinculado como professor.

Dentro do CEOPS, Mário Tachini construiu seu próprio modelo de previsão de enchentes analisando as diversas dissertações e teses realizadas sobre o assunto e as experiências das pessoas que trabalhavam com modelos empíricos (não-científicos). Ele denomina seu modelo de semi-empírico e como não publicou os resultados de sua pesquisa, somente ele o usa para realizar previsões. Quando é preciso fazer uma previsão para a prefeitura, tanto ele quanto o professor Ademar Cordero usam seus modelos respectivos e depois se reúnem para chegar a um consenso.

Assim como Ademar Cordero, ele também apontou a deficiência na transmissão dos dados telemétricos sobre os níveis como o principal problema enfrentado.

No passado nós dependíamos muito dos observadores para obter a leitura da chuva, ou do nível do rio, e ainda hoje nós dependemos deles. Eu tenho para mim que nós nunca poderemos descartar a observação deles e que pese que alguns deles são idosos, tem um de 83 anos e de madrugada jamais eles vão descer uma escada para fazer a leitura. Em alguns eventos isso é importante porque muitas vezes o sensor de nível não está funcionando. Em abril nós tivemos um momento em que nenhum sensor estava funcionando e as vezes você precisa uma informação de madrugada e não dá para conseguir.

(Mário Tachini, CEOPS, 2010)

A dificuldade de previsão de nível causa grandes transtornos especialmente por que os meios de comunicação muitas vezes fazem um “estardalhaço” por uma diferença de alguns centímetros na previsão do CEOPS. Segundo a norma do Centro trabalha-se com uma tolerância de 30 a 50 cm e tendo em vista uma medida de segurança, a previsão sempre é feita um pouco acima. Sabe-se que dependendo do nível do rio, 50 cm a mais pode significar o alagamento de várias partes da cidade, mas torna-se muito difícil fazer previsões precisas sem os dados necessários.

A falta de dados de nível faz com que seja preciso utilizar os dados de quantidade de chuva como principal ferramenta de previsão.

A medição da chuva se mantém excelente atualmente, de hora em hora nós temos os dados atualizados, então eu sempre dou entrada com a chuva no meu modelo, não espero só nível. Então eu posso me adiantar um pouco. Implantamos rádio para se comunicar com a barragem norte e também com os observadores para que eles passem a informação do nível quando as estações não estão funcionando.

(Mário Tachini, CEOPS, 2010)

Para tentar sanar essas dificuldades o projeto mais recente proposto pelo CEOPS diz respeito ao monitoramento hidro-meteorológico das sub-bacias da cidade de Blumenau, que compreendem os ribeirões e arroios que cortam a cidade. O projeto prevê a instalação de 21 pluviômetros convencionais, que serão utilizados para informar a comunidade dessas regiões o momento certo para abandonarem suas casas em caso de cheia. Esse trabalho é longo e complicado porque envolve uma parceria com a Defesa Civil, que terá a incumbência de ensinar a população a usar os pluviômetros e a tomar as iniciativas necessárias para a evacuação da área no tempo certo.

Tanto Mário quanto Ademar, esperam que todas essas estações funcionem, mas conhecendo as dificuldades enfrentadas eles preveem que se pelo menos 12 das 21 funcionarem poderá se realizar uma previsão satisfatória.

O projeto prevê também a instalação de 5 telepluviômetros nas 5 principais sub-bacias do município, isso porque as inundações nas áreas próximas aos ribeirões atingem alguns centímetros ou até mesmo um metro acima em relação à régua referencial de nível que fica no centro da cidade, o que indica que cada sub-bacia tem uma dimensão e uma configuração própria com a qual comunidade da cidade precisa se familiarizar.

No contexto de parceria entre o CEOPS e Defesa Civil Municipal e Estadual, Mário Tachini é o pesquisador que mantém o contanto mais próximo com esses órgãos. Ele relata que a rotatividade na Direção da Defesa Civil é um grande problema para realização dos projetos, visto que é preciso uma grande experiência para executar o trabalho que inicia com a previsão e termina com a ação de acionar os abrigos e avisar a população para deixar suas casas. O envolvimento da comunidade nos projetos deve sempre ser de responsabilidade da Defesa Civil, porque o CEOPS normalmente não entra em contato direto com os moradores das áreas atingidas e com os agentes voluntários de Defesa Civil.

No ponto de vista de Mário Tachini, as administrações municipais e estaduais deveriam dar mais atenção a esta questão, porque a afinção que se tem com os técnicos da Defesa Civil que são funcionários concursados, nem sempre se reflete também com os membros das Secretarias de Defesa Civil que são os responsáveis pela implementação dos projetos e políticas de Defesa Civil. Segundo ele, a ação da Defesa Civil depois das previsões do CEOPS deve ser cada vez mais rápida visto que o principal problema que a cidade vai enfrentar futuramente é de difícil previsão, tratando-se principalmente de enxurradas (inundações rápidas em diferentes áreas da cidade, que geralmente causam deslizamentos de terra).

O evento de novembro de 2008 exemplifica bem esse caso, como explicou Mário Tachini.

O que pesou em 2008 é que ninguém esperava um evento tão grandioso, eu me lembro que sábado pela manhã, o Mário, que é o técnico que trabalha aqui, me disse que nem conseguia chegar na Universidade, na primeira previsão. Durante a tarde, quando chovia muito eu resolvi fazer uma vistoria no Ribeirão da Velha junto ao Corpo de Bombeiros e resolvi vir para cá. Aí o Mário conseguiu várias informações em vários pontos e nós fizemos a primeira previsão por volta das 21 horas. Nós fizemos uma

previsão de que o nível do rio chegaria a 7,50 metros logo pela manhã, 7 ou 8 horas, mas esse nível já foi atingido às 3 horas da manhã daquele dia.

Após essa previsão das 21 horas da noite, nós fomos para a casa de um dos meteorologistas para jantar, aí por volta da meia-noite e meia, o Mário ligou-me e disse: vem para cá que a coisa está feia. Foi muita chuva em cima de Blumenau, da bacia, e nós não tínhamos dados. Se não fosse o nosso insight de ir lá fazer a leitura do pluviômetro fora de hora e desconfiar dos dados, por exemplo, o telepluviômetro de Timbó dava um valor muito baixo, daí eu aumentei muito mais o valor. Se não fosse isso nós teríamos errado muito mais ainda. Enfim a primeira previsão aconteceu mesmo nos 7,50 metros, mas muito mais cedo do que nós esperávamos e a segunda previsão pela manhã nós acertamos e fomos atualizando, daí chegou o Ademar Cordero para nos ajudar.

A primeira ideia é que nenhum serviço de meteorologia conseguiu prever esse evento e a hidrologia depende desses dados. Nós podemos nos antecipar um pouco se o modelo está sendo coerente e você vai ajustando. Essa informação nós não tínhamos e aí você tem que ir acompanhando o crescimento do nível do rio e ir ajustando o modelo e melhorando a previsão, mas de início foi uma coisa assustadora.

Foi uma inundação brusca, uma enxurrada, e nós não temos nenhum sistema de previsão, de radar desses eventos que acontecem numa intensidade altíssima e em poucos minutos e também da evolução do nível do rio. Então o ferramental era pouco.

(Mário Tachini, CEOPS, 2010)

A falta de manutenção das estações impediu que dados mais precisos sobre o nível do rio fossem transmitidos e somado a isso a incapacidade dos serviços de meteorologia em prever o anticiclone que atingiu a cidade dificultaram a realização de uma previsão confiável num tempo maior de antecipação.

O evento de 2008 ensinou muito aos pesquisadores do CEOPS, principalmente no que diz respeito ao monitoramento de eventos que ainda não tenham se desenvolvido. A educação da população aparece também como requisito fundamental para a familiarização com os eventos extremos e as atitudes a serem tomadas nesses casos. Isso porque a convivência com esses eventos ser constante pelo fato da região ser propícia para enchentes e enxurradas. A explicação está no fato dela ser uma região de mata atlântica e um dos fatores que determinaram esse tipo de vegetação foi a chuva.

A perspectiva dos pesquisadores do CEOPS é de que a cidade de Blumenau vai continuar inundando constantemente e sofrendo com os deslizamentos porque o centro urbano cresceu em uma área inadequada, muito suscetível a alagamentos e porque ele se expandiu para áreas de morro ainda mais inadequadas, por serem suscetíveis à

deslizamentos. Isso se refletiu nos últimos desastres quando muitos dos moradores subiram os morros para fugir das enchentes anteriores e em 2008 sofreram as piores consequências.

Atualmente o foco dos projetos do CEOPS está nas enxurradas e deslizamentos. O mais recente projeto de pesquisa, realizado com o apoio de um professor da Engenharia Florestal, visa analisar mapas de satélite anteriores e posteriores ao evento de 2008 para identificar as áreas que sofreram deslizamentos e tratar das formas de classificar a situação de cada uma.

Apesar do risco de deslizamentos de terra não serem uma questão nova para os envolvidos nas ações de prevenção de desastres em Blumenau (como apresentarei no próximo subcapítulo sobre o trabalho da Defesa Civil na elaboração do Plano Municipal de Redução de Riscos), ela foi historicamente relegada devido à falta de investimento e apoio político à questão da regulamentação da ocupação urbana e da prevenção de riscos.

Vislumbra-se assim que as respostas aos problemas ambientais que afligem a Região do Vale do Itajaí são construídas através de agendas políticas, significados culturais e por diferentes visões de risco mantidas pelos diferentes grupos sociais, mais do que simplesmente pelo desenvolvimento científico tecnológico das formas de prevenção de riscos (Finan, 2009)³⁹.

Os desastres na região foram e serão social, política e economicamente mediados, distribuídos e interpretados e as medidas de mitigação e resposta similarmente estruturadas. Nesse sentido o enfoque não recai somente nos desastres naturais nem somente na questão política, leva-se em conta que o ambiente, seus recursos e seus desastres são socialmente construídos e enquadrados pelas pessoas através de fatores sociais, políticos e econômicos mesmo nos momentos de calma (Oliver-Smith, 2002).

Os projetos de prevenção do CEOPS são construídos e implantados em termos de redes de relações que ligam a sociedade (organizações e relações entre indivíduos e grupos), o ambiente (a rede de relações com o mundo físico em que indivíduos e grupos são constituídos e constituintes) e a cultura (valores, normas, crenças, atitudes e conhecimentos que pertencem a essas organizações e relações). Como destaca Tim Ingold (1992:51) as sociedades e seus padrões de comportamentos não estão simplesmente situadas no ambiente, as sociedades são

³⁹ Para Finan (2009) o trabalho de campo tem um papel importante nesses contextos científicos por detectar as dinâmicas de poder, conflito, agência, e resistências que definem as noções de risco mantidas por diferentes grupos sociais e determinam as políticas de prevenção implementadas.

fundadas e formadas na natureza ao mesmo tempo em que a natureza é culturalmente construída e materialmente alterada pela sociedade. Assim os desastres não ocorrem na natureza, mas sim nas sociedades, entretanto, eles não se originam exclusivamente nas sociedades, mas nas relações entre sociedade e ambiente e nas formas institucionalizadas que essas relações tomam.

Os membros do CEOPS aparecem assim como um grupo de pesquisadores que relacionados e dependentes da ação de outros grupos e instituições sociais (Secretaria de Defesa Civil, Universidade Regional de Blumenau, Imprensa, cidadãos blumenauenses, etc.) tentam compreender as interações desse conjunto de sistemas inter-relacionados que produzem o colapso da proteção da sociedade e buscam neste contexto social, político e tecnológico de possibilidades e limitações as soluções possíveis para os problemas dos desastres.

5.3. A Defesa Civil Municipal e o Plano Municipal de Redução de Riscos

Como escrevi no primeiro capítulo a Defesa Civil brasileira surgiu inspirada pelo *Civil Defense Service*, instituído pelo governo britânico para minimizar os efeitos dos frequentes ataques ao seu território em 1940. Preocupado com eventuais ataques externos quando declarou guerra ao Eixo, o Brasil em 1942, criou o Serviço de Defesa Antiaérea, transformado no ano seguinte em Serviço de Defesa Civil. Em 1946, com o término da guerra, esse serviço foi desativado por ser considerado desnecessário.

Quatorze anos depois em 1960 o governo reconheceu a necessidade de ressarcir prejuízos causados por “fatores naturais”, o país saiu do foco de proteção frente a ataques oriundos de guerra e passou a dar atenção aos problemas gerados pelos desastres. Se, na década de 1960, o Brasil passou a trabalhar adotando a filosofia assistencialista para fazer frente aos prejuízos oriundos de desastres, a década de 1970 foi caracterizada pela tentativa de consolidar a organização de Defesa Civil.

Com o Decreto n. 67.347, de 5 de outubro de 1970, foi criado o Grupo Especial para Assuntos de Calamidades Públicas (GEACAP), com pessoas preparadas para enfrentar situações extraordinárias decorrentes de desastres. O GEACAP foi o embrião do que seria, nove anos depois, a Secretaria Especial de Defesa Civil (SEDEC) criada em 1979. Essa Secretaria tinha a finalidade de exercer em todo o território nacional, com o apoio de coordenadorias regionais de Defesa Civil, a coordenação das atividades relativas às medidas preventivas, assistenciais e de recuperação dos efeitos produzidos por fenômenos adversos de quaisquer origens, bem como aquelas destinadas a preservar o moral da população e o restabelecimento da normalidade da vida comunitária (Furtado et al, 2012). É importante destacar que a questão das “medidas preventivas” fora citada pela primeira vez em um documento de Defesa Civil.

Com a criação do Sistema Nacional de Defesa Civil como instituição estratégica para a redução de riscos de desastres em 1988, institucionalizou-se a ideia de que a Defesa Civil não era apenas um órgão responsável por agir durante e após os desastres assistindo a população, mas incumbido também em prevenir a ocorrência dos mesmos.

A Política Nacional de Defesa Civil instituída pelo Conselho Nacional de Defesa Civil (CONDEC) em 1994 e mais tarde na lei n.12.608/12 que estabeleceu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) em 2012 também deram prioridade às ações de

prevenção, sem descuidar das ações necessárias de resposta, de socorro e assistência e de recuperação.

A Defesa Civil do Município de Blumenau como uma das mais bem organizadas e mais experientes no tratamento de enchentes, já estava focada na questão da prevenção de desastres muito antes do estabelecimento da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Tal experiência estava relacionada às tentativas de seus membros de diminuir as ocorrências graves, especialmente as relacionadas aos deslizamentos de terra e facilitar o trabalho da instituição que possui poucos funcionários para atender uma cidade com mais de trezentos mil habitantes e que sofre constantemente com casos de enchentes, enxurradas e deslizamentos.

O trabalho preventivo da Defesa Civil Municipal tem como intuito promover a participação da população nas ações de Defesa Civil e desconstruir a visão assistencialista que domina sua percepção, assim como apontar e combater a apatia e despreocupação que acomete os habitantes da cidade nos períodos de “calmaria” (período entre enchentes). Atualmente o principal instrumento municipal para guiar as políticas de prevenção é o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR).

As entrevistas realizadas com Manfred (técnico da Defesa Civil) e principalmente com Maria Salete (Assistente Social da Defesa Civil e principal figura na elaboração do PMRR) apontaram que o PMRR, elaborado e finalizado antes do desastre de 2008, priorizava as ações preventivas contra deslizamentos de terra, fenômenos que pareciam ser considerados relativamente novos no catálogo de calamidades que acometiam a cidade. O Plano, que exigiu enorme trabalho junto à população que reside em áreas de risco, não foi implementado e as informações contidas nele foram negligenciadas no pré e pós-desastre de 2008.

A pessoa responsável por familiarizar-me com a elaboração do PMRR foi a assistente social da Defesa Civil Maria Salete. Ela trabalha há dez anos na Prefeitura Municipal, passando pelas Secretarias de Saúde, Assistência Social, Habitação, e finalmente Defesa Civil, tendo como especialidade, segundo ela mesma, elaborar projetos para conseguir repasses de recursos federais.

Oriunda da iniciativa privada, onde trabalhou como assistente social no setor de Recursos Humanos de uma grande empresa, ela classifica o seu trabalho como uma busca por resultados cada vez melhores, concretizados em cada financiamento federal conseguido para a realização de projetos das secretarias em que trabalhou. Em 2006, após elaborar alguns projetos para a Defesa Civil, foi definida uma legislação que obrigava a Diretoria de Defesa

Civil a ter um engenheiro e um assistente social, o primeiro para trabalhar com os aspectos físicos relacionados a prevenção de desastres e o assistente social para tratar dos programas de inclusão e do contato com as populações que vivem em área de risco. Neste mesmo ano, com a criação da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária ela teve que escolher entre a incorporação nesta secretaria ou na Defesa Civil, na época ainda diretoria (tornou-se secretaria em 2009). Maria Salete optou pela última.

Foi então que ela se envolveu na produção do Plano Municipal de Redução de Riscos. O PMRR é uma premissa e uma ferramenta a ser utilizada pelo Plano Diretor dos Municípios, prescrita a partir do Estatuto das Cidades de 2001 como condição para a busca de recursos federais para ações estruturais e não estruturais em áreas de risco.

O Plano da cidade de Blumenau foi desenvolvido com recursos federais, recebidos de forma prioritária pelo fato do município ter áreas de risco com experiência de vítimas fatais. De 2006 até setembro de 2008 foi desenvolvido o mapeamento das áreas de risco, destacando-se 17 regiões da cidade que tinham sofrido ocorrências entre os anos de 1973 a 2008.

De 1973 a 1983 a Defesa Civil consistia numa comissão de pessoas da sociedade e de instituições públicas que se reuniam e decidiam as ações de prevenção e resposta mediante as necessidades do município, assim os registros desse período eram pequenos e desorganizados. A partir da enchente de 1983 e da criação da Diretoria de Defesa Civil unindo a estrutura da Prefeitura Municipal à questão da Defesa Civil, os registros de ocorrências de chuvas, alagamentos e deslizamentos, ainda que não ideais, possibilitaram o mapeamento das áreas segundo o seu nível de risco: alto, médio e baixo e o estabelecimento de medidas estruturais ou não-estruturais que deveriam ser tomadas de acordo com cada caso - obras de infraestrutura para tornar as áreas de baixo e médio risco habitáveis e a estimativa de famílias que deveriam ser deslocadas quando a área era de alto risco.

Exemplo desse trabalho ocorreu no mapeamento da área de risco do Morro Coripós, primeiro projeto financiado pelo Governo Federal. O mapeamento foi embasado num estudo realizado ainda no ano 1983 que já apontava para o fato daquela região estar sujeita a movimentação de terra, necessitando ser desocupada. Tanto o estudo de 1983 quanto o do PMRR porém, não receberam o devido interesse dos órgãos governamentais. Sua importância só veio à tona, segundo Maria Salete, com o desastre de 2008.

O PMRR foi construído através de um grupo de trabalho interdisciplinar de

pesquisadores da geologia, engenharias, assistência social, psicologia e técnicos da Defesa Civil que visitaram as 17 grandes áreas da cidade que haviam sofrido ocorrências, realizaram estudos e avaliações e depois se reuniram com os moradores para mostrar quais medidas deveriam ser tomadas.

Durante os anos de 2006, 2007 e 2008 foram realizadas dezenas de reuniões com as comunidades, mas pouco foi realizado em termos de obras e ações tanto por parte da prefeitura quanto por parte dos moradores. Isso se refletiu no desastre de 2008, nas palavras da assistente social da prefeitura:

Nós fizemos reuniões nas associações de moradores, postos de saúde, e as pessoas se omitiram, a maioria nem comparecia nas reuniões. Então assim, eu acho que 50 por cento do que aconteceu em 2008 foi culpa da população e os outros 50 por cento foi da prefeitura. Porque nas áreas que nós mapeávamos as pessoas burlavam a fiscalização, elas ocupavam irregularmente no fim de semana, durante noite, e iam construindo aos poucos, etc. Mesmo quando apontávamos que a área era imprópria.

E tudo que estava no nosso projeto se cumpriu em 2008, só que para muito pior. Hoje têm 48, 50 grandes áreas de risco e não mais 17 como eram antes. Então, hoje trabalhamos com as áreas que nunca tinham tido problemas mais aquelas que eram reincidentes. Nós tivemos que realizar um novo mapeamento da situação econômica, das características da natureza da região, das habitações e depois deixar para o setor de geologia aprofundar os estudos.

(Maria Salete, Defesa Civil, 2010)

O primeiro projeto do PMRR finalizou seu trabalho de campo em Setembro de 2008 e tinha como prazo de conclusão o mês de Dezembro. Porém, as chuvas que atingiram a cidade nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro foram agravando a situação das áreas de risco e impediram que as reuniões de retorno à população fossem realizadas. Assim o projeto foi prorrogado e mais tarde ampliado com um novo financiamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no valor de 300 mil reais (o primeiro projeto havia recebido um financiamento de 130 mil reais), visto que as áreas de risco do município tinham mais do que duplicado.

A realização desse segundo projeto, segundo Maria Salete, tinha sido muito mais difícil por causa de dois fatores principais. Primeiro porque as comunidades achavam que se tratava de um projeto de reconstrução e não de diagnóstico e cobravam dos técnicos da Defesa Civil a construção de suas novas moradias. Segundo porque com a criação Secretaria de Defesa Civil foi escolhido um novo Secretário, general do exército, que não tinha experiência

na área de Defesa Civil e que não era da região, portanto não partilhava de uma “cultura hídrica” (Mattedi,1999), nem conhecia as áreas historicamente afetadas da cidade. Uma das primeiras ações do novo secretário foi tentar mudar a equipe que havia realizado o PMRR original, estabelecida através de uma parceria entre o instituto de Pesquisas Ambientais da FURB e a Defesa Civil Municipal. A equipe não foi desfeita porque alguns meses depois houve uma troca no secretariado e o general foi desligado do cargo.

Eram tantas reuniões em 2009 com a população que eles não entendiam o que era, eles misturavam com as promessas políticas e essas coisas, e muitas secretarias estavam fazendo reuniões, aí nos incluímos as nossas reuniões nos postos de saúde, nas reuniões de saúde para não misturar com as questões da Secretaria de Habitação.

Nós tivemos ainda uma troca de diretor e inclusive quiseram dismantelar a equipe e colocar outro grupo de estudo. A troca de secretário, de diretor toda hora, isso devia ser proibido. Porque o nosso trabalho provou que estávamos corretos. Apesar disso, nós recebemos o reconhecimento de fora primeiro, dos pesquisadores que vieram para Blumenau durante o evento, para depois ter reconhecimento aqui. E o pior, depois muita gente utilizou esses mapas pela cidade com outros nomes, de outras diretorias, diretorias que nem existiam antes de 2008, e esse trabalho havia sido feito antes de 2008, antes do evento por nós.

(Maria Salete, Defesa Civil, 2010)

A conclusão do trabalho, segundo Manfred, era de que a cidade de Blumenau não poderia ter um centro urbano num espaço com essa configuração geográfica, seguindo a linha das conclusões desenvolvidas pelo Comitê do Itajaí, o CEOPS e o IPA. A perspectiva era de que as pessoas teriam que aprender a viver de uma forma sustentável, cuidando do ambiente e aprendendo a ler as informações que prenunciam um desastre. Na medida do possível era necessário aumentar a fiscalização da construção de novas moradias, para que elas fossem erguidas em locais mais seguros e juridicamente regulares.

A mudança de comportamento, segundo ele, deveria partir primeiramente da população, especialmente daqueles que foram atingidos de alguma forma pelo desastre.

60 por cento da população de Blumenau vive em áreas de risco, sejam elas irregulares ou regulares. Então elas não podem se livrar da responsabilidade que cabe a elas. Nenhum programa federal propõe indenização, e também a prefeitura não dá qualquer propriedade, somente subsídios para a retomada das moradias. Não existe doação na legislação pública.

Eu sei que muitas pessoas tinham trabalhado uma vida inteira, para ter uma aposentadoria, para ter uma casa e ter sossego, e perderam tudo. Ver a retroescavadeira destruindo as casas, é uma devastação humana grande, mas a mudança tem que partir da população também. O resultado prático só vai dar certo quando a população entender, participar, ter interesse. Era muito interessante que após o desastre todo mundo dizia que isso não ia acontecer se o vizinho não tivesse desmatado, mas onde eles estavam quando o vizinho desmatou. Eles preferiam ver as pessoas sofrerem, as casas caírem ao invés de brigar com um vizinho.

(Manfred, Defesa Civil, 2010)

O PMRR propõe a realização de atividades educacionais junto às lideranças de bairro e às escolas para capacitar o público que servirá de multiplicador do conhecimento de prevenção de riscos junto à comunidade. Segundo consta no Plano, as atividades de ensino visam diminuir o número de atendimentos não urgentes capacitando os proprietários a realizar a análise dos riscos da sua moradia. “Por que eles tem o melhor conhecimento sobre a estrutura de sua casa e assim podem verificar as mudanças ocorridas, buscando mais tarde realizar as obras necessárias

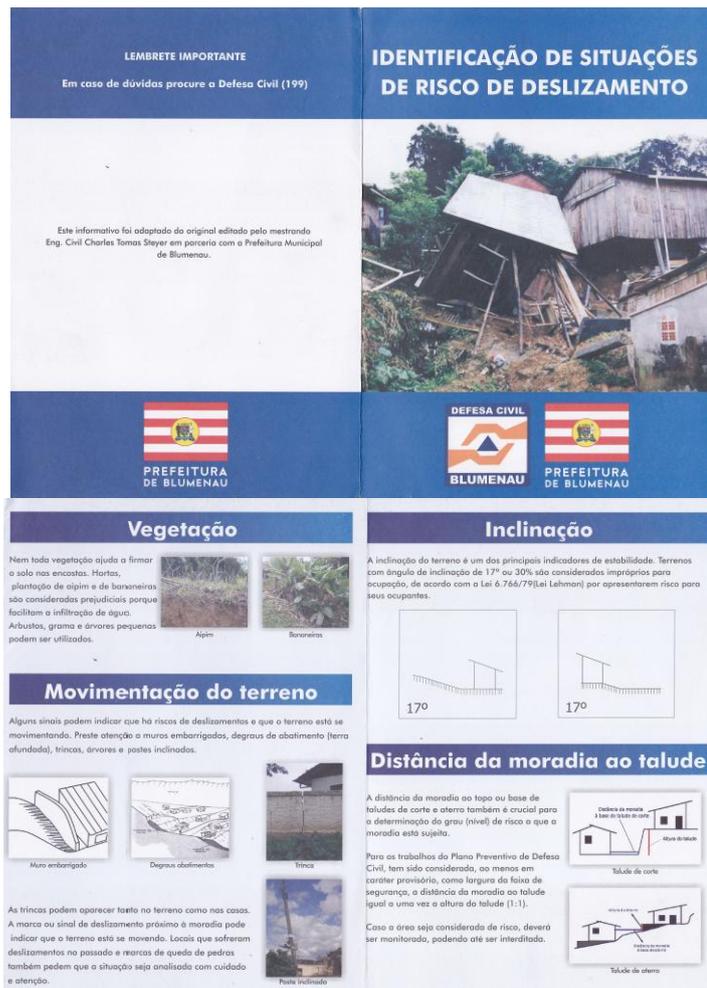


Fig. 38. Cartilha de Defesa Civil. Defesa Civil Municipal, Blumenau, Santa Catarina.

A Defesa Civil é também, necessidade de ensinar as famílias a ver os riscos, por exemplo, usar um barbante para medir a rachadura na casa ou muro e marcar o dia, hora e a medida. Depois tem que ir todos os dias medindo para ver se ela está aumentando, nós trabalhamos principalmente com as crianças, para elas fazerem isso. Se a rachadura diminuir é um bom sinal. Sinal de que a terra está se acomodando. Esse tipo de ação é muito importante, pois pode salvar vidas ou por outro lado pode mostrar que o risco é baixo.

(Manfred, Defesa Civil, 2010)

Tratando-se da ação humana, Maria Salete apontou a falta de saneamento básico como um dos principais fatores para a ocorrência de deslizamentos. O esgoto sem canalização apodrece e enfraquece o terreno das casas e juntamente com o acúmulo de lixo e desmatamento geram grande parte dos desastres. Se os dois últimos fatores são apontados como não estruturais, reflexo do comportamento da população, necessitando assim educá-la para tratar desses problemas, o primeiro (saneamento básico) está definido como um problema estrutural bastante sério.

Maria Salete destaca que o trabalho do PMRR foi apontar esses problemas e os valores para a sua resolução:

Para tu teres uma ideia, aqui em Blumenau tem 4% de tratamento de esgoto. São cinco tipos de equipamentos urbanos que são necessários, segundo o Governo Federal, como infraestrutura básica: energia elétrica, rede de água, esgoto e lixo (saneamento básico), pavimentação e drenagem e na maioria esmagadora dos lugares estudados não havia isso. O nosso trabalho aponta esses problemas e os custos para eles serem feitos, claro que estão com os preços de 2008, o que demanda um aumento de 20 por cento a cada ano. E esses 4% de tratamento de esgoto foram feitos porque a região da Rua Belo Horizonte (Bairro da Glória, Zona Sul) era um dos locais mais críticos, em que morreram 21 pessoas vítimas de deslizamentos em 1990. Em função da pressão popular, foi ali que foi feito o saneamento básico. E esse trabalho aponta quais são os serviços básicos essenciais necessários e quais os custos. E no entorno das localidades também, como posto de saúde, escolas de ensino básico, segurança. E a abrangência desses equipamentos urbanos também em comparação com a densidade demográfica.

(Maria Salete, Defesa Civil, 2010)

A população de Blumenau, segundo Maria Salete, não reconhece esses problemas da cidade porque ainda nutre uma imagem ideal, do período áureo que vai da década de 1920 à de 1980, anterior à abertura do mercado brasileiro que levou a indústria tradicional blumenauense a ser atingida pela invasão de produtos asiáticos e pela entrada de empresas estrangeiras no mercado da região. A criação da Oktoberfest é definida por ela como uma

dádiva, pois surgiu para angariar fundos para as vítimas das enchentes de 1983 e 1984, e como uma praga porque divulga a imagem de um “Vale Europeu” que não existe mais, mascarando os problemas que a cidade enfrenta atualmente não somente para quem vem de fora, mas também para a população da cidade, especialmente a elite que mora nas áreas centrais menos suscetíveis a riscos.

Nesses trinta anos a cidade vem empobrecendo muito. A cidade está 16 por cento mais pobres hoje do que na década de 1980. Essa imagem que passam divulgando no país, ela atrai para região muitas pessoas de fora. É uma realidade econômica que não existe mais. Não existe mais investimento, não existe infraestrutura, a cidade estagnou e está empobrecendo cada vez mais. Os blumenauenses ainda são arrogantes achando que vivem na época áurea do passado e provavelmente isso terá que acontecer novamente, e varias vezes para as pessoas aprenderem.

(Maria Salete, Defesa Civil, 2010)

As palavras de Maria Salete estão embasadas e corroboram com os estudos realizados pela jornalista Magali Moser (2010) e pela Professora Doutora do Curso Assistência Social da FURB Jacqueline Samagaia (2010) sobre o processo de favelização da cidade de Blumenau. Estudos esses que enfatizavam o processo de globalização da economia (a partir da década de 1990) como principal fator para o empobrecimento de uma parcela da população, tornando as ocupações irregulares e a falta de infraestrutura urbana fatos comuns na cidade.

Segundo Samagaia (2010:140), os trabalhadores da região sofreram com o crescente desemprego e rebaixamento salarial. Em 1992 a indústria têxtil local pagava em média 6,5 salários mínimos para um trabalhador com 6 anos de estudo, enquanto em 2001 a média salarial caiu para 3,2 salários mínimos para um trabalhador com 7,5 anos de estudo. O aumento da pobreza não se deve, no entanto, ao empobrecimento da cidade visto que a renda média per capita cresceu 23 % entre 1991 e 2000, enquanto a renda proveniente do trabalho decresceu 12 pontos percentuais no mesmo período.

Essas transformações ocorridas no processo de produção teriam conferido a cidade outras feições, com um significativo aumento das situações de pobreza, expressas nas ocupações em áreas irregulares, de preservação permanente ou prédios abandonados.

Atualmente a cidade tem 47 áreas de concentração de pobreza, segundo a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária, constituídas de ocupações irregulares que incluem áreas de proteção ambiental, áreas de risco, loteamentos clandestinos entre outras, totalizando em torno de 20 mil habitantes. Estas áreas estariam aumentando constantemente como

resultado da crescente desigualdade social e das dificuldades dos trabalhadores, especialmente os migrantes recentes, em adquirir moradias na parte “legal” da cidade (Samagaia, 2010).

A pressão sobre este setor da população após o desastre de 2008 foi enorme, juntando-se às demandas habitacionais dos atingidos à situação de muitas famílias e comunidades organizadas que vinham reivindicando moradias mais dignas, regularizações de áreas, e outras necessidades de infraestrutura urbana.

Isso tudo tornou-se ainda pior quando o preço do material de construção, dos alugueis e dos serviços de limpeza das ruas, terraplanagem e de construção civil explodiram após o desastre.

O reflexo no trabalho da Defesa Civil foi que os moradores atingidos passavam a reivindicar ações que não eram de responsabilidade da Secretaria e adotavam posturas consideradas agressivas e egoístas segundo os membros do grupo de estudo do PMRR. Maria Salete contou-me dois casos em que quase sofreu agressões em reuniões com os moradores.

Teve dois eventos em que eu quase fui linchada na Rua Araranguá. Teve um dito cujo que me abordou na rua, quando eu apresentava o grupo de estudo da UFSC. As pessoas têm confiança numa assistente social e eles vinham cobrar uma casa que o prefeito havia prometido e discutiram comigo. Essas pessoas não entendiam o que era Defesa Civil, o que era prevenção de risco. O ser humano tem o poder de interpretar as coisas de uma forma que favoreça a vida deles. Eu tentava explicar que a Defesa Civil não constrói casas, isso é coisa da Habitação, da Regularização Fundiária, a questão da Defesa Civil é socorrer a vida humana e só.

Daí um cara num carro veio para cima de mim e parou o carro quase em cima das minhas pernas. E saí daquela reunião e cheguei em casa tremendo. Lembro que um professor da UFSC que trabalhava no nosso grupo foi conversar com esse homem e depois veio me tranquilizar, dizendo que a situação estava resolvida, mas eu lembro até hoje disso.

O outro evento ocorreu quando estávamos numa escola no Araranguá, “mais uma vez a coisa de pensar somente no umbigo deles”, e tiveram pessoas com o mesmo discurso, reivindicando casas. Tudo o que aconteceu e eles não aprenderam nada!

Nós mostrávamos as áreas de risco e as áreas interditadas e as pessoas quando nos terminávamos só perguntavam quando íamos liberá-las. Reuniões que eram de 40 minutos viravam 2 horas e meia.

Numa dessas, dois presidentes de associação de bairro só queriam saber quando íamos liberar a interdição de suas casas. Eles, ao invés de dar o exemplo, fomentaram um alvoroço de todos os moradores somente para liberar a casa deles, isso é que eles queriam. Foram momentos muito tensos.

(Maria Salete, Defesa Civil, 2010)

Os pedidos de vistoria e de ocorrências aumentaram extremamente após o desastre, sendo que na maioria deles tratava-se na verdade de casos não prioritários de baixa gravidade.

A análise da urgência dos casos levava em consideração o risco de vida, depois a população envolvida com prioridade para idosos, crianças e adolescentes e por fim os casos que envolviam perda material, diferenciados entre os que podiam ser monitorados pelos próprios moradores e os que necessitavam de vistoria da Defesa Civil.

Nem todas as ocorrências eram marcadas pelo egoísmo e pela impaciência da população. Maria Salete relatou alguns casos de pessoas que entraram em contato para agradecer pelos serviços prestados.

Uma moradora da Rua Irmã Huscher que perdeu a casa, esse vídeo está no youtube, veio a mim para dizer que tinha saído da casa antes de perder tudo e que estava lá para agradecer pelo trabalho da Defesa Civil e só precisava das informações sobre o que ocorreria com a casa porque ela tinha escritura e tal e gostaria de saber sobre os direitos. Raramente alguém liga para dizer o que ela conquistou depois da tua assessoria. Outro caso foi quando um idoso que havia perdido a esposa e a irmã veio pedir auxílio para mim e eu o orientei a trabalhar com as oficinas e utilizar o atendimento psicológico da prefeitura, realizar atividades e orientei também a filha dele a não deixa-lo sozinho. Depois de um tempo ele veio me agradecer, dizendo que aquilo tudo representava uma reviravolta na sua vida. Isso compensa... Isso compensa todos os autos e baixos da profissão.

(Maria Salete, Defesa Civil, 2010)

Os problemas enfrentados pela Defesa Civil municipal não estavam relacionados somente à falta de pessoal para o atendimento das ocorrências e da incompreensão da população do real papel da Defesa Civil. A burocracia e a falta de comunicação entre os órgãos municipais também acabavam gerando dificuldades na orientação e resolução dos problemas. Houve alguns casos em que a fiscalização da Secretaria de Habitação aplicou multas em famílias que perderam suas residências, responsabilizando-as pelo ocorrido e obrigando-as a fazer obras de contenção em áreas e ruas que, segundo o decreto da prefeitura, não podiam sofrer qualquer alteração, pois necessitavam de um estudo mais amplo para detectar qual a real situação de risco. Famílias que muitas vezes estavam morando de favor em casas de amigos e parentes, pois haviam perdido tudo, ainda tinham que arcar com esse tipo de multa, impedindo o reestabelecimento do seu cotidiano. Um desses casos foi relatado por Maria Salete.

A fiscalização foi num terreno atingido, atendendo a chamada de um vizinho e aplicou uma multa de 1200 reais ao proprietário e mandou ele fazer um muro novo porque o deslizamento estava prejudicando o muro do vizinho.

A rua, onde o terreno se localizava, estava no decreto do prefeito de que nada deveria ser feito, então, a pessoa tinha perdido a casa, não tinha mais nada, e como teria 1200 reais, pois estavam morando de favor na casa da mãe e se ela tivesse esse dinheiro já teria construindo uma casinha. O fiscal tinha feito e não queria mudar isso, estava num documento assinado. Deve ser um fiscal da realidade das “socialites” da cidade que não veem o que esta acontecendo na sociedade. Falta bom senso, e indo contra um decreto municipal que dizia que em seis meses não se podia mexer em nada lá. O pessoal que veio de fora disse que as áreas atingidas deveriam ser monitoradas e não poderia haver nenhuma obra. Então essas coisas ao invés de ajudar acabavam atrapalhando.

(Maria Salete, Defesa Civil, 2010)

Outro problema enfrentado pela falta de comunicação entre as secretarias envolvia o cadastramento das pessoas que viviam em área de risco e/ou que foram atingidas pelo desastre de 2008. Durante a primeira fase do PMRR (antes do desastre) a Defesa Civil tinha cadastrado todas as famílias que viviam em áreas de risco e determinado qual o nível de risco que elas enfrentavam. Após novembro de 2008, a população vivendo em áreas de risco aumentou bastante devido à ocorrências em áreas que não eram reincidentes, assim o novo PMRR cadastrou as famílias que viviam nessas novas áreas de risco, vistoriou os terrenos, identificou os danos nas propriedades e encaminhou esses dados para a Secretaria de Assistência Social e para a Secretaria de Habitação. Mesmo com os dados de mais de 10 mil pessoas a Secretaria de Assistência Social realizou novamente o cadastramento das famílias atingidas por pelo menos outras quatro vezes. Isso gerou além dos gastos e do trabalho desnecessário, problemas no atendimento das famílias.

As famílias atingidas que deveriam ser atendidas pela Assistência Social, segundo a Defesa Civil, seriam apenas as que viviam em situação de pobreza, “mas o que se viu foi a inclusão de pessoas que não tinham perdido a propriedade (famílias que viviam em moradias alugadas) e que tinham uma renda grande, mas que na hora do cadastramento comprovavam um renda menor” relatou Maria Salete. Essas pessoas, segundo ela, estariam fazendo um pé de meia, vivendo sem ter que pagar aluguel nas moradias provisórias, enquanto “muita gente que precisava, não foi atendida”. Não houve comunicação interna entre as secretarias, falta que levou a não utilização das informações descritas no PMRR.

A prefeitura se eximiu de fazer a seleção das pessoas que seriam beneficiadas com o financiamento subsidiado de suas moradias, por parte do Programa Minha Casa Minha Vida, deixando-a por conta da Caixa, que estabeleceu a renda como principal fator, definindo uma

demanda de 50% para os atingidos e outros 50% para famílias de baixa renda. Isso fez com que muitas famílias cadastradas no PMRR não fossem contempladas.

Os programas de habitação da prefeitura municipal desconsideraram também os funcionários da própria instituição que perderam suas moradias, 92 no total segundo o cadastramento do PMRR, o que evidenciou mais uma vez o desconhecimento sobre o Plano.

O advento do Desastre, no entanto, trouxe também algumas consequências “benéficas”, assim como ocorreu no caso do CEOPS. A Secretaria de Defesa Civil foi toda reaparelhada através de doações de várias instituições públicas e privadas, a secretaria recebeu um veículo novo, computadores e equipamentos multimídia, teodolitos e outros equipamentos de medição.

O espaço físico da secretaria também foi ampliado separando o grupo que trabalha na Secretaria, tratando da questão administrativa e política, do grupo técnico, que realiza o atendimento à população. Criou-se ainda um setor novo para abrigar o grupo que desenvolve o PMRR (anteriormente o grupo reunia-se no sótão da prefeitura) com os equipamentos necessários.

Conclui-se que a Cultura Hídrica, tão propagada junto à população de Blumenau produz ao mesmo tempo efeitos positivos, quando está relacionada à familiarização com a prevenção de riscos e com o trabalho de recuperação em tempos de desastres, e efeitos negativos ao mascarar os problemas que a cidade enfrenta no pré e pós-desastre, fazendo com que a maior parte da população, sobretudo a elite social e econômica com maior resiliência aos efeitos danosos, e o poder público passem a dar menor atenção às políticas de prevenção e ao investimento à longo prazo nos projetos de precaução.

Os períodos de calma são apresentados pelos membros das instituições de prevenção de desastres (Comitê do Itajaí, CEOPS e Defesa Civil) como tempos de esquecimento das causas e consequências dos desastres, acarretando o agravamento dos mesmos e a retroalimentação de um ciclo constante de calamidades. Em contraste, alimentando o ciclo de desastres estão as atitudes egoístas da população atingida e/ou que vive em áreas de risco, que busca sempre resolver seus problemas individuais, sem pensar na coletividade, cobrando soluções imediatas e assistencialistas as quais não são de responsabilidade da Defesa Civil e o comportamento indiferente da parcela mais abastada da população, na maioria das vezes pouco atingida pelos eventos, que nega a continuidade dos desastres por períodos muito longos fazendo vistas grossas aos problemas das partes mais

pobres da cidade que são as mais vulneráveis. Nesse processo inclui-se a ênfase no “valor trabalho” como forma de tirar a atenção da população, da mídia e das instituições governamentais ao caráter processual dos desastres e à busca por soluções mais duradouras antes e depois da ocorrência dos eventos.

A negação dos desastres, nos termos que venho desenvolvendo ao longo da tese, representa também uma incapacidade do Estado em suas diferentes esferas (Federal, Estadual e Municipal) em implantar medidas não-estruturais de prevenção, restringindo-se a pequenas ou grandes obras corretivas no pré-catástrofe e no pós-catástrofe, não levando em conta a situação projetiva através de um programa político de sustentabilidade.

A realização de medidas preventivas estruturais e não estruturais estão tensionadas pela disputa entre os partidários da antecipação como melhor forma de prevenção, que defendem as obras de engenharia e o sistema de alerta como o caminho a ser seguido e os que defendem a resiliência, enfatizando o desenvolvimento sustentável como caminho para a resolução das enchentes que acometem a região.

Essa disputa entre conhecimentos e saberes está relacionada a emergência de macro-políticas ambientais que se estabeleceram como forças efetivas no mundo social e produziram a transformação de práticas e comportamentos (Rabinow, 1999).

Os eventos capitalizadores que compreendem a emergência da questão ambiental e do discurso ecológico no âmbito internacional e a democratização do processo político no âmbito nacional levaram a contestação das políticas e formas de conhecimento tradicionais relacionadas à prevenção de desastres no contexto do Vale do Itajaí. Se a compreensão e a reforma, o saber e o poder são constituídos simultaneamente como demonstram Rabinow (1999) e Foucault (1967), no contexto atual, nenhuma dessas duas formas de racionalidade atingiu consenso, gerando um conflito entre essas posições científicas e as instituições de poder que as configuram e representam.

Essas novas formas de compreensão das causas e consequências dos desastres apontam para disputas e reformas no pensamento e práticas, não apenas no campo científico e político, mas também do cotidiano, na medida em que se cobra-se a educação e internalização por parte da população de uma série de comportamentos, valores e ações.

É nesse sentido que diferentes esferas ético-políticas (Cardoso de Oliveira, 2007) que envolvem um contexto macro de configuração de políticas ambientais e ecológicas, relaciona-se e entra em confronto com uma mesoesfera que pressupõe as políticas nacionais tradicionais

de abordagem e prevenção de desastres gerando novos enfoques e práticas. Estas duas esferas por sua vez conectam-se e entram em atrito com a microesfera da vida cotidiana, modificando comportamentos e práticas dos cidadãos. Entretanto, esta relação também envolve resistências e conflitos na medida em que os habitantes, especialmente os atingidos em suas limitadas potencialidades de resiliência, constroem e procuram tornar legítimas suas concepções de vulnerabilidade em face das imprevisibilidades na vida cotidiana e de justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando da experiência de grupos citadinos em situações de eventos extremos, abordei a questão das diferentes perspectivas que o desastre de 2008 tomou sob o ponto de vista de diversos atores e instituições da cidade de Blumenau. Privilegiei a perspectiva de que o desastre é um evento processual desdobrando-se ao longo do tempo na memória trabalhada pelos interlocutores nesta pesquisa em suas experiências vividas e em suas interpretações do cotidiano em processo. A complexidade dessas interpretações implica em conhecer e rearranjar nesta escritura etnográfica as múltiplas interfaces dos sujeitos atingidos em suas relações com a memória coletiva e os discursos e ações produzidas pelas instituições políticas e científicas.

As narrativas e ações desses sujeitos em face ao desastre que acometeu suas vidas estão relacionadas às suas diferentes condições sociais e econômicas, de gênero e geracionais e apresentam múltiplas formas de vitimização, de vulnerabilidade e de sofrimento que configuram suas angústias e táticas cotidianas de reconstrução da vida e estabilização de rotinas na vida cotidiana. A experiência de perder a residência e de habitar os abrigos e moradias provisórias administradas por instituições do Estado geraram uma série de sentimentos e práticas que dizem respeito à ruptura na memória, cotidiano e projetos individuais e familiares, ao desenraizamento e a injustiça social. Essa experiência produziu também distintas formas de superação do desastre, seja através da luta política pelo direito de moradia como ocorre com os membros MAD, seja com a tentativa de reconstituir a vida em um novo lar, como acontece com os atingidos que seguiram as políticas municipais de habitação.

A análise da configuração processual do desastre na vida desses sujeitos aponta para a necessidade de construção de políticas diferenciadas de atendimento para mulheres e idosos durante o período de eclosão dos fenômenos e especialmente no período transitório de abrigo, momento que esta população se torna mais vulnerável. Da mesma forma, as políticas de atendimento, reconstrução da cidade e de moradia para a população atingida devem ser construídas em maior diálogo com as vítimas que serão atendidas e beneficiadas. A formulação e execução dessas políticas também pressupõem maior interação e diálogo

entre as secretarias e diferentes esferas governamentais para que não haja sobreposição de esforços.

Ao tratar os desastres como processos, articula-se também com a perspectiva das instituições de prevenção e atendimento (Centro de Operações do Sistema de Alerta, Comitê do Itajaí e Secretaria Municipal de Defesa Civil) que aponta para a busca do enfrentamento e para projetos preventivos mais permanentes e de longo prazo. O problema das enchentes não deve ser atacado somente nos momentos de sua eclosão, mas constantemente de forma a desconstruir uma tradição do agir somente após a ocorrência de calamidades perpetuando assim um ciclo vicioso de desastres.

A construção dessas políticas e soluções não está descolada, porém, dos processos internacionais de produção de conhecimento sobre as mudanças climáticas e das consequências do desenvolvimento industrial e econômico desenfreado no aumento da ocorrência de eventos climáticos extremos. No contexto do Vale do Itajaí, da mesma forma que no âmbito mundial, não há consenso a respeito dos efeitos das mudanças climáticas sobre os desastres, nem quanto as melhores resoluções para preveni-los ou minimizá-los.

Historicamente, na mesma medida em que a cidade foi atingida por enchentes foram também formuladas soluções, sejam elas estruturais, como as barragens de retenção ou não estruturais como é o caso do Sistema de Alerta e a busca pela conscientização e educação da população e das novas gerações sobre a prevenção de riscos e proteção da natureza. Nesses processos plurais de busca por soluções estabelecem-se mecanismos mais abrangentes de diálogo e legislação como o Comitê do Itajaí. Este órgão tem como pressuposto discutir os pontos de vistas de diferentes instituições e setores da população para a construção de soluções heterogêneas que levem em consideração fatores que não eram previstos historicamente através das políticas tradicionais de adaptação aos riscos, políticas essas que configuravam-se por meio da relação entre as entidades empresariais e o Estado.

O processo de democratização da tomada de decisão sobre as políticas e ações de prevenção de desastres está vinculado ao movimento de emergência da Ecologia e das discussões referentes ao tema da resiliência. Na cidade de Blumenau a emergência da questão ambiental abre espaço para uma série de diálogos, disputas e conflitos entre posições políticas e racionalidades científicas distintas, levando ao atraso na implantação de ações e obras, mas também abrindo espaço para a construção de soluções mais abrangentes e duradouras.

Pensando a cidade como cenário híbrido e objeto temporal, vislumbra-se que os sujeitos citadinos partilham de uma cultura hídrica, que trata de comportamentos, atitudes e ações que levam a uma familiaridade com as enchentes e com os riscos que elas produzem. Esta cultura está relacionada à experiência de enfrentamentos de inundações ao longo dos anos e remonta a formação e desenvolvimento da colônia alemã que deu origem à maioria das cidades do Vale do Itajaí.

A memória coletiva (Halbwachs, 1990) dos habitantes na cidade segue o ritmo das águas, o tempo das águas em suas secas, suas normalidades e suas cheias que muitas vezes ameaçam a dissolução da ordem, dinamizando nos jogos da memória ambiental tensões pela imprevisibilidade, uma “cultura do medo”, mas que também impelem a comunidade a se reatualizar através da reconstrução da cidade assim como seus antepassados fizeram. A ação coletiva, a autonomia e a cultura do trabalho, características relacionadas à construção de um identidade teuto-brasileira, são destacadas como os principais traços para a manutenção do desenvolvimento urbano e econômico da região, apesar das inclemências da natureza. O Estado, a imprensa, a literatura e as instituições científicas têm parcela significativa na construção dessa tradição, ao mesmo tempo em que tentam capitalizar as experiências e os discursos sobre o enfrentamento dos desastres segundo os seus interesses.

O desastre de 2008 como drama processual desdobra-se sobre uma experiência muito mais ampla que é o ciclo de enchentes, que interpreto como um “evento crítico” (Das, 1995) na medida em que novas maneiras de pensamento e ação surgem após cada inundação e passam a redefinir categorias ou conceitos estabelecidos, como os que envolvem o modelo de desenvolvimento econômico do Vale do Itajaí, as políticas de prevenção, a identidade teuto-brasileira, a cultura hídrica, entre outros.

A continuidade do ciclo de enchentes pode ser exemplificada pela experiência da inundação de 2011. Apesar de eu não estar fisicamente presente durante a ocorrência dessa nova enchente foi possível apontar posteriormente, nos anos de 2012 e 2013, algumas das suas consequências e o processo de retomada de temas debatidos após o desastre de 2008.

A enchente que atingiu Blumenau em setembro de 2011 alcançou a cota de 12,80 metros. No período de três dias de inundação, 224 ruas foram alagadas e 15 mil pessoas ficaram desalojadas. Mais de 60% da população sofreu com a falta de água e 9,2 mil unidades ficaram sem energia elétrica, foram registrados ainda diversos deslizamentos de terra. A destruição material foi muito menor do que o evento de 2008 e não houve casos de

fatalidade. Essa nova inundação levantou questões políticas e científicas que já estavam começando adormecer no período de calmaria e reafirmou outras que vinham sendo discutidas há algum tempo.

O debate sobre a retificação da margem esquerda do Rio Itajaí foi retomado devido a novos desbarrancamentos que ameaçavam construções no bairro Ponta Aguda. O projeto que tratava da aplicação de uma capa de concreto e pedra na encosta voltou a ser discutido entre a Prefeitura Municipal e o Comitê do Itajaí, tendo em vista recuperar o financiamento de 10 milhões de reais proposto ao Governo Federal.

A postergação da execução do projeto, que havia sido concluído pela prefeitura no ano de 2009 e rejeitado pelo comitê em 2010, tendo em vista as concepções divergentes quanto as causas e consequências dos desastres e quanto as ações e obras de prevenção e recuperação da cidade, ganhou grande repercussão na imprensa e no meio político, tendo em vista a eleição municipal no ano de 2012. Um importante colunista do Jornal de Santa Catarina (17/09/2011) apontava que a obra da margem esquerda tornava-se uma batalha política entre a oposição ao governo municipal que estaria capitalizando a rejeição do Comitê como instrumento político para apontar a incompetência do prefeito e os partidos governistas que estariam dispostos a anular as funções do Comitê para tirar o projeto do papel e usá-lo como trunfo político e eleitoral. Dentro do Comitê do Itajaí, a Secretária Executiva Beate Frank apontou que não havia interferência política nas suas deliberações e pareceres, visto que a instituição era formada por membros de vários partidos e diversos setores da população.

A conotação política tornou-se mais latente em outubro de 2011, quando da rejeição, por parte da câmara de vereadores, de uma moção proposta por um dos vereadores da oposição que visava homenagear os 15 anos de atuação do Comitê do Itajaí.

Devido à impossibilidade de se chegar a um consenso com o Comitê, a prefeitura municipal, em agosto de 2012, resolveu realizar um financiamento no valor de 10 milhões de reais através da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina (BADESC) com o intuito de iniciar as obras de colocação de pedras na margem do rio para conter a erosão. Outros 5,6 milhões de reais, ainda sem fonte definida, são necessários para as demais etapas da obra, como aterro, cobertura vegetal, a colocação de placas de concreto e construção da área de circulação de pessoas e uma ciclovia.

Tratando-se da prevenção de desastres, além do reforço na equipe de profissionais de Defesa Civil e de Geologia, foi criada, em Novembro de 2011, a Secretaria Municipal de Geologia (SEGEO) com o finalidade de intensificar o mapeamento e análise de áreas de risco e elaborar e captar recursos para projetos de prevenção e recuperação. Os dados produzidos pela secretaria visavam orientar o uso e ocupação do solo no município, a aprovação de alvarás para novas construções e a entrega de notificações para desocupação e desmonte de edificações em áreas de alto risco.

A reestruturação do CEOPS também foi planejada, visto que este padecia da falta de investimentos e manutenção nas estações de monitoramento. O lançamento do Sistema de Monitoramento e Alerta de Eventos Extremos de Blumenau (SialertaBlu), prometia constituir, ainda no ano de 2013, uma rede formada por uma Central de Operações com sensores de chuva em tempo real, software de simulação de desastres e radar para monitorar as condições meteorológicas e emitir alertas quando houvesse riscos de deslizamentos.

No ano de 2012 foi realizada também nova atualização da cota de enchente das ruas, corrigindo o nível de transbordamento do rio no município de Blumenau para 7,5 metros, o que aperfeiçoou o processo de alerta da população e tomada de decisão.

A continuidade da vida dos atingidos também se configurava para a adaptação a um novo estilo de vida nos condomínios residenciais. O reestabelecimento das práticas cotidianas, da sociabilidade e relações de vizinhança, assim como enraizamento estavam se conformando mesmo entre aqueles que mais resistiam a essa formato de moradia. Nos relatos de Domingos e sua esposa apareciam a possibilidade de reconstruir a vida em um apartamento, construir um espaço privado que incluía uma horta e um jardim, retomar a vida laboral e no caso específico do primeiro, a superar a depressão e o alcoolismo.

A resolução de problemas de convivência, que incluíam o pagamento da taxa de condomínio e a manutenção das áreas de uso coletivo, começaram a tomar rumo, segundo os moradores, com a transferência da responsabilidade de cobrança da Caixa Econômica Federal para uma empresa privada. Assim ao invés dos adimplentes terem que arcar com o valor que faltava para completar a totalidade da taxa de condomínio, esta empresa privada passou a pagar o valor total, mesmo sem recebê-lo dos moradores. Assumindo esse custo, ela ficou responsável também pela cobrança individual, tendo o direito de tomar as moradias daqueles que acumulassem uma grande dívida. A possibilidade dos inadimplentes perderem sua moradia e/ou serem responsabilizados pela depredação dos bens coletivos do

condomínio levaria a um maior controle sobre o comportamento e a não penalização daqueles que pagavam o condomínio em dia.

A violência e a ação do tráfico de drogas dentro dos condomínios, no entanto, continuavam sendo um dos principais problemas enfrentados pelos atingidos. A polícia civil realizou duas grandes operações denominadas Lei e Ordem, a primeira em março de 2012 e a segunda em fevereiro de 2013, em virtude das inúmeras reclamações através dos Conselhos de Segurança da Comunidade. As intervenções realizaram-se nos condomínios do Minha Casa Minha Vida dos bairros Passo Manso, Badenfurt, Progresso e Vorstadt. Essas ações ganharam grande visibilidade nos meios de comunicação e na mesma medida em que atenuaram a atuação do tráfico de drogas, também contribuíram para aumentar o estigma imputado à população que vivia nos residenciais. Marcos foi um dos que relatou que essa imagem de delinquência construída contra os habitantes dos condomínios já tinha atingido sua família e sua pessoa em particular, e que devido a esse motivo planejava mudar-se do seu apartamento no Residencial Badenfurt.

A recuperação dos atingidos que participavam do Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD) também segue passos lentos, com os moradores ainda ocupando a área cedida pela Prefeitura Municipal para a Associação de Moradores do Vale do Ribeirão Fresco. A não aceitação da política governamental de habitação mantém esses moradores em suas casas autoconstruídas e estes já demonstram certo enraizamento e resignação, concluindo-se que desejam permanecer no local. A situação gera certo incômodo em Heriberto, que apesar de defender a ação dos membros do MAD cobra uma atitude legalista e reitera que a área se mantém em litígio na justiça, com a prefeitura pleiteando a reintegração de posse.

Heriberto deixou a diretoria da AMVRF em 2012, mas mantém-se muito próximo dela e continua participando ativamente dos Conselhos Políticos da Comunidade e da União Blumenauense das Associações de Moradores (UNIBLAM). Esta entidade, no ano de 2013, entrou com uma ação junto ao Ministério Público para tentar reaver uma verba no valor de 177 milhões de reais que seria destinada à regularização fundiária e urbanização de bairros periféricos da cidade, mas que foi devolvida pela Prefeitura Municipal ao Governo Federal devido à falta de projetos. A verba serviria para atender as demandas de comunidades fortemente atingidas pelo desastre de 2008, como as da Rua Pedro Krauss, Rua Araranguá e do Morro da Garuva.

O ciclo de enchentes inscreve-se assim como um “evento crítico”, produzindo um movimento em que diversos atores sociais passam a se envolver nos processos de redefinição de categorias sociais e de controle da interpretação e memória desses acontecimentos. O Desastre de 2008, como parte desse processo maior que é realimentado a cada inundação que atinge a cidade, foi entrecortado por diversas instituições que vão desde a família, a comunidade, movimentos sociais, a burocracia governamental, partidos políticos, ONGs, instituições internacionais e científicas que buscavam lhe dar sentido e procurar soluções.

Estas interpretações devem ser entendidas como heterogêneas e sujeitas a transformações, como busquei demonstrar durante todo este trabalho, levando-se em conta as especificidades das trajetórias dos sujeitos. Este processo, marcado pela complexidade de seu quadro social e ambiental, é constantemente construído por e constrói estes atores sociais.

Como antropólogo e pesquisador que conviveu com tantas pessoas e experiências diversas, imagens e narrativas também acabei me afeiçoando à cidade e às pessoas que a habitavam e passei a compreender e vivenciar essa realidade e preocupar-me com o futuro dos atingidos, com as ações das associações dos moradores e políticas de prevenção. Ao participar desse contexto também fui intimado a responder, orientar e revelar minhas posições e conclusões sobre os desastres que atingem a cidade, seja, através da contribuição para a elaboração de uma cartilha da Associação de Moradores do Vale do Ribeirão Fresco, da participação nos debates sobre o futuro do MAD, da devolução dos resultados da pesquisa para os informantes ou das discussões científicas sobre a vulnerabilidade da população frente a enchentes e enxurradas.

A familiarização com esse contexto e enraizamento na cidade permitiram também que eu tomasse conhecimento de quão sensível era a questão das enchentes para a população, pois elas tocavam fundo no orgulho que os habitantes tinham do desenvolvimento e da tradição regional. O deslocamento que realizei saindo da minha cidade natal, onde até então havia realizado estudos nos moldes do que Gilberto Velho denominou estranhamento do familiar, possibilitou a imersão em uma nova realidade marcada por uma relação diferenciada entre sociedade e natureza, onde a água evoca os devaneios da vida e da morte (Bachelard, 1998), caracterizados pela reverberação da imagem de uma batalha histórica entre o heroísmo dos pioneiros alemães que enfrentaram a inclemência da natureza para legar o progresso e a civilização, ao mesmo tempo em que

esse progresso passa a ser questionado na medida em que alimentaria a destruição por parte da natureza da própria vida humana. O discurso antropológico produzido a partir da minha pesquisa etnográfica também serviria de referência para que os diferentes grupos pensassem e organizassem suas experiências em meio a pluralidade de discursos sobre o tema e portanto, a escrita da tese também constitui-se tendo como base essa questão como um compromisso ético.

A experiência antropológica que pressupôs um tempo do estar lá, onde estabeleci uma relação próxima com a população envolvida nessa questão e o estar aqui, processo este que reflete a escrita da tese, não deixou de me angustiar sobre o futuro que a vida dessas pessoas vai tomar e vislumbro assim que ao tomar a experiência humana como foco de reflexão também estou aderindo aos processos de transformação da cidade e dos grupos aos quais me apeguei.

Como reflexo dessa pluralidade de experiências que envolvem afetividades e racionalidades aponto para o fato de que a busca por ações de prevenção devem considerar os diferentes aspectos sócio-ambientais, econômicos, simbólicos e culturais envolvidos nos desastres, de forma a contribuir para a construção de resiliências mais simétricas das sociedades humanas nos termos descritos por Mary Douglas (1992), ou seja, onde a diversidade e a flexibilidade são as melhores defesas para as dificuldades que não podemos prever com total clareza.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. *A duração das cidades*. Sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense – EPU, 1981.
- BACHELARD, Gaston. *A Dialética da Duração*. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- BECK, Ulrich. *La Sociedad del riesgo*. Hacia una nueva modernidad. Barcelona: Paidós, 1998.
- BLUMENAUER ZEITUNG. Blumenau: 1855.
- BLUMENAUER ZEITUNG. Blumenau: 24 de Junho de 1891.
- BLUMENAUER ZEITUNG. Blumenau: Janeiro de 1926.
- BOTT, Elizabeth. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *Distinction*. A Social Critique of the Judgement of Taste. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BRASIL. *Política Nacional de Defesa Civil*. Brasília: 2007.
- BUTTON, Gregory. The Negation of the Disaster. The Media Response to Oil Spills in Great Britain. In: OLIVER-SMITH, Anthony; HOFFMAN, Suzanna (orgs). *The Angry Earth*. New York: Routledge, 1999. P.113-132.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *A Política dos Outros*. O cotidiano de moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- CASTRO, Antonio Luiz de Coimbra. *Manual de Planejamento em Defesa Civil*. Brasília: 1999.
- CIMA. Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. *Subsídios Técnicos para a Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CNMAD*. Brasília: 1991.
- CLIFFORD, James. *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no século XX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- CORDERO, Ademar. As Enchentes de Blumenau de 1992. In: *Revista de Divulgação Cultural*. P. 38-42, A.17, n.55, maio/agosto, 1994.

- COSTA, José Mauro. Centro de estudos e pesquisas sobre desastres – CEPD. *Especialização em Gestão de Defesa Civil*. S/d.
- CRATE, Susan; NUTTAL, Mark. *Anthropology and Climate Change*. Walnut Creek, California: Left Coast Press, 2009.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil – Mito, História e Etnicidade*. São Paulo: Edusp/Brasiliense, 1986.
- CUNHA, Antonio José Teixeira; Sandra Batista Cunha. *Impactos ambientais Urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- DAROLT, Éverton ; REIS, Clóvis. *O rádio e a internet na cobertura do desastre sócio-ambiental de Blumenau/SC em 2008, a partir da percepção dos profissionais do meio*. Trabalho apresentado no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, PR. 4 a 7 de setembro de 2009.
- DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.
- DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; LOCK, Margaret (orgs). *Social Suffering*. Los Angeles: University of California Press, 1997. P.47-66.
- DAUPHINE, André. *Risques et catastrophes*. Paris: Armand Colin, 2001.
- DE CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DEEKE, José. *O Município de Blumenau e a História de seu Desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995.
- DER URWALDSBOTE. Blumenau: Setembro de 1911.
- DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis: 14/10/1990.
- DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis: 25 novembro de 2008.
- DIÁRIO CATARINENSE. Florianópolis: 28 dezembro de 2008.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1966.
- DOUGLAS, M; Wildavsky, A. *Risk and Culture*. Los Angeles: University of California Press, 1982.
- DOUGLAS, Mary. *Risk and Blame, essays in cultural theory*. Londres: Routledge, 1992.
- ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *O Tempo e a Cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.
- ECKERT, Cornelia. A Cidade “com qualidade”. Estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre. In: *Sociedade e Cultura*. Goiânia: v. 10, n.1, jan-jun. de 2007.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia da duração: estudos de memória coletiva. In: BERND, Zilá et alli (Org). *Memória e cultura: perspectivas transdisciplinares*. Canoas: Unilasalle, Mestrado Memória Social e Bens Culturais, 2009.

ECKERT, Cornelia. *Projeto CNPq - Calamidade pública e tragédia humana em SC (2008): estudo antropológico da vitimização e ação de defesa civil na experiência traumática de desastre natural e ambiental*, 2009.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders*. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FLORES, Maria Bernadete Ramos; WOLFF, Cristina Scheibe. *Oktoberfest. Turismo, Festa e Cultura na Estação do Chopp*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 1997.

FEATHERSTONE, Mike. *Cultura Global*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRY, Luc. *A Nova Ordem Ecológica: A Árvore, o Animal e o Homem*. São Paulo: Ensaio, 1994.

FINAN, Timothy. *Storm Warnings: The Role of Anthropology in Adapting to Sea-Level Rise in Southwestern Bangladesh*. In: CRATE, Susan & NUTTAL, Mark (orgs). *Anthropology and Climate Change*. Walnut Creek, California: Left Coast Press, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A Palavra e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1988.

FOUQUET, Karl. Vida e Obra do Dr. Blumenau. In: *Revista Blumenau em Cadernos* (Edição Especial – Centenário de Falecimento do Dr. Blumenau, 1899-1999). Blumenau: Tomo XL, n.10, Outubro, 1999.

FRAGA, Nilson Cesar. *Vale das Águas Revoltas*. Relação Sociedade, Natureza e Políticas Públicas Anti-enchentes no Vale do Itajaí, SC no Século XX. Indaial: Editora Asselvi, 2005.

FRANK, Beate. *Uma Abordagem para o Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Itajaí, com Ênfase no Problema das Enchentes*. Tese de Doutorado. Florianópolis: Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 1995.

FRANK, B.; PINHEIRO, A. *Enchentes na Bacia do Itajaí: 20 anos de experiências*. Blumenau: EDIFURB, 2003.

FRANK, Beate; BOHN, Noemia. Contribuições do Instituto de Pesquisas Ambientais da FURB para uma Reflexão sobre a Condução do Processo de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia do Itajaí. In: THEIS, Ivo; MATTEDI, Marco Antonio; TOMIO, Fabrício (orgs). *Novos Olhares sobre Blumenau: Contribuições críticas sobre o desenvolvimento recente*. Blumenau: EDIFURB, 2000.

FRANK, Beate et alli (Org). *Desastre no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência da Água do Vale do Itajaí, 2009.

FROTSCHER, Méri. Blumenau nas Enchentes de 1983 e 1984 e o imaginário da “cidade do trabalho”. *Revista Blumenau em Cadernos*. Blumenau: tomo XXXVIII, n.9, Setembro, 1997.

FUNTOWICZ, Silvio; MARCHI, Bruna de. Ciência Pós-normal, Complexidade Reflexiva e Sustentabilidade. In: Enrique Leff (org). *A Complexidade Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GEERTZ, Clifford. *O Saber Local: Novos ensaios de antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2003

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GRANJO, Paulo. Quando o conceito de “risco” se torna perigoso. *Análise Social*. Lisboa: Vol. XLI(181), 2006.

GUERRA, Antonio José Teixeira ; CUNHA, Sandra Baptista da (Organizadores). *Impactos ambientais urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

GURAN, Milton. A fotografia eficiente. In: ACHUTTI, L. E. (org). *Ensaio (sobre o) Fotográfico*. Porto Alegre: Unidade, 1998.

HAESBERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HANNERZ, Ulf. *Explorer la ville*. Paris: Lês Éditions de Minuit, 1980.

HERCULANO, S. O Clamor da justiça ambiental e contra o racismo ambiental. In: *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Ambiente*. Vol.3, n.1, 2006. Disponível em: http://www.interfacehs.sp.senac.br/BR/artigos.asp?ed=6&cod_artigo=113. Acessado em Dezembro de 2009.

HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e Indústria no Vale do Itajaí. O Modelo Catarinense de Desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

HORLICK-JONES, T. Modern Disaster as Outrage an Betrayal. In: *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*. N.13, 1995. P. 305-316.

IBGE. *Cidades@*, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=420240>

INGOLD, Tim. Culture and Perception of the Environment. In: CROLL, D; PARKINS (eds). *Bush Base. Forest Farm*. Londres: Routledge, 1992.

JORNAL O ESTADO. Indaial: 25 de Outubro de 1961.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Blumenau: 1990.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Blumenau: 6 e 7 de dezembro de 2008.

KLEINE, Karl. *Vivências e Narrativas de um Blumenauense*. Blumenau: Editora Cultura em Movimento, 2011.

LANGER, Lawrence. The Alarmed Vision: Social Suffering and Holocaust Atrocity. In: KLEINMAN, Arthur; DAS, Veena; LOCK, Margaret. *Social Suffering*. Los Angeles: University of California Press, 1997. P.47-66.

LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade*. Universidade de Brasília, Trabalho apresentado no Simpósio “Natureza e Sociedade: Desafios Epistemológicos e Metodológicos para a Antropologia”, na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado: 19 de junho de 2002.

LOPES, Leite. Sobre o processo de ambientalização dos conflitos e sobre os dilemas da participação. In: ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho (orgs). *Horizontes Antropológicos*. Ano 12, N. 25, Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 2006.

MARGUILIS, Sérgio. *A Regulamentação Ambiental: Instrumentos e Implementação*. Rio de Janeiro: IPEA, 1996.

MAFFESOLI, Michel. *O Mistério da Conjunção: ensaios sobre comunicação, corpo e sociabilidade*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MATTEDI, Marcos Antonio. *Enchentes em Blumenau: um estudo sobre o comportamento do sistema político no período de 1983-1984*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1994.

MATTEDI, Marcos Antonio. *As Enchentes como Tragédias Anunciadas: Impactos da Problemática Ambiental nas Situações de Emergência em Santa Catarina*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Sociologia, Campinas: 1997.

MATTEDI, Marcos Antonio. A Formação de Políticas Públicas em Blumenau: O Caso do Problema das Enchentes. In: THEIS, Ivo; MATTEDI, Marco Antonio; TOMIO, Fabrício (orgs). *Novos Olhares sobre Blumenau: Contribuições críticas sobre o desenvolvimento recente*. Blumenau: EDIFURB, 2000.

MATTEDI, Marcos Antonio; BUTZKE, Ivani Cristina. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres *Ambiente & Sociedade*. Ano IV, N. 9, 2º Semestre de 2001.

MINISTÉRIO DO INTERIOR. Departamento Nacional de Obras e Saneamento- DNOS. *DNOS em Santa Catarina*, Relatório de Obras Executadas, 1989.

MOLES, Abraham & RHOMER, Elisabeth. *Labyrinthes du Vécu*. L'espace: matiere d'actions. Paris: Librairie des Meridiens, 1982.

MORIN, Edgar. *O problema epistemológico da complexidade*. Mem Martins Publicações Europa-América. 1996.

MOSER, Magali. A Indisfarçável Favelização de Blumenau. Uma Reflexão Sobre as Áreas de Concentração de Pobreza no Município. In: *Blumenau em Cadernos*. Número 2. Março/Abril de 2010.

MUNIZ, Marcos César. *Favela Farroupilha. A Face Oculta do Desenvolvimento Blumenauense o Discurso a Prática da Década de 1940*. Trabalho de Conclusão de Curso de História. Universidade Regional de Blumenau/FURB, 2007.

NEGREDO, José Correa. A Defesa Civil que Não se Conhece ou que Não se Vê. In: FRANK, Beate et alli (Org). *Desastre no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência da Água do Vale do Itajaí, 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO 30 de Janeiro de 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Etnicidade, eticidade e globalização*. Reunião Brasileira de Ciências Sociais (ANPOCS), 2006. Consulta em abril de 2009). Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_32/rbcs32_01.htm.

OLIVER-SMITH, Anthony. Anthropological Research on Hazards and Disasters. In: *Annual Review of Anthropology*. Vol. 25, 1996. P.303-328.

OLIVER-SMITH, Anthony; HOFFMAN, Suzanna (orgs). *The Angry Earth*. New York: Routledge, 1999.

OLIVER-SMITH, Anthony. What is a Disaster? Anthropological perspectives on a persistente question. In: OLIVER-SMITH, Anthony; HOFFMAN, Suzanna (orgs). *The Angry Earth*. New York: Routledge, 1999.

OLIVER-SMITH, Anthony. *Theorizing Disasters: Nature, Power and Culture*. In: OLIVER-SMITH, Anthony; Hoffman, Susanna. *Catastrophe & Culture*. The Anthropology of Disaster. Santa Fe: School Of American Research Press, 2002.

OLIVER-SMITH, Anthony. Climate Change and Population Displacement: Disasters and Diasporas in the Twenty-first Century. In: CRATE, Susan & NUTTAL, Mark. *Anthropology and Climate Change*. Walnut Creek, California: Left Coast Press, 2009.

PASÍN, Angel Enrique Carretero. La réaction sociale face à la Catastrophe. Une interprétation des réponses communautaires devant une crise écologique. *Sociétés*, n. 81, 2003.

PAULIN, Igor; TEIXEIRA, Duda; EDWARD, José. O Horror Diante dos Olhos. *Revista Veja*. Ano 41, n. 48, 3 de dezembro de 2008.

PIAZZA, Walter F. *A Colonização de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

- RABINOW, Paul. *Antropologia da Razão. Ensaios de Paul Rabinow*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.
- RAMOS, S. *Blumenau, A Estóica*. Florianópolis: Diário Catarinense, 1992.
- RICHTER, Roxane. Disparity in Disasters: A Frontline View of Gender Based Inequities in Emergency Aid and healthcare. In: *Anthropology at the Frontlines of Gender Based Violence*. Nashville: Vanderbilt University Press, 2011.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Antropologia visual, um convite à exploração de encruzilhadas conceituais. In: ECKERT, Cornelia & MONTE MÓR, Patrícia. *Imagem em Foco*. Novas perspectivas em antropologia. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- ROCHA, Ana Luiza Carvalho. As Figurações de Lendas e Mitos Históricos na Construção da Cidade Tropical. In: ROCHA, Ana Luiza Carvalho. *Revista IluMinuras*. Volume 4, n. 8, Porto Alegre: NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH e ILEA /UFRGS, 2003.
- SAMAGAIA, Jacqueline. *Globalização e Cidades; Reconfigurações dos Espaços de Pobreza em Blumenau*. Tese de Doutorado em Geografia. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- SAMAIN, Etienne. Para que a antropologia consiga tornar-se visual. In: *Brasil*. Comunicação, cultura & política. Rio de Janeiro: Compôs, 1994.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e Brancos no Sul do Brasil: a dramática da experiência Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiros. In: VALLADARES, Lícia do Prado. *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1999.
- SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. *Política Nacional de Defesa Civil*. Brasília: 2007.
- SERRES, Michel. *O Contrato Natural*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- SEVEGNANI, Lucia; FRANK, Beate; NEGREDO, José Correa; SOARES, Maria Veronica ; KEIM, Ernesto Jacob. Gente Socorrendo Gente. In: FRANK, Beate et alli (Org). *Desastre no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência da Água do Vale do Itajaí, 2009.
- SEYFERT, Giralda. A Dimensão Cultural da Imigração. In: *Mana*. Vol. 5, n.2, p.61-88, outubro, 1999.
- SEYFERT, Giralda. A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade. In: *Horizontes Antropológicos*. PPGAS, IFCH, UFRGS. Porto Alegre: ano 10, n. 22, p. 149-197, julho/dezembro, 2004.

SIEBERT, Claudia. (Des)controle Urbano no Vale do Itajaí. In: SEVEGNANI, Lucia; FRANK, Beate; NEGREDO, José Correa; SOARES, Maria Veronica ; KEIM, Ernesto Jacob. Gente Socorrendo Gente. In: FRANK, Beate et alli (Org). *Desastre no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência da Água do Vale do Itajaí, 2009.

SILVA, Telma Camargo. As Fronteiras das Lembranças: memória corporificada, construção de identidades e produção simbólica no caso do desastre radioativo. *Vivência*. Goiânia: n.28, 2005.

SIMMEL, Georg. "A metrópole e a vida Mental" In: VELHO, Otávio G. (org). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de la Modernité*. La femme, la ville, l'individualism. Paris: PUF, 1984.

THIRANAGAMA, Sharika. Moving On? Generating Homes in the Future for Displaced Northern Muslims in Sri Lanka. In: CARSTEN, Jane. *Ghost of Memories*. Essays on Remembrance and Relatedness. Malden: Blackwell Publishing Ltd, 2007.

THON, René. Crise et catastrophe. *Communications*. Année 1976, V. 25, n. 1. Disponível em: <http://www.persee.fr>

TREZZI, Humberto. Enxurrada mata, devasta e isola. *Zero Hora*. Porto Alegre: 25 de novembro de 2008a.

TREZZI, Humberto. A Cidade devastada pela e enxurrada. *Zero Hora*. Porto Alegre: 29 de novembro de 2008b.

TSING, Anna. The Global Situation. In: INDA, Jonathan Xavier & ROSALDO, Renato (eds). *The Anthropology of Globalization*. Blackwell: Malden, 2004.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual*. Estrutura e Anti-Estrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

TURNER, Victor. Dewey, Dilthey, and Drama: An Essay in the Anthropology of Experience. In: TURNER, Victor & BRUNER, Edward. *The Anthropology of Experience*. Chicago: University of Illinois Press, 1986.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARQUEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (orgs). *Sociologia dos Desastres*. Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

WAGNER, Helmut R. (Org.). *Fenomenologia e relações sociais*. Textos de Alfred Schutz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.

WALTER, F. *Catastrophes: une histoire culturelle XVI – XXI siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 2008.

WITTMANN, Luiza Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926)*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

ZAPELINI, Marcelo Beckert. *Poder e Decisão na Gestão de Recursos Hídricos: Um Estudo no Comitê do Itajaí*. Tese de Doutorado. Núcleo de Pós-graduação em Administração. Universidade Federal da Bahia. Salvador: 2012.

ACERVOS PESQUISADOS

Arquivo Histórico José Ferreira da Silva- AHJFS, Blumenau –SC.

